

SET.-DEZ. • 2020 • V.13

34



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

EXPEDIENTE

EDITOR CHEFE

Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

EDITORES EXECUTIVOS

Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA . Salvador . BA . Brasil)

Ewa Domanska (AMU . Poznan . Polônia)

João Rodolfo Munhoz Ohara (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Luisa Rauter Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Omar Acha (UBA . Buenos Aires . Argentina)

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)

Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)

Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Flávia Florentino Varella (UFSC . Florianópolis . SC . Brasil)

Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)

Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - in memoriam (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca - in memoriam (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White - in memoriam (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - in memoriam (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

EDITOR ASSISTENTE

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

EDITORES COLABORADORES

Francisca Dávila de Oliveira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Mayra de Souza Marques (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Renan Siqueira Moraes (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Larissa Vitória Ivo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

SECRETARIA

Aguinaldo Medeiros Boldrini (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Antônio dos Prazeres

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Tikinet Edição

REVISÃO DE LÍNGUA ESPANHOLA

Adriana Carina Camacho Álvarez (Lectura Traduções)

DIAGRAMAÇÃO

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
Programa de Pós-graduação em História - UFRGS

CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG
35420-000| Brasil
<http://www.historiadahistoriografia.com.br>
historiadahistoriografia@hotmail.com
Telefone: (31) 3557-9400

MISSÃO

A *História da Historiografia* é um periódico interinstitucional patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), coordenada pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Sua publicação se insere no âmbito de grupos e núcleos de pesquisa de Universidades brasileiras e estrangeiras das áreas de teoria da História e história da historiografia. A revista tem como missão a divulgação do conhecimento das áreas de teoria da História, história da historiografia e outras afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas áreas correlatas, através da publicação de artigos inéditos que, após o processo de avaliação editorial, sejam considerados relevantes às discussões de tais campos. Além de pesquisas originais, incentiva-se a produção de artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações recentes pertinentes aos temas relacionados com as áreas de conhecimento que configuram o escopo da publicação. A linha editorial da HH, desta forma, almeja a constituição de um espaço de livre acesso para o debate acadêmico por meio de publicações relacionadas à área.

FICHA CATALOGRÁFICA

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Revista História da Historiografia = International Journal of Theory and History of Historiography [recurso eletrônico]. - V. 13, n. 34 (set./dez. 2020- . . – Dados eletrônicos. - Ouro Preto : SBTHH, UFOP, UNIRIO, 2020- v.

Quadrimestral.

Texto em português, inglês e espanhol.

Periódico interinstitucional: Coordenado pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ISSN: 1983-9928

Modo de acesso: <https://www.historiadahistoriografia.com.br>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos.

CDU: 930(05)

Bibliotecário(a) Responsável: Michelle Karina Assunção Costa - CRB 6 - 2164

EDITORIAL EDITORIAL

Geração e/ou gerações?

Temístocles Cezar _____

11

ARTIGOS ARTICLES

A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica

Durval Muniz de Albuquerque Jr. _____

17

Enredar a loucura: a “dialética dos monstros” na história da arte de Aby Warburg

Naiara Damas _____

41

A culta barbaria: ruínas e patrimônio em Alexandre Herculano

Michelle Fernanda Tasca _____

77

O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa: projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB (1834-1839)

Danilo José Zioni Ferretti _____

103

O flagelo dos homens de bem: Antônio de Souza, fazeres científicos, abolicionismo e civilização no Brasil nos oitocentos

Magno Francisco de Jesus Santos _____

137

Gender, the novel and the modern order of time: the case of Frances Burney's *The Wanderer* (1814)
Renata Dal Sasso Freitas _____ 173

¿Hay una objetividad específica para la historia?
Rosa E. Belvedresi _____ 201

RESENHA DE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO COM ÊNFASE EM REVISÃO DE LITERATURA

HISTORIOGRAPHICAL BALANCE REVIEW WITH EMPHASIS ON LITERATURE REVIEW

Diante de uma crise? Interrogações da historiografia em tempos hesitantes
Luiz Alexandre Kosteczka _____ 231

Os heróis maçônicos na historiografia da abolição em São Paulo
Renata Ribeiro Francisco _____ 271

NORMAS DE PUBLICAÇÃO _____ 303
EDITORIAL GUIDELINES

PARECERISTAS DE 2020 _____ 313
REFEREES OF 2020



EDITORIAL

EDITORIAL

Geração e/ou gerações?

*Quando morre um ancião é o mesmo que estar queimando
uma biblioteca!*

Maria Sônia Macedo¹

As reuniões da editoria da HH, vez por outra, sobretudo nestes tempos pandêmicos, derivam para uma pauta existencial. O que é um/a autor/a? O que é uma coautoria? Ou, como ao final de nosso meeting (posto que via google) de 28 de agosto deste ano: o que representa ser um/a sênior na academia, em nossa sociedade, na vida? Recordo-me que Ana Carolina Barbosa e Luísa Rauter disseram ou escreveram no chat algo mais ou menos assim: este poderia ser o tema do próximo editorial (que havia sido previamente distribuído para mim, por sugestão de Marcos Sousa, nosso editor-assistente, que considerou que seria uma boa forma para me despedir de minha função de editor-chefe da revista).

Ser sênior, eu alegava, esboçando argumentos mal traçados a partir de uma leitura, possivelmente insatisfatória, da hipótese do atualismo de Mateus Pereira e Valdeir Araujo, não era ser necessariamente desatualizado ou obsoleto. Porém, o fato de eu não estar presente nas redes sociais (postura justificada por certa misantropia e comiseração diante de uma suposta ruína do anonimato, que, na verdade, não dissimula um simples privilégio de homem branco, professor universitário há mais de trinta anos, que pode simplesmente se dar ao luxo de se querer incógnito) não ajudava muito.

Então, como o mágico que tira o coelho da cartola, ou como em uma jogada calculada de forma racional e desesperada por um Aleksiei Ivânovitch, o jogador (de) Dostoiéski, eu apostei em um recurso do qual costume me servir há algum tempo, o pretexto geracional: a senioridade seria tributária da geração. Por exemplo, eu teria sido, comentei com meus/minhas

1 Professora de história na Paraíba e presidenta da Organização dos professores indígenas potiguares (OPIP). Palestra proferida na "Vigília pela Democracia: Dia dos Professores e Professoras", live organizada pela Anpuh-Brasil em homenagem ao dia do/a professor/a em 15 de outubro de 2020.

colegas, alocado em uma geração à qual, em termos etários, eu não pertencia. Nossa mestra, Ângela de Castro Gomes, brinquei, fora a responsável pelo meu envelhecimento precoce, ao me situar na geração encabeçada por Arno Wehling, Lúcia Paschoal Guimarães e Manoel Salgado Guimarães.² Malgrado tenha ficado lisonjeado com o comentário, e apesar de meus laços de amizade com elas e com eles, minha vaidade não era suficiente para aceitar tranquilamente minha inserção nessa geração a qual eu respeitava como modelo de comportamento ético e profissional. Mais do que a diferença de idade, o que por certo me dificultava a identificação era o singelo fato de essa geração ter 10, 15, 20 anos a mais de leitura do que eu... Um dos efeitos de minha compulsão à leitura sempre foi o de me deixar intimidar pela quantidade de obras que cabem em uma existência, notadamente, quando estas pessoas nasceram antes de mim. Reconheço a insuficiência do argumento, sua incapacidade de generalização, mas ele é, ao menos, sincero.

Na editoria, um rápido, no entanto, intenso debate sobreveio à artimanha retórica por mim lançada, após o qual eu anotei em meu caderno de notas: editorial – geração – gerações (Sinerilli – Sirinelli) – ver outras referências (Bluteau & Moraes, Aurélio & Houaiss; falar com Marieta, Durval, Grijó ...). Ficou combinado entre nós que seria um texto mais pessoal e não um ensaio acadêmico sobre o tema, o que não me impediu de fazer minhas consultas: às pessoas e aos textos.

Assim, reli notas antigas sobre o clássico de Mannheim (1927), depois Jaeger na *History and Theory* (1985) que propõe uma história do conceito dos antigos aos modernos, em seguida, li alguns capítulos e artigos de pesquisadoras/es do Brasil que até então desconhecia das áreas de educação, sociologia e da psicologia e, finalmente, ative-me ao calhamaço organizado pelo jovem Yann Potin e pelo sênior Sirinelli intitulado *Générationes historiennes*, que cobre a trajetória de diferentes gerações francesas de historiadoras/es do século XIX ao século XXI, a partir de duas perspectivas que se pretendem generalizáveis:

2 "Se o nome de Manoel Luiz Salgado Guimarães era quase uma exceção, conhecida através de seu artigo seminal de 1988, no primeiro número da revista Estudos Históricos, passadas duas décadas a situação é bem outra, mas ainda há muito a fazer. Embora não seja minha intenção fazer aqui um balanço dessa produção, não se deixar de apontar as contribuições de Lúcia Paschoal Guimarães, Temístocles Cezar e de Arno Wehling". (GOMES 2009, p. 11-12).

a primeira define a “geração historiadora” de maneira horizontal, ou seja, pelo o que a mantém unida, mas também por aquilo que, em seu interior, a divide, sendo sua coesão sustentada por seus debates e controvérsias específicas em um dado momento; a segunda observa tal geração de maneira vertical, em relação àquelas que a antecedem e àquelas que a sucedem (POTIN/SIRINELLI 2019, p. 14).

Em certo sentido, a geração historiadora assemelha-se a uma escola teórica. Para o bem ou para o mal, a geração unifica consonâncias e dissonâncias, pode ultrapassar a que antecede assim como pode ser ultrapassada pela seguinte, mas tende a manter-se sob a guarda de certas concepções mais amplas, seja por questões epistemológicas, seja por questões políticas. Nesse sentido, a “escola dos Annales”, não obstante suas divergências e convergências, ainda é, pelo menos, um rótulo acadêmico de exportação (como o Camembert)³... E até onde eu saiba, entra geração e sai geração e a “escola de Chicago”, desde a época de Milton Friedman, continua a se reproduzir e a causar seus estragos pelo mundo⁴...

Resultado: do balanço demográfico de grupos aparentemente coerentes à explicação prosopográfica, as unidades geracionais parecem-me ainda mais construtos artificiais cujos modos de identificação obedecem a princípios e a regras de formação nem sempre totalmente explícitas. Não obstante, uma coordenada escapa às sombras e aos silêncios, porquanto incontornável, em todas as produções que se dedicam de um modo ou outro ao tema: o tempo. A geração, as gerações são uma das formas de se calcular, de se normatizar, de se controlar e de se viver o tempo, seja ele o cronológico, seja ele o biológico, seja ele o íntimo, seja ele até mesmo o descontínuo.

Não me afastei muito, portanto, de minha impressão inicial de que o conceito de geração opera em um destes âmbitos de razão autoexplicativa (como o tempo para Agostinho, até que lhe perguntassem o que ele era) sobre o qual pouco problematizamos, mas que pode funcionar em uma controvérsia

3 Francois Furet, mais seriamente dizia que “para falar a verdade, não há, desde a origem [dos Annales] escola de pensamento”, mas hegemonia de influência e de reputação. (FURET 1982, p. 5-9).

4 Para uma versão ponderada acerca da ideia de “escola”, ver (ORAIN 2018).

intelectual, nem que seja para criar a sensação de que estamos em uma espécie de refúgio social, um abrigo protetor quando as causas parecem ganhas ou perdidas... Contudo, o problema permanece: se não sou daquela geração, se não sou desta geração, em que limbo de tempo eu vivo? Entre gerações, parece uma solução cômoda. O certo é que a admiração que sentia por aquela, é a mesma que sinto pela atual. Naquela, além de conhecimento e amizade, encontrei amparo e compreensão; nesta, além de amparo e compreensão, encontrei conhecimento e amizade. Sim, é como se eu não tivesse acompanhado seus movimentos, percebido seus ritmos, escutado suas vozes, visto suas cores. No entanto, nesse meu deslocamento imóvel, fui e sou uma testemunha: de como aquela geração construiu uma área de pesquisa, de estudo e de ensino; e de como esta a consolidou, a aprofundou e a descolonizou!

Espero que esta nova edição da HH corrobore, ao menos em linhas gerais, algumas das minhas observações anteriores. Comunico às/aos leitoras/es que a partir da próxima edição teremos uma nova editoria executiva, ampliada e renovada, por sêniores e jovens. Enfim, por gerações que se encontram e se respeitam... E que não queimam, e sim protegem as bibliotecas!⁵

Temístocles Cezar ^a

Porto Alegre, dezembro de 2020.

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

5 Eu gostaria de agradecer à equipe que compõe a editoria executiva que tive a honra de chefiar nos últimos quase dois anos – Aguinaldo Medeiros Boldrini, Ana Carolina Barbosa Pereira, Ewa Domanska, João Rodolfo Munhoz Ohara, Luísa Rauter Pereira, Mateus Henrique Faria Pereira e Omar Acha – por sua disposição, comprometimento com nosso projeto e pelo companheirismo. Registro um agradecimento especial ao nosso editor-assistente, Marco Eduardo Sousa, pela sua dedicação, competência e por ser um grande mestre da arte da edição que torna a HH mais do que um periódico bem avaliado em nossa área, um modo de ser!

Temístocles Cezar

E-mail: t.cezar@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0002-5351-8204>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de História
Porto Alegre
Rio Grande do Sul
Brasil

REFERÊNCIAS

FURET, François. **L'atelier de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

JAEGER, Hans. Generations in History: Reflections on a Controversial Concept. **History and Theory**, v. 24, n. 3, p. 273-292, 1985

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações [Tradução de Cláudio Marcondes], In: FORACCHI, Marialice M. (org). **Karl Mannheim**: Sociologia, São Paulo, Ática, 1982. p. 67-95.

ORAIN, Olivier. Les Écoles en sciences de l'homme : usages indigènes et catégories analytiques. **Revue d'histoire des sciences humaines**, v. 32, p. 7-38, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Génération, générations, Vingtième Siècle. **Revue d'histoire**, n. 98, p. 113-124, 2008/2.

SIRINELLI, Jean-François/POTIN, Yann. (sous la direction de) **Générationns historiennes**. XIX^e-XXI^e siècle. Paris: CNRS Éditions, 2019.



ARTIGOS



ARTICLES

A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica

The History has judgment: the judge and the inquiry as models of authorship and analytical procedure in the writing of history

Durval Muniz de Albuquerque Jr. ^a

E-mail: durvalajr@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4153-9240> 

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Natal, RN, Brasil

RESUMO

O texto busca evidenciar, através da análise de um autor e de um livro considerados clássicos no campo historiográfico: *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, de Lucien Febvre, como o campo do direito e da justiça se colocam como fontes de modelos de procedimentos de investigação, de procedimentos de análise e de argumentação, e como fornecedores de um dado método de pesquisa para os historiadores. Como o juiz é, inclusive, tomado como um modelo de autoria, como uma figura que emula o papel desempenhado pelo historiador, na investigação e na escrita da historiografia. A História teria um papel judicativo, um papel avaliativo e compreensivo, daria lugar a um processo e lançaria mão de uma série de procedimentos que lembrariam a atuação de um juiz em um processo judicial e, por que não, numa investigação policial e judiciária. Seria o historiador um juiz dos tempos, dos eventos, submetendo os personagens históricos a um julgamento? São essas as questões que o texto procura responder.

ABSTRACT

From Lucien Febvre's historiographical classic *The problem of disbelief in the 16th century: the religion of Rabelais*, this article aims to discuss how the fields of law and justice provide specific models of research, analysis and argumentation for historians. With the judge being taken as a model of authorship, a figure that emulates the role played by historians when investigating and writing historiography. History, thus, would have a judicative, evaluative and comprehensive role, giving rise to a process and resorting to a series of procedures similar to those performed by a judge in a judicial process. Could historians be seen as a judge of the times, of events, subjecting the historical characters to a trial? These are the questions we seek to answer.

PALAVRAS-CHAVE

História da historiografia; Método; Lucien Febvre

KEYWORDS

History of historiography; Method, Lucien Febvre

Precisamente, eu desejaria não copiar meus antecessores. Não por gosto gratuito pelo paradoxal e pelo novo: porque sou historiador, simplesmente, e o historiador não é aquele que sabe. É aquele que procura. E, portanto, repõe em discussão as soluções estabelecidas, que revisa, quando é preciso, os velhos processos. (FEBVRE 2009, p. 29)

"É verdade que" - a fórmula cheira a juiz de instrução. Trata-se, então, de instruir um processo, de pesar testemunhos: os dos amigos, dos inimigos de Rabelais; os do próprio Rabelais depondo por sua vida e, ao mesmo tempo, por suas obras. Esse processo, vamos retomá-lo. Mas, refeita a instrução, decidir por sim ou não? O exame crítico dos fatos não nos pode levar a substituir a fórmula do magistrado: "é verdade que" - pela do historiador: "como explicar que?" - Fórmula humana, daquele que sabe que, em cada momento de seu desenvolvimento, as crenças da humanidade são o que podem ser." (FEBVRE 2009, p. 43-44)

Estamos iniciando a leitura de uma obra consagrada no campo da historiografia: *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais* (FEBVRE 2009). Estamos lendo um dos primeiros e o último parágrafo de uma nota introdutória sobre o método adotado na pesquisa que levou ao livro e à sua estruturação em forma narrativa. Lucien Febvre, um dos grandes nomes da historiografia do século XX, um dos pais fundadores da Escola dos Annales, a mais prestigiada escola de historiadores ocidentais, discutindo o tema preferido dos e inesgotável para os historiadores: o método. Discussão que vai delineando, ao mesmo tempo, o procedimento analítico adotado e um lugar de autoria para quem realizou a pesquisa e escreveu o texto. Num primeiro momento, parece surpreendente que, para descrever os procedimentos de pesquisa e análise que levaram à publicação do livro, bem como para delinear uma posição de sujeito para quem realizou a pesquisa e redigiu o texto, seja utilizado um conjunto de imagens que remetem ao campo jurídico, aos procedimentos e práticas judiciais. O próprio livro nos é apresentado como sendo um processo (FEBVRE 2009, p. 29), como sendo a revisão, a retomada ou

a reabertura de um processo de instrução, do qual teria sido personagem e objeto o escritor François Rabelais. O parágrafo de abertura do primeiro capítulo do Livro I volta-se a reafirmar, de forma explícita, essa sinonímia entre o processo judicial e a modalidade de escrita da história que o leitor tem em mãos. Escreve Lucien Febvre:

Contra Rabelais um processo é aberto. Um processo de ateísmo e de anticristianismo. Os fatos remontariam a 1532 e à publicação do *Pantagruel*. Testemunhas são citadas, múltiplos testemunhos são registrados. Modestos, nós nos contentaríamos com um único texto – mas decisivo. Existe um? (FEBVRE 2009, p. 47)

Desde os primeiros movimentos do texto, o leitor é convidado a acompanhar o desenrolar de um processo de instrução. Para isso, autoridades que militavam naquele longínquo século XVI, que mantiveram distintas relações com o réu, François Rabelais, serão convidadas a depor. Testemunhas serão arroladas, interrogadas, estimuladas à confissão. Testemunhos contemporâneos serão analisados e contraditados com versões e relatos realizados em séculos posteriores sobre as crenças e descrenças de Rabelais e de seus personagens. Sim, também Pantagruel, Gargântua, Panurge, Pricochole e Badebec são inquiridos e postos a termo, na retomada do dossiê sobre o possível escritor ateu ou herege, feito pelo historiador. Assim como no processo jurídico de instrução, trata-se de compulsar evidências, documentos, testemunhos, de levantar suspeitas, de inquirir, de interrogar testemunhas, de ouvir diferentes versões acerca do mesmo evento. A obra do historiador é, como o processo judicial, produto de uma investigação, de um inquérito, da perquirição e perseguição de pistas e indícios. É no universo jurídico que o historiador vai buscar um conjunto de imagens para compor a figuração de seu método de trabalho, para tornar visível e legível, a quem se desse o trabalho de consultar a obra, os procedimentos de pesquisa e análise ali utilizados. Para figurar o método, que garantiria, justamente, o caráter científico

do trabalho do historiador, o que se tem é o recurso retórico a imagens que se referem a um outro ofício e a outros procedimentos.

Ao mesmo tempo em que figura seu trabalho e o livro dele resultante como um processo, um dossiê, consequência de uma atividade de inquérito e instrução, Lucien Febvre delinea para si o lugar de um modesto juiz de instrução. Ele, depois de muitos anos, resolve reabrir o processo que infirma François Rabelais como praticante de ateísmo e anticristianismo. Há quarenta anos, Louis Thuasne, “esquadrinhador emérito”, havia dado seu veredicto favorável à tese da acusação. Há vinte anos, “o príncipe dos estudos rabelaisianos”, Abel Lefranc, repetira a condenação. Sem esquecer que, já no ano de 1533, “um juiz muito competente”, João Calvino, condenara por ateísmo o primeiro livro de Rabelais. Versos latinos, escritos por autores que conheciam Rabelais, que frequentavam sua casa, que se davam com ele, que foram beneficiários de sua linguagem solta, também o acusam, embora com algum atraso, de anticristianismo (FEBVRE 2009, p. 47). Mas, mesmo diante de tantas autoridades, de tantos discursos autorizados, o modesto juiz de instrução Lucien Febvre, resolve duvidar da incredulidade do pai de Pantagruel e Gangântua, resolve lhe dar nova oportunidade de se defender perante o tribunal da História.

Sim, não há dúvida que Lucien Febvre estabelece uma relação de similitude entre o saber histórico, a historiografia e a figura do tribunal. À historiografia caberia realizar uma nova avaliação, um novo julgamento do personagem François Rabelais e, para isso, ele deveria ser novamente convocado a comparecer perante o tribunal historiográfico, para ser submetido a um inquérito, a um processo. Ele deveria comparecer perante o juiz de instrução, o historiador Lucien Febvre. Essa figura jurídica não existe na estrutura judiciária brasileira. Aqui o juiz que comanda a instrução do processo é o mesmo juiz que profere a sentença final, que realiza o julgamento, coincidência de posições de sujeito que têm

causado tantos problemas, nos últimos tempos. Na França, o juiz de instrução é, justamente, aquele responsável pela etapa do inquérito, da investigação, é aquele que recebe, revisa e, se necessário, manda refazer todo o trabalho de levantamento de indícios, de pistas, de provas, de realização da peritagem criminal feita pelas instituições policiais, podendo instaurar novas diligências e procedimentos acerca do crime e do criminoso que estão sendo investigados. É ele que realiza, em sede judicial, a oitiva das testemunhas de defesa e de acusação, do próprio réu e da vítima ou vítimas do episódio delituoso e que recebe as alegações finais da promotoria e da advocacia de defesa. É ele que, portanto, deixa o processo pronto para ser remetido ao juiz que fará o julgamento e que emitirá a sentença. É nesse lugar de prática e de fala que Lucien Febvre vem alojar o historiador. Ele é o juiz que recebe o dossiê sobre François Rabelais e o resolve rever, reolhar com muito cuidado. Mesmo que só tivesse a sua disposição testemunhos escritos, ele se propõe a ouvir com atenção os “pequenos camaradas, os ‘poetas’ cujos testemunhos os dois eruditos de renome (Thuasne e Lefranc) concordam em elogiar”. O artifício retórico faz de homens, que já haviam morrido há alguns séculos, testemunhas, a comparecer perante o juiz de instrução do século XX, para prestar depoimento acerca do réu, François Rabelais (FEBVRE 2009, p. 47). O historiador não está lendo apenas o que disseram, está ouvindo suas vozes, que, mediante interrogatório, mediante resposta a uma tópica, a um conjunto de questões, a um conjunto de problemas, colocados pelo juiz contemporâneo, vão colaborando para sabermos quem foi, o que fez e como pensou o pai de Pantagruel e Gangântua.

O texto explicita a proximidade entre os procedimentos de pesquisa e análise utilizados pelo historiador e aqueles que advêm do campo do direito. O Direito seria uma das matrizes disciplinares da historiografia moderna. Ele serviu de modelo de normatividade e cientificidade no momento em que, no século XIX, a historiografia passou a reivindicar o estatuto de ciência. A assemelhar os dois campos do saber, um procedimento, uma prática, aquilo que definiria mesmo a própria cientificidade de

um saber: o método. Nesse aspecto, Lucien Febvre se mostra muito mais próximo da chamada escola metódica francesa do que gostaria, afinal ainda abre sua obra com uma discussão sobre o método e nela aproxima a historiografia do campo do Direito. Assim como no campo jurídico, na historiografia científica também se trata de fazer uma investigação, de realizar um inquérito, sobre dados eventos e personagens. Assim como na atividade do investigador criminal, o historiador deve buscar pistas, indícios, elementos comprobatórios dos eventos ocorridos. Recuperar as circunstâncias em que ocorreram os fatos, restaurar, minimamente, a sua trama, levantar nomes de personagens, de agentes, de atores, ouvir testemunhos, seriam atividades que irmanariam historiadores e agentes do campo das atividades jurisdicionais. A etapa inicial e decisiva de qualquer atividade de pesquisa em história, a etapa da consulta aos arquivos, a etapa da construção das fontes, coincidiria com a etapa inicial e decisiva de qualquer procedimento jurídico, ou seja, a etapa do levantamento do aparato probatório, que decidirá, inclusive, se haverá ou não a continuidade do processo, se há ou não ato delitivo a ser investigado. Não é mera coincidência, portanto, que Lucien Febvre vá buscar no vocabulário do universo jurídico, do exercício do direito, os conceitos e imagens com os quais vai explicitar o seu método de trabalho.

Mas o que significa essa aproximação entre a historiografia, a pesquisa e a escrita da história e o universo jurídico e legal? Talvez o traço mais geral, que não podemos esquecer, é o caráter estatal das duas formas de saber. Assim como o saber jurídico, a historiografia é, desde o século XIX, um saber de Estado. A historiografia se profissionalizou sob a égide do Estado. Assim como o Direito, a historiografia cedo se instalou no aparato estatal e passou a servir como saber legitimador e atribuidor de sentido para as ações estatais. Tanto o Direito como a História se colocaram a serviço da nação e do fortalecimento de sua representação no aparelho de Estado. Leopold von Ranke, um dos responsáveis pela metodização da historiografia, por fazer dela um saber científico, dedicou toda

a sua obra a exaltar o papel central do Estado no processo histórico e foi um partidário apaixonado da unidade política dos Estados germânicos, um militante da causa da unificação da Alemanha (BENTIVOGLIO 2010). É interessante pensar que Lucien Febvre, sendo o fundador de uma escola historiográfica a qual, em grande medida, recusou a centralidade da história política, que se propôs a fazer uma historiografia econômica e social, que, nesse trabalho, inspirado na antropologia de Lucien Lévy-Bruhl, pretendeu fazer uma história das mentalidades, das crenças, das sensibilidades de uma época, não consiga fugir do vocabulário do campo jurídico, tão central para os discursos estatais e para o campo do político. Se fizermos uso dos conceitos elaborados por Gilles Deleuze e Félix Guattari, o primeiro traço a aproximar História e Direito seria o fato de que ambos são saberes régios, saberes regidos por e regulados como ciência de Estado, pouco afeitos a serem saberes nômades, abertos a devires e linhas de fuga (DELEUZE e GUATTARI 1997, p. 39-41). Sabemos o quanto Lucien Febvre exerceu um papel legiferante no campo da historiografia, como seus combates pela História distribuía e instituía leis para o fazer historiográfico. Embora nesse livro se coloque como um modesto juiz de instrução, Lucien Febvre, quase sempre, assumiu o papel de juiz de sentença, distribuindo veredictos acerca da maneira adequada de se fazer História (FEBVRE 1982).

Outra consequência de se pensar a historiografia a partir do universo conceitual do Direito é fazer dela um tribunal. A historiografia teria o condão de julgar os acontecimentos e os personagens do passado. Essa associação entre a História e uma instância de julgamento é tão recorrente que chega a formar parte do senso comum. É corriqueiro ouvirmos que tal pessoa ou evento não escapará do julgamento da História. Nessa formulação, a certeza e a esperança de que a História fará justiça, de que ela será uma espécie de tribunal imparcial que submeterá a julgamento aqueles que, no presente, escaparam do merecido veredito condenatório. O juiz Lucien Febvre reabre o processo por ateísmo e anticristianismo, por

incredulidade, do réu François Rabelais; ele é trazido novamente diante do tribunal da História, para ser novamente submetido a interrogatório e julgamento.

Mas, alerta Febvre, nesse tribunal não se trata de saber se dado evento é verdadeiro ou não, não se trata apenas de se concluir pela culpabilidade ou não do indiciado, mas se trata de compreender o porquê de estar sendo acusado, o porquê de sua condenação ou absolvição (FEBVRE 2009, p. 50). No tribunal da História não caberiam condenações sumárias, vereditos apenas afirmativos ou negativos, nele o fundamental seria a compreensão das circunstâncias. Nele, o exame crítico dos eventos deveria apontar para o fato de que ninguém poderia ser culpado de um crime impossível para sua época. Rabelais não poderia ser condenado por ateísmo e incredulidade numa época em que tais formas de mentalidade e sensibilidade não estavam disponíveis. O tribunal da História se manifestaria favorável a Rabelais na medida em que ele, como homem de seu tempo, não poderia expressar ideias e crenças indisponíveis em sua cultura e em sua sociedade, em seu tempo.

Se a História se assemelha à forma do tribunal, é por ser duplamente uma instância de juízo, ou seja, uma instância de atribuição de inteligibilidade, de racionalidade e uma instância de atribuição de valor, de emissão de um dado julgamento. No discurso historiográfico, a compreensão, a inteligência, seria inseparável da valoração, da avaliação daquele personagem ou evento que se está abordando. A historiografia faria juízo dos eventos do passado à medida que os torna inteligíveis, que oferece a compressão das condições em que ocorreram, e à medida em que faz deles avaliações de ordem política, moral, ética, ideológica, etc. Na empresa de Lucien Febvre, trata-se de, ao mesmo tempo, fazer juízo sobre as condições históricas em que viveu François Rabelais, de colocar sob julgamento as várias versões que sobre ele foram construídas e valorar o próprio significado do personagem, avaliar se ele seria uma espécie de síntese do período em que viveu ou se era alguém que esteve para além de seu tempo. A historiografia seria

um tribunal das memórias, submetendo-as ao escrutínio das provas e das confrontações de versões. O historiador, esse juiz de instrução, promoveria a acareação entre as testemunhas, realizaria o cotejamento de depoimentos e documentos, interrogaria novamente os personagens, procurando explorar as contradições de suas falas, as discrepâncias entre os ditos e os feitos, tudo em nome de se fazer o melhor juízo possível dos acontecimentos e suas circunstâncias. Se o historiador ocupa uma posição de sujeito, um lugar de fala, semelhante à do juiz, é porque ele faz juízos, emite julgamentos, ele, após a instrução de um processo, chega a conclusões com valor de decisões. Apenas essas decisões não seriam absolutórias ou condenatórias, mas seriam compreensivas, intelectivas, ajuizadoras.

Quando Carlo Ginzburg aborda a relação entre a História, a retórica e a prova, ele está situando a historiografia no mesmo universo de procedimentos e recursos de análise do campo do Direito (GINZBURG 2002). Sabemos que o desenvolvimento da arte da retórica teve como campo privilegiado de aplicação o campo do direito. Mesmo quando, ao longo do século XVIII, se dá o chamado declínio da retórica e o surgimento do campo da hermenêutica como arte de interpretação e leitura dos textos, é no campo jurídico que ela terá uma aplicação privilegiada. A retórica, como a arte do bem dizer, do bem argumentar, como a arte da elaboração de discursos, que consigam ser convincentes e persuasivos, tem um papel central, notadamente, na atuação do tribunal do júri. O exercício do Direito é inseparável do domínio da arte do uso e manipulação dos discursos, do apelo para artifícios retóricos. Como argumenta Ginzburg, a própria produção da prova é inseparável de sua elaboração narrativa, retórica (GINZBURG 2002, p. 47-49). O historiador italiano nos permite perceber mais um elemento de articulação entre os procedimentos do campo do direito, do campo jurídico e o campo da produção historiográfica. Tanto em um processo aberto numa dada vara da justiça, como no processo aberto pelo historiador Lucien Febvre, contra o provável incrédulo Rabelais, se requer a produção de provas, se requer o levantamento

de possíveis indícios materiais da ocorrência dos eventos, mas esse conjunto probatório só ganha sentido quando articulados, entre si, por uma dada narrativa, que os situe no tempo e no espaço e que crie, a partir deles, uma trama, um enredo, que os torne inteligíveis e significativos. Tanto no Direito como na historiografia, a prova se faz argumentando, com ela e a partir dela. A prova não antecederia o argumento, ela é um elemento da argumentação. Não seria a materialidade ou empiricidade da prova que a tornaria decisiva, mas o lugar que ela viesse ocupar em um dado relato. Tratando das peças do dossiê que compulsou sobre o autor de *Pantagruel*, Febvre expõe o procedimento que adotou para que a dispersão de elementos probatórios de que dispunha fizessem sentido, dizendo:

Vejamos, mas como? É aqui que precisamos permanecer fiéis ao nosso propósito – e recusar-nos ao contato com documentos tomados isoladamente, enquanto não houvermos, em conjunto, analisado certos hábitos de espírito, certas maneiras de ser, de agir e de pensar próprias ao pequeno mundo curioso, simpático e desagradável de uma só vez, dos fiéis servidores do dístico e do jambo.

Microcosmo mal conhecido. Não encontrou seu historiador. Talvez não o mereça? O tédio de ler tantas laboriosas prosódias, e de as ler com dificuldade (as coletâneas são raríssimas é preciso caçá-las de biblioteca em biblioteca) – esse tédio parece superar, em muito, o proveito. Não há aí, inexplorado, um capítulo de história do espírito humano. Alguns testemunhos de psicologia histórica, isto sim. (FEBVRE 2009, p. 48)

Vemo-nos diante de um investigador, de um caçador laborioso de coletâneas de documentos, de um pesquisador entediado, vagando de biblioteca em biblioteca, atrás de se inteirar acerca de um microcosmo social mal conhecido, diante do qual os documentos de seu dossiê pudessem fazer sentido. Como é comum encontrarmos nos textos de abertura dos trabalhos historiográficos, no momento de desenhar um lugar de sujeito para si mesmo, o historiador, quase sempre, prefere figurar-se no arquivo, às voltas com coletâneas documentais

raríssimas, empenhado na tarefa hercúlea de produzir as fontes, de caçar os testemunhos e as evidências inéditas. Se pouco fala do momento da escrita do texto, se raramente comenta ou se coloca como autor do texto que se vai ler, o historiador fala sempre em primeira pessoa quando se trata da etapa da pesquisa, de maneira a ressaltar sua faina nos arquivos. Esse momento da operação historiográfica parece ainda ser o garante do estatuto científico do trabalho do historiador. A inseparabilidade entre prova e retórica, entre prova e narrativa, parece quedar suspensa, entre parênteses, quando se privilegia o momento do arquivo em detrimento do momento poético, narrativo do fazer historiográfico. A novidade, aí, é que o historiador Lucien Febvre se mostra entediado ao ter que ler a produção prosódica dos fiéis servidores do dístico e do jambo. A mesma ênfase na dificuldade da tarefa, no esforço que implicaria a pesquisa histórica, tão comuns nas produções paratextuais que costumam abrir as obras historiográficas. No entanto, estamos diante de uma novidade, a denegação da importância daquilo que pesquisou: o microcosmo, objeto de seu inquérito, ainda não teria encontrado seu historiador, talvez por não merecer; o proveito retirado de horas de tédio foi diminuto; não haveria aí nenhuma contribuição à história do espírito humano; no máximo, uma pequena contribuição ao campo da psicologia histórica, onde se inscreveria, pioneiramente, a sua obra.

Mas, mesmo entediado, o historiador “evoca diante de nós (quase disse convoca), todos aqueles que, na *Gallia poética*, entre 1530 e 1540, rivalizaram em zelo, senão em talento” (FEBVRE 2009, p. 48). Segue-se a lista dos poetas convocados a depor no inquérito aberto acerca das crenças de Rabelais. Passa então a escutar a cada um deles, ouvi-los por escrito, obviamente, escutá-los através dos poemas que deixaram impressos: estranha forma de escuta. O que disserem, o que narrarem será avaliado como aparato probatório. Nas querelas poéticas, nas provas que se compulsam, muito de retórica. Como separar o fato de sua narração: “esses deuses do Olimpo empolados espreitam um ao outro com olhar desconfiado. Ai

de quem ferir sua vaidade: insultos atrozes, clamores de ódio seguem-se, sem transição aos panegíricos mais tresloucados, aos ditirambos mais exaltados” (FEBVRE 2009, p. 49). Assim como no campo jurídico, fazer prova é também lançar mão dos recursos da retórica e ter que lidar com seus efeitos na própria documentação que se consulta. Ao procurar os fatos e encontrar tradições e figuras de retórica, formas e fórmulas discursivas, o historiador-juiz de instrução se vê aturdido e ingênuo diante de seu dossiê poético:

A querela poética: íamos acreditando, ingênuos, que se trata, de fato, de uma querela. E sem dúvida, na origem, há realmente melindre e debate. Mas o conflito serve, antes de tudo, de tema cômodo de uma cascata de peças. Uma disputa: que achado para gente que não tem nada a dizer! Em primeiro lugar, os fatos, contados de modo trágico. Depois as invectivas: a primeira, a segunda, a terceira, as repetições. Em seguida, uma após outra, a copla nostálgica da amizade defunta; a explicação leal; a peripécia (a culpa de X...) – e, finalmente, as reconciliações. (FEBVRE 2009, p. 49-50)

Dá para se perceber a irritação de nosso juiz-historiador, ele quase xinga os vates chamados a depor. Contraditoriamente, uma gente que não tem nada a dizer, foi convocada ao processo para que fale. O juiz-historiador se irrita com as fórmulas retóricas, com as repetições, com a estrutura mesmo da produção poética que analisa. Há, também, por parte dele, melindre e debate. Ele se dá conta de que as querelas poéticas que tem em mãos é apenas “um tema cômodo de uma cascata de peças” (FEBVRE 2009, p. 49). Fato e ficção se embaralham, retórica e prova não se deslindam, e o historiador-juiz passa do tédio ao melindre e à irritação. Descobre no relato dos fatos uma estrutura narrativa, uma formação discursiva reiterativa e convencional. O *disputatio* era um procedimento clássico da retórica, sendo, inclusive, um procedimento de ensino na Idade Média e consistia no diálogo entre mestre e aluno em torno de determinado tema. A escolástica utilizava-se do *disputatio*, tanto no campo das querelas teológicas, quanto no campo das ciências, como o Direito (ARISTÓTELES, *Retórica*, 2015).

Ao mesmo tempo em que, consciente ou inconscientemente, Lucien Febvre atualizava o procedimento retórico e analítico desse método, em seu livro sobre François Rabelais, parecia se irritar com o uso ritualístico e formal nas poesias que analisava.

Assim como havia um modo de se contarem os fatos nesses poemas, o modo trágico, também havia uma forma de se contarem os fatos na historiografia, nesse caso o modo epidítico, gênero narrativo também afeito às práticas do Direito. O gênero epidítico foi, desde a Antiguidade, aquele prevalecente na construção da argumentação jurídica. O gênero epidítico enfatiza a demonstração, a mostra, a colocação em cena, a colocação, sob os olhos do ouvinte ou do leitor, dos eventos que vieram a ocorrer. No campo da justiça, ele visa ressaltar e decidir sobre o que é justo ou injusto, ético ou antiético, associando, como também ocorrerá no discurso historiográfico, a compreensão com a valoração, com a avaliação dos valores ali implicados (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996). A historiografia, além de uma dimensão estética, possui uma dimensão ética: trata-se da utilização de recursos retóricos, poéticos, ficcionais, para a construção de cenas e personagens que permitam a discussão de valores, de princípios, de orientações normativas para a vida em sociedade.

Mas, se Lucien Febvre se coloca na posição de sujeito de juiz de instrução, estaria ele afirmando que seu livro não traria nenhuma sentença, nenhum veredicto, nenhuma conclusão acerca do processo reaberto contra François Rabelais? Para ele, seria a historiografia uma mera rearrumação do arquivo, um reordenamento das peças de um dossiê, uma mera reinquirição das testemunhas, uma revisão dos fatos anteriormente relatados? Recortar de uma outra maneira o arquivo, fazer perguntas ainda não feitas, analisar novamente, de forma detida, as circunstâncias do acontecimento, seria o bastante para se fazer historiografia? A escrita da história continuaria sendo, sobretudo, uma questão de método de pesquisa? Não me parece terem sido esses os gestos decisivos, os gestos nucleares no livro *O problema da incredulidade no século XVI*:

a religião de Rabelais. Não me parece aleatório que a palavra problema apareça em primeiro plano no título da obra. Mais do que fazer uma nova instrução do processo contra Rabelais, essa instrução, agora, obedece à inquirição sobre um problema. O juiz de instrução-historiador que atua nesse processo não está preocupado apenas com a dimensão probatória daquilo que compulsa e anexa ao dossiê, ele também está preocupado em participar de um debate acerca das leituras feitas e que possam se fazer daquela documentação. Desde o princípio, o juiz Lucien Febvre não esconde que tem um êmulo naquela empreitada investigatória, que possui um contrincante, que está fora daquele processo, mas cuja leitura do caso François Rabelais o motivou a reabrir o inquérito: o historiador da literatura Abel Lefranc (FEBVRE 2009, p. 47). O juiz de instrução Lucien Febvre transforma as conclusões da monografia de Lefranc em problemas, em questões, em perguntas que dirigem a sua ida ao arquivo, que orientam o recorte que fará no dossiê Rabelais. A certeza sobre o ateísmo, sobre o anticristianismo de Rabelais, encontrada no livro de Lefranc, se transforma em indagação, em dúvida, se transmuta em ponto de partida da investigação de Febvre. Mais uma vez, o juiz de instrução Lucien Febvre se revela o polemista dos combates pela história, o historiador líder de escola historiográfica, o sargento combatente das querelas no campo da escrita da história.

No livro de Lucien Febvre não há apenas um juiz de instrução, há também um juiz de sentença, e a conclusão do livro deixa isso muito patente. Nela descobrimos que, ao lado de François Rabelais, há um outro indiciado a ser processado e julgado pelo historiador-juiz, há um outro convocado a comparecer perante o tribunal da história, para ser devidamente disciplinado: o malfadado e mal afamado anacronismo. O livro de Lucien Febvre é um libelo contra o anacronismo, o pecado mortal para os historiadores. O livro de Abel Lefranc e toda a produção anterior sobre o famoso escritor francês, do século XVI estariam maculadas por esse crime gravíssimo: transportariam para o passado formas de crer, ideias, valores, comportamentos e atitudes que não poderiam estar presentes naquele passado.

Teria sido esse o problema que todo o livro pretendeu levantar: o problema da possibilidade da incredulidade, de seu alcance e de seus meios, entre os homens e mulheres da Renascença francesa. Não se trata, pois, de uma mera rearrumação do arquivo, de uma mera reinquirição das testemunhas, de revisão dos fatos, de acumular uma nova quantidade de pistas, de indícios, de evidências. Trata-se sim de submeter toda a dispersão do dossiê a uma questão que o aglutinaria e reorganizaria. Tratava-se de fazer novamente a pergunta que outros já haviam feito, dada a possibilidade de uma resposta diferente. E a resposta podia ser diferente, porque quem inquiria o passado, agora, era um historiador de ofício, era um juiz de instrução guiado pelo método histórico, aquele mesmo definido e defendido, na França, por autores como Fustel de Coulanges, Charles Langlois e Charles Seignobos (HARTOG, 1988; LANGLOIS e SEIGNOBOS, 2017). Método histórico que trazia em seu frontispício a lei maior, a cláusula pétrea da profissão historiadora: a recusa do anacronismo. Diz Febvre, na conclusão de sua obra:

Crer ou não crer: foi contra a ideia ingênua, foi contra a ideia simplista de que esse problema não tem mistério; foi contra a ideia anti-histórica de que podíamos colocá-lo para os homens do século XVI da mesma maneira pela qual temos tendência a pô-lo para nós mesmos – foi contra essa ilusão e esses anacronismos que todo esse livro viu-se dirigido. Ora, deixemos de lado o primeiro termo: crer. E o segundo? (FEBVRE 2009, p. 386)

Curioso juiz é Lucien Febvre; singular juiz é o historiador, que inicia uma investigação, que inicia um processo, sendo *a priori* contra algo ou alguém. Na verdade, estamos mais familiarizados com juízes desse tipo do que, talvez, os franceses. Todo o processo se inicia motivado pelo combate às ilusões e aos anacronismos constantes das anteriores biografias e análises das obras de François Rabelais. No início, uma recusa e um problema: a incredulidade era possível para os homens e mulheres do tempo de Rabelais? Para Febvre, um pressuposto se colocava era pensar de maneira anti-histórica supor que um

homem do século XVI podia crer ou não crer da mesma maneira que essas questões se colocam para nós, os contemporâneos. Aliás, como é comum na escrita historiográfica, Febvre faz questão de utilizar, durante todo o texto, um nós, a primeira pessoa do plural, comprometendo com e incorporando seus leitores as suas próprias posições. O sujeito do texto nunca diz eu, nunca se assume em sua singularidade, a autoria é sempre compartilhada com o leitor. Não é apenas ele que deixa de lado a questão da crença, para se debruçar sobre o problema da incredulidade, somos todos nós. Todos nós não podemos nos deixar levar pela ingenuidade e pela ideia simplista de que se podem formular as mesmas questões aos homens e às mulheres do nosso século e àqueles que viveram no período da Renascença. O passado guarda mistérios, segredos, não ditos, eventos esquecidos e mal explicados que exigem investigação, a reabertura do inquérito, para que se chegue a novo veredicto.

Há, sim, no livro de Lucien Febvre, um juiz de sentença, um juiz que decide pela adequação ou não das interpretações feitas anteriormente sobre esse século XVI francês e sobre um de seus personagens de maior destaque. Um juiz de sentença que estabelece novas certezas e novas verdades para esse período, certezas e verdades que seriam mais adequadas à sua realidade. Um juiz que julga, ao mesmo tempo, o passado e as versões que sobre ele foram construídas, seja pelos seus próprios personagens, seja por aqueles que vieram depois e para eles olharam com interesse de pesquisador. Um juiz que conclui o processo que reabriu infirmo a incredulidade de Rabelais e de qualquer homem e mulher daquele período. Embora tivesse tido que passar horas de tédio lendo e relendo o dossiê composto de coletâneas e documentos raríssimos, mesmo que se obrigasse a azafamar na correria entre uma biblioteca e outra, à caça das pegadas de sua personagem, no final, o esforço de dez anos teria valido a pena, pois pôde levar de vencida o grande ogro da historiografia: o anacronismo, o tempo fora de lugar, o tempo fora dos eixos. À pergunta que iniciou a sua aventura investigativa pode dar agora uma resposta apoiada no laborioso trabalho de investigação, de

levantamento e análise da documentação, recurso fundamental tanto no campo jurídico, como no campo historiográfico. O juiz queda com sua convicção formada, pode enunciar a sua sentença; pode, inclusive, insinuar as penalizações que aqueles, contra os quais iniciou a investigação, devem agora receber: o esquecimento, o olvido daquilo que escreveram. Diz ele:

Não crer por razões de ordem histórica: isso era possível para Rabelais, para seus contemporâneos? Mas quem, naquele tempo, havia considerado seriamente o texto dos Evangelhos, como se considera seriamente um texto de um escritor – ou melhor, os textos justapostos de vários escritores diferentes – com a preocupação de autenticá-los, de datá-los e de estabelecer suas relações recíprocas? Ninguém pensara nisso; ou, se a ideia ocorrera a alguns, a alguns homens de espírito particularmente sutil e penetrante – ela permanecera no estado de ideia inverificável, vaga e sem valor. Como teria podido ser de outra maneira? (FEBVRE 2009, p. 387)

E acrescenta:

Rabelais foi, para seu tempo, um espírito livre. Foi um homem de robusta inteligência, de vigoroso bom senso e liberto de muitos preconceitos que estavam em voga à sua volta. Creio nisso. Admito. Mas digo: “para seu tempo”. O que implica em larga medida que, entre sua liberdade de espírito e a nossa, não há diferença de grau, mas diferença de natureza – e nada em comum, a não ser certa disposição do espírito, certo temperamento, certo comportamento. Suas ideias? Não as instalemos, por favor, como cabeça de série, na origem de nossas próprias ideias. Um selvagem é extremamente engenhoso ao fazer fogo rolando fortemente uma varinha no oco de um pedaço de madeira seca. E se ele próprio imaginou uma tal técnica, é um selvagem de gênio. Mas não o inscreveremos, por isso, na lista dos inventores do forno elétrico. (FEBVRE 2009, p. 390-391)

Trata-se de estabelecer a alteridade do passado, de romper com a busca da identidade e da semelhança entre passado e presente. A comparação feita entre Rabelais e um selvagem é extremamente reveladora da presença da

etnografia, da antropologia como saberes inspiradores dessa nova historiografia francesa (DOSSE 1992) . É inegável a inspiração, admitida no início do livro, da obra de seu colega na Universidade de Estrasburgo, Lucien Levy-Bruhl, *A mentalidade primitiva* (LEVI-BRUHL 2008). Assim como Levy-Bruhl havia defendido que a mentalidade dos selvagens era radicalmente diferente da forma de pensar das sociedades ditas civilizadas, que essa forma de racionalizar o mundo não era melhor ou pior, inferior ou superior da maneira ocidental de fazê-lo, mas apenas diferente, distinta, tendo uma lógica interna própria, Febvre vai advogar que os homens do século XVI estavam tão distantes da maneira de pensar dos homens do século XX como um selvagem estava de um europeu. As perguntas que muitos especialistas haviam colocado para aquela época eram impossíveis de serem feitas pelos homens e mulheres que ali viveram. Muitas das dúvidas e incertezas que assaltavam um homem da Europa contemporânea não eram possíveis de serem sequer formuladas por um homem da Renascença, já que eles não possuíam os conceitos, o equipamento mental necessário. Não é que lhes faltasse algo. Para as condições de vida do seu tempo, eles dispunham de todo arsenal mental de que precisavam. Mesmo um homem de gênio como Rabelais, mesmo um espírito livre, um homem de inteligência robusta como ele, não era capaz de ler os textos dos Evangelhos como um homem ou uma mulher do tempo do historiador-juiz era capaz de fazer. Ele foi, sem dúvida, um homem excepcional, mas um homem excepcional para o seu tempo, para sua época, não poderia ser diferente. Febvre condena essas continuidades especiosas entre homens do passado e homens do presente, ele advoga por uma historiografia que ressalte as discontinuidades e as singularidades dos tempos. Ele trata de inventariar o que seria uma estrutura mental, uma dimensão inconsciente e profunda da realidade histórica que estuda, para além do caso individual e prodigioso de seu personagem. Ao cabo da investigação, o juiz de instrução e historiador pode responder sem hesitação às perguntas que se colocou no começo do processo:

Assim, às duas questões que púnhamos ao começar, podemos responder sem hesitação. Um homem como Rabelais, mesmo a supô-lo dotado de uma prodigiosa inteligência de precursor – um homem como Rabelais, se houvesse empreendido encabeçar contra a religião cristã essa espécie de cruzada obstinada de que nos falamos: não, assim ele não teria podido fazer obra realmente séria. O terreno cedia sob seus pés. E suas negações não teriam podido ser, quando muito, senão opiniões – maneiras de pensar e de sentir paradoxais que nada vinha apoiar de fora, escorar realmente, substancialmente, nem na ciência nem na filosofia de seu tempo. E, de outro lado, um racionalismo coerente, um sistema racionalista bem organizado e, por isso mesmo, perigoso porque apoiado em especulações filosóficas, em aquisições científicas válidas: não, ele ainda não existia no tempo de *Pantagruel*. Ainda não podia existir. (FEBVRE 2009, p. 391).

Os homens e mulheres do tempo de *Pantagruel e Gangântua* (RABELAIS 2003) estavam imersos em outra racionalidade e em outra sensibilidade, pensavam e sentiam de modo muito distintos das nossas maneiras de fazê-lo. A obra de um homem, mesmo de gênio, para ser levada a sério, para ser entendida por seus contemporâneos, tinha que estar enraizada no solo histórico de seu tempo (os historiadores adoram metáforas orgânicas, retiradas da natureza). Não é que nossos antepassados não tivessem capacidade de fazer juízo das coisas, da própria vida e realidade em que se encontravam. Faziam, apenas, um juízo diferente daquele que podemos fazer. A história, em si mesma, como realidade e processo, teria um juízo próprio, uma racionalidade própria, a ser capturada pelo historiador. O mesmo se dá em relação à escrita da história, à historiografia, a ela cabe fazer um juízo do passado, avaliá-lo, compreendê-lo em seus próprios termos. Se um historiador tem juízo, ele tenta evitar estabelecer continuidades entre eventos, personagens passadas e o seu próprio tempo. O anacronismo é um pecado do historiador sem juízo, sem a devida cautela metodológica, sem a necessária tomada de distância daquilo que estuda. Assim como o juiz de instrução não deve ou pode ter nenhuma proximidade com o réu, sobre quem realiza a investigação, assim como um juiz de sentença deveria se declarar impedido

de julgar se alguma animosidade prévia, se alguma disposição de espírito já preexistisse a análise do processo, no que tange àquele nele indiciado, o historiador deveria ser esse magistrado imparcial, esse julgador do passado, que o avalia e sobre ele emite juízos sem o comprometimento subjetivo e ideológico prévios. Ao se colocar na posição de um juiz de instrução, Lucien Febvre não estaria, ainda, comprometido com a ideia da neutralidade e da imparcialidade do pesquisador? O positivismo, chutado com espalhafato pela porta da frente, não estaria retornando sorrateiro pela porta dos fundos? A imagem do juiz de instrução não remeteria o historiador para esse lugar de neutralidade, de emissão de um juízo apoiado nos documentos e nos eventos compulsados, nas evidências fornecidas pelo dossiê, sem a mediação de outra modalidade de juízo: o juízo de valor? Ao escolher esse lugar para se colocar, Febvre não estaria, ainda, advogando pela possibilidade de o juízo historiográfico, metodicamente orientado, ser superior a outras formas de juízo?

Pensar a História como sendo um tribunal, dá a ela uma enorme importância. Caberia a ela emitir juízos sobre os eventos e seus agentes históricos, firmando uma imagem e uma reputação deles, que seriam definitivos. Ser julgado pela História, ter dela um veredicto definitivo, seria a aspiração e o temor de todos aqueles que figuraram como personagens públicos, como sujeitos do que seriam os eventos históricos. Nesse tribunal dos tempos, o historiador seria o personagem principal, o juiz responsável pela instrução do processo e por exarar o julgamento definitivo. Assim como no processo judicial, a operação historiográfica seria composta pela etapa da investigação, da busca de documentos, testemunhos e provas, pela etapa da análise das evidências e formação da convicção, do juízo sobre o que teria se passado, sobre o como teria se passado e, por fim, pela etapa da emissão do juízo, do julgamento, da sentença, pela conclusão do processo com o exarar do parecer final. A História seria um tribunal por ser presidida por uma racionalidade, por obedecer a procedimentos metódicos de formação de juízo sobre eventos e personagens.

A História teria juízo, por trazer no interior de seu processo, uma racionalidade, passível de ser lida por outra razão colocada no seu exterior, por estar submetida ao juízo do historiador que, por seu turno, emitiria em seus escritos, em suas obras, um terceiro juízo, nascido do encontro de sua racionalidade, da razão metódica e científica de suas práticas historiográficas e a racionalidade dos agentes que capitanearam os acontecimentos passados. Mesmo quando essa racionalidade escapava a esses agentes do processo histórico, quando ela lhes era inconsciente, estando presente numa psicologia coletiva, numa mentalidade coletiva, um juízo sobre ela era possível para historiador-juiz. Só não seria admissível uma escrita da história sem juiz e sem juízo, uma História desajuizada.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

BENTIVOGLIO, Júlio. Cultura política e historiografia alemã no século XX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 1, n. 3, jun., 2010, p. 20-58.

DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caifa. São Paulo: Editora 34, 1997.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Tradução: Dulce da Silva Ramos. Prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1992.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. Tradução Maria Lúcia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. São Paulo: Ariel, 1982.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HORTOG, François. **Le XIX siècle et l'histoire: le cas Fustel de Coulange**. Paris: Université de France, 1988.

LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. Tradução Antônio Fontoura. Curitiba: Patolalivro, 2017. E-book.

LÉVI-BRUHL, Lucien. **A mentalidade primitiva**. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2008.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Prefácio Fábio Ulhôa Coelho; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RABELAIS, François. **Gargântua e Pantagruel**. Tradução David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.

NOTA SOBRE O AUTOR

Durval Muniz de Albuquerque Jr

durvalajr@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal
Rio Grande do Norte
Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Durval Muniz de Albuquerque Jr
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes.
Departamento de História, Campus Universitário, BR-101
Lagoa Nova
59078970
Natal, RN - Brasil

FINANCIAMENTO

Nenhum Financiamento foi declarado.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
Sem Derivações 4.0
International.



RECEBIDO EM: 25/MAIO/2020 | APROVADO EM: 6/AGO./2020

Enredar a loucura: a “dialética dos monstros” na história da arte de Aby Warburg

Emplotting madness: the “dialectic of the monster” in Aby Warburg’s Art History

Naiara Damas ^a

E-mail: naiaradamas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3555-0160> 

^a Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Juiz de Fora, MG, Brasil

RESUMO

No ano de sua morte, em 1929, o historiador alemão Aby Warburg escreveu no diário de sua Biblioteca sobre a conexão que acreditava existir entre a sua vida pessoal e o seu projeto de pesquisa sobre a vida póstuma da Antiguidade. De acordo com ele, um “reflexo autobiográfico” teria feito com que sua condição como esquizofrênico se projetasse sobre o seu diagnóstico por imagens da “esquizofrenia do Ocidente”. Esse efeito especular permite ver a sua obra não apenas como um empreendimento intelectual, mas também como um espaço terapêutico fundado no entrelaçamento essencial entre sujeito e objeto. Ao transformar o seu drama psíquico num drama cultural coletivo, Warburg estabelece as condições para que a sua pesquisa acadêmica figure como um *front* na sua “luta contra os monstros”. Neste artigo, pretendo explorar esse reflexo autobiográfico a partir de três momentos de sua obra como psico-historiador: o ensaio sobre Lutero e imaginação astrológica; a conferência sobre o ritual da Serpente e a reflexão sobre os riscos do ofício do historiador.

ABSTRACT

In the year of his death, 1929, German historian Aby Warburg wrote in his diary about the connection he believed existed between his personal life and his research on the *Nachleben der Antike*. According to him, an “autobiographical reflex” caused him to project his condition as a schizophrenic onto his diagnosis of the “schizophrenia of the West”. This specular effect allows us to see his work not only as an intellectual endeavour but also as a therapeutic space built from the essential interweaving between subject and object. By transforming his psychic drama into a collective cultural drama, Warburg establishes the conditions for his academic research to emerge as a front in his “battle with the monster”. This article seeks to explore this autobiographical reflex analysing three moments of his work as a psycho-historian: the essay on Luther and astrological imagination, the lecture on the Serpent Ritual, and the seminar on the dangers of the historian’s vocation.

PALAVRAS-CHAVE

Aby Warburg; História da Arte; Autobiografia

KEYWORDS

Aby Warburg; Art History; Autobiography

"Para um psicólogo, poucas questões são tão atraentes como a relação entre filosofia e saúde, e, no caso de ele próprio ficar doente, levará toda a sua curiosidade científica para a doença."
Nietzsche, *A Gaia Ciência*

No ano de sua morte, em 3 de abril de 1929, o historiador da arte Aby Warburg registrou no diário de sua Biblioteca de Ciências da Cultura, *Kulturwissenschaftliche Bibliothek*, uma breve anotação sobre o vínculo que acreditava existir entre a sua vida e sua obra. Olhando retrospectivamente para sua trajetória intelectual num momento em que se dedicava à composição de seu último projeto, o *Atlas Mnemosyne*, ele escreve sobre o caráter subjetivo do problema histórico-cultural que lhe acompanhara ao longo dos anos. A investigação sobre a "vida póstuma" da Antiguidade, *Nachleben der Antike*, nas épocas sucessivas da cultura revela-se, agora, como o efeito de um reflexo autobiográfico.

Às vezes, em minha condição de historiador da psiquê, é como se um reflexo autobiográfico me tenha levado a querer identificar no mundo figurativo a esquizofrenia do Ocidente; por um lado, a ninfa extática (maníaca) e, por outro, a divindade fluvial (melancólico) como dois polos entre os quais a pessoa sensível busca na criação de seu estilo. O antigo jogo do contraste: *vita activa* e *vita contemplativa* (WARBURG 2016, p. 1426)

Nessa breve nota confessional, Warburg inscreve as suas reflexões sobre a arte no domínio biográfico de sua experiência com a loucura, que havia levado a sua internação em diferentes clínicas psiquiátricas entre 1918 e 1924, quando foi diagnosticado como esquizofrênico e, posteriormente, como maníaco-depressivo.¹ A sugestão de um entrelaçamento fundamental entre o diagnóstico privado e o diagnóstico cultural da "esquizofrenia do Ocidente" é apresentada como o resultado de um jogo de espelhos que se manifesta, sobretudo, na projeção dos mesmos traços *sintomáticos* de sua condição patológica sobre o domínio da arte. Oscilando sempre entre

1 O diagnóstico de esquizofrenia com poucas chances de recuperação de L. Binswanger foi contestado pelo psiquiatra E. Kraepelin que propôs, em 1923, o diagnóstico alternativo de "estado misto maníaco-depressivo" com um "prognóstico absolutamente favorável".

mania e depressão, entre êxtase e luto, a cultura ocidental, assim como ele próprio, aparecem aqui enredados em um trágico “jogo de contrastes”.

O vínculo entre pesquisa histórico-cultural e distúrbio psíquico vem reforçado ainda pela posição reivindicada por Warburg como historiador da psiquê que, na condição ambivalente de *psicólogo* e *paciente*, almeja identificar a “esquizofrenia” do Ocidente. “No fundo, esquizofrenia no espelho da evolução estilística. Polaridade maníaco-depressiva” – afirma Warburg na mesma entrada de abril de 1929 no diário de sua Biblioteca (WARBURG 2016, p. 1418). Com a ampliação da metáfora especular do reflexo, a cena que se forma no encontro entre o pesquisador – o “esquizofrênico” que se olha – e o objeto – a “esquizofrenia” refletida no espelho da arte – desfoca os limites entre sujeito e objeto, de modo a instaurar a possibilidade de uma reencenação, na própria pesquisa, dos problemas subjetivos que compõem o drama psíquico warburguiano. Na sua vida pessoal, assim como na cultura, a existência de uma oscilação pendular entre dois polos que jamais se deixam absorver ou superar pela síntese constitui o núcleo de uma luta trágica entre razão e desrazão, ou ainda, nos termos do próprio Warburg, entre *astra* (ideia) e *monstra* (demônios).

Esse espelhamento permite ver a obra warburguiana não apenas como um empreendimento intelectual, mas também como um espaço de elaboração de suas aflições psicológicas, mostrando que a luta contra os seus próprios demônios nunca se restringiu ao âmbito puramente pessoal, mas, “ao contrário, que o transtorno mental refinou a sua sensibilidade intelectual, tornando-se, por sua vez, uma espécie de exercício terapêutico” (GHELARDI 2017, p. 17). É nessa condição que o trabalho de Warburg se torna decisivo principalmente nos momentos finais de sua internação na clínica de Bellevue, em Kreuzlingen. Se a sua pesquisa se inscreve no interior de sua experiência biográfica com a loucura, essa mesma experiência parece marcada, ou ainda, mediada, pela interação com o rico repertório de

temas, imagens e personagens construído por Warburg em sua trajetória como pesquisador da “vida póstuma” da Antiguidade. No momento em que sua sanidade vacila, essas “figuras de pensamento” são integradas num jogo metafórico capaz de viabilizar a composição de um enredo para o sem-sentido da loucura que, em certo sentido, contém o seu transbordamento psíquico, abrindo o caminho para uma possível recuperação. Como sugere Christopher Johnson, essas *Denkfiguren* não só permitem tornar a “dialética dos monstros” visível no interior da ciência da cultura warburguiana, mas que essa mesma dialética se estabeleça como um objeto de autorreflexão (JOHNSON 2012, p. 158).

Neste artigo, não se trata de reconstituir a “descida ao inferno” de Warburg em seu período de internamento nem mesmo de responder aos problemas colocados por sua obra a partir de sua biografia, mas de tentar analisar os intercâmbios entre vida e obra, assim como os seus efeitos, a partir da noção de “reflexo autobiográfico” sugerido pelo próprio historiador. Na possível *vite* que se esboça através desse jogo de espelhos, a sua obra pode ser considerada como parte de uma exercício terapêutico onde convergem o esforço de estudar uma patologia cultural, a esquizofrenia do Ocidente, e o projeto de “cura” de sua própria condição esquizofrênica, descrito numa carta de 1924 como a “tentativa de autolibertação através da recordação” do seu trabalho como historiador do Renascimento (WARBURG 2007a, p. 189). O que proponho aqui é abordar o reflexo autobiográfico por meio da análise de três momentos em que o entrelaçamento entre vida e obra assume um caráter decisivo em seu trabalho como “historiador da psiquê”: os estudos astrológicos sobre a época de Lutero, a conferência sobre o Ritual da Serpente e, por fim, a sua reflexão sobre os riscos da profissão do historiador.

Dialética dos monstros e imagens astrológicas

No necrológio escrito por Ernst Cassirer na ocasião da morte de Aby Warburg, o filósofo alemão descreve uma conversa que teve com o amigo em abril de 1924, quando de sua visita à clínica de Bellevue. Nessa ocasião, Warburg lhe teria confessado que “os demônios, cujo poder sobre a história da humanidade ele havia revelado, se vingaram dele e acabaram por vencê-lo e destruí-lo” (CASSIRER 2004, p. 246). Em um momento em que sua via dolorosa estava próxima ao fim – a saída da clínica aconteceria em poucos meses –, Warburg encontra em sua pesquisa como historiador da arte uma forma de explicar o adoecimento psíquico: os *monstra*, demônios, que ele expôs em seus estudos sobre a astrologia e superstição no limiar da época moderna teriam retornado para assombrá-lo, reivindicando a sua própria sanidade. Esse entrelaçamento de sua tragédia pessoal às tensões envolvidas na renovação do paganismo coloca no centro de sua experiência com a loucura o processo espiritual que Warburg havia chamado de “dialética dos monstros” em referência à bipolaridade dos símbolos astrais (GOMBRICH 1986, p. 252). Como o próprio Cassirer comentaria pouco tempo depois de sua visita à Kreuzlingen em *Indivíduo e Cosmos* (1927), a obra warburguiana revelaria a “dupla face” da astrologia como matemática e idolatria, isto é, em sua dimensão teórica e racional como forma de traçar “as eternas leis do universo”, mas também como prática constituída “sob o signo do medo dos demônios, das formas mais primitivas de causalidade religiosa” (CASSIRER 2001, p. 175).

2 Uma primeira versão desse ensaio foi apresentada em novembro de 1917 em Hamburgo e em abril de 1918 em Berlin. Em razão do adoecimento de Warburg, o artigo só foi publicado dois anos depois, em 1920, com a ajuda de Franz Boll e Fritz Saxl.

O exame da história da astrologia a partir do tema da “dialética dos monstros” constitui o núcleo do problema que Warburg explora em sua pesquisa no período anterior à sua internação em 1918 – momento de grande instabilidade psicológica em que a *Weltkatastrophe* da Primeira Guerra Mundial se transformaria na sua catástrofe pessoal. Em ensaios como *A Arte italiana e astrologia internacional no Palácio Schifanoia*, de 1912, e a *Antiga profecia pagã em palavras e imagens nos tempos de Lutero*, de 1917/1920², a investigação

sobre as sobrevivências arcanas do paganismo na astrologia do início da época moderna abre uma nova perspectiva para os estudos sobre a restauração da Antiguidade. Se até aquele momento sua pesquisa tinha enfatizado a questão da introdução das “formulações de *pathos*”, *Pathosformeln*, – os superlativos antigos da linguagem gestual associados à mobilidade intensificada do corpo e das vestimentas – na cultura artística do início do Renascimento, o interesse pela astrologia marca uma mudança na direção de uma “ciência cultural”, *Kulturwissenschaft*, capaz de apreciar as imagens não somente do ponto de vista estético da criação artística consciente, mas também como “instrumentos de orientação” no cosmos celeste (WARBURG 2018a, p. 48).

Esse caminho em direção às “regiões obscuras da superstição astral” permite explorar a questão da influência da Antiguidade por meio do impacto que o imaginário astrológico teve na cultura e na arte do Renascimento, revelando o caráter bipolar da Antiguidade, representada em sua obra pela oposição nietzschiana entre o *ethos* apolíneo e o *pathos* dionisíaco. “A Antiguidade – afirma o historiador hamburguês em seu ensaio sobre Lutero – era reverenciada na forma de uma herma bifronte. Uma face usando um rosto sombrio e demoníaco, exigindo um temor supersticioso; a outra face era olímpica e serena, convidando à veneração estética” (WARBURG 2013, p. 621). Desde o ensaio sobre o ciclo de afrescos no Palácio Schifanoia (1912), o mapeamento da “migração internacional das imagens” tinha mostrado como as divindades olímpicas – reinterpretadas pela tradição oriental (indiana e árabe) e incorporadas posteriormente a uma cosmologia prática na Idade Média latina – foram transmitidas aos artistas do início do Renascimento disfarçadas sob o manto de “terríveis demônios astrais” (WARBURG 2013, p. 454). O exílio dos deuses pagãos na tradição astrológica, onde viviam uma vida clandestina como regentes demoníacos do tempo, significava para Warburg que a incorporação das imagens antigas pela arte do Renascimento era um processo potencialmente perigoso, exigindo dos homens renascentistas uma confrontação consciente e complexa com

as imagens sobreviventes da cultura pagã, de modo a libertar a “humanidade grega” e a restituir os deuses à sua antiga beleza (WARBURG 2013, p. 476).

No ensaio sobre Lutero, apresentado pela primeira vez em meio ao caos da Primeira Guerra, quando a saúde mental de Warburg começava a se deteriorar, a questão da astrologia parece ganhar ainda mais urgência pelo seu encontro com as vicissitudes do conflito bélico, criando um elo forte entre o presente e o passado da luta do “bom europeu” contra as forças da superstição e da irracionalidade (NEWMAN 2008). Warburg descreve o seu trabalho sobre o papel que a astrologia desempenha como propaganda político-religiosa na Reforma – principalmente em relação às profecias sobre a data do nascimento de Lutero – como um capítulo da “história trágica da liberdade de pensamento do europeu moderno” (WARBURG 2013, p. 567). A partir de figuras como Lutero e Dürer, que nesse momento lutam pela constituição de um “espaço para o pensamento” [*Denkraum*], Warburg analisa as “forças mentais” contraditórias que integram a prática astrológica da época da Reforma. “Na astrologia, duas forças mentais completamente antitéticas, [...] se combinam para formar um único ‘método’. De um lado, há a matemática, a operação mais sutil do intelecto abstrato; de outro lado, está o medo dos demônios, a força causativa mais primitiva na religião” (WARBURG 2013, p. 613). Oscilando entre ciência e magia, essas divindades planetárias teriam o poder ambíguo tanto de criar ordem no caos, introduzindo uma distância decisiva entre o eu e o mundo por meio da abstração e do cálculo, quanto de transformar os signos astrais em ídolos de um culto fatalista que destrói essa mesma distância para estabelecer uma união imaginária entre sujeito e objeto. Segundo Gertrud Bing, que relaciona a ambiguidade da astrologia ao problema ético da produção do *Denkraum*, as imagens astrológicas tinham sido, para ele, “o meio para ampliar o espaço entre o homem e o mundo e, ao mesmo tempo, para destruí-lo” (BING 1965, p. 313).

A introdução da polaridade apolíneo-dionisíaca no interior da cultura renascentista ressignifica a sua imagem triunfante, conduzindo-a para longe de suas implicações quase místicas como o cenário da emergência do racionalismo. No lugar de uma vitória definitiva contra a superstição e o medo mágico, o que Warburg vê é o desenrolar de uma batalha entre motivos conflitantes que havia gerado o Renascimento como um “organismo enigmático”, que, por um breve intervalo de tempo, equilibra pulsões opostas, mantendo-as em constante tensão dialética. Mais do que qualquer outra coisa, trata-se de uma “luta pelo esclarecimento”, *Kampf um Aufklärung*, como afirma no final do ensaio sobre Schifanoia, de um combate decisivo pela emancipação dos medos mágicos encarnado na conquista do *Denkraum*. Desse modo, apesar de o “gênio artístico italiano” ter conseguido desembaraçar as imagens antigas do aspecto monstruoso que elas haviam assumido na prática medieval de inspiração oriental – processo de idealização estética dos demônios astrais do qual a mensagem humanista do *Melancholia I* de Dürer seria um exemplo fundamental –, a energia fóbica cristalizada na herança da Antiguidade jamais poderia ser eliminada completamente.

Como Warburg sugere na conclusão de seu ensaio sobre Lutero, a conquista do *Denkraum* é sempre provisória, pois não se trata da simples harmonização entre os dois polos da prática mágico-religiosa e da contemplação matemática que formam a “dialética dos monstros”, mas sim de uma luta permanente para abrir o intervalo justo entre o homem e o cosmos que é observado em busca de orientação.

O reavivamento da Antiguidade demoníaca realiza-se em uma função polar da memória pictórica empática. Estamos nos tempos de Fausto, nos quais o cientista moderno – entre prática mágica e matemática cosmológica – tenta conquistar o espaço para o pensamento reflexivo [*Denkraum der Besonnenheit*] entre si mesmo e o seu objeto. Atenas tem constantemente que ser conquistada de novo de Alexandria. (WARBURG 2013, p. 567)

A consciência do aspecto perverso do retorno do símbolo pagão e da transitoriedade da vitória dos *astra* sobre os *monstra* marca o diagnóstico de Warburg sobre a sua própria doença como uma “vingança dos demônios”. Esse entrelaçamento entre vida e obra sugere que a pesquisa sobre a astrologia não se confina nos limites da investigação erudita, mas antes é a ocasião de um doloroso autoexame. De acordo com Fritz Saxl, o ensaio sobre Lutero é a primeira vez em que o historiador hamburguês “considerou a astrologia não mais como um poder a ser desprezado e combatido, mas, ao contrário, como um problema de seu próprio eu, enquanto um problema fundamental da alma de todo homem” (SAXL 2004, p. 167). Nesse momento de grande instabilidade psicológica e social trazida pela Primeira Guerra, é como se Warburg vivesse na própria alma, como uma comovente *psychomachia*, o conflito trágico entre ciência e magia formulado nesse ensaio. E assim como no caso da astrologia na época da Reforma, quando o desaparecimento da distância entre representação e conteúdo no culto astrológico ameaçava destruir o *Denkraum*, a emergência de um conjunto de práticas supersticiosas e “pseudomísticas” no período da Grande Guerra – que Warburg registrava compulsivamente em sua *Kriegskartothek* (NEWMAN 2008, p. 87) – tinha o potencial de implodir o espaço de reflexão, fazendo despertar os *monstra* da superstição e da loucura que habitam na penumbra da tradição.

Para Warburg, esses são os demônios que retornam em busca de vingança depois de terem sido vencidos discursivamente na descrição do processo de metamorfose, na arte renascentista, do símbolo astrológico em símbolo estético, levando, finalmente, à perda de seu próprio “espaço de pensamento”. A caracterização de sua patologia nos termos de um curto-circuito causal sugere que o seu adoecimento psíquico é interpretado como uma rendição à “compulsão da causalidade mitológica”, que ele havia identificado como uma “necessidade humana” interna e primordial em seu ensaio sobre a *Nachleben* da astrologia na época de Lutero (WARBURG 2013, p. 641). Esse estado compulsivo de substituição das causas reais por um

causador fictício firmado como imagem é associado à supressão da dimensão metafórica que, para Warburg, seria responsável por preservar a distância entre símbolo e significado: a perda do “como” da metáfora, que mantém distintas as duas partes de uma comparação, unindo-as apenas imaginariamente, leva à perda do *Denkraum* pela assimilação do “ser humano e o objeto por meio do vínculo – ideal ou prático – da superstição” (WARBURG 2013, p. 517). Na mágica da imagem, assim como no fetichismo dos nomes, uma espécie de “curto-circuito do pensamento” destrói a função de orientação da representação, fazendo com que os signos e o que eles designam se dissolvam numa “unidade assustadora” (GOMBRICH 2017). Em 1923, numa carta enviada de Kreuzlingen a sua família, Warburg escreve:

O objetivo da minha obra era então conhecimento, esclarecimento [*Aufklärung*], [e as] leis do desenvolvimento histórico, através da inclusão das pulsões irracionais na investigação do desenvolvimento histórico... *Per monstra ad astra*: os deuses colocaram os monstros no caminho da Ideia. A Guerra de 1914-1918 confrontou-me com a verdade devastadora de que o homem elementar, desacorrentado é o soberano incontestável do mundo” (WARBURG *apud* JOHNSON 2012, p. 29).

Nesse relato sobre as circunstâncias que levaram ao seu internamento em novembro de 1918, o mergulho na loucura é descrito como uma espécie de *folie historique*. Atingido pelas “lavas ardentes da história”, ele se sente vítima do processo que havia observado como psico-historiador que registra as “ondas sísmicas” geradas pela batalha entre os *monstra* e os *astra* na história europeia (DIDI-HUBERMAN 2018, p. 239). Como alguém que havia feito da grande guerra mundial uma guerra privada e visceral, Warburg experimenta os efeitos de sua capitulação à loucura e ao medo primitivo como uma encarnação, em seu próprio corpo, da “dialética dos monstros”. Tratando do impacto que a Guerra teve sobre a psiquê de Warburg, o seu médico em Jena, Heinrich Embden, refere-se aos estudos astrológicos desenvolvidos pelo historiador

hamburguês no período anterior ao surto psicótico que levaria ao seu internamento: “Aqui, deslocou-se pouco a pouco da posição de historiador para a posição de imitador semi-crente ou supersticioso. Antes da catástrofe, [...] já havia chegado ao ponto de acreditar que era um lobisomem”. (EMBDEN, H. *apud* WARBURG, 2007a, p. 84-85). Esse deslizamento para condição de “supersticioso” que acredita em magia e no demonismo das coisas inanimadas – e, em alguma medida, pode ser interpretada como um desdobramento patológico da profunda identificação empática com o material de sua pesquisa erudita – termina por dissolver as fronteiras entre sujeito e objeto, de modo a produzir uma perda completa de si.

Todavia, a aposta de Warburg era que seu trabalho acadêmico poderia salvá-lo. Se a supressão da distância entre os polos da vida psíquica, o *pathos* demoníaco e o *logos* prudencial, deixaram-no suscetível ao poder dos demônios, a única forma de exorcismo dessas forças destrutivas encontrava-se na reconquista do *Denkraum*, da “pausa reparadora de prudência [*Besonnenheit, Sophrosyne*] em meio ao nosso processo de autodestruição”³ (WARBURG 2015a, p. 272). Nos últimos anos de internação, a frase *Per monstra ad astra*, que compõe o *ex-libris* criado em homenagem ao amigo Franz Boll, torna-se um símbolo de esperança e um lema para a recuperação de Warburg, denotando a luta contra a potência demoníaca dos monstros da tradição como parte do caminho em direção à Ideia. O seu projeto pessoal de cura ganha, assim, os contornos de uma “tentativa de autolibertação”, *Selbstbefreiungs-Versuch*, – que, em várias ocasiões, ele se referiu como a um “renascimento” – através do trabalho reflexivo de espiritualização dos demônios que o assombravam por meio da reconstituição deles à condição de objetos inanimados do pensamento. Assim como na cultura ocidental, na sua vida psíquica também “Atenas tem constantemente que ser conquistada de novo de Alexandria”.⁴

3 Segundo E. Gombrich, o conceito de *Besonnenheit* é “um termo ético usado em alemão para traduzir o valor grego da *sophrosyne*, que significa comedimento, distanciamento, equilíbrio [restraint, detachment, poise]” (GOMBRICH 1986, p. 105).

4 A oposição Atenas e Alexandria é um tema recorrente na obra de Warburg. Como explica U. Port, “‘Alexandria’ representa [...] a quintessência do irracional; enquanto ‘Atenas’ é simplesmente uma metáfora do Iluminismo” (PORT 2004, p. 64).

O ritual de cura de Aby Warburg: a serpente como símbolo ambivalente

Numa carta de 1924 ao seu irmão Max, Warburg situa o começo de sua recuperação na apresentação da conferência sobre o ritual da serpente, realizada em 21 de abril de 1923 em Kreuzlingen. Ele se diz convencido de que, a partir da conferência, se manifesta uma “crescente força endógena” para a libertação do distúrbio psíquico. “Para mim, a ocupação com a minha pesquisa profissional é claramente um sintoma de que a minha natureza quer ainda uma vez tirar-se daquele pântano por si mesma” (WARBURG 2007a, p. 193-194). A relação entre a “cura” e o retorno ao trabalho científico é significativa também na medida em que ela nasce de um acordo feito entre Warburg e seu psiquiatra Ludwig Binswanger: a capacidade de escrever e apresentar sua pesquisa acadêmica seria uma prova da recuperação da sanidade mental do paciente. Esse contrato se alinha com a definição de cura estabelecida por Binswanger em sua psicologia existencial como a operação de tomada de consciência da própria enfermidade. Em sua opinião, o problema central, cuja solução determinaria o destino do indivíduo, consiste em “ver se é possível fazer da ‘esfera patológica da vida’ um ‘objeto’, de induzir a personalidade enferma a ‘ver com transparência’ a própria ‘esfera de vida mórbida’; quando a operação tem êxito, o enfermo está ‘a salvo’” (BINSWANGER *apud* STIMILLI 2007, p. 25). É justamente essa habilidade de transformar a doença em “objeto”, com todo o distanciamento necessário a essa operação, que Warburg demonstra em sua conferência ao transfigurar o sofrimento passivo – o medo dos demônios – em reflexão ativa sobre a dimensão antropológica da produção de imagens.

A escolha do assunto da conferência remete à centralidade que Warburg havia conferido ao tema da recordação em seu projeto de autolibertação. Relatar a viagem aos Estados Unidos realizada mais de vinte anos antes (1895-96) significa, nesse momento, levar a sua “luta por esclarecimento” para um novo *front* a partir do qual seria possível explorar as próprias

condições de superação da condição fóbica através do problema antropológico da vinculação simbólica na cultura “primitiva”. Como afirma Maurizio Ghelardi sobre *O Ritual da Serpente*: “o exercício da memória e a reconstrução da experiência vivida constituem uma terapia através da qual Warburg busca recuperar uma percepção objetiva da realidade” (GHELARDI 2014). Se a sua doença, como ele próprio informa, consiste na perda da “capacidade de conectar as coisas em suas simples relações causais” (WARBURG 2007a, p. 174), a conferência representa o momento crítico de uma catarse da projeção fóbica das causas através da descrição do modo como os índios *Pueblo* lutam para controlar os seus medos mágicos e transformar o caos em cosmos. Depois da perda de si trazida pela loucura, é o reestabelecimento das coordenadas de seu *Denkraum* que, ao final de um longo e doloroso percurso, permite a Warburg dizer novamente “eu”. “Na medida em que nos afastamos das coisas e criamos espaço, pensamos – Eu! Reunidos, assimilados, somos matéria – Nada!” (WARBURG 2015a, p. 160).

Seguindo a prescrição de Warburg em seu manuscrito, *Memórias de Viagem*, a conferência sobre o ritual da serpente não deve ser vista como a apresentação de resultados científicos, mas sim como as “confissões desesperadas” de um “esquizofrênico incurável que tenta se libertar da prisão em que se encontra” (WARBURG 2015b, p. 256). A aliança entre confissão e conhecimento fundamenta a composição de um amálgama intrincado entre reflexão etnológica e diálogo interior (GHELARDI 2016, p. 150), no qual o “problema mais íntimo” de como promover a catarse pessoal da compulsão causal por assimilação se funde – e até certo ponto se confunde – a uma ampla investigação do problema histórico-cultural sobre os princípios biológicos na origem do fazer artístico. Por trás dessa fusão, encontra-se o enlace poderoso e terapêutico que Warburg estabelece entre a “luta pela existência” dos índios *Pueblo* e a sua própria “luta contra o monstro”, convencido inclusive de que a sua *via crucis* pela loucura teria lhe proporcionado uma compreensão mais profunda dos “estados primitivos” da cultura

(GOMBRICH 1986, p. 216). Concebendo a sua conferência como um grito de guerra contra a própria enfermidade, ele a transforma, por meio desse enlaçamento empático, numa espécie de ritual de cura. De acordo com Ulrich Raulff, o que Warburg encontra nos ritos dos índios norte-americanos é justamente “uma máscara projetiva por trás da qual esconder-se para poder enfrentar uma empresa arriscada: demonstrar que coisa significa exorcizar o medo através dos símbolos” (RAULFF 2004, p. 101).

No momento em que deseja mostrar domínio e distanciamento em relação aos seus próprios demônios, a aproximação que Warburg estabelece com a “luta pela existência” dos índios *Pueblo* se articula sobretudo em torno da noção de que esses homens e mulheres pertenciam a uma cultura “esquizoide” marcada pela sincronicidade, *Nebeneinander*, da civilização lógica e da causação mágica. A escolha do termo “esquizoide” para se referir ao que identifica como sendo uma condição mista entre razão e fantasia na arte e nos rituais dos nativos americanos mostra que Warburg, nessa circunstância de grande angústia, não hesita em justapor as suas próprias batalhas psicológicas à vida psíquica dos índios *Pueblo*, usando, inclusive, a terminologia clínica de seu diagnóstico (JOHNSON 2012, p. 30). Esse gesto cria um vínculo fundamental de afinidade do qual depende, em grande parte, o acento terapêutico concedido à conferência. Ao projetar o seu “reflexo autobiográfico” sobre as lembranças de sua viagem aos “territórios índios”, Warburg parte em busca de algo que acreditava ter em comum com os nativos americanos e que ele relaciona com a “busca desesperada pela ordenação frente ao caos” através da emancipação da tirania do medo (WARBURG 2015b, p. 262). É claro que essa busca por semelhança e identidade levanta a questão do papel desempenhado pela alteridade em sua etnografia rememorativa mediada por imagens. O desejo de retornar a si mesmo se constitui na forma de uma hermenêutica do outro, mas esse deslocamento em direção ao outro corre sempre o risco de se enredar numa tautologia de si, num relato em que circunstâncias

narradas se tornam imagens, projeções ou mesmo desvios de sua própria loucura – ou de sua “fixação esquizofrênica”, como David Freedberg sugeriu em sua crítica ácida ao que Warburg “não viu” no seu encontro com os índios *Pueblo* (FREEDBERG 2004, p. 581).

Mas para além das refrações envolvidas nesse jogo de espelho atravessado pelas inúmeras contradições da dissimulação do etnocentrismo em universalismo, é importante pensar o que significava para ele não apenas ver-se no “outro”, mas também reconhecer-se nesse “outro” num momento de desalento em que a sua busca por redenção se transforma, como afirma em suas notas preparatórias, numa “busca comparativa pela indianidade eternamente imutável que vive na alma humana desamparada” (WARBURG 2015b, p. 256). Assim, mais do que um exercício de apagamento da diferença, trata-se antes de uma autoanálise mediada pelo encontro com a alteridade, na qual a clara coimplicação afetiva e cognitiva entre sujeito/objeto cria uma obra intelectual “sóbria e misteriosa” (MOLDER 2017, p. 125) que pode ser lida como um produto intermediário, ou melhor, como um ponto de passagem entre a completa “diferenciação subjetiva” e a relação com o mundo exterior através da “encarnação das impressões sensíveis” (WARBURG 2015b, p. 194). Entre empatia e distanciamento, qualquer senso de atração pela serpente “fóbica” dos Hopi deve ser contrabalançado por um sentimento de repulsa e “a oscilação entre os dois cria um decoro ambivalente” (PAPAPETROS 2012, p. 92) É justamente nesse ponto intersticial de passagem que se inicia uma inversão: o pêndulo se afasta do *pathos* da loucura em direção ao *logos* prudencial da *Sophrosyne*, que permitirá, por fim, a tomada de distância do impulso fóbico que turva o contorno entre os seres e as coisas. Nas palavras de Joseph Koerner: “para a audiência original no sanatório, a semelhança entre a dança da serpente e a conferência de Warburg sobre essa dança deve ter parecido magia simpática em ação” (KOERNER 2012, p. 94).

Dessa perspectiva, pode-se dizer que a conferência sobre o ritual da serpente não só faz parte de um programa de autocura como é também a descrição desse programa (RAULFF 2004, p. 100). Era como se Warburg visse na resposta mítica dos nativos americanos frente às forças hostis e desconhecidas da natureza através da prática simbólica como um caminho que poderia orientá-lo no exorcismo de seus próprios demônios. “Entre uma cultura do toque e uma cultura do pensamento há a cultura da conexão simbólica. E para esse estágio do pensamento e da conduta simbólica, as danças dos índios *Pueblo* são exemplares” (WARBURG 1995, p. 100). Nessa posição de “hibridismo e transição” entre o mimetismo mágico e o discurso lógico da ciência, o desejo pagão dos índios *Pueblo* de submeter a natureza magicamente estaria associado à formação do símbolo como uma medida defensiva para “circunscrever um terror sem forma” e, assim, controlar as forças elementares do caos ameaçador do mundo fenomênico – o que na percepção de Warburg já seria por si só “um ato de iluminismo” (SAXL 1984, p. 12). A identificação do medo como potência formativa da imagem e do símbolo (PINOTTI 2001, p. 116) aponta finalmente para uma noção de imagem como “necessidade biológica” situada entre a religião e a prática artística (WARBURG 2015b, p. 258). Como Warburg explica em seu manuscrito *Memórias de Viagem*, ao substituir a causa por uma imagem, interpondo o símbolo entre si e o mundo exterior, o “selvagem” demonstraria a “coragem do pensamento causal” por meio do qual o estímulo provocado pela impressão fóbica seria objetivado em termos compreensíveis e compatíveis com suas técnicas de manipulação (WARBURG 2015b, p. 263).

No ritual da serpente, onde se combinavam a “magia fantástica e sóbria funcionalidade” em favor da “provisão social da comida” (WARBURG 1995, p. 17), essa relação entre reflexo fóbico e o pensamento simbólico é representada pelo uso da serpente como “imagem substituidora” que intervém na invocação da chuva. Quando os nativos americanos pegavam as serpentes com as mãos, eles também estariam tentando agarrar o seu poder simbólico, um poder que transcendia o

seu corpo físico para abarcar a sua associação mágica com o relâmpago (LANG 2006, p. 124). Ao tratarem a serpente simultaneamente como um réptil perigoso e um símbolo mediador, os dançarinos demonstrariam um domínio sobre o seu potencial fóbico, conseguindo empregá-la como um meio para as suas próprias finalidades simbólicas de controlar a chuva.

As suas danças com máscaras não são brincadeira de criança, mas antes o modo pagão primário de responder às grandes e mais urgentes questões do Porquê das coisas. Dessa maneira, os índios confrontam a incompressibilidade dos processos naturais com o seu desejo de compreensão, se transformando pessoalmente no agente causal primário na ordem das coisas. Eles instintivamente substituem o efeito inexplicável por uma causa na sua forma mais tangível e visível. A dança com máscaras é uma *causalidade dançada*. (WARBURG 1995, p. 48).

A despeito do “ar de fábula”, essa forma de pensar fundada na transformação do *phóbos* em imagem seria, na verdade, uma “forma preliminar da nossa explicação científica, genética, do mundo” (WARBURG 2015b, p. 221). O esforço de abstração demandado na produção da serpente-relâmpago como imagem para entender as causas de ocorrências misteriosas indicaria o ponto intermediário entre a concretude do gesto, *greifen*, que extrai a sua eficácia simbólica diretamente do corpo e da mão (incorporação mimética), e a compreensão racional por meio da labor conceitual, *begreifen*. E é justamente nesse ponto onde se equilibram os dois polos limites do comportamento psíquico – o “abandono orgiástico” e a contemplação abstrata – que se encontra a possibilidade da instauração do *Denkraum* como pausa prudencial que, através da mediação do símbolo, trabalha para a libertação do poder tirânico dos sentidos e do terror. Dessa forma, em sua condição híbrida como ato de magia primitiva e “busca por esclarecimento”, o ritual da serpente ensina que quem consegue reduzir a carga fóbica da serpente em favor de sua carga simbólica reduz o espaço atribuído ao medo e estabelece as condições para o processo

de transfiguração da fobia em signo no qual, progressivamente, “o ser que exige essa devoção perde sempre mais da sua concretude monstruosa para, no final, se transformar em um símbolo espiritualizado, invisível” (WARBURG 1995, p. 49).

Nos momentos finais de sua *via dolorosa* em Kreuzlingen, o processo cultural de “sublimação” vinculado à capacidade do símbolo de criar distanciamento apresenta-se como o objetivo redentor da batalha pessoal de Warburg contra a incidência dos medos mágicos. Evocar a serpente nessa ocasião significa, desse modo, conjurar o seu poder como símbolo do “renascimento”: “a serpente não é apenas [...] a mordida fatal que destrói sem piedade; a serpente também revela, por sua própria habilidade de livrar-se de seu invólucro, como um corpo, deslizando fora de seus restos mortais, pode deixar a sua pele e continuar a viver” (WARBURG 1995, p. 42). A linguagem imagética da serpente e suas metamorfoses permite que Warburg construa uma narrativa linear sobre as origens “pagãs” da cultura europeia que ele vê como a história da superação dos medos por meio da criação de símbolos, ou ainda, como o desenvolvimento para longe da assimilação mágica em direção ao distanciamento intelectual (WEIGEL 1995, p. 146). No entanto, a ambivalência da serpente como símbolo “da dor e da redenção” – mas também como figura de pensamento em torno do qual Warburg articula o enredo de seu retorno à sanidade – complica a imagem salvífica de um tempo redentor, como mostra a maneira ambígua como ele encerra a conferência pesando os ganhos e, sobretudo, as perdas trazidas pela superação do contato com o mítico em “nossa idade tecnológica” (WARBURG 1995, p. 50).

O desejo do homem moderno de conquistar a serpente e o que ela simboliza – “as forças demoníacas internas e externas que a humanidade deve superar” (WARBURG 1995, p. 53) – mostra-se finalmente como uma tentativa vã diante de uma natureza indômita. A “indestrutibilidade elementar” da serpente, que resiste a todos os esforços do “esclarecimento religioso”, *religiöse Aufklärung*, inscreve o seu culto no interior

de um passado que não passa – o “caminho no qual a serpente vagueia” de modo ondulante e descontínuo não conduz a um futuro redentor, mas antes “nos liga ao passado” (WARBURG 1995, p. 44). Um passado, aliás, atravessado pela tensão entre forças irremediavelmente contraditórias que fazem com que as conquistas da razão não consigam erradicar nem a ambivalência nem o medo dos demônios (DIDI-HUBERMAN 2013, p. 376) – e muito menos redimir a humanidade de toda contradição e sofrimento. Nas palavras de Warburg, “toda humanidade é – o tempo todo e para sempre – esquizofrênica. Talvez, em termos ontogenéticos, seja possível designar um comportamento frente às imagens mnêmicas como sendo precedente e primitivo, que, contudo, permanece latente” (WARBURG 2015b, p. 271).

Nos anos depois da saída de Kreuzlingen, Warburg referiu-se a sua recuperação como uma *renaissance*, que – acrescentava ironicamente – poderia muito bem “ser uma completa autoilusão” (WARBURG 2007a, p. 194). Essa referência ganha ainda mais significado quando se pensa na relação fundamental entre “Renascimento” e “esclarecimento”, *Aufklärung*, que atravessa a sua obra como historiador da arte. “Todo Renascimento – escreve Warburg em 1925 – deve ter por objetivo final libertar Atenas do cerco de forças estrangeiras por origem ou por temperamento, que vem do Oriente ou do Ocidente.” (WARBURG 2004, p. 28). Ao evocar novamente a metáfora da capitulação recorrente de Atenas à Alexandria empregada em seu ensaio sobre Lutero, Warburg coloca o seu próprio retorno à sanidade no interior de uma temporalidade marcada pela ausência de uma resolução final – abertura, aliás, que D. Stimilli expressou tão bem ao chamar a recuperação de Warburg de “cura infinita” (STIMILLI 2007). Diante da impossibilidade de uma vitória definitiva contra o irracional, o disforme e a loucura, a própria noção de progresso, ou mesmo de cura permanente, se dilacera para formar “uma dialética de retornos e renascimentos, de regressão e compulsão de repetição” (GHELARDI 2016, p. 149), onde as pulsões arcaicas de caráter fóbico figuram como fatores de crise de uma cultura “eternamente esquizofrênica”.

Essa ruptura com a narrativa linear do progresso esclarecido reforça, por outro lado, a dimensão ética da aspiração pelo *Denkraum*: a criação da distância entre o homem e o mundo que “longe de ser o ponto de chegada de um percurso único de aperfeiçoamento das modalidades cognitivas humanas, alcançável apenas pelo homem moderno, permanece um terreno difícil de conquistar e manter a salvo” (NICASTRO 2014, p. 79). Para contribuir com esse gesto decisivo da tomada de distância, a conferência de 1923 é oferecida como confissões a serem “arquivadas pelos médicos da alma”. “As imagens e palavras devem servir à posteridade na tentativa de reflexão própria, para opor resistências à tragédia da cisão entre magia impulsiva e a lógica confrontadora” (WARBURG 2015b, p. 256). E a própria noção de “resistência” – fundamental em sua análise da *Melancholia I* de Dürer como força capaz de conter o poder irracional das imagens (ZUMBUSCH 2010, p. 132) – assume um acento ético no projeto que ele iniciaria logo depois de seu retorno a Hamburgo, o *Atlas Mnemosyne*. Ao mapear a memória do Ocidente por meio de suas imagens, registrando os “intercâmbios entre passado e presente”, Warburg espera oferecer um guia para lembrança, um “*Filtersystem* de prudência [*Besonnenheit*] retrospectiva” (WARBURG 2007c, p. 396) que contribuísse para a tarefa prometeica do homem de estabelecer uma distância entre si e o mundo e, a partir desse intervalo prudencial, resistir ao impulso latente e indestrutível do “caos da irracionalidade”.

Libertar-se pela lembrança: Mnemosyne e os riscos da tarefa do historiador

Um pouco antes de sua saída de Kreuzlingen, Warburg escreve numa carta a Wilamowitz-Moellendorf em abril de 1924, onde trata dos seus estudos sobre a *Nachleben der Antike*: “Se você fala de Zeus, egrégio professor, quero pensar que depositará um ramo de oliveira sobre o altar de Minerva Memor, para que ela envie um Perseu para libertar o acorrentado de Kreuzlingen e este possa levar para casa uma oferenda em

agradecimento a Minerva Médica” (WARBURG 2004, 24). A figura de Perseu – central em seus estudos sobre astrologia – reaparece aqui na forma do herói ético que, por sua luta contra o monstro dos mares, Medusa, assume para Warburg a condição da “quintessência do poder de redenção alada”, a personificação exemplar “da soma da história intelectual europeia como uma incessante luta do *ethos* contra os poderes que ele chamava os *monstra*, os monstros da selvageria.” (DIDI-HUBERMAN 2008, p. 179). O tema da libertação associado ao destino do “herói redentor da saga grega” – como sugere ainda em sua carta – permitiria explorar, em um contexto pós-clássico, “como podem os *monstra* recuperarem as asas para se elevarem ao éter” (WARBURG 2004, p. 22). Nessa imagem da queda e ascensão dos deuses do Olimpo, cristaliza-se mais uma *Denkfigur* em torno da qual Warburg sintetiza a sua própria luta contra o monstro. A convocação de Perseu como o herói libertador do “acorrentado de Kreuzlingen” se entrelaça, assim, com a batalha contra as forças demoníacas da tradição travada no início da época moderna e que encontra nessa mesma personagem – como Warburg escreve para sua esposa, poucos meses antes, em dezembro de 1923 – “a soma total da história intelectual na época do Renascimento e da Reforma” (WARBURG 1999, p. 282).

A convocação de Perseu como símbolo da redenção do poder dos demônios se integra a um projeto de libertação que Warburg define, em 1924, como a “intenção de autolibertação através da recordação de minha tentativa de esclarecimento [*Aufklärungsversuche*] no campo da psicologia do Renascimento” (WARBURG 2007a, p. 189). Se na conferência sobre o ritual da serpente, ele combate os seus demônios pessoais “exorcizando” o reflexo fóbico da projeção causal através da intermediação do símbolo, a sua recuperação se associa agora ao projeto de recordar a sua própria pesquisa no domínio da psicologia do Renascimento. O “retorno à *Sophrosyne*” marca, nesse sentido, a criação de um “espaço para o pensamento” por meio do qual se interpõe uma pausa não apenas entre a absorção no objeto e a abstração distanciadora, mas também entre o passado

e o presente, produzindo, dessa forma, o espaço intersticial onde pode se realizar o ato da lembrança (JOHNSON 2012, p. 96). Com a sua volta a Hamburgo, em agosto de 1924, essa intenção libertadora assume os contornos de um programa de estudo ambicioso, no qual a recordação de sua pesquisa sobre a “transformação energética do homem europeu na luta pelo *Denkraum* na época do Renascimento” (WARBURG 2004, p. 24) atualiza-se na composição de um *Atlas* da “memória pictural europeia”, deixado inacabado no momento de sua morte em outubro de 1929.

Considerado sob a perspectiva de seu projeto de autolibertação, o *Atlas Mnemosyne* opera a partir de um duplo movimento de recordação: uma recordação histórica, que mapeia as “peregrinações” das *Pathosformeln* e das imagens astrológicas da Antiguidade até o presente, e uma recordação pessoal, na medida em que Warburg, nos momentos finais de sua vida, revisita a sua própria pesquisa na maioria dos 63 painéis que compunham a última versão do *Atlas*. Nesse registro duplo de uma memória ao mesmo tempo cultural e privada, o *Bilderatlas* se constitui como um experimento altamente pessoal – um “autorretrato estilhaçado em mil pedaços”, como sugere Didi-Huberman (DIDI-HUBERMAN 2013, p. 390) –, no qual a análise do “processo de des-demonização da herança das impressões fóbicas” (WARBURG 2018b, p. 219) na arte ocidental “permite revelar os caminhos e as operações por meio das quais seria possível mediar a “dialética dos monstros” em favor de um “intervalo prudencial”. Em sua vida pessoal, assim como na história, a “criação da distância entre o Eu e o mundo exterior” é considerada não apenas como um ato fundamental, mas também, na condição de “função social duradoura” gravada na memória, como o fator decisivo da vida da cultura. “O funcionamento mais ou menos preciso [dessa distância], como instrumento espiritual de orientação – escreve Warburg na Introdução ao *Atlas Mnemosyne* (1929) – acaba por determinar o destino da cultura humana” (WARBURG 2018b, p. 217-218).

É nesse sentido que o *Atlas* como um dispositivo para registrar a memória visual europeia pode ser compreendido como uma espécie de “diagnóstico por imagens do *homo occidentalis*” (BORDIGNON 2004). Ao estabelecer uma equivalência entre “introjeção do Antigo” – de seus valores expressivos atravessados pela tensão apolíneo-dionisíaca – e o “destino da orientação europeia”, Warburg analisa como as soluções estilísticas e as formas adotadas pelos artistas são também decisões éticas que definem a posição desses indivíduos e de toda uma época em relação à energia mnemônica do passado. Nessa condição como um reservatório das energias expressivas carregadas de tensão polar, a memória torna-se, assim, o *locus* de uma luta entre as forças fóbicas capazes de possuir e escravizar a humanidade e os poderes da razão e do autocontrole que poderiam significar a liberdade pessoal e cultural.

A memória não só cria espaço ao pensamento [*Denkraum*], mas reforça os dois polos limítrofes do comportamento psíquico: a serena contemplação e o abandono orgiástico. Por outro lado, ela utiliza a herança indestrutível das expressões fóbicas de modo mnêmico. De tal maneira, a memória não busca uma orientação protetora, mas tenta, ao contrário, acolher a força plena da personalidade passional fóbica, sobressaltada pelos mistérios religiosos, a fim de criar um estilo artístico” (WARBURG 2018b, p. 218).

Como um dispositivo para “ver o tempo” (DIDI-HUBERMAN 2018, p. 264), o *Atlas* registra os intercâmbios entre o presente e o passado, de modo a tornar visível o processo em que as imagens gravadas na memória cultural continuamente reemergem e se transformam no percurso sinuoso do tempo “recursivo” e espectral da *Nachleben* [vida póstuma]. De acordo com U. Raulf, “*Nachleben* supõe uma justaposição ou inflexão de tempos, literalmente *complicatio*, no sentido de um tempo dobrado, estratificado, multifacetado”, no qual a ideia de “vida depois da vida” indica o retorno de algo morto, ou passado, no presente (RAULFF 2016). No entanto, esse “retorno” não seria nem um modo de estar aqui ou estar vivo, nem mesmo

um ato de visitação – os mortos não voltam por eles mesmos, mas antes são ressuscitados e trazidos de volta à vida pelas mãos dos artistas. Longe de ser uma acomodação simples, o contato com o mundo dos mortos aconteceria na forma de um confronto energético decisivo com o “material explosivo” do passado, cabendo ao artista, em sua “luta pelo estilo”, negociar com as forças terríveis contidas nas imagens e na história. Isso não era verdade apenas para os artistas do Renascimento que, como Dürer, haviam humanizado a figura demoníaca de Saturno, transformando-a no símbolo da contemplação intelectual (AGAMBEN 2015, p. 119), mas também para o historiador, esse ser em perigo que faz do gesto da lembrança a própria condição de seu *métier*.

A abertura do passado para o presente prevista na *Nachleben* tem, portanto, uma implicação especial para a tarefa do historiador. Warburg sabia, por experiência própria, que o ato de reanimar as imagens do passado revelando a sua “vida póstuma” no tempo, trazia consigo inúmeros perigos. Ao conjurar os fantasmas que habitam nos abismos da história, o historiador se expunha ao risco de ser capturado numa trama “vingativa” que o atraía para o interior de uma “dialética dos monstros”. Mas a questão agora, em seu retorno ao trabalho, era justamente sobre como descer até as profundezas da tradição sem se deixar capturar pelas forças que emanam da “convulsão espiritual humana” impressa nas imagens. Como transformar a recordação num ato libertador? Warburg aborda esse problema em 1927 na sessão de encerramento de seu seminário na Universidade de Hamburgo, no qual compara as perspectivas históricas de Jacob Burckhardt e Friedrich Nietzsche. Nessa ocasião, a apreciação crítica sobre a maneira oposta e complementar, como esses dois autores respondem ao dilema imposto pelas forças vitais da história se entrelaça com uma narrativa, tecida nas entrelinhas do texto, sobre a sua própria *via cruzes* pela loucura.

Warburg descreve Burckhardt e Nietzsche como “sismógrafos sensíveis” que se dão conta do fundo trágico da história e sentem

a sua surda ameaça (RAULFF 2004, p. 113). O que separaria essas duas figuras de conhecimento é o modo como suportam os “traumas de sua vocação”, respondendo, cada um à sua maneira, a tarefa de receber e fazer vibrar, desde o seu próprio interior, as “ondas mnemônicas” vindas da região do passado – uma espécie de “empatia do tempo” na qual o historiador corre o risco de se perder (DIDI-HUBERMAN 2013, p. 113). “Um [Burckhardt] sente o sopro demoníaco do deus da destruição e se recolhe para sua torre, o outro [Nietzsche] quer cooperar com ele” (WARBURG 2007b, 899-900). Enquanto Burckhardt é bem-sucedido em estabelecer um equilíbrio prudencial entre identificação e distância em sua relação com o passado, encontrando formas de dominar as suas energias demoníacas e irracionais, Nietzsche sucumbe ao *pathos* da memória e se afunda num estado de prostração e loucura que Warburg há pouco conhecera tão bem (BÖHME 2014, p. 190). Trata-se de dois tipos opostos de vidência histórica: a “necromancia lúcida” de Burckhardt, que se recolhe no mundo da *Anschauung* e das formas, de onde vê as ameaças que emanam da história sem se deixar consumir, e o “orgiasmo antiquizante” de Nietzsche, que deseja “refazer o mundo de novo”, reanimando o passado em sua grandeza trágica, mas que acaba por capitular frente ao “drama místico”. Ao tratar do episódio em Turim, momento em que Nietzsche mergulha de vez na loucura, Warburg escreve: “Ele, que tão frequentemente escreveu sobre o sofrimento humano e demandou o privilégio de permanecer acima disso, jaz ali – um verme [*Wurm*] se retorcendo de medo” (WARBURG 2007b, p.898).

Essas posturas opostas em relação à história e aos *usos* do passado dão expressão às mesmas polaridades examinadas no *Atlas Mnemosyne*, sugerindo que, assim como no caso do contraste apolíneo-dionisíaco do legado antigo, um polo não só não poderia eliminar o outro, como também se nutria apenas no contato do outro. Contudo, num momento em que Warburg esteve tão perto de se perder completamente na insanidade, a postura apolínea de Burckhardt serve como “modelo” de sobriedade e compostura – ou ainda, como um antídoto aos

excessos do êxtase dionisíaco de Nietzsche –, funcionando como uma espécie de prescrição terapêutica sobre como participar da “dialética dos monstros” sem sucumbir a ela.

Ele sentiu quão perigosa era a sua profissão, e que ele deveria simplesmente colapsar, mas não sucumbiu ao romantismo. Por um tempo, aceitou a compulsão de ressoar [as ondas mnemônicas] com tal intensidade que retrospectivamente viu esse momento como um período de crise psicológica que ele havia superado. [...] Burckhardt era um necromante com os olhos abertos. Assim, conjurou fantasmas que seriamente o ameaçaram. Ele os evadiu erigindo uma torre de observação. É um vidente como Lynkeus no Fausto de Goethe; senta na sua torre e fala... ele foi e permanece um defensor do esclarecimento [Aufklärer] (WARBURG 2007b, p. 897-898).

Em razão de seu senso estético de forma, o historiador suíço teria compreendido que a vocação trágica do historiador demanda a formulação de uma epistemologia (ética) da distância capaz, ao mesmo tempo, de mediar os riscos da “empatia do tempo” e de resistir aos fantasmas conjurados pela necromancia histórica. Mas esse afastamento não significa nem indiferença nem apatia. Ao contrário, é a maneira como o historiador suíço concilia o êxtase da identificação e o distanciamento autoconsciente, o que produz o intervalo justo da *Sophrosyne*, no qual se pode “buscar por uma forma que é ao mesmo tempo vida e domínio da vida” (WARBURG 2007b, p. 912). Nesse equilíbrio entre intensidade e (auto)controle, Warburg parece encontrar o ideal que regula o projeto de sua Biblioteca em Hamburgo, tal como ele a descreve para Binswanger numa carta de 1926: “Surgiu assim uma pequena fortaleza para os livros, que do lado de fora não permite adivinhar que em seu interior encontra-se uma arena bastante espaçosa como ponto de reunião para uma *apaixonada Sophrosyne*” (WARBURG 2007a, p. 228). Essa fortaleza de livros adornada pela inscrição *Mnemosyne* representa a esperança que Warburg deposita no ato da recordação como o caminho para a conquista de um “espaço de pensamento”, onde as forças contraditórias inscritas na tradição e na história pudessem

ser mediadas – embora nunca suprimidas – pelo contorno da forma que envolve e espiritualiza o *pathos* disruptivo gravado na memória cultural.

O reflexo autobiográfico que Warburg afirma existir em seu diagnóstico da cultura ocidental “esquizofrênica”, projeta-se agora na indicação de um tratamento terapêutico. Depois de sua passagem pelo “inferno de Kreuzlingen”, ele retorna da terra dos mortos – um *revenant*, como costumava dizer sobre si mesmo (GOMBRICH 1986, p. 228) – com a tarefa de contar “histórias de fantasmas para gente grande” que falam sobre as fronteiras tênues separando os vivos dos mortos, a razão da imaginação e, finalmente, o presente do passado. Em seu último projeto inacabado, o *Atlas Mnemosyne*, Warburg tenta ao mesmo tempo recompor a sua psiquê estilhaçada pela loucura e compor um mapa ilustrado das andanças de deuses, demônios e estrelas, que deveria servir como “contribuição histórico-artística ao desenvolvimento da tentativa de autoeducação do homem ocidental” (WARBURG 2007d, p. 928). Nesse imenso registro visual da luta trágica pelo *Denkraum*, ele aposta na possibilidade de que a história ensine aos homens como resistir à recorrência aniquiladora do caos: uma história de fantasmas contada como uma *historia vitae magistra* de sentido burckhardtiano.

O espírito deve integrar em sua substância a recordação de sua passagem pelas várias eras passadas da Terra. O que foi antes felicidade e sofrimento, deve se tornar conhecimento, como sucede na vida individual. Dessa maneira, a frase *historia vitae magistra* assume um significado ao mesmo tempo mais elevado e mais limitado. Por meio da experiência queremos tornar-nos não só prudentes (caso aconteça de novo a mesma coisa) como também sábios (para sempre) (BURCKHARDT 1961, p. 17).

Essa sabedoria para Warburg reside na consciência trágica de ter que refazer o caminho que, partindo dos demônios, chega na Ideia – *Per monstra ad astra*. Do caos ao cosmos; e de novo para trás. Nesse caminho sinuoso e árduo, o historiador-

sismógrafo não só registra os tempos em movimento, mas é aquele que, do lugar mais íntimo de sua existência, vive e recorda o trágico, mostrando a história como um “tesouro de sofrimento” [*Leidschatz*] aguardando para ser incorporado como uma possessão humana (WARBURG *apud* DIERS 1995, p. 68). O gesto de tomar posse, de herdar esse “tesouro”, não é um simples trabalho de armazenamento, mas uma recordação constante no próprio corpo do sofrimento que constitui o que é humano – demasiadamente humano – na história. É essa habilidade que, segundo Edgar Wind, marca a vidência histórica de Warburg. “Cada descoberta relacionada ao seu objeto de pesquisa era ao mesmo tempo um ato de autocontemplação. Cada experiência traumática de sua vida, que ele superou graças à reflexão, tornou-se um meio de enriquecer sua percepção histórica” (WIND 1997, p. 80). Como na história prudencial de Burckhardt, a história da arte warburguiana se constitui, portanto, como espaço de elaboração da experiência, onde as dores e alegrias que definem as possibilidades da liberdade e da agência humana diante das contingências do destino devem se transformar em conhecimento – um conhecimento de si e da história.

Em 1927, numa breve anotação sobre o *Atlas Mnemosyne*, Warburg escreve: “destino pessoal = problema objetivo” (WEDEPHOL 2016). Essa equação revela não só a fluidez das fronteiras que separam vida acadêmica e vida privada, mas também o caráter vital e decisivo que a sua pesquisa sobre a *Nachleben der Antike* assume ao longo dos anos em sua “luta contra o monstro”. Com a equivalência entre esses dois elementos, Warburg mostra até que ponto ele sentia que seu *destino* – mais especificamente, o destino de seu *Denkraum* – dependia do potencial heurístico de sua investigação histórica, senão para resolver as ambivalências de sua condição psíquica, ao menos para oferecer um enquadramento capaz de circunscrever e dar sentido a sua “luta contra o monstro”. Através de sua pesquisa sobre a “influência da Antiguidade”, sobretudo o modo como o *homo occidentalis* herda e ressignifica o legado fóbico do mundo antigo, seria possível analisar as condições em que as forças polares da razão e desrazão poderiam ser equilibradas de uma

maneira redentora não apenas para ele, como pesquisador atormentado por seus próprios *monstra*, mas também para a cultura em geral (JOHNSON 2012, p. 12).

Nesse sentido, o “reflexo autobiográfico” de que Warburg fala no diário de sua Biblioteca (1929) não é apenas um detalhe biográfico ou uma autoestilização anedótica, mas o próprio núcleo vital de um projeto intelectual que é, ao mesmo tempo, o exercício da erudição mais rigorosa e o espaço de elaboração terapêutica das crises e ambivalências de um “esquizofrênico incurável” em busca de redenção (WARBURG 2015a, p.256). No jogo de espelho vertiginoso que compõe a sua prática historiográfica, o que está em jogo não é a tentativa de projetar a sua própria imagem na história, como se ela fosse simplesmente um reflexo de sua própria condição esquizofrênica, mas sim o desejo de mobilizar a sua experiência mais íntima para penetrar nos territórios desconhecidos da tradição e da memória para iluminar a luta ancestral e trágica “entre os *astra*, aquilo que nos eleva ao céu do espírito e os *monstra*, aquilo que nos precipita de novo nos abismos do corpo” (DIDI-HUBERMAN 2018, p. 29). Falando de seu último projeto, o *Atlas Mnemosyne*, Warburg afirma:

E fizemo-lo não tanto para encontrar uma solução para os mistérios da alma humana, mas para encontrar uma nova formulação da questão eterna: porque é que o destino dirige o homem criativo para as regiões de eterna inquietude, deixando-lhe a tarefa de encontrar o caminho para a sua formação no Inferno, no Purgatório ou no Paraíso (WARBURG 2007d, p. 918)

Foi trilhando esse caminho da “eterna inquietude” que Warburg produziu a sua ciência trágica, uma sismografia dos movimentos subterrâneos da história que delineia e revela os traços de uma temível “dialética dos monstros”, na qual a presença do passado no presente – na sua dupla acepção como “pós-vida” fantasmagórica e como sobrevivência na memória – indica a inserção do destino humano num redemoinho temporal que coloca o homem a reencenar, sempre novamente, as tensões e perigos envolvidos na constituição de sua própria humanidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Aby Warburg e a ciência sem nome. *In*: AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BING, Gertrude. A. M. Warburg. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 28, p. 299-313, 1965.

BÖHME, Hartmut. **Fetishism and Culture**: A Different Theory of Modernity. Berlin and Boston: Walter de Gruyter, 2014.

BORDIGNON, Giulia. L'espressione antitetica in Aby Warburg. La polarità semantica dei gesti dalle *Pathosformeln* all'arte del Rinascimento. **La Rivista di Engramma**, n. 32, 2004.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

CASSIRER, Ernst. In memoria di Aby Warburg. *In*: CIERI VIA, C.; MONTANI, P. **Lo Sguardo di Giano**. Aby Warburg fra tempo e memoria. Torino: Nino Aragno Editore, 2004.

CASSIRER, Ernst. **Indivíduo e cosmo na filosofia do Renascimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIDI-HUBERMAN, George. **A Imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DIDI-HUBERMAN, George. **Images in Spite of All**. Chicago: University of Chicago, 2008.

DIDI-HUBERMAN, George. **Atlas ou o Gaio Saber Inquieto**. O Olho Da História III. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

DIERS, Michael. Warburg and the Warburgian Tradition of Cultural History. **New German Critique**, n. 65, p. 59-73, 1995.

FREEDBERG, David. Pathos a Oraibi: Ciò che Warburg non vide. *In*: VIA, Claudia C.; MONTANI, Pietro (eds.). **Lo Sguardo di Giano**. Aby Warburg fra tempo e memoria. Turin: Nino Aragno, 2004. p. 569-611.

GHELARDI, Maurizio. **Aby Warburg et la "lutte pour le style"**. Paris: L'Ecarquillé, 2016.

GHELARDI, Maurizio. De Arsenal a Laboratório: Fragmento de uma autobiografia. **Figura: Studies on the Classical Tradition**, v. 5, n. 1, 2017.

GHELARDI, Maurizio. Il biologo delle immagini. Intervista Silvia De Laude. **L'Indice**, v. 9, 2014.

GOMBRICH, Ernst. H. **Aby Warburg: An Intellectual Biography**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

GOMBRICH, Ernst. H. Zur Mnemosyne Introduzione al Geburtstagsatlas (1937). **La Rivista di Engramma**, n. 151, 2017.

JOHNSON, Christopher. **Memory, Metaphor and Aby Warburg's Atlas of Images**. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

KOERNER, Joseph L. Writing Rituals: The Case of Aby Warburg. **Common Knowledge**, v. 18, n. 1, p. 86-105, 2012.

LANG, Karen. **Chaos and Cosmos: On the Image in Aesthetics and Art History**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

MOLDER, Maria F. A escada, o raio e a serpente. *In*: MOLDER, Maria F. **Cerimónias**. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2017.

NEWMAN, Jane O. Luther's Birthday: Aby Warburg, Albrecht Dürer, and Early Modern Media in the Age of Modern War. **Daphnis**, v. 37, n. 1-2, p. 79-110, 2008.

NICASTRO, Clio. **L'esperienza dell'immagine: il Denkraum der Besonnenheit di Aby Warburg**. Tese (Dottorato di Ricerca in Estetica e Teoria delle Arti). Università degli Studi di Palermo, 2014.

PAPAPETROS, Spyros. **On the animation of the inorganic**. Art, architecture and the extension of life. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

PINOTTI, Andrea. **Memorie del neutro**. Morfologia dell'immagine in Aby Warburg, Mimesis, Milano, 2001.

PORT, Ulrich. Catarsi del dolore. Le *Pathosformeln* di Aby Warburg e i loro antecedenti concettuali nella retorica, nella poética e nella teoria della tragedia. **Moderna: Semestrare di teoria e critica della letteratura**, v. VI, n. 2, p. 39-67, 2004.

RAULFF, Ulrich. Epílogo. *In*: WARBURG, Aby. **El Ritual de la Serpiente**. México: Sextopiso, 2004.

RAULFF, Ulrich. "Nachleben": a Warburgian concept and its origins. **Colóquio Aby Warburg, 150: Work, Legacy, Promise** (2016). Disponível em: <https://youtu.be/u6Hgw8ooams>. Acesso em: 26 Jul. 2020.

SAXL, Fritz. La visita di Warburg nel Nuovo Messico. **Aut Aut**, n.199/200, p. 10-16, 1984.

SAXL, Fritz. Discorso di commemorazione di A. Warburg (5/12/1929). **Aut Aut**, n. 321/322, p. 161-172, 2004.

STIMILLI, Davide. La tintura de Warburg. *In*: WARBURG, Aby; BINSWANGER, Ludwig. **La curación infinita**: historia clínica de Aby Warburg. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2007.

WARBURG, Aby. A arte italiana e a astrologia internacional no Palazzo Schifanoia, em Ferrara. *In*: WARBURG, Aby. **A Renovação da Antiguidade pagã**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. p. 453-506.

WARBURG, Aby.; BING, Gertrud. **Diario romano**. Madrid: Siruela, 2016.

WARBURG, Aby.; BINSWANGER, Ludwig. **La curación infinita**: historia clínica de Aby Warburg. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2007a.

WARBURG, Aby. Burckhardt e Nietzsche. *In*: WARBURG, Aby. **La Rinascita del paganesimo antico e altri scritti (1917–1929)**. Turin: Nino Aragno Editore, 2007b. p. 895-901.

WARBURG, Aby. De Arsenal a Laboratório. *In*: WARBURG, Aby. **presença do antigo**: escritos inéditos. Campinas/São Paulo: UNICAMP; UNIFESP, 2018a. p. 37-52.

WARBURG, Aby. Discorso di festeggiamento per tre dottorati. *In*: WARBURG, Aby. **La Rinascita del paganesimo antico e altri scritti (1917–1929)**. Turin: Nino Aragno Editore, 2007c. p. 903-910.

WARBURG, Aby. **Fragments sur l'expression**. Paris: l'Ecarquillé Lotta, 2015a.

WARBURG, Aby. Il metodo della scienza della cultura. Esercitazione finale. *In*: WARBURG, Aby. **La Rinascita del paganesimo antico e altri scritti (1917–1929)**. Turin: Nino Aragno Editore, 2007d. p. 911-918.

WARBURG, Aby. **Images from the region of the Pueblo Indians of North America**. London: Cornell University Press, 1995.

WARBURG, Aby. Lettera a Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff (1924). *In*: STMILLI, Davide (org). La dialettica dell'immagine. **Aut Aut**, 321/322, 2004. p. 21-24.

WARBURG, Aby. Memórias de Viagem à região dos índios pueblos na América do Norte. *In*: WARBURG, Aby. **Histórias de fantasma para gente grande**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015b. p. 255-287.

WARBURG, Aby. Mnemosyne. O Atlas das Imagens. Introdução. *In*: WARBURG, Aby. **A presença do antigo: escritos inéditos**. Campinas/São Paulo: Ed. UNICAMP; Ed. UNIFESP, 2018b. p. 217-229.

WARBURG, Aby. Two extracts from a letter written by Aby Warburg to his wife from Kreuzlingen, 15 December 1923. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 62, 1999.

WEDEPHOL, Claudia. Genesis without End: Warburg's 'großes Buch'. **Colóquio Aby Warburg, 150: Work, Legacy, Promise** (2016). Disponível em: <https://youtu.be/i-4FW18rBh4>. Acesso em 26 Jul. 2020.

WEIGEL, Sigrid. Aby Warburg's *Schlangenritual*: Reading Culture and Reading Written Texts. **New German Critique**, n. 65, p. 135-153, 1995.

WIND, Edgar. O Conceito de Warburg de *Kulturwissenschaft*. *In*: WIND, Edgar. **Eloquência dos Símbolos**. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 73-93.

ZUMBUSCH, Cornelia. Images of History: Walter Benjamin and Aby Warburg. *In*: EMDEN, Christian.; RIPPL, Gabriele. (ed). **Image Scapes: Studies in Intermediality**, v. 9, 2010. p. 117-144.

NOTA SOBRE A AUTORA

Naiara Damas

naiaradamas@gmail.com
Departamento de História
Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora
Minas Gerais
Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Naiara Damas
Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro
36036-900
Juiz de Fora - MG - Brasil

FINANCIAMENTO

Nenhum Financiamento foi declarado.

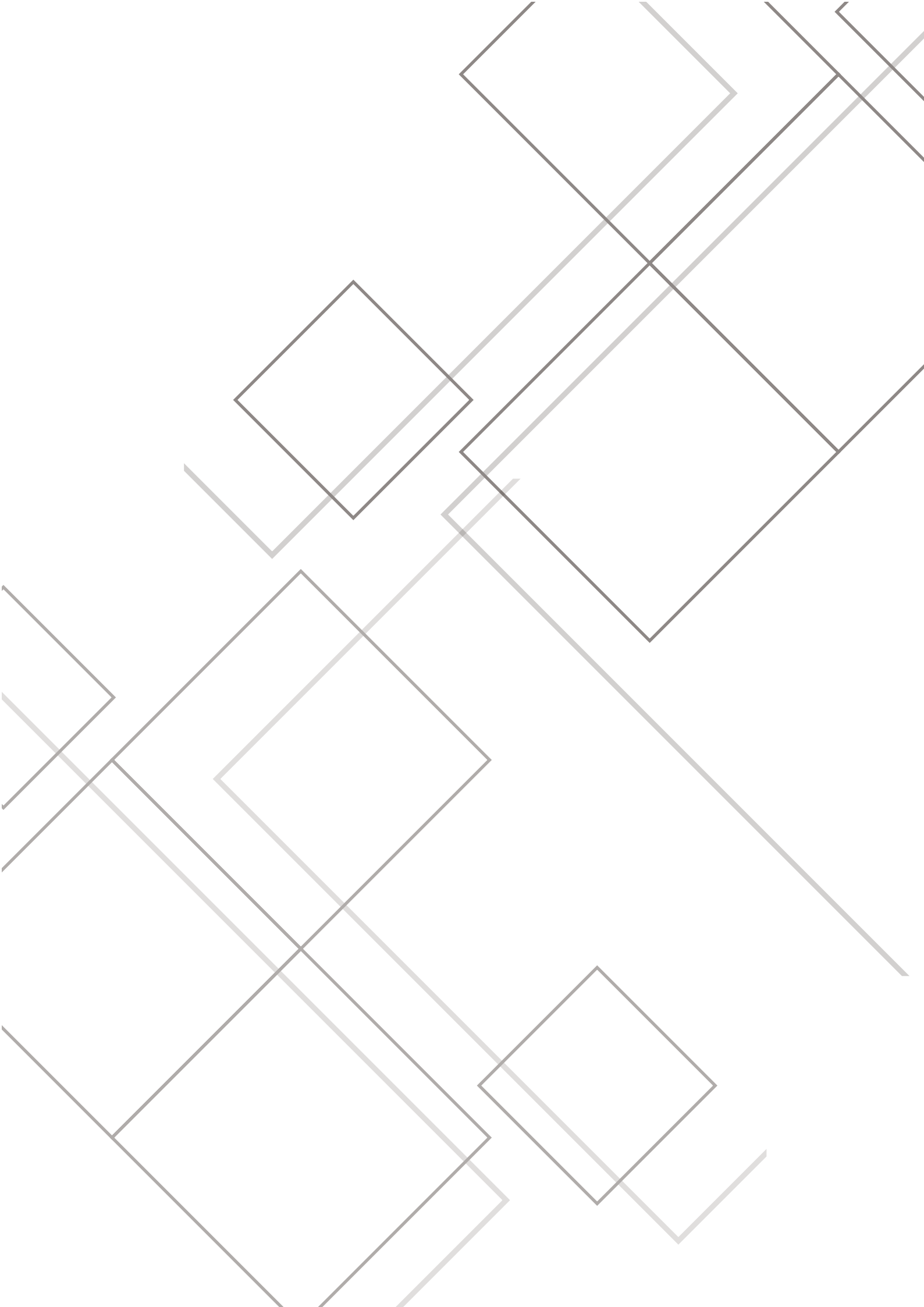
CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
Sem Derivações 4.0
International.



RECEBIDO EM: 31/JUL./2020 | APROVADO EM: 26/AGO./2020



A culta barbaria: ruínas e patrimônio em Alexandre Herculano

The enlightened barbarian: Alexandre Herculano's ruins and heritage

Michelle Fernanda Tasca^a

E-mail: michelle.tasca@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6372-1479> 

^a Faculdade Eduvale de Avaré, Avaré, SP, Brasil

RESUMO

Em meados do século XIX, os discursos em defesa do patrimônio histórico ganharam relevância na fala de intelectuais que se depararam com o estado de arruinamento de uma série de construções importantes para a configuração da memória nacional. Alexandre Herculano (1810-1877) pode ser lido como um dos precursores nos debates em torno do valor do patrimônio e das possíveis políticas de intervenções nos edifícios. Tendo em vista a formação do panorama europeu em torno dos desenvolvimentos urbanos e concepções do patrimônio histórico, voltamo-nos para o caso português a partir da análise dos Monumentos Pátrios do escritor, publicado em *O Panorama* em 1838. Objetivamos entender a formação dos debates que ocorreram em Portugal em torno do patrimônio histórico, levando em consideração também as teorizações realizadas por uma série de outros autores que escreveram em período semelhante (meados do XIX e início do XX) e, de alguma forma, refletiram sobre essas ruínas arquitetônicas.

PALAVRAS-CHAVE

Alexandre Herculano; Lugares de memória; Século XIX

ABSTRACT

In the mid-19th century, speeches defending historical heritage became more relevant to intellectuals who realized that many important constructions for the national memory's configuration were in ruins. Alexandre Herculano (1810-1877) can be read as one of the pioneers in the debates about the value of heritage and the possible intervention policies in a building or construction. In view of European urban developments and conceptions of historical heritage, we propose a case study of the Portuguese based on the analysis of Alexandre Herculano's *Monumentos Pátrios*, published in *Panorama* in 1838. We aim to understand the formation of debates about historical heritage that took place in Portugal, also considering the theories structured by several other scholars who wrote in similar periods and, somehow, reflected on these architectural ruins.

KEYWORDS

Alexandre Herculano; Memory places; 19th century

Introdução

A valorização moderna das ruínas, advinda do olhar estético, histórico e memorialístico aplicado sobre construções deterioradas, remete aos séculos XVIII e XIX.¹ Sejam na literatura ou nas artes plásticas, sejam vistas sob as formas do pitoresco das pinturas inglesas ou entendidas como imagens do sublime, como teorizou Edmund Burke em *Uma investigação filosófica acerca da origem das nossas ideias do Sublime e do Belo* (1757), as ruínas tomaram lugares importantes no imaginário e nas composições visuais desde então.

A entrada no século XIX foi marcada pela preeminência das grandes cidades. O cenário europeu industrializado, recém-saído de uma série de revoluções de cunho nacional, foi importante para a configuração dessa concepção moderna das ruínas. Vide a Revolução Francesa, que determinou o estabelecimento da burguesia no âmbito político-social, mas criou em contrapartida, um sentimento de ambiguidade. Por um lado, a Revolução permanecia como “a visão de um paraíso perdido” como afirmam Abrams e Empson (ROSEN 2000, p. 45); por outro, criava-se uma mudança de mentalidade, que de acordo com Françoise Choay, tendia cada vez mais a promover uma ruptura com o pensamento revolucionário (CHOAY 2017, p.127).

Também, como nos lembra Richard Sennett, em meados do XIX, o ocidente passou por uma série de transformações geoeconômicas, com o fortalecimento das cidades em detrimento do campo, juntamente com o crescimento da concentração populacional nesses grandes centros urbanos (SENNETT 2016, p. 322). A predominância da cidade, nesse contexto, acaba por imprimir a forma como as pessoas se relacionam com o espaço, a construção de uma nova sensibilidade marcada pela convivência do antigo com o novo, e as formas de se apropriar do passado a partir de novas construções de identidade.

1 De acordo com Charles Rosen, o interesse pelas ruínas estava já presente durante o Renascimento e o Barroco, seja pela excentricidade que suscitavam ou pelo sentido moral, como testemunhos de um passado com o qual se buscava identificação (ROSEN 2000, p. 146).

A consagração do patrimônio histórico se deveu muito a medidas políticas adotadas nesse contexto. A criação do cargo de “Inspetor dos monumentos históricos”, na França, por Françoise Guizot, por exemplo, fez com que a arquitetura antiga deixasse o domínio dos antiquários e adentrasse no campo da História da Arte: “Com efeito, a sensibilidade romântica descobrira, no monumento do passado, um campo de deleites de acesso mais fácil. Redes de laços afetivos múltiplos e novos foram então tecidas como vestígios” (CHOAY 2017, p.132).

Essas mesmas ruínas que passavam por um processo de reinserção no mundo da história e das artes, adquiriam cada vez mais uma conotação política. Torna-se muito significativa, nesse sentido, a publicação do *Rapport*, em 1830, por Françoise Guizot em paralelo com a publicação em 1854 do texto de John Ruskin intitulado “A abertura do palácio de cristal e suas relações com o futuro das artes” (CHOAY 2017, p.132), que promoveram, respectivamente, na França e na Inglaterra, uma intensificação nos debates sobre como se posicionar e conceber tais estruturas urbanas. As ruínas eram vistas já então como marcos físicos, exatamente visíveis dos tempos passados. Preservá-las, restaurá-las ou destruí-las significaria muito mais do que uma intervenção mecânica, mostraria como uma nação entende e se relaciona com seu passado e suas origens.

Tendo em vista a formação desse panorama europeu em torno dos desenvolvimentos urbanos e concepções do patrimônio histórico, voltamo-nos aqui para o caso português a partir da análise dos Monumentos Pátrios, de Alexandre Herculano (1810-1877), publicado inicialmente em *O Panorama* entre 1838 e 1839. Objetivamos entender a formação dos debates que ocorreram em Portugal em torno do patrimônio histórico, levando em consideração também as teorizações realizadas por uma série de outros autores que escreveram em período semelhante (meados do XIX e início do XX) e, de alguma forma, refletiram sobre essas ruínas arquitetônicas suscitando importantes posicionamentos em torno da preservação do patrimônio histórico e das compreensões estéticas.

As ruínas entre a melancolia e o patrimônio

A partir de um primeiro mapeamento dos periódicos portugueses do século XIX, com enfoque em *O Panorama*, percebemos a presença considerável de artigos ou imagens relacionados ao patrimônio arquitetônico. Um especial interesse aparece em relação às construções deterioradas; e o termo *ruínas* pode ser visto em vários textos que, em geral, tratavam de edifícios específicos, sendo que o interesse estava, sobretudo, na preservação da memória e na narrativa de eventos históricos importantes para o imaginário social.

Alexandre Herculano esteve sempre envolvido com as questões políticas portuguesas, apesar de poucas vezes ter assumido cargos políticos propriamente ditos. Além de historiador e literato, como é mais comumente conhecido, seu interesse estava em assuntos públicos e sociais que envolviam o reino. Herculano concebe as ruínas, portanto, de duas formas. Primeiro a partir da problemática dos edifícios que deveriam ser preservados por seu valor histórico, mas também a partir de uma perspectiva mais poética e metafórica das ruínas de uma nação que já fora grandiosa, mas entrara em decadência. Dessa forma, as ruínas de Herculano estão carregadas de significados políticos, em que percebe e denuncia o que considera a derrocada da nação moderna e a necessidade urgente de retomada.

O discurso histórico de Alexandre Herculano em favor do patrimônio pode ser lido em consonância com sua visão de história. Dentro da historiografia desenvolvida pelo autor, pensar o patrimônio não está desligado do todo de sua produção. Quando publica, entre 1838 e 1839, no periódico *O Panorama* – cuja direção assumira no ano anterior – os textos que receberão o nome de Monumentos Pátrios², que foram reunidos posteriormente nos *Opúsculos*, Herculano se lança em defesa do patrimônio histórico nacional. Um dos cerne da crítica que estabelece é diretamente voltado à retomada generalizada e

2 Os Monumentos, "O Panorama", Lisboa, nº 69 de 25 Ago. de 1838, p. 266-268; Monumentos II, "O Panorama", Lisboa, nº 70, 1 Set. 1838, p. 275-277; Mais um brado a favor dos Monumentos, "O Panorama", Lisboa, nº 93, 9 Fev. de 1839, p. 43-45; Mais um brado a favor dos Monumentos II, "O Panorama", Lisboa, nº 94 de 16 Fev. de 1839, p. 50-52.

irrefletida dos moldes clássicos da arquitetura nos edifícios públicos promovida no século anterior. Seu posicionamento conclama a valorização do que seria de fato nacional e, dessa forma, defende a revalorização da arquitetura de base medieval:

Mas se a culta barbaria dos nossos avós e de nossos paes forcejou por cobrir com remendado véu os monumentos dos primeiros seculos da monarchia, deixou em muitos delles ao menos, os seus formosos e ideaes perfis, as suas linhas architectonicas. O pensamento que inspirou essas concepções grandiosas como que se alevanta d'entre as devastações perpetradas pelo camartélo, pela picareta e pelos boiões de cal delida, e apesar de se haverem dirigido sem tino, sem gosto, sem harmonia as restaurações dos edificios que as injurias do tempo em parte haviam arruinado, resta ainda muito que estudar e admirar nesses monstros. Até, em alguns delles, é possível supprimir, pela imaginação, o moderno e pôr em logar deste o antigo. A poesia ainda não desamparou de todo o mutilado monumento (HERCULANO 1873a, p. 15-16).

A valorização da arquitetura da Idade Média contra as interferências classicistas se coaduna com os ideais de defesa da nacionalidade e retomada dos valores originais da pátria, que se refletem no constante retorno ao tema da gênese da nação portuguesa. Não é à toa que o grande foco de interesse de seus estudos históricos sejam, exatamente, os primeiros anos de formação do reino. Se observarmos a relação de seus textos, desde as narrativas históricas até a *História de Portugal* (1846-1853), passando também pelas publicações periódicas, percebemos essa grande preocupação em centrar os valores da sociedade portuguesa moderna nesse período específico da história, intentando a denúncia do barbarismo de seus destruidores.

Nesse sentido, as ruínas de Herculano talvez sejam as que mais carregam consigo um valor melancólico de derrocada ao sinalizar a decadência de um reino que já tivera seus momentos de glória passada. Ao lermos *A Voz do Profeta*, publicado em 1837, visualizamos as ruínas metafóricas que refletiam sua visão sobre o país em meio às querelas políticas:

Surgira o dia extremo para a cidade das maravilhas, para a réproba Solima. E d'alli a um anno, sobre as ruinas della estava assentado um velho.

Era o propheta de Anathot, que, em cima da ossada dos palacios e do templo, entoava uma elegia tremenda, a elegia da sua nação (HERCULANO 1873b, 82).

A melancolia das ruínas de Herculano adquire significado quase religioso, sobretudo nesse primeiro momento de produção poética, em que estava ainda muito marcado pelos anos passados em exílio³. Em seu período de maturidade, no entanto, as ruínas da nação portuguesa materializam-se nas ruínas arquitetônicas e adquirem maior caráter de política ativa do que de contemplação.

É contra a índole destruidora dos homens de hoje que a razão e a consciencia nos forçam a erguer a voz e a chamar, como o antigo eremita, todos os animos capazes de nobre esforço para nova cruzada. Ergueremos um brado a favor dos monumentos da historia, da arte, da gloria nacional, que todos os dias vemos desabar em ruinas. Esses que julgam o progresso apagar ou transfigurar os vestigios venerandos da antiguidade que sorriam das nossas crenças supersticiosas; nós sorriremos tambem, mas de lastima, e as gerações mais illustradas que hão de vir decidirão qual desses sorrisos significava a ignorancia e a barbaridade, e se não existe superstição do presente como ha a superstição do passado (HERCULANO 1873a, p. 6).

Seu discurso é feito a partir de um cenário nacionalista muito bem desenhado, no entanto, o amor à pátria que conclama não é despido de um viés crítico, muito pelo contrário. Em seu pensamento, a ruptura com a ignorância e a barbárie anteriores seriam a única forma de salvar a nação da derrocada. O progresso, na concepção do autor, era visto muito mais em termos socioculturais, do que como inovações técnicas de fato.

Assim sendo, quando Herculano trata das ruínas, está inserido em um rol de discussões que se manifestam nos jornais e revistas em torno da preservação dos monumentos

3 Em decorrência de sua participação na Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), Alexandre Herculano partiu em exílio para a Inglaterra e em seguida para a França. Período em que teve contato diversos teóricos e debates intelectuais que influenciaram suas obras posteriores.

históricos, não apenas em Portugal, mas também em outros países europeus. O interesse estava, em grande parte, na preservação da memória e na narrativa de eventos históricos importantes para o imaginário social.

A exemplo das discussões patrimoniais que despontavam em Portugal, John Ruskin (1819-1900) se insere em debates semelhantes na Inglaterra. Sua proposta em defesa da preservação do patrimônio arquitetônico se aproxima, em alguns pontos, das concepções de Alexandre Herculano. Ruskin é também um partidário do estilo gótico como expressão maior da arquitetura nacional. A retomada a partir do neogótico, não faria apenas referência à arte medieval em si, mas também à presença de valores nobres que se acreditavam patentes na sociedade do medievo: um estilo marcadamente nacional, cristianizado e incorrupto (MENEGUELLO 2008, p. 95). Proposta que se coaduna e justifica-se também no medievalismo trazido à tona pelo contexto romântico que permeava todo o ambiente europeu, considerando obviamente suas especificidades.

Nesse momento, portanto, embora não fosse uma unanimidade, essa forma de pensamento na qual se inserem tanto John Ruskin quanto Alexandre Herculano, se impõe em defesa da arquitetura gótica, em detrimento da herança Renascentista que teria marcado as construções de diversas grandes cidades europeias por algumas centenas de anos.

Nas palavras de Herculano:

Tal foi em Portugal a architectura durante seculo e meio. O renascimento, que condemnou em peso, como barbaras, as origens das nações modernas e especialmente o que desdizia das diversas manifestações da civilização grega e romana, envolveu n'esta condenação, em muitos casos injusta ou inepta, os admiraveis monumentos de arte que a idade media legara aos tempos modernos. As gerações subseqüentes, educadas n'uma adoração irreflexiva de tudo quanto viera da Grecia e de Roma pagans, não podiam comprehender a sublime magestade e, digamos assim, o espiritalismo da arte christan. Os paços, os castellos, as pontes, os cruzeiros, as galilés das praças, as portas,

as torres, os pelourinhos das cidades e villas, construidos desde o XI até o XV seculo quasi que desapareceram. Conservaram-se alguns mosteiros e sanctuarios, algumas cathedraes e parochias, não por serem obras da arte, mas por serem logares consagrados a instituições religiosas, e talvez por terem faltado os recursos para os substituir por novas edificações (HERCULANO 1873a, p. 12-13).

Na crítica tecida em relação às reformas feitas na cidade de Lisboa no século XVIII, Herculano volta-se diretamente para o Marquês de Pombal. Talvez a primeira censura implícita à essa personagem seja a de ter sido ele “ministro de um rei absoluto”. Como Herculano era contrário ao absolutismo monárquico, o maior problema em relação ao Marquês seria diretamente a posição política que este ocupava. O intuito das reformas era louvável, mas a implementação seria passível de julgamentos:

Peior do que na sciencia, a regeneração litteraria, desprovida de nacionalidade, alheia ás tradições portuguezas, nascia, digamos assim, morta. O mau gosto desaparecera, mas em logar delle ficava cousa que pouco mais valia; a inspiração pautada, o estro convencional e a vacuidade da idéa escondida debaixo da opulencia da fórma (HERCULANO 1873a, p. 9).

Herculano considera o progresso das ciências, das máquinas e das indústrias, mas critica as reformas implementadas no campo intelectual, pois elas teriam desconsiderado a identidade portuguesa. No intuito da novidade, de Portugal pouco restara. É nesse sentido que sua censura se volta para as construções monumentais do século XVIII, não apenas referentes ao período pombalino, mas também ao que o antecedeu. Ao referir-se a D. João V como o “símia de Luiz XIV”, ridiculariza o monarca e se posiciona veemente contra a opulência da arquitetura por ele implementada, frente às crises pelas quais o país passava: “A epocha de D. João V foi uma epocha de luxo e riqueza lançados sobre um paiz miseravel, como alfombra preciosa em pavimento carunchoso e podre”. Uma de suas maiores reprovações é voltada à construção do palácio de Mafra:

Ao gosto corrompido da architectura italiana, que era a seguida em Portugal, fez substituir um gosto mais severo, mais util e mais mesquinho. Era o homem politico, o homem da vida practica dirigindo as artes: eram as artes reduzidas pura e simplesmente a um ramo de administração. Compare-se o caracter geral do convento de Mafra com o das grandes obras do marquez de Pombal, o plano da nova Lisboa, o Terreiro do Paço, a Alfandega, o Arsenal da Marinha, a parte moderna dos edificios da Universidade de Coimbra. Em Mafra, achar-se-hão a exageração de ornatos e os primores do cinzel, mas nenhuma inspiração verdadeiramente nobre e grande; achar-se-ha o desmesurado supprindo o sublime: nas obras do marquez, só se encontram largas moles desadornadas, edificios monotonos, postoque uteis ou necessarios, uma praça magnifica, onde campeiam monolithos enormes e que seriam admiraveis se não estivessem cobertos de remendos e parches, e cujas paredes se pintaram de ochre para poupar alguns palmos de silharia, alguns palmos de marmore n'uma collina de marmore. O plano de qualquer obra publica desta epocha dir-se-hia sempre traçado na mente de um negociante hollandês. O despotismo ignorante e presumido estragara a arte com a puerilidade; o despotismo illustrado estragou-a com a razão. Mafra é um poema da Fenix-Renascida: a Lisboa do marquez de Pombal um soneto de Diniz ou uma ode de Garção (HERCULANO 1873a, p. 10-11).

Na realidade, a crítica à arquitetura portuguesa tecida por Herculano remonta há um período ainda anterior. De acordo com ele, mesmo as construções que antecediam o reinado de D. João V eram problemáticas e não refletiam de fato a nação portuguesa. Refere-se a elas como seguindo o "gosto corrompido da arquitetura italiana". No entanto, ao tratar da composição do palácio de Mafra, se posiciona automaticamente contra os ideais do absolutismo monárquico, cujos princípios de um "despotismo ignorante" se refletiam na própria desvirtuação das artes. As construções do palácio pecariam pelos excessos de ornatos, sem nenhuma real inspiração artística. Em contrapartida, as obras de Pombal em Lisboa, feitas durante o reinado de D. José I, com os propósitos de modernização e tendo também um papel importante de reconstrução da cidade após o grande terremoto, seriam compostas por edifícios simples e monótonos, cujas funções práticas se sobressairiam mais uma vez em

relação ao pensamento artístico. Seja, portanto, a arquitetura produzida no reinado de D. João V ou no reinado de D. José I, fato é que para Herculano o excesso de racionalidade despótica, com ares iluministas, acabara por estragar a arte portuguesa.

Como grande culpado desse estado calamitoso da arquitetura nacional durante tantos anos, Herculano aponta para o Neoclassicismo⁴ e ao apego generalizado que este deixou de herança para as nações modernas em relação a tudo o que remetesse à Grécia e à Roma antigas: “As gerações subsequentes, educadas n’uma adoração irreflexiva de tudo quanto viera da Grecia e de Roma pagans, não podiam compreender a sublime magestade e, digamos assim, o espiritualismo da arte christan” (HERCULANO 1873a, p. 13).

Ao escrever os *Monumentos Pátrios*, Herculano identifica a arquitetura de base religiosa da Idade Média como a forma mais autêntica de construção identitária portuguesa. Esses edifícios seriam os mais antigos exemplares dos primeiros séculos da monarquia lusitana. Na reformulação do passado histórico perpetrado pelo século XIX, as bases nacionais se voltaram ao medievo. A revalorização das construções religiosas desse período inicial estaria também justificada na própria escrita da *História de Portugal*, que retoma a formação do reino, reescrevendo sua história pautada em um rol de documentos garimpados ao longo de vários anos. Colocava-se em questão tanto os mitos fundacionais quanto as próprias histórias escritas anteriormente, cujos discursos eram pautados na legitimação do clero ou de monarcas interessados na elevação de seu prestígio social.

A crítica mais contundente de Herculano foi em relação às formas de intervenção e restauro feitas nos edifícios antigos, o que chamou de a “cultura barbara”. Dessas construções mal intervencionadas às quais se refere como monstros, pela falta de tino, gosto e harmonia, apenas restava uma sutil poesia para aqueles que fossem capazes de suprimir os elementos modernos por meio da imaginação e colocar em seu lugar as características originais (HERCULANO 1873a, p. 16).

4 A crítica não é tão voltada para o Renascimento em si, mas para a forma como seus princípios permaneceram nas artes a partir de então.

Na França, discussões semelhantes acerca da proteção e restauro do patrimônio histórico aparecem nos escritos de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879). Apesar de seu posicionamento controverso em relação à radicalização das técnicas propostas, a valorização dos edifícios e monumentos da Idade Média segue de perto as discussões que apontamos em Portugal e na Inglaterra, encabeçadas por Alexandre Herculano e John Ruskin, respectivamente.

Com um linguajar muito mais técnico do que Herculano, que era homem das letras, Viollet-le-Duc parte de um viés ideológico bastante claro de intervenção: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOUET-LE-DUC 2019, p. 29). De acordo com Beatriz Kühl, esse posicionamento se chocaria diretamente com a proposta de Ruskin, para quem a matéria original deveria sempre ser conservada, mesmo para a pura contemplação (KÜHL 2019, p. 19). Dessa forma, as ruínas não fariam tanto sentido para Viollet-le-Duc, pois enquanto Ruskin e Herculano se manifestavam pela conservação do original, ele apregoava o retorno ao modelo ideal a partir das intervenções que considerasse necessárias.

No entanto, os três autores apresentam um ponto em comum, que foi a retomada de temas medievais como aporte da identidade nacional romântica. A França, durante a primeira metade do século XIX, passava também por um crescente interesse pela arquitetura medieval em contraposição à estética oficial, fortemente pautada por princípios clássicos e que se refletiam na atuação de Antoine Quatremère de Quincy (KÜHL 2019, p. 11). Durante o século anterior, muitas igrejas haviam sido destruídas como consequências do pensamento classicista que era, então, bastante intenso. O debate crescente vinha, assim, na intenção de se preservar essas construções religiosas:

Por certo, os primeiros que pensaram em salvar da ruína os mais belos edifícios sobre nosso solo, legados pelo passado,

e que organizaram o serviço dos monumentos históricos, agiram somente por inspiração de artistas. Ficaram horrorizados com a destruição que ameaçava todos esses remanescentes tão notáveis e com os atos de vandalismo realizados todos os dias com a mais cega indiferença (VIOLLET-LE-DUC 2019, p. 61).

Da mesma forma em Portugal, Herculano brada contra os “modernos hunos”:

Mas durarão por muito tempo esses restos da mais formosa e magnífica de todas as artes? Não o esperamos; mas lavraremos aqui, ao menos, um protesto contra o vandalismo actual. Nossos paes destruíram por ignorancia e ainda mais desleixo: destruíram, digamos assim, negativamente: nós destruímos por idéas ou falsas ou exageradas; destruímos activamente; destruímos, porque a destruição é uma vertigem desta epocha. Feliz quem isto escreve, se pudesse curar alguém da febre demolidora; salvar uma pedra, só que fosse, das mãos dos modernos hunos! (HERCULANO 1873a, p.16).

A diferença essencial na fala dos dois autores está na forma de conceber as ruínas e como proceder em relação a elas. Em Herculano, percebemos a conservação e manutenção do edifício derrocado, salvando a edificação da onda destruidora do vandalismo contemporâneo e assegurando a manutenção da memória da formação do reino. A preservação seria, então, o ponto central de seu argumento. A proposta de Viollet-le-Duc também segue na ideia de salvar os edifícios da ruína. O vandalismo contemporâneo é, da mesma forma, sua maior preocupação; no entanto, as propostas são distintas. Enquanto o primeiro preserva a ruína, o segundo intervém ativamente no edifício, de forma a retomar um ideal de origem. Seja, portanto, na preservação ou na intervenção, o objetivo final é muito semelhante: entender a arquitetura medieval como um ponto de identificação da memória nacional, colocando a Idade Média como o grande momento de definição histórica do cidadão europeu do século XIX.

A intensificação dos debates na França se deu com a participação de autores de diversas áreas como Arcise de Caumont, historiador e arqueólogo; o romancista Victor Hugo e Ludovic Vitet, nomeado em 1830 como inspetor geral dos monumentos históricos. Nessa mesma época, em 1840, Viollet-le-Duc foi indicado para participar das obras de Saint Chapelle e em 1844 teve seu projeto escolhido para a restauração de Notre-Dame de Paris. Nesse período ainda, a restauração das igrejas ficava ao encargo de um setor específico: o Serviço dos Cultos, sendo que os demais edifícios históricos eram de responsabilidade da Comissão dos Monumentos Históricos (KÜHL 2019, p. 14-15).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, Portugal também passou por uma onda de intervenções em edifícios históricos. Sendo assim, quando Herculano escreve, ele também tem em vista as obras de restauro implementadas nessas construções, sobretudo em importantes igrejas do medievo. Um dos exemplos mais peremptórios por ele citado, seriam as obras feitas na Igreja da Colegiada de Santa Maria da Oliveira, em Guimarães, em que podemos perceber claramente seus pensamentos em relação a tais práticas intervencionistas. Ele se posiciona veementemente contra o “remoçamento” das construções, dizendo que essas deveriam ser conservadas a partir do estado em que se encontravam: “não em remoçá-lo, mas em conservar-lhe o venerando aspecto e as rugas dos seculos, fizeram da casa do Senhor um velha prostituta que esconde debaixo do caio e do carmim a flaccidez do gesto” (HERCULANO 1873a, p. 42).

Embora não adentre em questões técnicas, a defesa de Herculano seria mais a favor da manutenção do que de intervenção propriamente dita. Ou seja, preservar as características originais sem apagar as marcas do tempo: “Mas—dir-se-ha—que quereis que se faça ácerca dos monumentos? Que queremos que se faça?! Que se deixem em paz (...) as pedras só pedem repouso” (HERCULANO 1873a, p. 51).

Como salientamos, portanto, Alexandre Herculano não segue sozinho na lida em defesa do patrimônio histórico. De acordo com Lúcia Rosas, os Monumentos Pátrios teriam relação direta com o texto de Montalembert publicado em 1833 na *Revue des Deux Mondes*, intitulado: Du vandalismo em France, Lettre a M. Victor Hugo. Esse texto seria uma resposta à publicação de Victor Hugo publicado em 1829 na *Revue de Paris* e em 1832 na *Revue de Deux Monde: Guerre aux démolisseurs*. Herculano, como leitor dessa revista francesa estaria em consonância com as discussões perpetradas em outros países europeus para além do contexto lusitano (ROSAS 1995, p. 23).

A estética e a sensibilidade das ruínas

A forma como os autores tratados desenvolveram seus pensamentos relacionados às práticas de intervenção nos edifícios deteriorados nos dão pistas também da maneira como percebiam as ruínas. Esses teóricos apresentam uma grande sensibilidade à tais construções, que vai além da simples matéria construída e nos comunica com a atmosfera do pensamento romântico respirada pelo século XIX.

Ponto importante no estabelecimento da estética romântica, as ruínas figuraram constantemente nas artes. A melancolia como elemento de composição da paisagem era estrategicamente inserida por jardineiros que construía ruínas em seus paisagismos “de uma forma semelhante àquela pela qual o jardim inglês do século XVIII banuiu a simetria e tentou, por meios artificiais, parecer mais natural que a própria natureza” (ROSEN 2000, p. 146). A paisagem ocupou, assim, um lugar importante no romantismo europeu. Vista como criadora do sublime, intentava-se carregar a paisagem natural de importantes elementos simbólicos, capazes de conduzir o observador à força e gravidade dos sentimentos românticos: “Eles queriam fazer com que a paisagem pura sem figuras carregasse o peso, alcançasse a significação heroica e épica da pintura histórica. A paisagem deveria ser o veículo do Sublime” (LÖWY 2015, p. 103).

Na tessitura da sensibilidade romântica, o sublime e o pitoresco foram criados a partir da elaboração dessas paisagens, em que a combinação de elementos configurava a força e intensidade da natureza, a partir também da inserção de partes construídas: “Com efeito, a sensibilidade romântica descobria nos monumentos do passado um campo de deleite de acesso mais fácil. Redes de laços afetivos múltiplos e novos foram então tecidos com esses vestígios” (CHOAY 2001, p. 132). Tem-se, então, a ideia da combinação de elementos visuais com o objetivo de produzir determinados efeitos no observador e a criação, no imaginário coletivo, da imagem das ruínas ligadas a lugares de perigo, medo e obscuridade (COELHO 1996, p. 44).

Em uma concepção um tanto semelhante, o pitoresco como teorizado por Françoise Choay estaria relacionado à “emoção estética gerada pela qualidade arquitetônica” e às imagens que geram um sentimento imediato e de puro prazer, e ao mesmo tempo são capazes de criar sentimentos de angústia ou perturbação

... em que se compraz a alma romântica, quando ela transforma em estigma as marcas deixadas pelo tempo nas construções dos homens. Entendidas como símbolos do destino humano, estas adquirem um valor moral: emblema duplo da arché criadora e da transitoriedade das obras humanas. A ruína medieval, menos antiga, mais difundida e familiar, é uma testemunha mais dramática que a ruína antiga. O castelo fortificado reduzido a suas muralhas, a igreja gótica da qual resta apenas o esqueleto revelam, mais do que se estivessem intactos, o poder fundador que os mandou construir; mas os musgos corrosivos, as ervas daninhas que desmantelam os telhados e arrancam as pedras das muralhas, os rostos erodidos dos apóstolos no pórtico de uma igreja romântica lembram que a destruição e a morte são o termino desses maravilhosos inícios (CHOAY 2001, p. 133).

Nas paisagens dos quadros do século XIX, tanto quanto no imaginário dos poetas, as composições traziam o confronto entre a paisagem natural e o elemento construído e, nesse

jogo, a natureza acabava irremediavelmente prevalecendo sobre a finitude da obra humana. As ruínas revelam, dessa forma, mais do que se as construções estivessem preservadas e a destruição que contemplamos são prenúncios do fim. Mostram a derrocada do poder, as mudanças de pensamento, as ressignificações e o abandono. As ruínas tornam-se, enfim, símbolos do inevitável destino humano.

No entanto, Eugênio Lisboa lembrando o questionamento de Alain Fleisher nos pergunta: “Por que é que as ruínas são sempre belas, mesmo quando são o vestígio e o resíduo da fealdade?”. A explicação de Fleisher explora a ideia do duplo lugar, observamos o que foi e o que é, uma ligação entre passado e presente, ou seja, a mesma construção em tempos diferentes: “O lugar é o mesmo, mas já não é o mesmo, porque os lugares mudam e com eles as pessoas que neles viveram e os observaram em tempos diferentes, para já não falarmos nas pessoas que nunca viveram ali no tempo em que a ruína ainda não era ruína” (LISBOA 2015, p. 1). A beleza das ruínas residiria, nesse caso, no domínio da imaginação, a partir do momento em que completamos o “esplendor perdido”.

Encontrar a melancolia das ruínas no pensamento de Herculano não é tarefa árdua, como já citamos no início do texto. Ele usa sua habilidade em criar imagens através das palavras para incutir a comoção do tema em seus leitores. O discurso torna-se tanto mais emocional quanto mais o apelo se volta para a visibilidade de seu público.

Transportae-vos pela imaginação para o interior da igreja na hora em que os canticos e o incenso se alevantam ante o altar; em que o organ sólta a sua voz melancholica; em que a nave está cheia de povo e o sacerdote ora por elle e com elle; na hora em que o sol coado através das esguias janellas reflecte pelas pedras que o tempo amarelleceu uma luz suavemente pallida; imaginae essa hora, e vereis que, se o convento se despovoou, nem por isso ficou despovoado o templo. A oração do dominicano não é necessaria nas solemnidades da igreja. Não o abandonou á soledade a pia sollicitude dos fieis. De noite, as lampadas, penduradas ao longo da nave, ou brilhando na escuridão das

capellas, como estrellas engastadas em céu profundo, despedem frouxos raios que vão quebrar-se por cima de campas onde se divisam, em caracteres confusos e gastos nomes de varões illustres que alli vieram repousar das lidas da vida á sombra da cruz. Lá estão os sepulchros de Gil e de Martim d'Ocem, cuja voz exprimia a summa razão e a summa sciencia nos conselhos dos reis; lá alveja o jazigo do infante D. Affonso, filho de Affonso IV, e o de Fernando Sanches, a quem Fr. Luiz de Sousa chama *bastardo querido* de D. Dinis. Por ahi dormem muitos pobres frades, cuja vida obscura, mas cuja morte foi invejada. Misturam-se alli os ossos dos que foram grandes na terra com os dos que reputamos grandes no céu; e uns e outros são como testemunhas que tornam mais solemne o culto, esse laço que liga ao céu a terra. Mas as portas do edificio sagrado rangem nos quicios de ferro, para se abrirem de par em par. Ondas de povo vão precipitar-se pelo estreito ádito e espraiair-se até juncto do altar. O sacerdote vai começar o sacrificio incruento, e o organ acompanhar as orações com as suas harmonias. Entremos (HERCULANO 1873a, p.44).

O autor evoca a imagem da igreja medieval em cerimonial, ela ainda não foi arruinada, mas está prestes a ser. Com os cantos e o som do órgão, os incensos em torno no altar, a luz pálida filtrada pelas janelas esguias ou as lâmpadas brilhando na escuridão da noite, juntamente com os túmulos de homens illustres que ali se encontram enterrados, a ligação que o templo faz entre o céu e a terra é de pronto colocada. Ao invocar a imaginação do leitor, dá visibilidade ao sublime e o encantamento das ruínas eminentes é de uma vez estabelecido. Compreender e utilizar-se desse mecanismo não foi, no entanto, exclusividade de Herculano, mesmo Camillo Boito cede por vezes à magia de uma obra de arte em derrocada. Diante das partes faltantes das esculturas, nos diz: "Nessas dúvidas vagas, a fantasia inspira-se, deleita-se e enamora-se. É um encanto" (BOITO 2014, p. 41).

Podemos mesmo pensar esse encantamento no sentido simmeliano. Nessa linha de pensamento, dentre os grandes encantos que a alma humana busca, sem nem mesmo compreender, estaria o arrebatamento dos sentidos. A alma inerte não é atrativa e grandes arroubos são, por vezes,

necessários para fazer-se viver. Aproximar-se da morte, para sentir-se mais perto da vida em sua forma mais fugaz. É a partir de uma perspectiva semelhante que Georg Simmel (1858-1918) adentra ao mundo das ruínas.

De acordo com ele, a ruína é plena de significação estética e sua beleza tende para o sentido metafísico. O que chama de a “sedução da ruína” nos mostra uma obra humana que é enfim compreendida como produto da natureza e se torna uma nova forma, bela e dotada de uma harmonia misteriosa: “No edifício muito antigo que está no campo, mais especialmente na ruína, nota-se amiúde uma peculiar igualdade de coloração com a tonalidade do chão ao seu redor” (SIMMEL 1998, p. 5).

Essa mesma harmonia misteriosa que une o edifício à paisagem criaria o sentimento de paz invariavelmente associado à essas construções:

A forma profunda, que envolve a ruína como um sacro círculo encantado, traz, entretanto essa constelação: que o obscuro antagonismo que condiciona a forma de toda a existência – uma vez atuando no âmbito das mesmas forças da natureza, uma outra no âmbito da vida anímica por si e uma terceira vez, como em nosso objeto, ocorrendo entre a natureza e a matéria (SIMMEL 1998, p. 6-7).

Simmel aborda as ruínas numa perspectiva transcendental, a partir da relação entre corpo e alma, finitude e eternidade. E nesse aspecto, o momento da derrocada,

... não significa outra coisa senão que as meras forças da natureza começam a predominar sobre a obra humana: a equação entre a natureza e o espírito desloca-se em favor da natureza. Este deslocamento toma-se uma tragicidade cósmica que na nossa percepção leva qualquer ruína para a sombra da melancolia, pois o desabamento aparece agora como uma vingança da natureza pela violação que o espírito lhe impingiu, por meio da formação segundo sua imagem (SIMMEL 1998, p. 1).

... a ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas – aquelas da natureza – cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que de arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (SIMMEL 1998, p. 2).

Retomando texto de Herculano, a criação do sublime para tratar das ruínas surge como recurso retórico para o convencimento do leitor. A imagem impactante da igreja em culto como elemento transcendente e dos sepulcros como símbolos da finitude terrena fora criada e emocionou o leitor. Diz ele, então: “Orações, psalmos, harmonias, luzes, incenso, sacerdotes, povo, nada disso ha ahi. Há só as trevas da nave pesando sobre as trevas dos sepulchros. O velho templo é um palheiro do Commissariado... E quem fez isso? Foi o vereador boçal de um concelho obscuro? Não. Foi o governo de uma nação que se diz civilisada, ou que pelo menos toma assento no convívio das nações da Europa” (HERCULANO 1873a, p. 45). Ou seja, através do sentimento, chega-se à razão. E aponta aos culpados do descaso, das intervenções malfeitas e dos arroubos demolidores. A culpa é do governo e também da nação.

Conclusão: as ruínas e o conceito moderno de história

Para concluir essas reflexões, não podemos deixar de pensar brevemente na relação que as ruínas estabelecem com o próprio processo de produção historiográfica. O tempo fluido traz ao historiador o olhar concomitante do passado, presente e futuro em suas relações limítrofes incertas, como o “futuro passado” de Reinhart Koselleck. Ao mesmo tempo, esse olhar sobre os vestígios do que se foi opera na construção do passado ao unir as informações obtidas e as transforma em conhecimentos possíveis (KOSELLECK 2006, p. 308). A imaginação do historiador atua, portanto, como essa grande preenchedora de lacunas e essencial na criação da narrativa histórica.

As ruínas consideradas como resquícios materiais do passado, nos atraem enquanto objetos de narrativas do que poderia ter sido. As lacunas dessas construções que se projetam ao olhar, abrem caminho para as incertezas que se materializam diante de um horizonte de expectativas, para continuarmos dentro dos parâmetros de Koselleck (KOSELLECK 2006, p. 308). Esse campo de possibilidades, que percebemos a partir dos restos de construções monumentais ou simbólicas, passam pelo olhar do observador e são completadas, muitas vezes de forma inconsciente, pela atividade imaginativa (controlada), que irá criar versões possíveis sobre o passado em questão.

Tal caminho de idas e vindas em relação às instâncias temporais coloca-nos também diante da importância de compreender essas construções derrocadas a partir dos lugares evocadores de memória. Como bem nos lembra François Hartog, em uma reflexão sobre a definição do patrimônio monumental na França: “Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo escorrido do legislador” (HARTOG 2014, p. 195). No contexto europeu do qual tratamos, a noção moderna de patrimônio não pode ser entendida isoladamente, mas considerada tendo em conta todo o processo que culminou com as medidas de institucionalização e práticas de preservação estabelecidas durante o século XIX.

Nesse sentido, Herculano marca a importância da atuação do historiador na instância pública, ao bradar em favor dos monumentos e denunciar seus destruidores. Aponta o dedo inquiridor ao descaso político e a cada membro da nação portuguesa que também fizera uso do camartelo demolidor ou do mero descuido, os “modernos hunos”. Mais do que entender a configuração do espaço ou as técnicas construtivas dos edifícios, importava-lhe a compreensão de seus usos, significados e aportes da memória. Herculano lia o patrimônio como lia um cancionero medieval. Seu olhar procurava a compreensão e o sentido, procurava as bases do “ser português”. Preservar uma construção histórica era conservar também o passado de fato nacional, daí a importância de entendermos a relevância que o

medieval assumia para o escritor. Acima de qualquer intenção urbanística ou arquitetônica, estava a percepção da fragilidade desses lugares de memória diante das transformações sociais e políticas do período, por isso, sua preocupação em lançar e firmar as bases históricas e identitárias que formariam o cidadão português oitocentista.

Assim sendo, toda as discussões apresentadas sinalizam o processo de tomada de consciência e a elaboração de medidas oficiais para a proteção do patrimônio medieval dentro desse contexto. A noção moderna de patrimônio histórico que passava a ser constituída não passou ao largo da própria definição dos preceitos modernos da própria ideia de história, também em processo de transformação. Não por acaso, foi o período das grandes *Histórias* nacionais, e no caso lusitano, da *História de Portugal* (1846-1853) do próprio Alexandre Herculano, cuja proposta era escrever a história do reino a partir de sua gênese; sendo o nascimento de Portugal, em última instância, fruto de desdobramentos de uma série de eventos ocorridos na Península Ibérica ao longo da Idade Média. Ao localizar temporalmente o início da história do povo português no século XII, os historiadores oitocentistas ditam também a importância que a arquitetura medieval passa a ter para a constituição do imaginário nacional.

Unida à história e à memória, talvez seja ainda a encantadora incompletude das ruínas como marco do tempo presente e passado que tenha enlevado tantos teóricos a se levantarem em sua defesa. O discurso de Herculano construído sobre esse viés apresenta, para além do caráter político, também uma pitada de sentimentalismo. Seja intencional para emocionar seus leitores e ganhá-los pela intensidade das palavras, seja como forma de defesa apaixonada, importa-nos que as ruínas e a ideia da preservação do patrimônio histórico se solidificam cada vez mais no século XIX como repositórios da memória histórica do reino e se coadunam com a reconstrução do passado português perpetrada durante esse período.

REFERÊNCIAS

BOITO, Camilo. **Os Restauradores**: Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Tradução de Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade : Ed. UNESP, 2017.

COELHO, Mário César. Ruínas urbanas. **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 4, n. 4, p. 39-45, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/531>. Acesso em: 17 jun. 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HERCULANO, Alexandre. *Mais um brado a favor dos Monumentos*, "O Panorama", Lisboa, nº 93, 9 Fev. de 1839, p. 43-45.

HERCULANO, Alexandre. *Mais um brado a favor dos Monumentos II*, "O Panorama", Lisboa, nº 94 de 16 Fev. de 1839, p. 50-52.

HERCULANO, Alexandre. *Monumentos II*, "O Panorama", Lisboa, nº 70, 1 Set. 1838, p. 275-277.

HERCULANO, Alexandre. Monumentos Pátrios. *In*: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1873a. p 1-52. Tomo II.

HERCULANO, Alexandre. *Os Monumentos*, "O Panorama", Lisboa, nº 69, 25 Ago. de 1838, p. 266-268.

HERCULANO, Alexandre. Voz do Profeta. *In*: HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1873b. p. 1-118. Tomo I.

KÜHL, Beatriz M. Viollet-le-Duc e o Verbete Restauração. *In*: VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. **Restauração** (1854). Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LISBOA, Eugênio. **A particular tristeza das ruínas**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015. Disponível em: http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/1594399_lisboa,-eugenio---a-particular-tristeza-das-ruinas.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. Tradução de Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENEGUELLO, Cristina. **Da ruína ao edifício**: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso. **Monumentos Pátrios**: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1829). 1995. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1995.

ROSEN, Charles. **A Geração Romântica**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

SIMMEL, Georg. A ruína. *In*: SOUZA, Jesse; ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 137-144. Disponível em: https://www.academia.edu/4145349/A_ru%C3%ADna_Georg_Simmel_tradu%C3%A7%C3%A3o_portugu%C3%AAs_. Acesso em: 11 dez. 2020.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. **Restauração** (1854). Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2019.

NOTA SOBRE A AUTORA

Michelle Fernanda Tasca

michelle.tasca@gmail.com
Faculdade Eduvale de Avaré
Avaré
São Paulo
Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Michelle Fernanda Tasca
Associação Educacional do Vale da Jurumirim.
Avenida Prefeito Misael Eufrásio Leal
Centro
18705050
Avaré, SP - Brasil

FINANCIAMENTO

Nenhum Financiamento foi declarado.

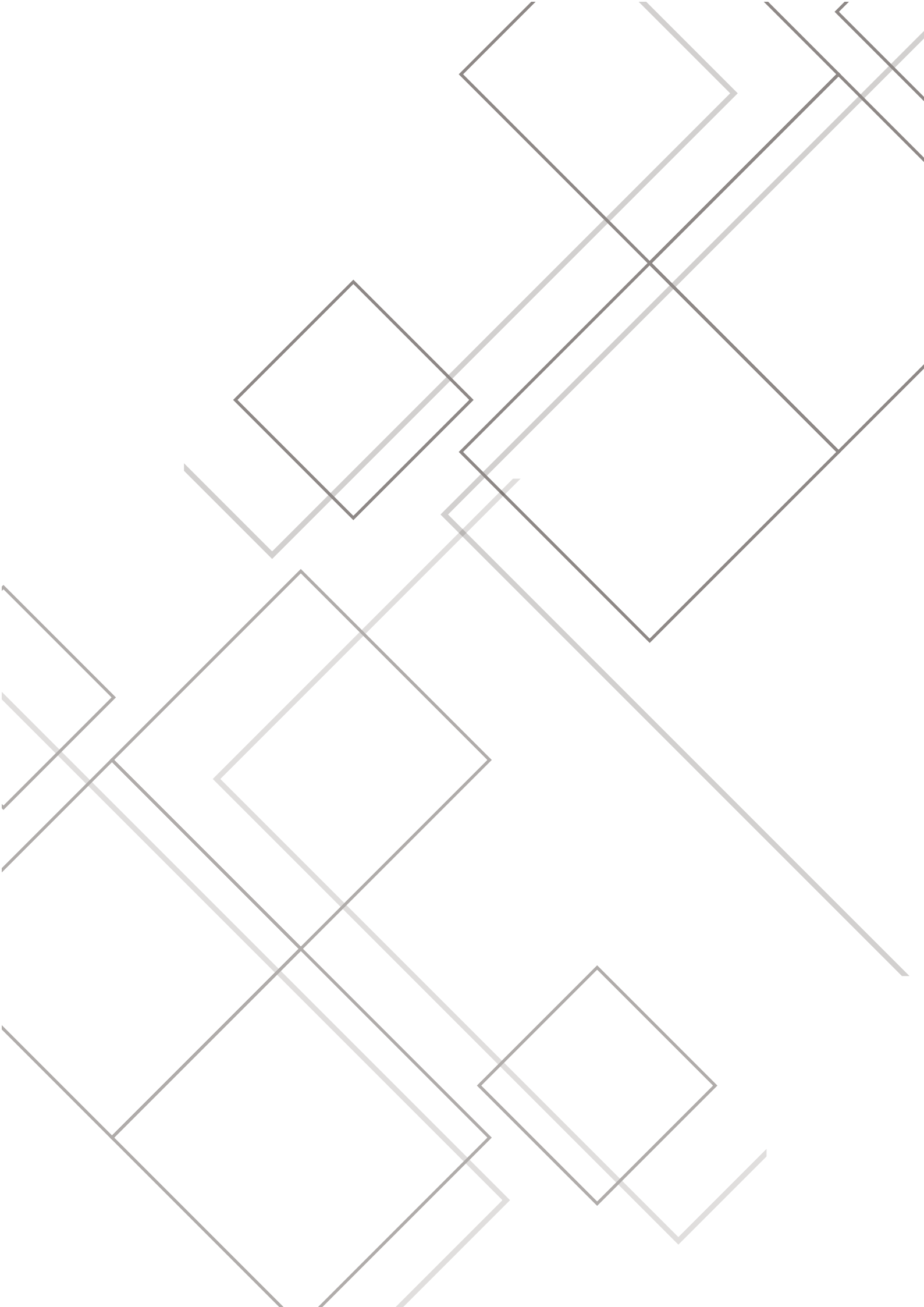
CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
SemDerivações 4.0
International.



RECEBIDO EM: 18/JUN./2020 | APROVADO EM: 24/SET./2020




O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa: projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB (1834-1839)

Januário da Cunha Barbosa: experimentalism, nation's future projections, slavery and the Brazilian Historic and Geographic Institute

Danilo José Zioni Ferretti ^a

E-mail: danilozf@ufsj.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5003-9507> 

^a Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Ciências Sociais, São João del-Rei, MG, Brasil

RESUMO

O artigo trata das relações entre a escravidão, as projeções de futuro nacional e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ele o faz mediante o estudo do experimentalismo do cônego Januário da Cunha Barbosa, entendido, conforme Seymour Drescher, como as práticas efetivas de busca de alternativas de mão de obra à escravidão negra e as reflexões delas decorrentes. Pautado pelo conceito de tempo histórico de Reinhart Koselleck, o artigo aponta para a importância da escravidão como condição de possibilidade e temática constitutiva da nascente produção historiográfica brasileira. Indica, ainda, a existência de diferentes formas de definir o papel da escravidão nas projeções de futuro esboçadas nos primeiros debates do IHGB.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between slavery, the nation's future projections and the foundation of the Brazilian Historic and Geographic Institute (IHGB) from canon Januário da Cunha Barbosa's experimentalist texts, understood, according to Seymour Drescher, as an effective practice in search of alternatives to black slavery labor and the reflections resulting from it. Based on Reinhart Koselleck's concept of historical time, the article underlines the importance of slavery as a condition of possibility and a constitutive topic of the emerging Brazilian historiographical production, pointing to different ways of defining the role of slavery in the future projections outlined on the first IHGB debates.

PALAVRAS-CHAVE

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Escravidão; Tempo Histórico

KEYWORDS

Brazilian Historic and Geographic Institute (IHGB); Slavery; Historical Time

Introdução

É reconhecida a importância do cônego Januário da Cunha Barbosa como cofundador, em 1838, junto com o marechal Cunha Mattos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável por institucionalizar a produção historiográfica brasileira no séc. XIX (GUIMARÃES 1988; KODAMA 2009; TURIN 2013). Contudo, muito há ainda a se explorar sobre as relações entre a inserção do cônego no debate sobre a escrita de uma história nacional e suas práticas e escritos políticos e sociais, com destaque para a sua posição perante a escravidão. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender as modalidades de projeção do futuro nacional realizadas pelo cônego Januário. Analiso aqui especialmente o seu investimento, entre os anos de 1834 e 1839, no experimentalismo, ou seja, na elaboração e reflexão a respeito de experiências de alternativas de mão de obra como via privilegiada de projeção e encaminhamento de um futuro que pudesse prescindir da escravidão. Por essa via, busco contribuir com o esforço mais amplo de compreender como a escravidão marcou a cultura letrada brasileira oitocentista e, aqui especificamente, a escrita da história nacional, por meio de uma pauta de questões inseridas pelo cônego na instituição que mais a incentivou: o IHGB. Deste modo, o presente texto se esforça por cruzar três linhas da pesquisa historiográfica brasileira contemporânea, nem sempre conectadas: a dos estudos sobre a *questão nacional*, a da *história da historiografia brasileira* e, por fim, a da *escravidão*.

Como referência teórica e fator de articulação entre as citadas linhas de pesquisa, está a teoria da temporalidade de Reinhart Koselleck. Entendendo o tempo histórico como fruto da relação tensa e indissociável entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, ela nos auxilia a compreender a forma como os atores sociais conferiram significado e buscaram orientar suas ações no mundo (KOSELLECK 2006). Ela nos instiga a averiguar as formas de projeção do futuro, que

têm despertado menos atenção dos estudos sobre as formas de imaginação nacional e escrita da história, mais atentas às disputas em torno do passado. O presente texto dedica-se, portanto, a lançar luz sobre o horizonte de expectativa que orientava os homens que se dedicaram à escrita de uma história nacional, dimensão valorizada com o novo regime de historicidade que tendia a se implantar, com suas especificidades, também no Brasil (HARTOG 2003; ARAÚJO 2008, p. 135-184).

E aqui reencontramos com o cônego Januário. Exponente de nosso clero ilustrado, paladino das lutas pela independência, ex-deputado geral, ex-redator do jornal oficial (*Diário Fluminense*) sob D. Pedro I, desde 1832, o cônego Januário da Cunha Barbosa inseria-se nos meios liberais moderados então dominantes, seja como redator do jornal governista *Correio Oficial*, seja como membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (SDLIN). A partir desses espaços de sociabilidade da moderação, Januário reforçou seu alinhamento à “guinada antiescravista” identificada, durante a década de 1830, por Tâmis Parron como o empenho de setores da classe dirigente brasileira em tecer críticas e impor limites à escravidão, a começar pelo tráfico de escravos, que buscavam suprimir (PARRON 2011, p. 84- 103; BASILE 2004, p. 102-106, EL YOUSEFF 2010).

Se, em 1821 e 1822, no contexto dos embates que levaram à independência do Brasil, o cônego projetava um futuro em que escravidão e sistema liberal representativo eram compatíveis, a partir do início da década de 1830, seus textos traziam indícios de que passava a ver como problemática a continuidade ilimitada da escravidão. Futuro e escravidão tendiam a se tornar incompatíveis, indicando que o cônego iniciava um processo de redefinição de sua forma de conceber o tempo, com um alargamento e uma reelaboração do horizonte de expectativa para a nação brasileira. Ao mesmo tempo, adotava um crescente antiescravismo, tendo se empenhado, a partir de 1834, em tomar medidas complementares à

lei antitráfico de 1831, visando construir um futuro livre da escravidão. Para consolidá-lo, o cônego redator escrevia no *Correio Oficial*:

[O governo] decretou a abolição do comércio de escravos africanos; mas não se deram providencias para a suprirem de braços, que devem faltar aos lavradores, e sucede o que vemos, isto é, que a gente do campo e do comércio, a despeito de penas fortíssimas, infringem a lei, introduzem escravos; e não aparecem preciosos efeitos que deveriam seguir-se dessa lei, se a medida fosse completa por outra que animasse a necessária emigração de artistas e trabalhadores. (...) nós necessitamos de atrair emigrados: nós queremos ver extinto o infame comércio de escravos, mas o que tem-se feito a esse respeito? Ou nada ou o contrário do que deveríamos fazer. (REFLEXÕES 1834, p. 275).

A proposta do cônego era clara: a lei antitráfico de 1831, cuja manutenção e respeito vinha defendendo sem subterfúgios, somente seria eficaz se fosse complementada por medidas de incentivo à vinda de colonos europeus que substituíssem os escravos paulatinamente. Essa busca de alternativas de força de trabalho constitui o que aqui estou designando “experimentalismo”, a partir da noção cunhada por Seymour Drescher.

Para esse autor, o experimentalismo seria uma série de práticas efetivas de gestão de mão de obra, assim como as reflexões delas decorrentes, que serviriam como parâmetro para avaliar as possibilidades de encaminhar a eliminação ou modificações significativas na escravidão. Seriam, em sua maioria, mas não exclusivamente, programas controlados de mudança social que prometiam “fechar o hiato entre o mundo escravista americano em expansão e o ideal cívico de liberdade europeia” (DRESCHER 2002, p. 88), ainda que a liberdade alcançada fosse, muitas vezes, bastante relativa. Tendo os anos entre 1790 e 1840 como um de seus períodos áureos, o experimentalismo apresentava para discussão pública experiências tão diversas quanto a da colônia de Serra Leoa (1787), a revolução do Haiti (1791), a produção açucareira

com trabalho semilivre na Índia, a emancipação por ventre-livre na Venezuela e, principalmente, o grande experimento da abolição por *apprenticeship* nas colônias britânicas do Caribe (1833-38). Dentre elas, poderíamos também incluir as diversas experiências alternativas ao uso da mão de obra escrava, que se desenvolveram no Brasil ao longo de todo o século XIX: as colônias de imigrantes europeus, o uso dos trabalhadores nacionais, a catequese indígena, a colonização por africanos livres, a imigração de *coolies*, dentre outras.

O experimentalismo também possuía, conforme indicado por Drescher, uma vantagem adicional no encaminhamento das transformações do *status quo* escravista, na medida em que fornecia um espaço comum de diálogo - e virtualmente de convergência - entre opositores e defensores da escravidão. Ao invés de basear o debate sobre escravidão e tráfico em princípios abstratos, ele fornecia a relativa segurança de realidades já testadas - experiências propriamente - como parâmetro para definição de políticas de mão de obra. Em um contexto de embate assimétrico e acirrado entre pró e antiescravistas (e seus diversos matizes intermediários), "o apelo a um campo comum de discussão prometia reduzir a intensidade do confronto entre formulações irreconciliáveis de políticas alternativas e futuros imaginados. Uma perspectiva experimental podia ainda ser o meio menos conflituoso de alcançar um acordo mútuo sobre mudanças no ultramar." (DRESCHER 2002, p. 89).

Desse modo, o experimentalismo articulava diferentes dimensões temporais, servindo tanto como exercício de projeção de futuros alternativos, quanto estimulando a análise de experiências concretas decorrentes deles ou de outros casos, passados ou presentes. Nos anos 1830, de intensa politização da escravidão, o cônego Januário investiu no experimentalismo como via privilegiada de construção de um futuro alternativo, livre do trabalho escravo. Como meio de atuação, o cônego privilegiou o investimento na criação e difusão de associações de particulares (ALGUMAS 1830, p. 535). O associativismo era, assim, um dos elementos centrais de seu experimentalismo,

sendo entendido como um meio de mobilizar a sociedade para além do Estado, sem que esse deixasse de estar envolvido, auxiliando-as financeiramente e sendo por elas assistido na gestão de temáticas específicas.

A retomada das atividades negreiras, o acirramento do embate político fruto da emergência do regresso conservador, a constante pressão britânica, aliados à ameaça social do levante escravo, entre os anos de 1833 e 1835, conferiram urgência à resolução da questão do tráfico. Isso levou o cônego a investir em experiências de duas modalidades de mão de obra: a civilização dos indígenas e a imigração europeia.

O cônego e o projeto de civilização dos indígenas

Preocupação de Januário desde a época da independência (CORRESPONDÊNCIA 1822, p. 45), a questão indígena recebeu mais atenção após seu envolvimento na luta antitráfico. Assim, de abril a agosto de 1834, nas páginas do *Correio Oficial*, de que era redator, encontramos uma série de publicações intituladas “Civilização dos aborígenes do Brasil, ou catequese dos índios”, sem assinatura e, por isso, provavelmente de sua autoria, voltadas ao tema. Os índios surgiam no horizonte de interesses do cônego a reboque da questão maior dos problemas gerados no âmbito da escravidão negra, da qual eram indissociáveis.

Os artigos do *Correio Oficial* indicavam as desvantagens para o Estado da continuidade da política indigenista vigente. Apresentada como sendo dotada de magro orçamento (um “lenitivo ineficaz”), sem organicidade, relegada pelo governo central às províncias, e dessas a particulares inescrupulosos mais empenhados em extorquir que em defender os selvagens, na avaliação do cônego, a política vigente via a “obra de exterminação da raça indígena (...) grassando de Província a Província” (CIVILIZAÇÃO 1834, p. 356). Ela inviabilizava, assim, o futuro da “raça indígena”. Sua definição de uma temporalidade do selvagem iniciava-se, assim, pela caracterização de sua

extinção em um futuro próximo que, conforme indica Michele Duchet, era o destino ao qual amplos setores do pensamento iluminista tendiam a condenar os selvagens (DUCHET 1995, p. 225, 226). Na visão do cônego, esse possível desaparecimento, “além de afligente para a humanidade, é sumamente nocivo ao interesse bem entendido do Estado, que tendo à mão uma população proletária [seria] capaz de suprimir em parte o lugar, que a escravidão africana ocupa com indizível prejuízo da nossa moral, e do nosso interesse material”. Mais do que isso, “a civilização dos indígenas, se ela fosse promovida, e prosseguida por meios próprios, dotaria em poucos anos as regiões férteis, e mais precisas de braços, de milhares de trabalhadores robustos, sóbrios e de boa fé” (CIVILIZAÇÃO 1834, p. 356).

Uma eficaz política civilizatória resolveria o problema dos dois polos envolvidos no secular embate que opunha selvagens e civilizados, permitindo a abertura de um futuro promissor para ambos. Os indígenas seriam elevados a certo grau de civilização, integrados na comunhão brasileira como “população proletária” e poupados do extermínio a que supostamente estavam fadados. Para o cônego, essa seria a maior glória do Brasil, projetando-o, entre as nações americanas, como a única a preservar seus povos autóctones. Por seu lado, o Estado brasileiro encontraria uma força de trabalho substitutiva que permitiria o aumento de população livre e evitaria a introdução por tempo indefinido do deletério elemento africano. O indígena civilizado surgia, assim, como a chave privilegiada para abrir um futuro renovado pela anulação paulatina da escravidão; ele seria um dos esteios do novo horizonte de expectativa antiescravista que o cônego projetava para a nação brasileira.

Sustentando essa avaliação projetiva, os artigos ancoravam-se em um exercício de reavaliação de experiências passadas, na forma de uma breve interpretação da história das colonizações. O procedimento adotado consistia em traçar paralelos entre duas experiências de colonização e contato com povos selvagens: a dos antigos e a dos modernos.

Dentre eles, Januário Barbosa conferia um estatuto privilegiado à experiência dos povos antigos, tomados como modelo digno de ser imitado e parâmetro de grandeza, revelando a plena vigência da autoridade da tradição clássica. Assim, o artigo atesta como Januário da Cunha Barbosa, poucos anos antes da criação do IHGB, não havia desenvolvido plenamente um conceito moderno de história, de caráter linear progressivo, sendo marcado fortemente pela referência a concepções cíclicas, evidenciadas não somente no uso do paralelo e na proposta de imitação do modelo de colonização dos antigos (por meio dos jesuítas, seus êmulos modernos), mas também na recusa de um reconhecimento pleno da perfectibilidade indígena (CEZAR 2011, p. 53; TURIN 2011; ARAUJO 2008, p. 112).

Dessa forma, o sucesso dos antigos na arte de colonizar os povos seria resultado principalmente do fato de que “entre eles, a política e a religião se confundiam”, “os reis eram pontífices (...) e o catecismo servia de código” (CIVILIZAÇÃO 1834b). Já as nações modernas, menores em relação à grandeza antiga, foram marcadas em seu modo de colonizar pela dissociação entre a política e a religião. Conquistadores cobiçosos aplicavam uma política exclusivamente preocupada em explorar a nova terra. Essa longa noite colonial era contrastada pela exceção dos jesuítas, que “unindo a política à religião, pontífices e magistrados, eles civilizaram à moda dos antigos, e em breve viram-se cercados de uma população cegamente dedicada, numerosa, sadia” (CIVILIZAÇÃO 1834c, p. 293).

Se o experimentalismo indigenista exigia uma interpretação histórica do confronto entre antigos e modernos, ele também implicava um exercício de definição, ainda que breve, da condição dos selvagens. Quanto a esse ponto, o cônego esboçava uma protoetnografia própria. Baseando-se em observações sobre o selvagem brasileiro realizadas por “philosophos” como Saint Hilaire, Mawe e Guido Marlière, o cônego tendia a ressaltar os traços de receptividade e sociabilidade do indígena. Havia mesmo uma tendência à sua infantilização, na medida em que

“os índios se entregam com a confiança e abandono de criança” (CIVILIZAÇÃO 1834) ou, citando trecho de Saint Hilaire sobre os tímidos Malalis, “de extremosa docilidade. Para se obter deles o que se quer, basta acariciá-los como crianças” (CIVILIZAÇÃO 1834d). No entanto, por sua natureza, os selvagens eram vistos como “condenados à perpétua infância”, visão que conferia limites rígidos à sua perfectibilidade. Encontravam-se, também, degradados, não por força de sua natureza ou do ambiente físico em que viviam (como pensava de Pauw), mas pelas condições históricas, que os confrontaram com a cupidez e a exploração do colonizador moderno. O índio, no entanto, conteria aptidão à vida social, somente necessitando ser tutelado pela filantropia do homem civilizado, entendida como meio de reversão da conjuntural degradação indicada. De qualquer modo, no conjunto dos elementos que compunham o mosaico etnossocial do Império nascente, a infantilização do indígena seria uma espécie de contrapartida compensatória da animalidade violenta que o cônio identificava no escravo negro, conforme seus artigos publicados no contexto do levante malê. Sua suposta docilidade e disposição ao convívio pacífico servia como miragem apaziguadora para a construção de uma futura população nacional.

Mas, para consegui-lo, seria necessário alterar as práticas de contato que prevaleciam nos sertões brasílicos. O cônio apresentava, então, sua original alternativa de redefinição da política indigenista do Império. Uma proposta surgida após a lei de revogação, em 1831, da política oficial de extermínio por meio das guerras justas e que seguia, pelo menos teoricamente, seu princípio de busca de métodos brandos de incorporação (SPOSITO 2012, p. 91-101). Era também uma proposta de envergadura nacional, que surgia em um contexto de ausência de legislação indigenista válida para todo o Império (CUNHA 2002). A via proposta pelo cônio não deveria ser controlada pelo Estado ou a Igreja, mas sim por uma grande associação particular, de âmbito nacional. Ela, no entanto, receberia do Estado os fundos então dedicados à catequese, além da transmissão da tutela dos indígenas e da gestão de todos os

negócios a eles ligados. Por outro lado, receberia da Igreja seus agentes principais: os missionários, que atuavam como intermediários no contato com os indígenas, defendendo-os da agressão dos civilizados mais afoitos, atuando como seus advogados (CIVILIZAÇÃO 1834e). Seriam os agentes que fariam o papel de tutores das “eternas crianças” indígenas, condição de sua incorporação subalterna como força de trabalho no corpo da nação futura.

A proposta de experimentalismo indigenista do cônego não passou do plano para a prática, ainda que muitos de seus pontos coincidam com o Regulamento das Missões, aprovado em 1845, ou mesmo com atividades desenvolvidas pelo IHGB. Mais sucesso, no entanto, teriam suas propostas relativas aos colonos europeus, acalentadas no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).

Projeções de futuro na SAIN: entre temores escravistas e o experimentalismo imigrantista

Juntamente com os indígenas, os imigrantes seriam a outra ponta do programa de substituição paulatina do trabalho escravo. Da mesma forma como tentou fazer com os indígenas, o cônego Januário alinhava-se a setores que buscavam romper com os receios vigentes em torno da imigração estrangeira. Tanto a falência ou pouca produtividade de experiências anteriores, quanto a violência recente das revoltas de militares irlandeses e prussianos, que levaram a dezenas de mortos na corte, em 1828, criaram certa desconfiança sobre a alternativa imigrante. Enredada em indefinições quanto à propriedade da terra e liberdade de culto, ela também era apresentada como dilapidadora dos recursos públicos, ineficaz e até ameaçadora da ordem (SIRIANI 2005; MELÉNDEZ 2014).

Contudo, a possibilidade do fim do tráfico e a chegada espontânea de levas de europeus parecem ter possibilitado a retomada do debate sobre imigração, questão intensificada pela revolta malê, que reforçava a compreensão dos escravos

como um perigo ainda maior à ordem social. Visando definir o papel do governo e da sociedade brasileira no incentivo à imigração, Januário, então redator do *Correio Oficial*, publicou um projeto de lei para o fomento da imigração, de autoria do governo uruguaio. Ele propunha destinar fundos públicos, a serem restituídos pelos colonos, para financiar passagem, alojamento e comida, sob a condição de que a conduta dos imigrantes fosse abonada por agentes consulares de seus países de origem. Para o cônego, o projeto uruguaio “pode bem servir, se não de modelo em tudo, ao menos de estímulo ao que devemos fazer” (NOTÍCIAS 1834).

Aparecia, novamente, o mesmo modelo de relação entre poder público e associações privadas que havia definido também para a política indigenista. Ao Estado caberia definir os terrenos a serem ocupados pelos colonos, o pagamento de passagem, alimentação e alojamento. Por outro lado, o engajamento no exterior e a alocação dos colonos no Brasil ficariam a cargo de associações particulares especialmente criadas. Era o que também determinavam duas cartas de um correspondente brasileiro em Bremen, que o cônego redator publicou, em 1834, no *Correio Oficial*. Elas buscavam tranquilizar a classe senhorial brasileira quanto ao perfil do imigrante, ao afirmar que não eram pobres que partiam, mas famílias dotadas de “pequenas fortunas industriosas”. Tomava, como era comum à época, os EUA como exemplo de política imigrantista eficaz, ressaltando que “os americanos do norte (...) criaram, em todos os estados, muitas sociedades para proteger e conduzir os estrangeiros emigrantes (...)” (CORRESPONDÊNCIA 1834). O mesmo empenho associativo deveria ser seguido pelos brasileiros: “cumpre criar sociedades para proteger os emigrados; e dar terras de graça a todos que se quiserem empregar na cultura delas” (CONTINUAÇÃO 1834). Conforme veremos, diferente da proposta indigenista de Januário, seu projeto imigrantista sairia do papel. Fundamental para isso foi a inserção do cônego na principal sociedade letrada do Brasil da época, a SAIN.

Criada em 1827 para incentivar as forças materiais do recente Estado-nacional, a associação pautava-se pelo modelo de academia da ilustração luso-brasileira, voltada à produção de conhecimento útil. Criada no contexto dos debates em torno do fim ao tráfico de escravos, ela tinha como uma de suas metas a introdução de maquinário, visando fazer o “sacrifício patriótico de extirpar o cancro da escravidão que lhe corrói as entranhas, e o enfraquece na marcha de sua prosperidade” (SILVA 1979, p. 70).

Contudo, não podemos nos iludir quanto ao antiescravismo dos debates e práticas efetivas da SAIN. Ainda que, durante a maior parte da década de 1830, a questão da escravidão e do tráfico não tenha sido diretamente aí debatida, algumas menções surgiam, permitindo vislumbrar a diversidade de posicionamentos assumidos pelos sócios. Eram membros ativos da associação, dentre outros, expoentes do escravismo como José Silvestre Rebello, comerciante, responsável por conseguir o reconhecimento estadunidense para a independência brasileira e leitor entusiasta do jornal dos produtores escravistas do Sul dos Estados Unidos, *Southern Agriculturist* (FERNANDES 2000, p. 260-263); Carlos Augusto Taunay, militar e autor do *Manual do Agricultor Brasileiro*, de 1839 (na análise de Rafael Marquese, uma refinada justificativa do tráfico de escravos e a mais sistemática exposição da política de gestão escrava dos senhores brasileiros (MARQUESE 2004, p. 270-279); além do próprio Marechal Raimundo da Cunha Mattos que, em 1827, destacara-se como o maior opositor ao tratado com a Inglaterra pela supressão do tráfico de escravos (SUSTENTAÇÃO 1827; PARRON 2011, p. 62-72). Eles representavam uma ala pró-escravista na SAIN dos anos 1830, responsável por definir uma forma própria de inserir a escravidão em suas projeções de futuro.

Para compreender como o fizeram, deve-se considerar que concentraram sua atenção na produção açucareira, buscando melhorar sua declinante competitividade no mercado internacional. José Silvestre Rebello, principalmente,

parecia pensar a situação da produção brasileira em sua dimensão internacional, esforçando-se sempre em balizar seus diagnósticos em comparações, principalmente com a realidade das grandes zonas escravistas do Atlântico. Em 1832, indignava-se ao evidenciar que a produção açucareira cubana rendia 30% a mais que a brasileira no mercado londrino (REBELLO 1833). Em outro texto, de 1835, Rebello mobilizava a comparação externa para lastrear a apresentação de um prognóstico pessimista. Ele projetava um futuro ameaçador para o plantador de cana brasileiro, ao indicar que um vasto território do sul dos EUA até a Venezuela seria plantado com cana de açúcar. E enviava um aviso aos proprietários brasileiros: “logo, aqueles que têm fábricas de açúcar já montadas, devem contar grande concorrência no mercado, mas podem esperar infalível aumento e grande consumo” (REBELO 1835a, p. 35). A tentativa de atenuação final mal anulava o sentido negativo do prognóstico que traçava.

A seu ver, a saída estaria em os brasileiros imitarem os métodos daqueles que mais produziam. Além do incentivo a técnicas avançadas, que predominava nas páginas da revista da SAIN, Silvestre Rebello defendia uma mudança na gestão dos escravos. O exemplo vinha da experiência do *Deep South* escravista, dos “engenhos de açúcar da Geórgia”, conforme descritos no jornal científico *Southern Agriculturist* (REBELO 1834). Nos artigos do periódico sulista reproduzidos na revista da SAIN, indicava-se a racionalização e divisão do tempo de trabalho dos escravos em turnos de 8 horas, “de sorte que cada um em vinte e quatro horas trabalha dezesseis, e dorme e descansa oito”, a divisão de tarefas, o registro minucioso das tarefas desempenhadas, o controle a cargo dos próprios escravos, o socorro médico, o asseio das senzalas, um serviço de cuidado das crianças escravas, a redução do trabalho das mães, regras de disciplina rígidas e claras, e castigo pronto e moderado. Enfim, “as consequências desse sistema são admiráveis, desobediência, fugidas e desordens, ou barulhos são coisas raríssimas” (REBELO 1835b, p. 16). Rebello representava, no interior da SAIN, um setor da classe senhorial

que, conforme o estudo de Rafael Marquese, investia na gestão racional e “humanizada” do trabalho escravo como a alternativa de aumentar sua produtividade e permitir sua reprodução interna e, no caso específico, anular sua potencialidade disruptiva (MARQUESE, 2004). Em vez de propor sua supressão, esse setor priorizava a renovação pontual do *status quo* escravista, visando a sua estabilização e à reprodução futura ilimitada.

Essa posição, conforme já avançamos, estava relacionada com uma forma própria de projeção do futuro próximo, marcada por prognósticos de ameaça internacional à posição da produção açucareira brasileira. Sua formulação atingiu um ponto alto com a discussão em torno de uma proposta de criação da Companhia Inglesa da Agricultura e do Açúcar das Índias Orientais. A discussão foi levantada pelo próprio Rebello em sessão de 1836, a partir de uma tradução comentada do projeto britânico, de autoria de Cunha Mattos, e gerando um parecer feito por uma comissão tripla, composta pela nata da ala escravista: o próprio Cunha Mattos, Rebello e Joaquim Francisco Vianna, esse último herdeiro de uma das maiores famílias de proprietários da região canavieira de Campos dos Goitacazes, no norte fluminense.

A iminente criação de uma Companhia voltada à produção de açúcar na Índia britânica foi interpretada por Cunha Mattos como uma ameaçadora concorrente dos produtores brasileiros. Mais especificamente, ela viria anular as vantagens do açúcar brasileiro no mercado internacional, vantagens que, se esperava, adviriam da queda de produção causada pela abolição da escravidão em andamento nas colônias britânicas do Caribe, minuciosamente documentadas no prospecto da companhia publicado no *Auxiliador da Indústria Nacional* (MATTOS 1837). Projetava-se uma produtividade espantosa para a companhia, levando Cunha Matos a concluir lugubrememente:

O prospecto é lisonjeiro, e também é ameaçador; ele convida por uma parte, e intimida pela outra; as expressões nada têm de enigmáticas nem misteriosas: pretende-se a aniquilação dos gêneros chamados coloniais em toda a América, e com efeito

um agente tão poderoso na Índia Oriental, e outros ainda mais poderosos nos Estados Unidos da América e na Europa, onde a cultura da beterraba faz progressos espantosos, deve causar algum susto aos agricultores do açúcar do Brasil. A desconfiança em tempo nenhum foi tão necessária como agora; é preciso que desde já se conjure a tempestade que se acha mais iminente do que talvez a alguém parece (...) (MATTOS 1837, p. 107).

O futuro que assombrava boa parte dos sócios da SAIN parecia ser o da ameaça internacional aos gêneros agrícolas da produção escravista brasileira. Era essa última que deveria ser prioritariamente defendida.

No debate que se seguiu no interior da SAIN sobre a proposta da Companhia Britânica de Açúcar das Índias Orientais, poucos são os indícios de participação do Cônego Januário. Tão prolífico e incisivo em condenar pela imprensa a continuidade do tráfico, o cônego parecia desviar, na SAIN, do polêmico tema da escravidão, investindo em alternativas com melhor aceitação entre os sócios. Uma delas foi a imigração, que revela o caráter virtualmente conciliatório do experimentalismo.

Revelador desse aspecto foi o fato de que o primeiro sinal de discussão sobre a questão imigrantista no interior da SAIN surgiu por parte de Carlos Augusto Taunay, em uma sessão de agosto de 1834 (TAUNAY 1834, p. 226). Nela, Taunay leu uma memória sobre imigração em que expressava certa descrença na viabilidade, a curto prazo, de qualquer alternativa de mão de obra que não a escrava, mas já afirmava ser possível, em “uns poucos decênios”, incrementar a vinda de colonos. A memória, que não foi publicada na revista da SAIN, indicava uma espécie de brecha imigrantista. Ela mostrava como setores escravistas estavam relativamente abertos, em 1834, para a adoção de alternativas de mão de obra por meio do experimentalismo, indício de que escravismo e imigrantismo não eram alternativas de futuro necessariamente excludentes.

Um ano depois, na sessão de 15 em outubro de 1835, a questão imigrantista ressurgiu quando o sócio Conde de Gestas

sugeriu que a “Sociedade Auxiliadora preste eficaz proteção aos colonos, que dos portos estrangeiros se dirigirem ao Brasil” (EXTRATO 1835, p. 361), o que gerou um parecer elaborado pelo cônego Januário e o secretário Joaquim Francisco Vianna. Nele, Januário concretizava seu velho pendor associativo e propunha a criação, a partir da SAIN, de uma *Sociedade Auxiliadora da Imigração de Colonos Livres*, logo aprovada por unanimidade dos sócios. Ela foi a primeira associação autônoma surgida do interior da SAIN, sendo esse o seu primeiro resultado concreto de experimentalismo imigrantista.

A iniciativa logo se transformaria na Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro (SPC), instituição ativa entre fevereiro de 1836 e 1839, tendo desempenhado o papel de pioneira no incentivo à introdução da mão de obra livre na corte, permitindo reforçar a legitimidade dessa alternativa entre as elites fluminenses do final dos anos 1830 (AIN, n. 12, ano IV [1836], p. 368; MELÉNDEZ 2014). E, de fato, era um momento em que a alternativa imigrantista necessitava ser defendida dos ataques que sofreu pelos agentes envolvidos na onda pró-escravista, capitaneada por Bernardo P. de Vasconcelos, político expoente do regresso conservador.

Pois 15 dias depois da proposta do conde de Gestas, o jornal *O Sete d’Abril*, ligado a Vasconcelos, reagia à declaração dos princípios que regiam o governo do recém-eleito regente Feijó, defensor de que “a prudente introdução de colonos tornará desnecessária a escravatura, e com a extinção desta muito lucrará a moral e a fortuna do cidadão” (Profissão, 1835, p. 02). A afirmação identificava que o novo regente não estaria disposto a levar adiante a supressão da lei antitráfico de 1831, conforme indicara em campanha, mas que em seu lugar passava a defender a imigração como via substitutiva da escravidão.

A frase foi suficiente para despertar a ira do *Sete d’Abril*, a serviço de Vasconcelos, que taxava “de utopia impraticável esse voto ou promessa feita da extinção da escravatura (...) por entendermos que a extinção da escravatura não se realizará em nossos dias, que sua continuação é indispensável

e continuará a sê-lo, no Brasil, por anos, quiçá por séculos (...)." (Escravatura 1835). Mais adiante, era a própria eficácia da alternativa imigrantista que negava, ao afirmar que "a importação de colonos, inda que numerosa, não poderá por séculos produzir o desejado efeito" (Novo 1835, p. 04). Setores regressistas projetavam, assim, um horizonte de expectativa marcado pela vigência indefinida da escravidão.

Nessa conjuntura, membros importantes da SAIN, como vimos, haviam se mostrados entusiastas da continuidade do tráfico. O interessante, no entanto, é que, diferente de Vasconcelos, não descartaram o investimento em alternativas de mão de obra, mantendo assim um ponto de convergência com os setores antiescravistas, evidenciando o potencial conciliador do experimentalismo e das sociabilidades acadêmicas. Afinal, como afirmava, em dezembro de 1836, o presidente da SAIN, Joaquim Francisco Vianna, expoente da açucarocracia do norte fluminense, "digam embora alguns o que quiserem, a colonização livre no Brasil na quadra presente, é um fato da maior importância" (Relatório 1836, p. 369).

Nesse sentido, é bastante significativo o texto, de finais de 1837, de ninguém menos que o marechal Cunha Mattos. Expoente da defesa do tráfico em 1827, quando negara a viabilidade próxima de substituição da escravidão por qualquer alternativa de mão de obra, dez anos depois aderiu a propostas experimentalistas, como deixou claro na memória sobre a população que proferiu na SAIN (SUSTENTAÇÃO 1827, p. 13). Porém, essa adesão não se daria sem ambiguidades, uma vez que, ao fazer um balanço da política de colonização desde a vinda da família real ao Brasil, em 1808, o tom que predomina, inicialmente, é o da descrença. Apesar dos enormes gastos feitos com emigrantes, "ainda somos obrigados e continuaremos a ser por muitos anos compelidos a fazer uso dos braços africanos" (MATTOS 1837a, p. 358). A escravidão negra mostrava-se como a realidade inescapável do presente e se projetava por um longo futuro, conforme o discurso dos setores pró-escravistas.

Contudo, em vez de tomar essas dificuldades como dados incontornáveis e justificacão para a continuidade do tráfico, como fizera em 1827, Cunha Mattos passava, em um segundo movimento do texto, a enfrentar a questão e a discutir a mudança nos métodos necessária para a eficácia da imigrao e colonizao, em um paulatino distanciamento do discurso pró-escravista. Um dado novo e um dos elementos que talvez ajudem a explicar a mudança seria a insegurança que identificava no predomínio do escravo negro, pois passava a considerar que “bom será, senhores, que, para o Brasil, venham pessoas brancas de todas as naoes, para contrabalanarem, neutralizarem e escusarem a raça preta, **sempre perigosa** pela sua imoralidade” (MATTOS 1837a, p. 359, grifos meus). A imigrao como antídoto populacional contra esse “perigo negro” era recuperada mais adiante e servia até mesmo para Cunha Mattos justificar a necessidade de supressão do tráfico de escravos:

Todos os políticos estão de acordo na ideia capital da inconveniência da importao da raça africana para o Brasil: **os riscos desta importao manifestam-se a cada passo**: mas o sistema de os substituir tem dado que fazer às cabeças mais bem arranjas. (MATTOS 1837a, p. 363, grifos meus).

O trecho soa como uma retificao pública de Cunha Mattos quanto a seu passado de ferrenho defensor do tráfico. Justificando a sua mudança para a defesa da supressão do tráfico, estava a referência aos riscos crescentes dessa atividade, o que permite também perceber um dos efeitos possíveis das revoltas escravas, com destaque para a dos malês. Aqui ela parece ter reforçado o sentimento de insegurança de setores outrora claramente favoráveis ao comércio negreiro, incentivando a adesão ao experimentalismo, mesmo que tímido. A agência escrava atuava diretamente sobre o debate político e intelectual, criando ou reforçando inflexões de posicionamentos em um sentido antiescravista. Nesse sentido, Cunha Mattos ainda chegava a defender que parte dos recursos para o financiamento da imigrao viesse dos impostos sobre

transações internas de escravos e das penalidades cobradas sobre contrabandistas de africanos, reforçando a necessidade de supressão dessa prática.

As propostas de Cunha Mattos pouco inovavam quanto à imigração, que poderia ser de europeus ou asiáticos, destacando-se, porém, em solicitar maior controle policial sobre os imigrantes. Quanto ao indígena, que recebeu atenção significativa, Cunha Mattos confluía com o diagnóstico do cônego Januário e louvava a experiência jesuítica do passado colonial, servindo essa de referência para projetar a política de catequese futura, uma vez que “os índios também hão de continuar a decair enquanto não tiverem outros catequistas e diretores tão assíduos e zelosos a favor da humanidade [quanto os jesuítas]” (MATTOS 1837a, p. 360).

Interessante considerar as mudanças ocorridas no posicionamento de Cunha Mattos desde a defesa veemente da continuidade do tráfico, que empreendera em 1827. Da projeção de um horizonte de expectativa escravista para a nação, que identificava a positividade e centralidade do elemento africano para a constituição do futuro povo brasileiro e desconfiava da efetividade das alternativas de mão de obra livre, Cunha Mattos, dez anos depois, mostrava alterações importantes em seu pensamento. Ainda via a escravidão como realidade inescapável de um longo futuro, mas já divisava, em um futuro mais longínquo ainda, a possibilidade de formas de trabalho não escravo, cuja efetivação defendia. Alterava suas projeções de futuro, inserindo a possibilidade do trabalho livre, ainda que remoto.

Assim, nos anos imediatamente anteriores à proposta de criação do IHGB, no interior da SAIN, conviviam, mediante diferentes formas de compatibilização, pelo menos dois tipos de sócios com prognósticos divergentes em seu modo de articular escravidão com a constituição do futuro da nação. De um lado, um grupo tendencialmente pró-escravista, predominante, que via ameaças de destruição da lavoura canavieira brasileira pela dinamização da concorrência internacional e que indicava

como medida a se tomar o investimento em uma melhor gestão da mão de obra escrava. De outro, figuras esparsas como Frederico Burlamaque e, principalmente, o cônego Januário, que projetava um futuro de supressão gradual da escravidão e imediata do tráfico, escorando-se na projeção de um levante escravo ameaçador, que, nesse momento, não era explicitamente apresentado nas páginas da revista da SAIN, mas sim nas publicações contemporâneas do cônego em jornais (PARRON 2011). Ele indicava a necessidade de investir, no presente, na criação de alternativas de mão de obra que, no geral, contaram com o respaldo do conjunto dos sócios, indicando a possibilidade de convergência com os interesses escravistas, em um compromisso característico do experimentalismo.

Significativamente, Januário da Cunha Barbosa não participou da SPC que propusera criar, mantendo, porém, um lugar de destaque na SAIN. Em um contexto de crescente avanço no campo político de seus adversários regressistas e escravistas, a atuação do cônego no interior de uma sociedade letrada como a SAIN abria-se como uma possibilidade de intervenção na sociedade por outros meios que não os partidários. O experimentalismo que nela vigorava não somente permitiu aproximar agentes de posições antagônicas – tais como o antiescravista Januário da Cunha Barbosa e o escravista Cunha Mattos – como possibilitou ainda a efetivação de propostas com desdobramentos efetivos na esfera pública, como a SPC.

Em setembro de 1837, com a ascensão do novo regente Araújo Lima e do gabinete em que seu inimigo político Vasconcelos se destacava como ministro, restringiam-se as vias políticas de atuação do cônego. No ano seguinte, em outubro de 1838, seguindo a lógica da criação da SPC, Januário, agora juntamente ao citado Cunha Mattos, seria responsável por propor a criação de uma nova associação letrada, “irmã” da SPC e “filha” da SAIN: o IHGB. A notícia de sua fundação motivou a única referência elogiosa a Januário da Cunha Barbosa nas

páginas de *O Sete de Abril*, jornal ligado a Vasconcelos e dedicado a uma prática recorrente de achincalhe da figura do cônego (Instituto 1838, p. 04.). Esse reconhecimento geral do IHGB como instância central de produção de saber indicava o sucesso da estratégia de sua criação, pois ela conferiu espaço de atuação, reconhecimento e certo poder ao cônego Januário. No momento em que as vias políticas tradicionais pareciam a ele se fechar com o triunfo de seus principais adversários regressistas, ele passaria a coordenar a principal instituição de saber do Império, com impacto na formação de suas elites, não somente em sua consciência de brasilidade pela revelação de um passado nacional, mas também no encaminhamento de políticas públicas, pela projeção de expectativas de futuro.

O IHGB: história nacional, projeções de futuro e escravidão

Diferente da SPC, o IHGB não era uma associação voltada prioritariamente a alguma atividade prática. Contudo, a concepção de conhecimento histórico proposto pelo cônego incorporava uma missão pública incontornável. Nele conviviam, em tensão, a perspectiva tradicional da *história magistra vitae*, com elementos da mais moderna história filosófica, além da pesquisa e crítica documental erudita, revelando a paulatina adesão do cônego Januário à moderna concepção linear progressiva do tempo, revelada pela ênfase no estudo da “marcha de nossa civilização”. Mais importante, o saber histórico seria provido de uma “grande utilidade”, afinal, ele “oferecerá (...) essas lições, que tão profícuas podem ser aos cidadãos brasileiros no desempenho de seus mais importantes deveres” (BARBOSA 1839, p. 13 e 15; CEZAR 2003; GUIMARÃES 2008; TURIN 2013). Assim, o fundador do IHGB não somente buscou construir uma consciência de brasilidade entre as elites imperiais, mediante a recuperação de um passado comum, mas também entendeu que essa história a ser escrita auxiliaria a orientar políticas efetivas de

intervenção no presente, visando a atender a certas projeções compartilhadas de futuro, que buscamos aqui brevemente indicar.

Que a preparação do futuro era uma dimensão importante e que a questão da escravidão e seus desdobramentos experimentalistas (civilização dos indígenas, principalmente) assumiriam papel essencial nesse exercício erudito, pode ser percebido pelos programas históricos propostos pelo cônego Januário logo na quarta reunião, de 4 de fevereiro de 1839 (4ª SESSÃO 1839, p. 47). Interessa-nos aquele que primeiro foi debatido: “Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embarça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira?”

Já sugerido na formulação da questão, o tom antiescravista ficava explícito no primeiro parágrafo, ao afirmar que “não sou patrono da escravidão, nem dos índios, nem dos negros e por isso considero a liberdade como um dos melhores instrumentos da civilização dos povos.” (PROGRAMA 1839, p. 123). Se civilização rimava com liberdade, por sua vez, os saberes da experiência, escritura sagrada e história eram mobilizados para sustentar uma lição, de validade universal, avançada pelo cônego:

Em qualquer parte em que o homem for reduzido a uma mercadoria, não haverá crime, que a cobiça não cometa, para aumentar sua fortuna. A humanidade ressentir-se desse crime: e o único sentimento nobre, que resta a um desgraçado cativo, é o de sua perdida liberdade, que muitas vezes o atira de seus ferros a terríveis empresas. Roma e outras nações nos oferecem infinitas provas dessa verdade. (PROGRAMA 1839, p. 123).

Atente-se que Januário Barbosa sugeria a rebelião escrava como uma consequência recorrente da escravidão, aqui elidida pela expressão “terríveis empresas”, de clara compreensão para os brasileiros que ainda mantinham fresca a memória dos

malês e outros levantes recentes. A referência à experiência romana, que ainda gozava de autoridade para parte dos contemporâneos, conferia uma chancela moral e epistêmica, escorada na efetividade da *história magistra vitae*, para a afirmação.

Na sequência, o texto voltava-se a um exercício de avaliação da experiência colonial brasileira a partir das premissas expostas, abordando inicialmente a escravidão do indígena. Avaliando o passado nacional com a lente antiescravista, o cônego mobilizou a legenda negra da colonização espanhola e, mediante a referência a escritos do Padre Antônio Vieira, realizou sua transposição para as possessões portuguesas, identificando aí casos semelhantes de violências, extermínio e escravidão dos índios, frutos da cobiça dos colonos (PROGRAMA 1839, p. 126).

Após essa análise condenatória do passado, o cônego alterava o foco temporal de seu discurso e voltava-se para o futuro.¹ Apresentava, assim, as primeiras lições da história que deveriam orientar seus contemporâneos:

A experiência nos mostra, que os índios são aptos para todos os trabalhos, a que se apliquem, ou em terra, ou nos rios e mares. O que hoje fazem os negros, eles o faziam, posto que violentados, e por isso mesmo sem proveito de seu adiantamento. Parece que o primeiro cuidado, que deveríamos ter, para os fazer passar do estado nômade, em que vivem quase todos, para o de pastor e agricultor, deveria ser convertê-los à religião cristã, e criar neles certas necessidades, que os obrigassem a pequenos trabalhos, com que houvessem os objetos então necessários (PROGRAMA 1839, p. 127).

A referência à passagem de um estágio a outro (do “nômade” para o “de pastor e agricultor”) revela a apropriação da “lei dos quatro estágios”, característica das filosofias da história setecentistas ligadas à economia política escocesa que, por sua vez, indicam que o cônego inseria, aos poucos, elementos ligados à nova concepção linear-progressiva do

1 Temístocles Cezar analisa o “Discurso” de Januário sob a chave da predominância da noção de *Historia Magistra Vitae* e contesta que a concepção do saber histórico do cônego procurasse realizar projeções de futuro, entendendo que “O futuro de que fala Cunha Barbosa é apenas o seu presente, e as pesquisas das fontes servem para explicá-lo e não para projetá-lo” (CEZAR 2004, p. 20). De fato, no “Discurso” não há elementos seguros sobre as possibilidades de projeção, ainda que as referências à história filosófica deem margem a se pensar em sua possibilidade. Será nos escritos seguintes, nos programas históricos discutidos na 4ª sessão, que a dimensão de futuro assumirá um espaço significativo na reflexão do cônego, conforme aqui indicamos.

tempo na elaboração de suas análises. Eles tinham impacto na própria forma como avaliava a temporalidade dos indígenas, que deixavam de ser “eternas crianças”, como nos artigos do *Correio Oficial*, e passavam a ser passíveis, principalmente os mais jovens, de “aperfeioa[mento] pela nossa comunicação.” (PROGRAMA 1839, p. 127). Pelo uso conjunto do comércio e da catequese como meios de “aperfeiçoamento”, o cônego rompia com a crença da eterna tutela do indígena, alargava seu horizonte e abria-se à possibilidade de um futuro marcado por sua incorporação à nação.

Por sua vez, essa centralidade do indígena não pode ser dissociada dos destinos da escravidão negra. Afinal, “se [os indígenas] forem docemente chamados a um comércio vantajoso e a uma comunicação civilizadora, teremos, senão nos que hoje existem habituados à sua vida nômade, ao menos em seus filhos e em seus netos, uma classe trabalhadora, que nos dispense dos africanos.” (PROGRAMA 1839, p. 128). O cônego mobilizava o argumento do “doce” e “vantajoso comércio” para sustentar o horizonte de expectativa antiescravista e negrófobo que projetava para a nação brasileira: exatamente a criação de uma “classe trabalhadora, que nos dispense dos africanos”, algo que não existia em seu presente. Ele deveria orientar a produção letrada do IHGB e sua escrita da história.

Contudo, a perspectiva antiescravista do cônego Januário não foi a única introduzida nos eruditos debates do novo instituto. Também estava lá um entusiasta da escravidão que não deixou o discurso do cônego sem um contraponto: o “Sr. José Silvestre Rebello”, comerciante que vimos ser um dos líderes da ala escravista da SAIN e cujo “Novo trabalho” foi inserido nas páginas da revista imediatamente a seguir da memória do cônego Januário.

O texto de Rebello levava adiante a discussão sobre a origem e efeitos da escravidão americana, apresentando, porém, uma visão condescendente do processo. Na sua visão, a semente da árvore da escravidão não seria filha da cobiça, tendo sido introduzida pelo próprio Colombo. O

tom adotado é legitimador e visa “servir de desculpa a este grande homem”: os escravizados pelo comandante eram “caraíbes bárbaros tomados prisioneiros em legítima guerra”, “chegados à Europa seriam convertidos, batizados, e postos em caminho da salvação”, sua venda serviria para “indenizar o tesouro dos soberanos, das despesas ali feitas com a nova descoberta”, além do mais todos “ignoravam a injustiça de um tal ato.” (REBELLO 1839, p. 129). Rebello pautava sua análise da experiência dos primórdios da escravidão americana nos tradicionais argumentos legitimadores do tráfico de escravos: a barbaridade dos escravizados e seu meio, a escravização como caminho de salvação para os escravos e rendas para o Estado.

Mesmo que apresentasse a escravidão como “o mal que veio inficionar a América”, logo atenuava seus efeitos negativos, lembrando que ela fora aceita por “muitos homens, notáveis em saber, e mesmo em virtudes.” (REBELLO 1839, p. 130). Desapareciam as ambiguidades quando Rebello passava a tratar da introdução da escravidão no Brasil, por Martim Afonso de Sousa. Os colonizadores mereciam condescendência pois “havia feito [os escravos] prisioneiros em combates, a seu modo, regulares; concorrendo por esse ato os estrangeiros para salvar a vida a esses infelizes, que eram comidos, em dias de grande festa”, tratava-se, portanto, de “um ato meritório” que salvava a vida aos escravos “a troco da liberdade.” (REBELLO 1839, p. 131). De forma cabal, Rebello reproduzia dois tradicionais argumentos que por séculos legitimaram o tráfico de escravos internacionalmente e que eram mobilizados nos embates brasileiros contemporâneos: o do apresamento por guerra justa e o da escravização como mal menor que evitava a morte pelos inimigos africanos.

Essa análise condescendente das origens da experiência escravista brasileira estava atrelada a uma projeção de futuro que em nada indicava a expectativa de superação da escravidão. Rebello até confluía com o cônego Januário, ao desejar o sucesso da política de catequização dos indígenas, mas essa não parecia ter o papel de substituir a escravidão

negra, podendo com ela conviver. Conforme já indicara nos textos da SAIN, também nesse da RIHGB, as projeções de futuro nacional de Silvestre Rebello comprometiam-se antes em reverter “a vergonhosa diferença de preços [dos produtos agrícolas brasileiros] alcançados na Europa, comparados com os que vêm das Antilhas, e outros países dentre os trópicos”. Para Rebello, esse problema “não é devid[o] à brutalidade dos trabalhadores, mas sim também à crassíssima ignorância de quem os administra.” (REBELLO 1839, p. 132). Era tudo uma questão de boa gestão. Mais uma vez, o futuro não estaria na supressão paulatina do trabalho escravo, cujos efeitos nocivos elidia, mas em seu aperfeiçoamento. O futuro projetado por Silvestre Rebello condizia, portanto, com a expectativa do aumento do valor dos produtos da agroexportação escravista brasileira nos mercados internacionais mediante uma gestão racional da escravidão. Seu reforço, não sua supressão, projetava-se como horizonte de expectativa pelas páginas da revista do IHGB.

Considerações finais

A existência de relações entre a produção letrada do IHGB e a escravidão já foi indicada pela historiografia (GUIMARÃES 1988, p. 20-21. KODAMA 2009, p. 185, 190-197), mas ainda falta explorar sistematicamente o quanto a escravidão foi um relevante fator da cultura letrada brasileira oitocentista, seja como condição de possibilidade seja como temática. Aqui busquei explorar as vias pelas quais tal questão condicionou e foi transposta pelo cônego Januário para o interior do IHGB, instituindo-a como problema intelectual pertinente para a escrita de uma história nacional. Ela estaria na raiz da obsessão do instituto com a natureza do indígena, seu papel na história, as possibilidades e métodos de incorporação ao todo nacional, questões centrais do nacionalismo indianista, acalentado ao longo do oitocentos brasileiro.

Para a compreensão desse processo, foi importante a contextualização da atuação do cônego nos embates políticos

da década de 1830, especificamente sua participação como expoente do grupo antiescravista contra o avanço regressista e pró-escravista liderado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Esses mesmos anos 1830, no âmbito das concepções temporais, segundo Valdeci Araújo, corresponderam a uma ruptura que aponta para a difusão de uma noção moderna, linear-progressiva do tempo, que se consolidaria com a criação do IHGB.

Inserido no cerne desses processos, o cônego Januário da Cunha Barbosa redefinía seus referenciais temporais e político-sociais. Ao mesmo tempo em que estendia seu horizonte de expectativa e começava a romper com uma visão cíclica do tempo, redefinía o papel da escravidão nesse futuro nacional que tendia a se projetar como qualitativamente diferente da experiência escravista herdada da colônia. Ele mobilizava argumentos e esboçava práticas experimentalistas visando à supressão paulatina do cativo. Sua inserção na dinâmica associativa da SAIN permitiu que articulasse com setores escravistas, dos quais o marechal Cunha Mattos era um dos expoentes, a criação de instituições como a SPC e o IHGB. Se a criação do IHGB implicou, na frase de Manoel Salgado Guimarães, uma “disputa pelo passado”, aqui buscamos indicar que, para melhor compreendê-la, é importante relacioná-la a outra disputa dela indissociável: a disputa pelo futuro, cujos contornos iniciais buscamos aqui traçar (GUIMARÃES 2008, p. 394).

REFERÊNCIAS

4ª. Sessão em 4 de fevereiro de 1839. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, T. 01, n. 01, 1º Trimestre, 1839.

Algumas ideias sobre associações. **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, 19 jun. 1830.

ARAÚJO, V. L. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

BARBOSA, J. C. Discurso. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)**, Rio de Janeiro, T. 01, n. 01, 1º Trimestre 1839.

BASILE, M. **O Império em construção**: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. 2004. Tese (doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p.102 a 106.

CEZAR, T. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. *In*: PESAVENTO, S. (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre, 2003.

CEZAR, T. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. **Diálogos**, Maringá, v. 8, 2004.

CEZAR, T. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. **Historiografias**, Zaragoza, n. 2, jul.-dic., p. 45-65, 2011. Disponível em: <http://www.unizar.es/historiografias/historiografias/numeros/2/cezar.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

Civilização dos aborígenes do Brasil, ou catequese dos índios. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 89, 22 abr. 1834.

Civilização dos aborígenes do Brasil, ou catequese dos índios. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 73, 03 abr. 1834b.

Civilização dos aborígenes do Brasil, ou catequese dos índios. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 74, 04 abr. 1834c.

Civilização dos aborígenes do Brasil, ou catequese dos índios. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, *Correio Oficial*, n. 76, 07 abr. 1834d.

Civilização dos aborígenes do Brasil, ou catequese dos índios. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 15, 17 jul. 1834e.

Continuação da memória sobre imigração. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 138. 13 dez. 1834

Correspondência. **Revérbero Constitucional Fluminense**, Rio de Janeiro, v. II, n. 04, 18 jun. 1822.

CORRESPONDNCIA sobre colonização. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 1.12 dez. 1834.

CUNHA, M. C. da. Política indigenista no Século XIX. *In*: CUNHA, M. C. da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 2002.

DRESCHER, S. **The Mighty Experiment**: free labor versus slavery in British emancipation. Oxford: Oxford University Press; 2002.

DUCHET, M. **Anthropologie et histoire au siècle des Lumières**. Paris: Albin Michel; 1995

EL YOUSEFF, A. **Imprensa e escravidão**: política e tráfico negreiro no Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1822–1850. 2010. Dissertação (mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo.

Escravatura, **O Sete d´Abril**, Rio de Janeiro, 31out. 1835.

Extrato da sessão da sua assembleia, reunida no dia 15 de novembro, **Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, n. 12, ano III, 1835.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, M. L. S. “Uma história da História Nacional: textos de fundação”. In: LIMA, I. S. e do CARMO, L (orgs.) **História Social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Editoraed Casa de Rui Barbosa, 2008.

Instituto Histórico. **O sete d´Abril**, Rio de Janeiro, 29 out 1838, p 04.

HARTOG, F. **Regimes d´historicité**: presentisme et experience du temps. Paris, Seuil, 2003.

KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860, Rio de Janeiro, FIOCRUZ; São Paulo; EDUSP, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006.

MARQUESE, R. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras; 2004.

MATTOS, J. R. C. "Relatório (...) a respeito do prospecto do Estabelecimento da Cia. Inglesa e de Agricultura do Açúcar na Índia Oriental". **Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, n. 04, ano V [1837].

MATTOS, R. J. C. "Memória Histórica sobre a População, Emigração e Colonização, que convém ao Império do Brasil, etc.". **Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, n. 11, ano V[1837a].

MELÉNDEZ, J.J.P. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n68/a03v34n68.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.

Novo governo com esteios velhos. **O Sete d´Abril**, 07 nov.1835.

Notícias estrangeiras. Emigração em Montevideo, **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 69, 22 set. 1834.

PARRON, T. A Política de Escravidão no Império do Brasil (1826-1865). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Profissão de fé política do governo. **O Sete d´Abril**, Rio de Janeiro, 31 out. 1835.

Programa (...) se a introdução dos escravos africanos no Brasil embarça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira? **RIHGB**, Rio de Janeiro, nº n. 03, Tomo T. I, 3º trimestre de 1839.

REBELLO, J. S. "Memoria sobre a cultura da cana e elaboração do açúcar". **Auxiliador da Industria Nacional (AIN)**, Rio de Janeiro, n. II, Ano I [1833].

REBELLO, J. S. "Descrição de dois engenhos de açúcar da Geórgia, feita pelo editor do Agricultor do Sul, etc." **AIN**, n. 12, ano II [1834].

REBELLO, J. S. "Agricultura, cultura e manipulação do Açúcar no México", **AIN**, n. 02, Ano III [1835a]

REBELLO, J. S. "Agricultura. Continuação do número precedente". **AIN**, Rio de Janeiro, n. 01, ano III [1835b]

REBELLO, José Silvestre. "Novo Trabalho do Sócio Sr...", **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 03, T. I, 3º trimestre de 1839, p. 129.

REFLEXÕES. **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, n. 69, 22 set. 1834.

RELATÓRIO. **Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, n. 12, ano IV [1836].

SILVA, J. L. W. **Isto é o que me parece**. A SAIN (1827-1904) na Formação Social Brasileira. A Conjuntura de 1871 a 1877. 1979. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

SIRIANI, S.C.L. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX - aspectos políticos. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 02, nov. 2005. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/almanack/PDFS/2/02_artigos_4.pdf. Acesso em 08 mar. 2017.

SPOSITO, F. **Nem cidadãos, nem brasileiros**: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

Sustentação dos votos dos deputados Raymundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May sobre a convenção para a final extinção do comércio de escravos. Rio de Janeiro: Plahcer-Seignot, 1827. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01754900/017549_COMPLETO.pdf. Acessado em 08 mar 2017.

TAUNAY, C. A. Memória relativa à evidente necessidade que há no Império de um regulamento que facilite a entrada de colonos. **Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, n. 08, ano II [1834].

TURIN, R. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). **L'Atelier du Centre de Recherches Historiques**, Paris, n. 07, abril 2011. Disponível em: <http://acrh.revues.org/3748>. Acesso em: 07 março 2017.

TURIN, R. **Tessituras do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: ed UERJ, 2013.

NOTA SOBRE O AUTOR

Danilo José Zioni Ferretti

danilozf@ufs.br
Universidade Federal de São João del-Rei
São João del-Rei
Minas Gerais
Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Danilo José Zioni Ferretti
Universidade Federal de São João Del-Rei, Decis, Decis Cohis.
Praça Don Helvécio, 74
Fábricas
36301160
São João del-Rei, MG - Brasil

AGRADECIMENTOS

A Larissa Raele Cestari pela leitura e comentários, assim como aos membros do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Política, da UFSJ, em especial a João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, Josiane de Paula Nunes e Luiz Francisco Albuquerque de Miranda pelas discussões e sugestões feitas a uma primeira versão do texto.

FINANCIAMENTO

Fapemig

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
Sem Derivações 4.0
International.




RECEBIDO EM: 06/MAR./2020 | APROVADO EM: 06/JUL./2020

O flagelo dos homens de bem: Antônio de Souza, fazeres científicos, abolicionismo e civilização no Brasil nos oitocentos

“The scourge of good men”: Antônio de Souza on scientific activities, abolitionism and civilization of 1800’s Brazil

Magno Francisco de Jesus Santos ^a

E-mail: magnohistoria@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2218-7772> 

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Natal, RN, Brasil

RESUMO

No alvorecer do século XIX, o sergipano Antônio Moniz de Souza (1782-1857) empreendeu uma longa viagem pelas províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia no intuito de realizar estudos acerca de elementos da natureza e da população do Brasil. O resultado dessa viagem foi publicado como livro em 1834, no qual foram discutidas as mazelas culturais e morais das sociedades nas províncias visitadas e reveladas as suas acepções acerca do abolicionismo e da dicotomia entre barbárie e civilização. Neste artigo, temos o propósito de analisar a escrita de Antônio Moniz como instrumento de construção de uma leitura na qual se constituiu a distinção entre Brasil e Portugal, bem como elucidou os entraves ao processo de construção da civilização no Império do Brasil em decorrência da ausência de liberdade da população escravizada.

PALAVRAS-CHAVE

Costumes; Memória; Expedição científica

ABSTRACT

In the dawn of the 19th century, Antônio Moniz de Souza (1782-1857), born in the province of Sergipe, undertook a long journey across the provinces of Pernambuco, Alagoas, Sergipe, and Bahia to study elements of Brazil’s nature and population. In 1834, the result of this journey was published as a book, in which the moral and ethical struggles of the visited populations were discussed, revealing the author’s understanding of abolitionism and the dichotomy between savagery and civilization. First, this article analyzes Antônio Moniz’s writing as a means of building a view that separated Brazil and Portugal; then, we will discuss how Moniz understood the obstacles to the process of civilizing the Brazilian Empire, namely, the lack of freedom of the enslaved population.

KEYWORDS

Traditions; Memory; Scientific expedition

Introdução

10 de dezembro de 1846. No fim da tarde, às cinco horas, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cândido José de Araújo Viana, abriu a 158ª sessão ordinária do sodalício. Em meio à aprovação de atas e informes, o sócio correspondente, coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, fez a doação de um manuscrito. De acordo com as Atas de 1846,

O sócio correspondente o Sr. Coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva faz donativo ao Instituto do manuscrito – *Descobertas curiosas que nos reinos vegetal, animal e mineral, por sítios e sertões vários das brazílicas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antônio Moniz de Souza e Oliveira: 1824* (IHGB 1846, p. 557).¹

A doação de manuscritos para a Casa da Memória do Brasil, como era conhecido o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), não constituía uma exceção nas ações de homens de letras ao longo do século XIX. Ao contrário, era recorrente a iniciativa de letrados engajados com a finalidade de contribuir para a constituição do acervo da principal instituição de memória do país. Assim, cumpria-se a diretriz preconizada pelo Artigo 1º do Estatuto do IHGB de 1838, no qual, o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil” (IHGB 1839, p. 18). Essas iniciativas também elucidavam uma preocupação com a inserção no seleto grupo de homens letrados, sócios da instituição, ou seja, a doação de livros possibilitava o reconhecimento pelos pares, ao provocar a abertura de uma maior visibilidade para as suas obras. A doação de livros tornou-se um dos critérios para a admissão de sócios, por meio de avaliação realizada por uma comissão. Esse foi o procedimento adotado na admissão de sócios como Varnhagen, Laudelino Freire e Raphael Galantti (SANTOS 2019). É importante ressaltar que o sodalício foi marcado pela pluralidade de modelos explicativos acerca do passado nacional. No caso de Souza, percebe que seu

1 Optei por manter a grafia original das fontes consultadas.

texto adotou uma postura crítica à escravidão e ao passado português, modelo que o IHGB, criado anos posteriores, iria se afastar, mas atendia a um campo de investigação do sodalício: um livro de viagens.

Outra questão relevante relaciona-se à temática do manuscrito. Tratava-se de literatura de viagens, estilo amplamente valorizado no âmbito do IHGB. A questão das fronteiras do país foi um campo de investigação primordial para o Estado Imperial, pois, como elucidou Manoel Luiz Salgado Guimarães, a questão das fronteiras constituía “aspecto relevante para um Estado que ainda estava em construção” (GUIMARÃES 2011, p. 158). Tratava-se de uma possibilidade de implementar o projeto político de reconhecimento do vasto império pelo viés científico. Ainda de acordo com Guimarães, nos primeiros anos do sodalício, parte considerável dos donativos do Estado imperial ao IHGB eram destinados ao custeio das viagens de exploração, pois, “para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras” (GUIMARÃES 1988, p. 9).

É perceptível como as viagens exploratórias detinham grande parte dos recursos destinados à instituição e coadunavam com os projetos políticos atinentes à instituição. O país, ao vivenciar os seus primeiros decênios como Estado soberano, necessitava de uma produção científica que explicasse o seu passado e tornasse visível as suas fronteiras e a face do seu povo. Nesse sentido, o texto de Antônio Moniz de Souza, letrado e na época já reconhecido pelo seu primeiro livro, “Viagens e observações de hum brasileiro”, publicado nos idos de 1834, apresentava grande parte dos anseios da intelectualidade nacional, com suas descrições da natureza e dos costumes nos sertões do norte do Império.² São obras que se inserem no que Valdeci Lopes Araújo entende como descontinuidade discursiva, marcada pela experiência moderna e pela crescente historicização da realidade (ARAÚJO 2008).

2 Até os primeiros decênios do século XX, os estados do Nordeste constituíam o Norte do Brasil (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2009). Com isso, ao longo do período imperial, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia eram províncias do norte do Império.

Diante disso, esse artigo tem o propósito de analisar a escrita de Antônio Moniz como instrumento de construção de uma leitura na qual se constituiu a distinção entre Brasil e Portugal, bem como elucidou os entraves ao processo de construção da civilização no Império do Brasil em decorrência da ausência de liberdade da população escravizada. Busca-se entender como construiu uma leitura da sociedade brasileira a partir de suas viagens. Trata-se de um texto relevante acerca dos sertões brasileiros, observados ao longo da segunda década do século XIX, e descritos no período imediatamente posterior à independência. O discurso pautado na constituição dos fazeres científicos tem como eixo norteador a construção da distinção entre o povo brasileiro e o português, por meio do uso da dicotomia barbárie e civilização. O livro revela uma preocupação em edificar o rompimento do Brasil em relação a sua antiga metrópole, ao construir uma narrativa na qual busca expressar a diferença entre o brasileiro e o português, considerando a escravidão do negro como um grande entrave à civilização.

O livro publicado nos idos de 1834, tem 213 páginas e foi dividido em 64 capítulos, que versam sobre a natureza, descrições críticas das práticas agropastoris, descrição dos costumes de sertanejos, ciganos, negros escravizados e indígenas, além da notícia sobre “a revolução do Brasil em 1821”, nas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas.

Permeada por descrições da natureza, a obra remete à identificação dos vícios que perpassavam a sociedade brasileira no emergir oitocentista. Os costumes da pátria novel foram descritos no sentido de apontar para possíveis soluções, no intuito de se forjar uma civilização nos trópicos, por meio da eliminação das mazelas intrínsecas no convívio social das províncias visitadas. A “Descrição dos usos e costumes do Brasil” pode ser entendida como a escrita acerca da vida cultural dos sertões, mas também como um manual no qual o autor elucidava as soluções para os problemas existentes no nascedouro país.³

3 Algumas dessas questões foram retomadas no alvorecer do século XX, com Euclides da Cunha, em “Os sertões”, publicado em 1902 (CUNHA 2004).

O artigo foi dividido em três momentos. O primeiro tem como foco a inserção de Moniz nos fazeres científicos no Brasil, por meio dos registros acerca do processo de edição do livro. Com isso, torna-se possível compreender as práticas de sociabilidade do letrado ao longo dos primeiros decênios do século XIX. O segundo analisa a trajetória de Souza na província do Rio de Janeiro, com ênfase para a sua postura abolicionista, por meio do cotejo entre as memórias de sua trajetória, publicadas no livro de 1834, e os registros da imprensa brasileira ao longo da primeira metade do referido século. O terceiro momento discute a escrita sobre os costumes no Brasil, no qual, enfatiza-se a permanência da herança cultural lusitana como um entrave no processo de inserção do país no rol das nações civilizadas, com críticas à escravidão e defesa da liberdade.

Moniz, os impressos e os fazeres científicos no Império do Brasil

Um elemento de considerável relevância na obra de Antônio Moniz de Souza é a presença de registros que possibilitam a compreensão da trajetória da obra e do próprio autor. Isso se torna possível em decorrência de dois textos que antecedem às descrições empreendidas pelo autor: a advertência dos editores e os traços biográficos. Nesses textos, a trajetória do viajante pelos sertões do Brasil foi descrita de forma minuciosa, como um elemento de apresentação do pesquisador entre os homens de letras que se aventuraram nas viagens de reconhecimento da natureza nacional. Tratavam-se de leituras lineares, que perpassavam pelo viés cronológico, no qual a trajetória do autor se deslocava em direção ao conhecimento da realidade nacional. Desse modo, tais escritos podem ser vistos como indícios relevantes acerca das práticas de sociabilidades do autor, assim como da circularidade do manuscrito antes da impressão. Além disso, eles também expressam os elementos de sedução dos textos biográficos, como alerta Pierre Bourdieu:

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU 1998, p. 184).

O livro “Viagens e Observações de hum brasileiro” foi publicado pela Typografia Americana de I. P. da Costa, localizada na Corte, rua da Candelária, número 4. Ela foi administrada, até 1850, por Ignácio Pereira da Costa, responsável pela edição de livros e jornais que circulavam em diferentes províncias. Tratava-se de uma das tipografias de maior atuação no país, ao longo da primeira metade do século XIX, com a publicação de obras que se tornaram exitosas no campo editorial, entre os quais se destacou o romance “A Moreninha”, de Joaquim Manuel de Macedo, um dos mais proeminentes pensadores da história do Império do Brasil e professor catedrático de Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II.

Foi Ignácio Pereira da Costa quem escreveu a apresentação do livro, intitulada “Advertência dos Editores”. Nesse texto, o editor fez uma descrição do panorama das publicações no Brasil e do papel desempenhado pelos impressores no processo de formação dos valores morais da sociedade. Para Isabel Lustosa, os mediadores culturais que atuaram na imprensa brasileira no pós-independência eram homens que se viam com a missão pedagógica de formar e orientar politicamente o povo, portanto, “a imprensa foi o meio privilegiado de sua ação” (LUSTOSA 2000, p. 33).

Na concepção de Costa, os impressores seriam os responsáveis pela seleção de obras que engradecessem as normativas da virtude. Diante disso, mais relevante do que os lucros oriundos com as vendas dos livros, era o combate à ação que espalhava “cega e promiscuamente o bem e o mal, sem attender a mais, que ao diminuto lucro, que d’alli

lhe resulta” (COSTA 1834, p. 3). Ao estabelecer os princípios normativos das obras publicadas em sua tipografia, o editor elencou algumas das qualificações do livro de Antônio Moniz de Souza e da sua contribuição para a sociedade brasileira. Assim, “procurão dar à luz as obras que propagando o saber, e a virtude, pugnão pela obediência às leis, e manutenção da ordem” (COSTA 1834, p. 3).

A publicação era tida como um sinal das atribuições qualitativas do livro de Moniz de Souza, por propagar questões civilizadoras. O texto apresentava os elementos para uma formação cívica. Por esse motivo, Ignácio da Costa apresentou a publicação como uma questão de interesse público do povo brasileiro:

Sacrificando muitas vezes nosso interesse à considerações de utilidade publica; e para continuar nesta carreira, que ha muito encetámos, empreendemos publicar as viagens, e observações feitas no interior por hum nosso Patrício, cujo natural talento, zelo incansável, e sorte infeliz, são dignos do maior interesse da parte dos Brasileiros (COSTA 1843, p. 3).

As qualificações acerca do texto não ficaram restritas ao editor. No processo de avaliação do manuscrito, o jornal “Sensor Brasileiro”, no dia 24 de junho de 1828, apresentou um parecer favorável à publicação, ressaltando o investimento das potências europeias no implemento de expedições científicas para a exploração de diferentes regiões do Brasil, com cientistas como Langsdorft, Saint-Hillaire, Spix, Martius e Neuwitt. Esses homens de ciência teriam apresentado as descobertas das riquezas brasileiras ao mundo, por meio de seus livros. Todavia, o manuscrito de Antônio Muniz de Souza era inovador, pois revelava o Brasil visto por dentro, por um cidadão nascido nos sertões da vila de Campos, província de Sergipe, nos idos de 1782. Ignácio Pereira da Costa transcreveu a apreciação dos editores do Sensor Brasileiro:

Antônio Muniz de Souza depois de gastar doze annos em viagens nas Províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e Bahia, vindo por terra d'aquella Cidade à esta, recolhendo com cuidado todos os productos raros, explorando todos os rios, vivendo no meio dos indígenas, cujas tradições, costumes e usos notava, tomando conhecimento da situação das mais ricas minas de ouro, e pedras, chegou finalmente à esta Côrte, onde pretende publicar huma relação, que esperamos com impaciência, por nos persuadirmos, que encontraremos nela exactidão, factos curiosíssimos, noções interessantes, e propriedades de vegetaes até então só conhecidas pelos Crioulos; e ultimamente huma singeleza e naturalidade, que em vão procuraríamos em huma só das muitas páginas, que agora se escrevem entre nós (COSTA 1843, p. 3-4).

A apreciação dos editores de o *Sensor Brasileiro* é enfática em demonstrar o caráter inovador dos escritos de Antônio Moniz de Souza. O Império do Brasil, nação em processo de construção e que havia conquistado a independência frente a Portugal nos idos de 1822, poderia firmar-se como um centro de produção de conhecimento científico, por meio do olhar descritivo de um homem nativo dos sertões. Como afirma Moisés Frutuoso, "A imprensa, em virtude do seu aspecto pedagógico, teve atuação importante na divulgação do novo vocabulário político, do qual faziam parte termos como nação, pátria, constituição, liberdade, entre outros" (FRUTUOSO 2016, p. 45-64). Certamente, o livro poderia ser visto como um indício dos primeiros passos da formação de cientistas nacionais, capazes de inventariar as riquezas naturais do Império e descrever os aspectos culturais do jovem país.

Inicialmente, o livro "Viagens e observações de hum brasileiro" deveria ser publicado em dois volumes,⁴ mas o processo de editoração tornou-se letárgico, fato que resultou na publicação de críticas por parte da imprensa carioca. O jornal "Aurora Fluminense", em 1833, publicou um texto de divulgação dos dois volumes que seriam publicados pela *Typographia Americana*:

4 De acordo com Laura Santos, o segundo tomo teria sido publicado em 1946, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (SANTOS 2008, p. 102). Todavia, neste ano ocorreu a doação do manuscrito deste livro para o IHGB e tal obra só foi publicada cem anos depois, em 1946, na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Annuncio

As viagens e observações de nosso viajante nacional, o cidadão Antônio Moniz de Souza, empastadas em manuscritos, desde 1828, por inconvenientes não menos prejudiciais, a sorte deste benemérito cidadão, do que ao interesse que todos os Brasileiros e Estrangeiros devem ter de entrar no conhecimento de tantos, riquíssimos produtos do nosso abençoado clima, uns de todo desconhecido, outros até agora desprezados, estão finalmente sob o prelo: na Typographia Americana, e o primeiro tomo sahirá brevemente à luz com a descripção dos usos e costumes dos habitantes; a viagem de Campos, e alguma anedoctas da guerra de independência em certas Províncias do Norte.

O segundo tomo conterà o cathalogo de várias ervas, raízes, lenhos, rezinas e outras drogas, assim como o resto das viagens, e sem demora seguirá o primeiro.

Roga-se, portanto, aos Srs. Subscriptores que se diguem quanto antes levar o importe da subscripção às lojas abaixo declaradas, e igualmente adverte-se aquellas pessoas que ainda não subscreverão para obra tão curiosa e útil, que as subscripções se fazem e pagão na mesma Typographia Americana, rua de traz do Hospício, n. 160; João Pedro da Veiga, rua da Quitanda esquina da rua de S. Pedro e Evaristo Ferreira da Veiga, rua dos Pescadores. O preço da subscripção hé de 4\$000 rs pelos dois tomos, cada um dos quais será vendido avulso por este preço (AURORA BRASILEIRA 1833, p. 4).

O documento escrito um ano antes da publicação do primeiro tomo das "viagens" expressa outras inquietações acerca do processo editorial no Império do Brasil ao longo do período denominado de primeiro reinado. Apesar de ser vista como uma leitura útil e de tornar conhecidos os produtos nacionais, a obra teria passado seis anos no prelo. Certamente, trata-se de um período excessivamente longo para a publicação de um livro que teria sido apreciado como tão relevante para a formação patriótica e cidadã dos brasileiros, como também para o conhecimento do país em outras nações. O registro elucida a forma pela qual permaneceu sem ser publicado, em forma de manuscrito, mas sem expressar os motivos dessa letargia nesse processo.

Uma causa possível teriam sido as limitações financeiras do autor. Apesar de sua iniciativa de aventurar-se pelos sertões do Brasil fosse descrita como um ato heroico, digno de um cidadão patriótico, os recursos para o fomento de tais viagens aparentemente não corresponderam aos elogios. Possivelmente, as sociedades científicas e as lideranças políticas não custearam as viagens, pelo menos não da forma esperada pelo viajante.⁵ A família do escritor era de origem humilde (era filho de um fazendeiro) e também não apresentava condições de fomento para expedições dispendiosas como as que foram empreendidas por Antônio de Souza. Ao que parece, nas viagens, o auxílio originou-se da espontaneidade dos moradores dos sertões, que o recebiam, abrigavam-no e o alimentavam; e de amigos brasileiros e estrangeiros, que apoiavam suas expedições pelo seu caráter científico.⁶ Por outro lado, o apoio para a publicação tornou-se ainda mais fragmentado, permeado de promessas por vezes esquecidas. Para Ignácio Pereira da Costa,

Fazem hoje perto de cinco annos que o *Censor* escrevia tão favorável attestado; a *Aurora*, o *Echo*, e muitos outros jornaes bem conceituados, se expressavão no mesmo sentido, mas nem por isso a obra de *Antônio Muniz de Souza* progredio; (...) Houve demora, e até desleixo da parte das pessoas de posse dos manuscritos, e esta circumstancia combinada com a falta de meios do Author, occasionou tão considerável perda de tempo, e talvez inutilisaria de todo hum trabalho tão útil, se não tomássemos à nossa conta reparar esta injustiça (COSTA 1834, p. 5-6).

A publicação tornou-se possível em decorrência do apoio das subscrições e do apoio do proprietário da Typographia Americana. A possível ausência de auxílio por parte dos homens de letras e do Estado brasileiro no tocante à publicação pode corroborar para a leitura na qual Antônio Moniz de Souza teria sido um letrado marginalizado ou silenciado pelos seus pares. Isso explicaria a relutância de outras tipografias em publicar o livro escrito por um homem que não possuía formação nas academias europeias, nem nas recém-criadas

5 De acordo com as memórias do autor, pelo menos em duas viagens ele teria recebido apoio por parte do Estado brasileiro e de amigos, com "huma generosa subscrição" (SOUZA 1834, p. 16). Um indício desse auxílio é o fato de o livro "Descobertas Curiosas", publicado postumamente no Instituto Histórico da Bahia em 1946, ter sido dedicado ao imperador Pedro I. Com isso, é possível afirmar que a descontinuidade do apoio tenha motivado o acirramento das críticas do autor ao Império, principalmente, na década de 1830.

6 Tanto a caracterização dos fazeres científicos como ato heroico, como a recepção de viajantes por moradores dos sertões não foram experiências exclusivas de Antônio de Souza, mas prática recorrente entre os viajantes.

faculdades brasileiras.⁷ Todavia, essa interpretação parece-nos apressada, pois o “homem da natureza brasileira” foi reconhecido pelos homens de letras de seu tempo e ainda foi tido como uma referência, até meados do século XX,⁸ pois Moniz era merecedor “de dotar Sergipe de um monumento cultural digno do nome que possui e de que tanto se orgulha Sergipe e que tanto inebria os seus filhos” (REIS 1936, p. 10). Além disso, não considera o seu processo formativo como botânico no Convento São Francisco do Rio de Janeiro entre 1809 e 1812.⁹

Ao longo da primeira metade do século XIX, contudo, Antônio Moniz de Souza foi recorrentemente elogiado na imprensa da Corte, como um pesquisador que contribuía para a construção de uma civilização no jovem império, ao retirar da penumbra uma realidade desconhecida por grande parte da população do país. Além disso, ao longo do terceiro decênio do século XIX, ao passo que eram criadas instituições responsáveis por congregar letrados, Antônio Moniz de Souza passava a se destacar, ou se tornando sócio ou por meio de elogios. Isso demonstra como o desinteresse de Moniz de Souza referendado no prefácio constituía um instrumento retórico, amplamente utilizado por homens e mulheres letradas do século XIX, ou seja, ao mesmo tempo que apresentava uma suposta inferioridade intelectual, reivindicava a inserção entre os pares letrados.

Uma prova disso foi a sua eleição para se tornar sócio da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, na sessão realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 3 de fevereiro de 1832. De acordo com o impresso “O Homem e a América”, “não havendo mais objetos da ordem do dia a tratar, procedeu-se a admissão de novos Sócios e foram recebidos os Srs: (...) Antônio Moniz de Souza” (O HOMEM E A AMÉRICA 1832, p. 2). Essa, certamente, constituiu-se uma forma de agraciar um homem de letras que tinha uma atuação de luta em defesa da Independência do Brasil nas províncias de Alagoas, Sergipe e Bahia. Além disso, o pesquisador, que se tornaria reconhecido como o “philosopho da natureza”, também

7 De acordo com Manoel Andrade, o viajante teria sido silenciado em decorrência de não possuir formação superior. Por outro lado, o autor elucida a formação no Convento São Francisco do Largo da Carioca, com estudos de botânica (ANDRADE 2017).

8 Alguns dados biográficos de Antônio Moniz de Souza estão apresentados em Guaraná (1916, 1925), Bittencourt (1913) e Freitas (2006).

9 De acordo com Jorge Carvalho do Nascimento, no Convento São Francisco do Rio de Janeiro, Souza “aprendeu Botânica com o famoso naturalista brasileiro, José Mariano da Conceição Veloso” (NASCIMENTO 2005, p. 15).

foi homenageado por uma das principais agremiações de letrados da época, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. De acordo com o jornal "A Aurora Brasileira",

O Sr. Antônio Moniz de Souza, naturalista prático, de quem já temos dado notícia, recebeu do Secretário da Illustre Sociedade de Medicina a seguinte carta de agradecimentos:

Illm. Sr. – A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual forão presentes duas remessas que V. S. lhe fez de várias Drogas Medicinaes tiradas dos Productos Naturaes deste Paiz, me encarrega de participar a V. S. que ella recebeu estes objetos com muito agrado e mandou proceder a exames e experiências a respeito dos mesmos, a fim de serem aproveitados na therapeutica em benefício da humanidade enferma, e principalmente dos Povos do Brazil, libertando-os da dependência de importarem recursos dos quaes existem melhores, ou iguaes em solo pátrio. O resultado das referidas indagações será publicado no jornal da mesma Sociedade. Entretanto, ella me incumbe de agradecer e louvar em seu nome a V. S. o zelo e trabalho que emprega em colher, revelar e fazer avaliar as riquezas que o Brazil possui neste gênero, concorrendo assim para a illustração, augmento e prosperidade da Pátria (AURORA BRASILEIRA 1834, p. 3-4).

Percebe-se como o pesquisador da natureza brasileira buscou construir um diálogo com os homens de letras vinculados a algumas das principais instituições acadêmicas do Império do Brasil. Certamente, essa foi uma estratégia utilizada na busca por reconhecimento, de inserção na seara dos cientistas do país. O reconhecimento ocorreu tanto por meio da nomeação para integrar algumas sociedades, como foi o caso da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, para a qual Antônio Moniz de Souza possuía notabilidade, pelo fato de ter lutado nas guerras de Independência nos alvorecer dos anos 20 do século XIX; como pelas cartas públicas de agradecimento pelas relevantes contribuições na recolha de materiais que poderiam qualificar a produção de conhecimento acerca da cura dos males que assolavam a sociedade brasileira. Tudo isso ocorreu por meio da divulgação na imprensa da Corte, fato elucidativo para negar a hipótese de um suposto silenciamento

do letrado em seu tempo. A ausência de formação o impediu de ser chamado de doutor e de integrar as sociedades médicas, mas não lhe impediu ser elogiado por tais agremiações.

As aventuras do “Homem da Natureza”

Destituído de uma formação acadêmica, Antônio Moniz de Souza buscou outros caminhos para a construção de sua imagem como homem de ciência. Os impressos o apresentavam como “naturalista prático”. Era a sua experiência pelos sertões que o tornava notável, digno de ser admirado pelos homens de letras do Brasil. Essa notabilidade da imagem do filósofo da natureza foi provocada por meio da doação de parte do material recolhido ao longo de suas viagens pelos sertões. Além de produzir um catálogo acerca da natureza nacional, com o registro de plantas, animais e minérios existentes nas províncias do Norte, o pesquisador recolhia amostras desses materiais para doar a algumas instituições científicas, entre as quais a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e o Museu Nacional. No dia 11 de outubro de 1848, o jornal *Correio Mercantil* publicou uma nota do primeiro museu do país acerca das doações recebidas na constituição de seu acervo, na qual constava o nome do viajante:

Museu Nacional

O museu nacional recebendo grande número de presentes de muitas pessoas illustradas de vários pontos do império, não convém deixar no esquecimento os nomes e as dádivas destas pessoas generosas que assim prestão um serviço às sciencias naturaes e históricas, serviço que será devidamente apreciado para o futuro.

Entre os presentes recebidos no último trimestre faz notável (...)

O Sr. Antônio Moniz de Souza, a quem o museu deve uma rica collecção d’amostra de madeira, acaba de aumenta-la com mais duas de cravo e jaca (*CORREIO MERCANTIL* 1848, p. 2).

Trata-se de um documento relevante, por expressar a continuidade do viajante dos sertões em suas doações de materiais para as instituições científicas do Brasil. De acordo com a notícia do Museu Nacional, as doações de Antônio Moniz de Souza eram sequenciais, responsáveis pela formação de uma coleção de madeiras do império. Era uma doação destinada ao museu que servia de vitrine do Império e, portanto, reafirmava o vínculo do viajante-naturalista com a monarquia, por meio de fomento ao acervo.

O espaço de experiência construído nas viagens de Antônio Moniz o levou a ser respeitado como exímio conhecedor dos recursos nacionais. Nos primeiros decênios pós-Independência, os viajantes nacionais contribuíam por meio da coleta e doação de materiais que passaram a compor os acervos das instituições culturais. Tais instituições atuavam como vitrines da nação. Por um lado, a própria existência expressava a inserção do Brasil entre os países tidos como civilizados. Por outro lado, os respectivos acervos denotavam a visibilidade do Brasil para a elite nacional. A formação de acervos pode ser entendida como uma preocupação que se tornou política de Estado nos primeiros decênios do Império do Brasil. Esse foi o caso da aquisição do acervo da Biblioteca Nacional, correspondente a “uma parcela nada desprezível (12,5%) da soma paga pelo Brasil a Portugal, em 1825, em troca da paz e do reconhecimento de sua independência” (ENDERS 2014, p. 103). De acordo com Dominique Sá, Magali Sá e Nísia Lima,

Com a Independência do Brasil do Reino de Portugal, em 1822, a denominação do Museu foi alterada para Imperial e Nacional. Nessa mesma ocasião, o então Secretário do Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros do Império de Pedro I, o mineralogista José Bonifácio de Andrada e Silva, aproveitando o fato de grande número de naturalistas estrangeiros estarem chegando ao país, propôs que esses viajantes enviassem objetos de história natural ao Museu, e, em troca, oferecia facilidades e proteção em suas expedições. O Museu criou ainda, em 1824, um laboratório químico que fazia pesquisas médicas e mineralógicas, e suas

dependências serviram aos alunos das escolas superiores de engenharia e medicina da Corte e do Colégio Pedro II (SÁ; SÁ; LIMA 2018, p. 2).

Outra questão relevante para expressar a visibilidade de Antônio Moniz de Souza foi o apoio da população para a publicação de seu livro, por meio das subscrições. Trata-se de uma questão relevante acerca do mercado editorial no Brasil ao longo da primeira metade do período oitocentista. Os livros eram divulgados na imprensa, com a informação dos locais onde seriam vendidos e com estímulo para as subscrições no sentido de fomentar à publicação dos dois tomos. Portanto, trata-se da trajetória de naturalista prático que conseguiu publicar suas obras a partir do apoio de amigos, pesquisadores estrangeiros e de leitores. Por exemplo, o livro *Máximas e "Pensamentos"*, publicado em 1843, foi financiado por "amigos" do autor.

Essa interlocução entre escritor e leitor não ocorreu apenas no período posterior à publicação de seus primeiros textos. Antes mesmo dos primeiros ensaios, por meio de campanhas publicadas nos impressos da corte, parte da população corroborava com apoio financeiro no intuito de fomentar à editoração dos livros. Um apoio social que contradizia o silêncio do Estado durante o primeiro reinado. Isso está presente na nota publicada por Antônio Moniz de Souza no jornal "O Nacional" no dia 20 de fevereiro de 1834.

Hé verdade que desde a idade de 15 annos me tenho dedicado todo a este serviço da Nação não promovendo quanto posso o que lhe he útil, mas ainda o que está além de minhas forças, e tudo isto sem aspirar a outro premio que o de ser; porque creyo que o verdadeiro cidadão he aquelle que, sem ter a mira nos interesses, concorre com o contingente para o bem geral onde existe também uma parte da vantagem particular que nem sempre deve predominar em grau tão subido que passe a ser ambição causa primária de todos os males que nos tem affligido depois da revolução de 7 de Abril. Hé também sem duvida que trinta e três annos tenho empregado nas minhas indagações sobre os ricos productos do Brasil, e declaro que outros tantos empregarei a se assim puder prestar relevantes

serviços ao Brasil e a seus filhos, meus Patrícios, dos quais estou assaz pago, assim como de Philantropos Extranjeiros Inglezes, Francezes, e Americanos, cujo amor he para mim a mayor paga dos meus sacrificios, porquantos a ouro, e a prata não são bastantes para pagar o homem, que nas suas indagações arrasta perigos mortaes; e essas comendas e hábitos com que de ordinário os governos premião seus servidores, são quimeras que nada valem aos olhos do homem sensato e que aviltão aquelles que curvados as tem recebido, e se jactão de as mostrar aos olhos do Público. Finalmente o que se me diz a respeito dos inimigos da Nação, premiados, he ainda argumento invalido, porque não só sabem todos que era esse o primeiro característico do governo de D. Pedro, como também não he regra sufficiente para que eu seja perverso, e deixe de servir minha Pátria conforme entendo, e de se por um homem ser mau todos o fossem, as caramurus em 7 e 17 de Abril não teriam sido perdoados, nem existirão hoje entre nós caballado contra a nossa Liberdade, honra, e vida. São estes os sentimentos que me animam, que continuarei a ter, emquanto me lembrar que sou Brasileiro.

Antônio Moniz de Souza (SOUZA 1833, p. 4).

Um texto repleto de imagens negativas acerca das comendas atribuídas pelo Estado brasileiro. Souza articula sua assertiva por meio da construção de contrapontos entre obras úteis e maléficas, entre patriotas e interessados em riquezas. Ele constrói a autoimagem de um letrado engajado no fortalecimento dos valores patrióticos, no engrandecimento da nação. O documento elucida o patriotismo do viajante como um contraponto a atuação de D. Pedro, que tinha deixado o Brasil para assumir a coroa portuguesa. O mesmo D. Pedro a quem tinha dedicado seu primeiro texto, nos idos de 1828. Além disso, o texto também revela os bastidores da política nacional, permeada pela distribuição de títulos em troca de favores e da construção de conchaves. Às vésperas da publicação do primeiro tomo do seu livro inaugural, certamente, essa reclamação deve ter dificultado ainda mais a sua relação com o Estado brasileiro e, praticamente, encerrou as possibilidades de financiamento de novas viagens.

A sua escrita, tanto no âmbito dos livros de viagens, como na imprensa, construía uma postura crítica diante do Estado e o levou para a seara política. Também foi o momento no qual ele expressou o que entendia como verdadeiro cidadão: “aquelle que, sem ter a mira nos interesses, concorre com o contingente para o bem geral”. Essa foi uma questão retomada no livro “Máximas e pensamentos”, publicado em 1843. Um desinteresse retórico e ambíguo, no qual aparenta desprezar os títulos distribuídos pela monarquia e reafirma mágoa pelo fato de não ter sido agraciado com tais títulos.

Contudo, os dissabores na trajetória de Antônio Moniz de Souza não ficaram restritos ao texto de esclarecimento sobre os recursos de fomento às viagens científicas. No ano seguinte, 1835, o autor chegou a ser preso no interior da província do Rio de Janeiro, em um ato que foi criticado na imprensa da Corte. No dia 21 de dezembro de 1835, apenas um ano após a publicação de seu livro inaugural, o jornal “Aurora Fluminense” publicou um texto em tom de denúncia acerca dos abusos dos policiais na perseguição às pessoas associadas ao movimento abolicionista, com a prisão de Souza. O texto, assinado apenas por “Hum Maricaense”, expressa a indignação em relação ao tratamento dado a Antônio Souza,

Porém não quererei que o terror público sirva de ocasião ou de pretexto para injustas perseguições e para desfeitearem pessoas honradas com quem certas Authoridades tem ogeriza. He o cazo – O Sr. Antônio Moniz de Souza, naturalista prático, e estimado em todo este recôncavo, quer pela doçura dos seus costumes, quer pela honradez de seu caráter, em huma das suas costumadas digressões, achava-se ultimamente hospedado em Maricá, na caza de hum respeitado fazendeiro, o Sr. João Anastácio Ferreira Duque Estrada. O que há de fazer a intriga e a baixeza? Julgou que a ocasião era excellent para satisfazer miseráveis ódios, e aproveitando o ensejo quis que o Sr. Antônio Moniz, sem culpa, pagasse desavenças alheias. Foi o Sr. Moniz prezo, como *suspeito de cumplicidade em insurreição de escravos* por ordem do Juiz Municipal daquela villa, sob o pezo e authority das imputações seguintes: - 1º Que o Sr. Antônio Moniz era suspeito por não se ter apresentado. 2º Por haver despachado um preto

para o Rio Bonito. 3º Por certas amizades que tem na Corte. 4º Por ter ido ouvir as discussões a caza do Dr. Paiva fazer hum requerimento, a fim de despachar o mencionado preto (HUM MARICAHENSE 1835, p. 4).

Percebe-se como a trajetória do sergipano na corte e na província do Rio de Janeiro foi permeada de conflitos políticos, envolvendo algumas das principais lideranças da política imperial.¹⁰ Dois elementos despertam atenção: o primeiro é o fato de Antônio Moniz contar com apoio de parte da imprensa da corte, com divulgação de seus textos, elogios acerca das suas jornadas pelos sertões e denúncias sobre a forma como era tratado pela oposição. O segundo condiz com o seu envolvimento com o movimento abolicionista e a suposta organização de uma insurreição escrava. Nos idos da década de 1830, ainda sob a regência de Diogo Feijó, tinha ocorrido a criação da Guarda Nacional, como um efeito de combate ao aumento dos conflitos armados por todo o território imperial. O resultado dessa ação foi o fortalecimento de alguns fazendeiros locais, que abusavam do poder, utilizando como desculpas o medo de insurreições escravas. De acordo com João José Reis, Flávio Gomes e Marcos Carvalho,

10 De acordo com Maristela Campos, "João Anastácio Ferreira Duque Estrada (1822-1881), engenheiro, formou-se na Escola de Arquitetos Medidores de Niterói, em 1848" (CAMPOS 2004, p. 109).

Em 1835, O Pão D'Assucar foi um dos principais fóruns da contenda política. Em fevereiro, por exemplo, o jornal afirmava em editorial que o noticiário sobre a revolta escrava baiana estava servindo de pretexto para ataques aos liberais. A repressão policial nesses dias estaria sendo usada para constranger adversários políticos do governo, uma vez que "meros indícios dão lugar às prisões, que podem ser ocasionadas pelo testemunho de dois indivíduos: isto dá lugar a terríveis vinganças" (REIS 2010, p. 33).

Aparentemente, Antônio Moniz de Souza tornou-se mais uma das vítimas dos atos perpetrados por lideranças políticas contra os adversários do governo. O defensor, sob o pseudônimo de "Hum Maricaense", ressaltou as qualidades de Souza, tido como "gênio inofensivo", que "entretém amizade com gente

de todos os partidos, com as pessoas mais respeitáveis deles, e nunca se envolveu em nenhum, porque o seu único partido he ser Brasileiro” (HUM MARICAHENSE 1835, p. 4).

O vínculo do letrado com lideranças abolicionistas, bem como as críticas tecidas à escravidão no livro publicado no ano anterior e a sua postura crítica frente ao Estado brasileiro se tornaram elementos fundantes para as acusações de opositores e a inclusão de seu nome entre os líderes de uma suposta insurreição escrava. Talvez esse tenha sido um dos motivos de sua ampla divulgação no jornal “O Philantropo”, responsável pela campanha abolicionista ao longo da primeira metade do século XIX. Em janeiro de 1849, Antônio Moniz de Souza publicou o texto “Auxiliador da Indústria Nacional”, no qual combatia, de forma veemente, o trabalho escravo, tido como “vergonhoso, minimante vergonhoso, que homens nascidos na terra que nos deu o ser sofram o látego, o vergalho que lhes dilacera as carnes, *porque são escravos*” (SOUZA 1850, p. 2). Tratava-se de uma interpretação condizente com a de outros pensadores coetâneos. Em 1822, Antônio José Gonçalves Chaves escreveu:

Mas que vergonha não será a nossa, quando algum escritor Estrangeiro, cuja imparcialidade e sabedoria torne seus escriptos atendíveis, faça conhecer fora o que somos por dentro! Como deixarão de cubri-se de rubor nossas faces, quando virmos, que nossa moral e errada política he conhecida de todo o mundo civilizado!!! (CHAVES 1922, p. 215).

O problema da escravidão, tanto em Chaves quanto em Souza, perpassava pela necessidade de projetar a civilização no país. Tratava-se de romper com o vício moral, trazido pelos colonos e de reorientar o processo de formação da pátria. O cativo era entendido como motivo de vergonha para a nação. Em 1850, o impresso da corte, “O Philantropo”, publicou um texto que até então era considerado a principal biografia do “Homem da Natureza”, na qual tecia elogios às virtudes de um homem, tido como “um desses entes raros cuja missão

no mundo parece ser unicamente de derramar o bem, o bem physico e o bem moral: em uma palavra. O Sr. Moniz é uma prova visível de que os homens foram feitos à imagem e semelhança de Deos” (OLIVEIRA 1850, p. 3).

Esses qualitativos acerca das virtudes do viajante brasileiro denotavam uma questão relevante em sua trajetória: a defesa da liberdade. Ele teria sido um importante homem de letras na luta contra a escravidão, fato que o teria tornado suspeito de liderar os levantes de escravos nos idos de 1836. O texto biográfico, de 1850, foi escrito por Saturnino de Souza e Oliveira, redator do jornal “O Philantropo”, que tinha como fim “combater a escravidão doméstica entre nós, demonstrar seus negros males, e apresentar os mais seguros meios de a extinguir, e prevenir seus mais funestos resultados” (OLIVEIRA 1850, p. 1). Na biografia foi apresentada a informação na qual, “O Sr. Moniz, ainda muito moço, recebeu em herança paterna alguns escravos” e que “considerava então a escravidão debaixo do seu verdadeiro aspecto, isto é, como uma clamorosa injustiça” (OLIVEIRA 1850, p. 3). Além disso, ressaltou a ocasião na qual Antônio Moniz alforriou seus nove escravos:

O Sr. MONIZ ACABA DE DAR LIBERDADE A NOVE ESCRAVOS.

Estes entes que o Sr. Moniz e sua senhora introduziram no grêmio da sociedade civil, compõem-se de QUATRO MOÇAS E CINCO RAPAZES, alguns ainda mais brancos do que seu próprio senhor. Mas o Sr. Moniz, considerando-os como se fossem seus próprios filhos, não quis abandoná-los no meio do mundo, onde a seducção e os vícios nullificaram um tão grande beneficio (OLIVEIRA 1850, p. 4).

O texto é elucidativo para expressar as ironias e incongruências vigentes na escravidão brasileira, na qual a questão étnica tornava-se polissêmica, pois os cativos eram mais brancos do que o senhor. A questão da cor do botânico brasileiro era usada como forma de expressar que ele, no âmbito da condição social, estaria mais próximo da população negra escravizada. Além disso, percebe-se como a imprensa

do Rio de Janeiro contribuiu para construir uma representação de Moniz atrelada à luta pela emancipação da população negra. As ações do viajante eram enaltecidas como exemplos da viabilidade de construir um país civilizado, desprovido das mazelas da escravidão. Para Moniz, a edificação de uma nação civilizada deveria ocorrer apenas com a libertação da população negra do cativo. No âmbito familiar, a libertação também perpassava pela esfera da educação. A nota biográfica escrita por Saturnino de Souza e Oliveira: “Sabemos que o Sr. Muniz educa com paternal cuidado estes seus filhos de adoção, tendo duas destas crianças em um collegio desta cidade” (OLIVEIRA 1850, p. 4). Diante disso, torna-se necessário entender como Antônio Moniz discutiu a edificação da civilização brasileira.

“As observações de hum brasileiro”

O livro de Antônio Moniz de Souza expressa duas preocupações centrais: o reconhecimento da grandiosidade da natureza e o registro dos costumes dos sertões brasileiros. As práticas cotidianas da população nas províncias do norte foram descritas e avaliadas pelo autor, ora considerando as suas potencialidades, ora condenando-as como resquícios da superstição e motivo do atraso nacional. As viagens nas províncias do norte do Império do Brasil empreendidas por Moniz, ao longo dos primeiros decênios do século XIX, apresentavam uma conotação científica de reconhecimento da botânica, com a recolha de material destinado às instituições científicas e museológicas, como também se tornaram momentos propícios para a elaboração de uma leitura acerca do futuro, com um projeto de nação.

Ambas as ações se coadunam com a proposta de edificar uma civilização no país, aproximando-se das grandes nações do mundo contemporâneo. Antônio Moniz de Souza buscou pensar o seu projeto de nação civilizada a partir da realidade observada no país, considerando suas práticas culturais e a diversidade social e étnica do seu povo.

A noção de civilização em Souza perpassa pela ampliação da liberdade para negros escravizados, camponeses e mulheres, que no seu entender, eram tratadas como escravas (SOUZA 1834, p. 66). Isso seria construído por meio da educação. A associação entre liberdade e civilização não foi exclusiva de Moniz. Na famosa palestra proferida em Paris, nos idos de 1819, Benjamim Constant disse: “os progressos da civilização, as transformações operadas através dos séculos pedem à autoridade mais respeito pelos hábitos, pelos afetos, pela independência dos indivíduos” (CONSTANT 1985, p. 7). Isso demonstra como o pensamento de Moniz encontrava-se coadunado com letrados próximos da coroa. Contudo, Moniz centrou essa questão na defesa da liberdade do negro escravizado.

Por outro lado, a noção de barbárie encontrava-se coadunada às práticas culturais herdadas do mundo lusitano, como as cavalhadas, longos funerais com corpos expostos e uso da bebida. Os povos indígenas foram considerados “preguiçosos, desarranjados e obedientes à vícios, bebida da caxaça, sentimentos baixos e appetites venérios” (SOUZA 1834, p. 27). Os ciganos como perversos que vivam sobre cavalos. Em suma, a barbárie encontrava-se associada a tudo que ele considerava prejudicial à moral cristã e à liberdade. Era o que aprisionava o país ao passado.

Na construção de uma leitura permeada pelo binômio barbárie/civilização, a herança portuguesa foi tida como um elemento de permanência que deveria ser extirpado, como forma de construir a autonomia cultural. Diante disso, Moniz construiu esse modelo a partir de sua experiência (THOMPSON 2007) de viajante e observador dos sertões brasileiros ao longo da primeira metade do século XIX.

Uma preocupação recorrente ao longo de todo o livro “Viagens e observações de hum brasileiro” era atinente à moral. Edificar uma nação civilizada implicava no combate aos elementos que eram tidos como corrosivos para a formação da sociedade. Neste sentido,

A aguardente, essa peste, que infesta todo o Brasil, além dos prejuízos que causa à moral dos Povos, que a bebem desordenadamente, faz-lhes indizível damno ao físico; sendo a causa de diariamente perecerem no Brasil centenas de pessoas. O homem que se entrega nimamente à bebida, perverte a moral; perde os bons sentimentos, (...) pelo damno que a embriaguez causa ao físico, e moral (SOUZA 1834, p. 54).

Na leitura de Antônio Moniz, a bebida era tida como um dos principais motivos da desgraça nos sertões brasileiros, com prejuízos físicos e morais. Nesse caso, percebe-se uma preocupação acerca do que seria esperado nas condutas de homens e mulheres. A embriaguez era tida como um entrave para o trabalho, bem como um motivo de decadência física da população. Ao longo do texto, ao autor buscou mostrar o caráter nocivo da aguardente, ao comparar o seu teor alcóolico com o vinho. Isso elucida para uma questão relevante.

Na ótica do viajante, o progresso do Império do Brasil dependia das políticas públicas e das ações particulares, instituídas respectivamente pelo Estado e pelos senhores proprietários em relação aos trabalhadores. O ócio era tido pelo autor como um grande entrave para a construção do país. Por outro lado, Moniz também apresentou um caráter crítico em relação às precariedades das condições de vida dos trabalhadores, especialmente os africanos escravizados. Como edificar a civilização com os grilhões do cativo? A liberdade era o caminho. Ele desejava mostrar a “fôrma porque são tratados os homens que fazem a felicidade do Brasil, que são os Africanos” (SOUZA 1854, p. 36).

Certamente, o livro “Viagens e observações de hum brasileiro” tornou-se um dos principais instrumentos de reconhecimento do autor como um letrado engajado na causa da libertação da população escravizada. Antônio Moniz de Souza expressou que um dos grandes motivos do atraso da economia brasileira no período do pós-independência era decorrente das precárias condições de vida da população escravizada.

Tenho observado que a maior parte da escravatura do Brasil morre de cansaço ou oppilação, sendo que não existe semelhante moléstia, se não nos pretos; porque cauza? Porque elles trabalham sem descanso ao vento, ao sol e à chuva, de dia e de noite, e só quem passa malissimamente como elles, he que padece tal moléstia, pois nunca se observou em pessoa que, apesar de trabalhar muito; passasse bem de comida, e de tudo quanto he preciso para hum corpo trabalhado restabelecer-se, e recuperar os suores que derrama (SOUZA 1834, p. 36).

O excesso de trabalho e as precárias condições de alimentação da população negra africana foram criticados em diferentes momentos pelo autor, como forma de elucidar como essas ações adotadas pelos senhores escravocratas eram tidas como estratégias de economia e acabavam por provocar o efeito contrário, com a morte de trabalhadores. Do mesmo modo, ele apresentou uma perspectiva humanitária em relação à população africana que vivia no Brasil, por meio da denúncia dos castigos físicos que dilaceravam os trabalhadores responsáveis pela construção da riqueza da pátria.

Assim gemem os pobres homens Africanos, cujos Srs. a cada passo lhes infligem rigorosos castigos, elles com poucas forças para o pesadíssimo serviço de dia e de noite, ao sol e à chuva, faltando-lhes todo o necessário para a vida, sobrando-lhes unicamente o rigoroso castigo; que deshumanidade se observa nestes tirannos Srs (SOUZA 1834, p. 32).

Além da precária e restrita alimentação, os castigos físicos eram tidos pelo viajante como um dos problemas acerca do trabalho no Brasil. A visão generalizada na qual os africanos eram tidos como mercadoria teria provocado uma impossibilidade de aumento da produção de riquezas, pois não havia estímulos para os trabalhadores escravizados. Moniz expressou uma postura crítica em relação à forma desumana como os africanos eram tratados pelos senhores de escravos. Essa concepção acerca do trabalho escravo como entrave à civilização estava coadunada com o pensamento de José Bonifácio: "qualquer que seja a sorte futura do Brasil, elle não pode progredir e civilisar-se sem

cortar, quanto antes, pela raiz este cancro mortal, que lhe roe e consome as ultimas potencias da vida, e que acabará por lhe dár morte desastrosa” (SILVA 1825, p. 2).

O livro é permeado por descrições de abuso de poder por parte dos proprietários que matavam escravos, abusavam dos castigos físicos, restringiam a alimentação e não estimulavam a produtividade. Para o autor, essas práticas eram “o motivo porque não só morrem a cada passo os escravos, como também successivamente furtão e fogem; furtão a fim de não exhalarem as vidas pelo rigor da fome, e fogem para terem algum descanso do extraordinário trabalho” (SOUZA 1834, p. 33).

Com isso, ele tornou-se testemunha das mazelas sociais nos sertões brasileiros, como declarou: “eu tenho sido, a meu pezar, testemunha de vista, pelo mau regimen” (SOUZA 1834, p. 33). De forma impactante, ele descreveu algumas cenas de castigos realizados pelos senhores aos seus trabalhadores escravizados:

Immediatamente he amarrado a hum carro, e leva duzentos, trezentos, quatrocentos, e ás vezes mais açoites: depois de feito este brinde, retalhão lhe ás nádegas com huma navalha, deitão-lhe hum molho forte de pimentas com limão e sal, que dizem ser para não apostemar. Fortes anthropophagos! (SOUZA 1834, p. 33).

Antônio Moniz de Souza busca construir uma leitura de rejeição ao trabalho escravo no Brasil por meio de uma descrição que busca edificar uma visibilidade para as práticas abusivas dos senhores proprietários de africanos escravizados. Uma descrição minuciosa que visava atingir a sensibilidade do leitor. Tentou expressar a impossibilidade de construir uma nação livre sob o peso do trabalho escravo de sua população, pois esse seria um obstáculo à construção de uma nação civilizada. Isso não era decorrente da presença da população africana, mas da ausência de liberdade.

Essa interpretação acerca da sociedade brasileira oitocentista aproximava Antônio Moniz de Souza das primeiras gerações de letrados que viviam no país, como Bonifácio e Chaves. Mas havia elementos que os distanciavam. Para Moniz, a permanência de traços da cultura portuguesa na sociedade brasileira era entendida como um elemento a ser superado, um indício do atraso nacional. Um exemplo disso era em relação ao luto:

Nas Províncias, por onde tenho viajado, quando morre alguma pessoa todos os parentes feixão as portas por espaço de oito dias, e sendo parente longe, por três dias, além do rigoroso luto. Quantos prejuízos não tem cauzado este nojo a muitas casas! (...) Este prejuízo he herdado de Portugal (SOUZA 1834, p. 57).

O luto nas províncias do norte do Brasil era tido por Moniz como excessivamente rigoroso e insalubre, em decorrência do fechamento das casas durante oito dias. Observa-se uma problematização dos costumes, margeada por uma conotação atrelada ao higienismo, próxima das discussões vigentes nas escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, amparadas pelas cadeiras de Higiene. Outra questão relevante no texto é o fato de o autor atrelar essa prática a uma herança portuguesa.

Enquanto alguns letrados tentavam projetar a nação brasileira em um suporte cultural português,¹¹ desconsiderando a possibilidade de um protagonismo das populações indígenas e africanas, Moniz preocupou-se em negar esse passado português, interpretando-o como bárbaro, um caminho que não seria trilhado pela maior parte dos sócios do IHGB. O Brasil não poderia ser a continuidade da história de Portugal. Essa leitura pejorativa acerca da herança portuguesa na formação cultural do Brasil foi apresentada de forma mais explícita na descrição do entrudo, festividade tida como “bárbaro e grosseiro costume” (SOUZA 1834, p. 58). Moniz afirmou:

11 Após a criação do IHGB, em 1838, emergiram diferentes projetos de escrita da história nacional pautada no protagonismo português, como Von Martius, Varnhagen e Joaquim Manuel de Macedo (ENDERS 2014; ARAÚJO 2008; CÉZAR 2018). Contudo, predominou a leitura pautada no protagonismo português.

outro igual prejuízo ingenito de Portugal sofre o Brazil, e he o seguinte. Nos três dias antes da Quaresma, Domingo, Segunda e Terça feira, (que são os taes dias chamados de Entrudo) os povos parecem ter perdido o sizo, pois à modo de loucos se lanção huns aos outros, só para o fim de se molharem e sujarem-se, com pós, tintas, barro (SOUZA 1834, p. 57-58).

A experiência da colonização portuguesa é interpretada de modo ambíguo. Se por um lado, o Brasil apresentava grandes potencialidades, com a possibilidade de inserção da população indígena no mundo civilizado; por outro, era necessário dissipar os resquícios dessa herança portuguesa ainda vigente na sociedade brasileira. Aparentemente, Antônio Moniz de Souza escreveu o seu livro, nos idos da década de 1820, inflado por ideias de combate à presença portuguesa no país do movimento antilusitano.¹² A leitura pautada no rompimento com o passado português teve ressonância no momento de escrita, mas no momento da doação do manuscrito ao IHGB, no segundo império, predominava o projeto de nação pautado na continuidade lusitana. No livro, Portugal foi representado como o espaço da barbárie, a antítese da civilização europeia.

Ainda me lembro de ter ouvido a hum homem sábio e prudente sobre estes assumptos, e por tal motivo dizer que entre as Nações da Europa os povos de Portugal erão considerados como Gentios Europeos. Se o Imperante quizer conhecer do grande prejuízo que soffrem as Províncias do Brazil tranzite de modo, que não seja conhecido a fim de lhe não tributarem o devido respeito, que se sobreviver aos três dias, estou certo que mandará extinguir semelhante brincadeira, a qual na verdade não he digna de Nações civilizadas, mas sim do Gentio da Europa (SOUZA 1834, p. 57).

Moniz explicitou sua visão na qual o Brasil deveria romper os seus laços culturais com a antiga metrópole, objetivando possibilitar a construção de uma nação civilizada, distante dos cânones do chamado "gentio da Europa". Para o autor, a herança portuguesa no país possibilitava o desregramento das virtudes, pois "ainda está para ser a primeira vez que eu

12 De acordo com Gladys Ribeiro, entre a independência do Brasil (1822) e a abdicação de Dom Pedro I, o processo de construção de identidade nacional foi pautada na rivalidade, incluindo o movimento antilusitano (RIBEIRO 2002).

viaje em taes dias, e não tenha sido testemunha de grandes desordens, pancadas, e assassinos; isto vi acontecer mesmo na Corte aonde estive três annos e meio” (SOUZA 1834, p. 56). Para o viajante, a forma de conhecer profundamente um país era percorrer os seus espaços. O espaço revelava os costumes e os vícios a serem superados. A própria Corte do Império do Brasil, com um português entronado, era tida como símbolo da barbárie lusitana presente no território nacional. Outra manifestação cultural brasileira herdada de Portugal e condenada por Antônio Moniz de Souza foi a cavalhada.

O bárbaro costume, de que vou fazer menção, foi-no também legado por Portugal, e ordinariamente se pratica no Brazil, em occasião de festividades de Igreja, ou por motivo de alguma outra festividade. Esta extravagância he caracterizada e conhecida pelo titulo de cavalhadas, (...), e separara cabeça do corpo a cada hum daquelles innocentes animaes. Não me admira ter visto tão rústico, e *bárbaro divertimento* por Sertões e mais Villas de fora, mas sim chocou-me muito ver no anno de 1825, a 2 de Fevereiro praticarem-se estas mesmas acções na Villa de Santo Amaro da Purificação, por ser huma das mais notáveis da Província da Bahia, tanto na sua população, como em riqueza. Mas coitados, elles praticão estas acções porque ouvem dizer que os seus *antepassados também as praticavão*: porem se eu por hum lado me compungia de ver a sorte daquelles irracionaes, por outra ainda mais me compadecia da rusticidade e loucura dos homens, isto he, daquelles que eu conhecia que tinham boa alma, e que só punhão em scena *tão barbara pratica* por sua extrema rusticidade, e falta de educação (SOUZA 1834, p. 60).

A escrita do viajante pauta-se em construir uma imagem pejorativa acerca do legado português na sociedade brasileira. Este legado era tido como uma expressão de barbárie, de reminiscências dos tempos pretéritos que insistiam em permanecer vigente no país em tempos de renovação e civilização. Edificar a civilização deveria perpassar pelo rompimento com o passado. O legado português, por sua natureza bárbara e cruel, deveria ser extirpado da cultura

nacional brasileira. Para se tornar uma nação civilizada, o passado deveria ser superado. O naturalista após ter andando pelos sertões e recôncavos do Norte, visitando fazendas e sítios, ciganos, indígenas e negros escravizados, pensou a civilização como um processo de rompimento com o passado, de ampliação da liberdade e com forte apelo para a preservação da vida de “inocentes animais”.

Considerações finais

“Viagens e observações de Hum Brasileiro” é um livro que expressa importantes questões para se pensar o processo de invenção da nação brasileira ao longo dos primeiros decênios do século XIX. Primeiramente, no tocante aos projetos de difusão dos saberes, por meio do fomento à viajantes estrangeiros e nacionais no processo de reconhecimento do país. Se, por um lado, os viajantes estrangeiros adentravam o país no intuito de recolher exemplares da fauna e da flora, bem como em descrever o país e o seu povo, como forma de apresentar a nova nação para o público europeu; a atuação de homens letrados nacionais, como Antônio Moniz de Souza, reverberava outra dimensão deste processo: a inserção do Brasil entre os países que formavam botânicos capazes de percorrer grandes espaços em busca do registro científico da natureza.

O livro também pode ser entendido como um indício acerca das primeiras iniciativas de fomento à difusão dos saberes científicos no Brasil. Era um brasileiro que apresentava para os letrados da corte os aspectos centrais da natureza, dos minerais e da população que vivia no norte do Império. Os costumes foram descritos não como uma estratégia de preservação dos saberes de outrora, mas como mecanismo de reconhecimento das limitações e desvios, no intuito de possibilitar a orientação e adequação aos parâmetros tidos como modernos.

A civilização brasileira proposta por Moniz perpassava pela ampliação da liberdade: das mulheres, dos negros escravizados e do passado português. Ao percorrer os espaços,

ele denunciou a barbárie dos fazendeiros e a humanidade dos negros. A retórica de humanidade como instrumento de defesa da conquista da liberdade.

Como testemunha ocular dos movimentos de independência, Moniz de Souza atuou como o homem de letras que se inquietava com a situação sociocultural do Brasil. Criticava a existência da escravidão e a conduta tida como maléfica e desumana dos senhores de escravos. Buscava banir os elos de permanência da cultura lusitana em terras independentes. Tentava identificar a barbárie no Brasil, para edificar uma nação que enfrentava e superava o seu passado colonial, tingindo com novas cores o seu horizonte. No projeto político de Souza, o Brasil independente rompia os laços com Portugal.

Com isso, Antônio Moniz de Souza pode ser visto como um homem de letras que testemunhou importantes acontecimentos da experiência social brasileira no processo de construção da autonomia, indo da vivência nos sertões nos últimos decênios da Colônia, ao período da edificação de uma cultura nacional diferente em relação ao legado português, passando pela luta em defesa da independência. Esse transitar entre diferentes contextos sociais e políticos repercutiu em sua escrita, por meio de sua ambiguidade na defesa de um nacionalismo e na crítica a permanência da herança lusitana no Brasil. De qualquer modo, a sua escrita tornou-se um documento relevante para a compreensão acerca da dicotomia entre barbárie e civilização no período da invenção da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: Massangana, 2009.

ANDRADE, Manoel Ribeiro. **Leituras de um viajante público (1812-1846)**: o homem da natureza brasileira, seus mundos e os outros. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Sergipe, 2017.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

AURORA BRASILEIRA. Anuncios. **Aurora Brasileira**, n. 734, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1833, p. 4.

BITTENCOURT, Manoel Liberato. **Homens do Brasil** – Sergipe. Rio de Janeiro: Pongetti, 1913.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: MOARES, Marieta (org.). **Usos e abusos da História**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CAMPOS, Maristela Chicharo. **O governo da cidade**: elites locais e urbanização de Niterói (1835-1890). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2004.

CÉZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias econômico-políticas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 2, p. 1-216, 1922.

CONSTANT, Benjamim. Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos. **Revista Filosofia Política**, n. 2, p. 5-7, 1985.

CORREIO MERCANTIL. Museu Nacional. **Correio Mercantil**, n. 278, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1848, p. 2.

COSTA, Ignácio Pereira da. Advertência dos editores. **Viagens e observações de hum brasileiro**: que, desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus Patrícios, e três reinos da Natureza em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à Nação Brasileira. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1834.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 2004.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FREITAS, Itamar. Bibliografia historiográfica sobre o século XIX. **Cadernos UFS**. História, v. 1, São Cristóvão, p. 1-9, 2006.

FRUTUOSO, Moisés. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831). In: BESSONE, Tânia (org). **Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos**. São Paulo: Alameda, 2016. p. 45-64.

GUARANÁ, Armindo. Antonio Muniz de Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 6, v. 3, p. 167-181, 1916.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil 1838 – 1857**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, Rio de Janeiro, p. 5-27, 1988.

HUM MARICAENSE. Correspondências. AURORA FLUMINENSE. **Aurora Fluminense**, n. 1134, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1835, p. 4.

IHGB. Atas das Sessões Ordinárias. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Nº 8. Rio de Janeiro, 1846.

IHGB. Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 1, Rio de Janeiro, 1839.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Anotações sobre a botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX. **Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão**, v. 1, p. 7-22, 2005.

O HOMEM E A AMÉRICA. Rio de Janeiro na Typographia Nacional. **O Homem e a América**. Rio de Janeiro, 3 de março de 1832, p. 2.

OLIVEIRA, Saturnino de Souza e. A natureza do Brasil e um homem raro que a tem observado. **O Philantropo**, Rio de Janeiro, n. 67, 12 de junho de 1850.

REIS, Antônio Simões dos. Plancher não é o editor. **Gazeta de Notícia**, Rio de Janeiro, n. 235, 4 de outubro de 1936.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcos J. M. DE. **Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

SÁ, Dominique; SÁ, Magali; LIMA, Nísia. O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 12, n. 34, p. 1-5, 2018.

SANTOS, Laura Carvalho dos. **Homens e Natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir do relato do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador (1808-1828)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2008.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um operoso e erudito estudioso da nossa história pátria": Raphael Galanti e o ensino de História. **IHS: Antiguos jesuítas en Iberoamérica**. v. 7, n. 2, p. 42-62, 2019.

SILVA, José Bonifácio d'Andrade e. **Representação à Assembleia geral e constituinte do Império do Brasil sobre a escravatura**. Paris: Firmin Didot, 1825.

SOUZA, Antônio Moniz de. Agradecimento. **O Nacional**, Rio de Janeiro, n. 37, 20 de fevereiro de 1833, p. 4.

SOUZA, Antônio Moniz de. Auxiliador da Indústria Nacional. **O Philantropo**, Rio de Janeiro, n. 43, 20 de janeiro de 1850, p. 2.

SOUZA, Antônio Moniz de. **Viagens e observações de hum brasileiro**: que, desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patrícios, e três reinos da Natureza em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à Nação Brasileira. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1834.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas: Unicamp, 2007.

VON MARTIUS, K. Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 24, Rio de Janeiro, 1845].

NOTA SOBRE O AUTOR

Magno Francisco de Jesus Santos

magnohistoria@gmail.com

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal

Rio Grande do Norte

Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Magno Francisco de Jesus Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História.

Avenida Senador Salgado Filho, 3000. Campus Universitário

Lagoa Nova

59075971

Natal, RN - Brasil

AGRADECIMENTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Este artigo é um desdobramento do texto final apresentado na disciplina "Tópicos Especiais em Educação: o campo científico brasileiro", no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Agradeço as valiosas sugestões dos avaliadores que contribuíram de forma significativa para adensar a discussão.

FINANCIAMENTO

Nenhum Financiamento foi declarado.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
Sem Derivações 4.0
International.



RECEBIDO EM: 27/MAR./2020 | APROVADO EM: 15/MAIO/2020

Gender, the novel and the modern order of time: the case of Frances Burney's *The Wanderer* (1814)

Gênero, o romance e a ordem moderna do tempo: o caso de *The Wanderer* (1814) de Frances Burney

Renata Dal Sasso Freitas ^a

E-mail: renatadsf@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1543-2274> 

^a Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, RS, Brasil

ABSTRACT

This article aims to analyze the 1814 novel *The Wanderer, or female difficulties* by English writer Frances Burney and how its depiction of Britain at the time of the French Revolution can contribute to the understanding of the emergence of what François Hartog called the modern regime of historicity. Like many authors analyzed by Hartog in his books *Regimes of Historicity* and *Croire en Histoire*, Burney was personally affected by the French revolutionary process, a fact that is reflected in her last work. However, the time of its publication – when the Napoleonic Wars were at their end – made it outdated, something that was compounded by the debates regarding the Revolution and issues of gender that it was steeped in. By analyzing this novel, I will argue that issues of gender also played a role in the changes of how men and women related to time at this period as part of the transformations in the concept of History that occurred at the turn of the eighteenth century.

KEYWORDS

Novel; Gender; History

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o romance *The Wanderer, or female difficulties*, da escritora inglesa Frances Burney, publicado em 1814, e como seu retrato da Grã-Bretanha à época da Revolução Francesa pode contribuir para a compreensão da emergência do que François Hartog chamou de regime moderno de historicidade. Como muitos autores analisados por Hartog em seus livros *Regimes de Historicidade* e *Crer na História*, Burney foi pessoalmente afetada pelo processo revolucionário francês, um fato que se reflete nessa sua última obra. No entanto, a época de sua publicação – quando as Guerras Napoleônicas estavam chegando ao fim – fizeram com que o romance ficasse datado, algo agravado pelos debates sobre a Revolução e questões de gênero com o qual dialoga. Através de uma análise desse romance, argumentarei aqui que questões de gênero também tiveram um papel em como homens e mulheres se relacionavam com o tempo nesse período, como parte das transformações no conceito de História que ocorreram na virada do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE

Romance; Gênero; História

In March 1814, a novel called *The Wanderer, or Female Difficulties* appeared in booksellers and libraries in Britain, written by the same author of three other successful works published in the previous century. Frances Burney (1752-1840), the writer, had made her anonymous debut in the literary market thirty-six years before, with the epistolary novel *Evelina* (1778); she now presented to the world what came to be her last work, one that took fourteen years to be written amid radical changes both in her private life and in the European political landscape.

Frances Burney is a relatively unknown writer in Brazil; *Evelina* was recently translated into Portuguese and published with an advert on the cover stating that its author was “one of Jane Austen’s major influences” (2014). Notably, Austen’s most famous novel, *Pride and Prejudice* (1813), had its title taken from a passage from *Cecilia* (1782), and Burney’s works are also mentioned in the posthumously published *Northanger Abbey* (1818). However, we should note that Burney belonged to an ampler group of female authors that left their mark in the British literary world by the end of the eighteenth century. This period is characterized by “bizarre and untidy” prose constructions (JOHNSON 1995, p. 1), part of a literary context located between the so-called “rise of the novel” in the 1740s – with Daniel Defoe, Henry Fielding and Samuel Richardson, among others – and the early nineteenth century, with the establishment of the genre in Britain represented in the traditional canon by Sir Walter Scott and Jane Austen herself.

What defines these final decades of the eighteenth century and that interests me in particular is the fact that British fiction then was intensely marked by their to the French Revolution, as well as to the different political and epistemological disturbances stimulated by it. Writing and publishing well before the outbreak of the 1789 events, Burney achieved fame with three novels – *Evelina*, *Cecilia* and *Camilla*. They follow their title characters from the moment they are introduced to society until their marriage to adequate partners;

they are indeed very similar to the novels written by Austen and other authors of the same period. The work that interests me here, *The Wanderer*, repeats this formula: a young woman is introduced to a certain community and must learn to navigate through a series of mostly embarrassing situations until she finds a suitable partner to marry. The distinction between this novel and its predecessors is that *The Wanderer's* protagonist is a refugee of Robespierre's Terror.

Moreover, in contrast to Burney's other novels, *The Wanderer* sold poorly, amounting to a single printed edition, which the critics received with disdain. Such failure is usually attributed to several factors, including its already outdated plot – the Jacobins had been defeated two decades before –, and the on-going conflict between Britain and Revolutionary France since 1792, which was personified in a new villain: Napoleon Bonaparte.

The Wanderer was not the only novel in this period to use the French Revolution as a plot element. As previously stated, most of the prose fiction produced in Britain in the 1790s was written in reaction to the French revolutionary process; different novelists took up different stances, covering an ample political spectrum that went from support to what was happening in France – with authors such as Mary Hays, Charlotte Smith and, most famously, Mary Wollstonecraft – to more reactionary positions, like Jane West, Elizabeth Hamilton and Hannah Moore. However, given Burney's proposal and the differences of this novel in comparison to her previous ones, I see *The Wanderer* as an interesting work through which we can analyze the transformations in the order of time, which characterized the turn of the eighteenth century, especially in what relates to the transformation of the categories of present, past and future.

Scholars such as Hannah Arendt (2007), Reinhart Koselleck (2006) and François Hartog (2013) systematized the changes that occurred in the relationship men and women had with time in that period, which along with the epistemological

transformations caused by the development of political philosophy and the natural sciences made it possible for the *Ancien Régime* to be overturned. The consequences of these transformations contributed to the emergence of what is called the modern concept of History and to the subsequent development of the historical discipline as an autonomous field of knowledge. As a literary genre, novels were considered vulgar at the time, especially in comparison to history; however, the genre equally reflects those changes, as authors drew more and more from what we call historical events. Thus, the aim of this paper is to analyze *The Wanderer* as a work that provides us the opportunity not only to comprehend the impact of the French Revolution in the European world at the time but also to explore the epistemological transformations – especially in relation to gender issues – to which these events gave rise, especially when it concerns what we call the order of time.

This paper is divided in three parts. In the first section, I will present Frances Burney so I can locate her in this context of political upheaval that marked the end of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth century. Following, I will explore the relationship between novel as a genre, more specifically historical novels, with the period in question. In the final section, I will approach some aspects of *The Wanderer's* plot so I can present how this work can contribute to the comprehension of the aforementioned issues.

i.

Frances Burney was born in 1752, the third of six children by Charles and Esther Burney. Her father, an organist and composer, later also acquired fame as a musicologist and music historian, a fact that made it possible for Frances and her siblings to, from an early age, frequent the intellectual circles of London at the time. Her experiences in this context appear in her diaries and correspondence, which are notable sources for contemporary historians to understand how these social circles worked. Her siblings also acquired some notoriety,

especially her eldest brother, James, a Navy officer, who served under James Cook in two of his expeditions to the Pacific and published his travel writings. Her half-sister Sarah also became a novelist.

As mentioned before, Burney published *Evelina* anonymously in 1778, without her father's knowledge. This novel was, in fact, the continuation of another, which she had written at fifteen, titled *The History of Caroline Evelyn*; this and other manuscripts by her were burned at the time of her father's second marriage. She began writing *Evelina* almost immediately after this episode, in secret, for, according to Burney in the dedication page written for *The Wanderer*, her father did not approve of women writing fiction. Margaret Doody characterizes this narrative that Burney made of herself and her father as a self-dramatization, which had to do with the status of prose fiction at the time – Burney started to write, in the second half of the eighteenth century. As Doody points out, in her dedication Burney says that her family library had a single book in the way of novels – *Amelia* (1751) by Henry Fielding –, but her diaries and letters imply that the entire family was made of avid fiction readers, and that Burney herself, by the age of sixteen, had already gone through novels that would have been considered indelicate for young women like herself, such as *Tristram Shandy* (1759) and *A Sentimental Journey* (1768), both by Lawrence Sterne (DOODY 1988, p. 37).

Evelina was published with the help of her brother Charles, who, posing as its author, offered the work to two booksellers, the second of which, Thomas Lowndes, printed the work in January 1778. Burney took several precautions to make sure that the novel's authorship was not discovered, going as far as faking her own calligraphy, as she feared being recognized for her work as her father's amanuensis. The novel was well received, and by June her sisters revealed to Dr. Burney that Frances was its author. From this moment on, and especially after being assured that his daughter's reputation

took no damage, the musicologist introduced Frances to the intellectual circles he frequented, as a writer in her own right. Like many before her, amongst them Henry Fielding's sister, Sarah, Frances Burney became a public figure chaperoned by a male relative. Later, when writing *Cecilia*, her second work, her father – contrary to what might be expected – was anxious for its conclusion and eventual publishing (DOODY 1988, p. 99). The apex of her insertion in British high society was when, in 1786, Burney obtained a position in Court as one of Queen Charlotte's Keeper of the Robes, with a salary of two hundred pounds a year. However, this position cost her the time she had available to write, and she abandoned it five years later.

In 1792, through friends, Burney came in contact with a group of exiles from the revolution that had already been convulsing through France. William Locke, a liberal art critic, and his wife Frederica, with whom Burney maintained a friendship intense enough to be frowned upon, offered hospitality to several of these people, amongst them the notorious Mme. de Staël. Burney and the baroness quickly established a rapport, but Charles Burney did not approve of her daughter's keeping company with a woman he considered a revolutionary and who, worst of all, was a renowned adulteress. The music historian also did not find it convenient when Frances fell in love with Alexandre D'Arblay, an officer in the French army with ties to Lafayette, a *constitutionnaire*, who had little in the way of money. Through a correspondence in which they taught each other their respective languages, Burney and D'Arblay established, according to Margaret Doody, a fairly equal relationship, which served as comfort to D'Arblay as he kept up with the turn of events in his country of origin: "The shock of the execution of the king of France in January 1793 made both Frances and Alexandre more tender, more vulnerable; d'Arblay in particular needed someone to offer emotional support as his world was disappearing" (DOODY 1988, p. 200). The pension guaranteed by Queen Charlotte for Burney's services allowed the couple to get married and, later, the gains from the sale of *Camilla*

were used to build a cottage in Surrey into which they moved until D'Arblay was offered a position in Napoleon Bonaparte's government in 1801.

It was in this period of residency in France that Burney wrote *The Wanderer*, at which point the couple also had a son, Alex. What had been at first only a change of country because of her husband's new job became an exile with the outbreak of the Napoleonic Wars. According to Doody, the tone of *The Wanderer's* dedication shows how much she perceived this novel as interconnected with her personal life (DOODY 1988, p. 313). What is noteworthy is that not only the adaption to a new country and maternity affected the writing of this work, but later, a delicate health issue also did so: in September 1811, after being diagnosed with a tumor in her right breast, Burney subjected herself to a mastectomy in the kitchen of her house, without any sort of anesthetic or sedative. In a letter to her sister Esther, Burney described the operation in detail, despite having fainted twice during the procedure. At the beginning of 1814, when Napoleon's defeat was positively close, Burney returned to Britain and at last published her new novel.

The Wanderer's first edition sold out, but as previously said, the chances of a second run were quashed by reviews. The most notable of all was the one written by William Hazlitt and published in the *Edinburgh Review* in November 1814. After expatiating about the novel as a genre, touching especially on authors such as Henry Fielding, Tobias Smollet, Lawrence Sterne and Samuel Richardson – all of them men –, Hazlitt, asserted, regarding the writing of his own time: "It not to be wondered, if, amidst the tumult of events crowded into this period, our literature has partaken of the disorder of the time; if our prose has run mad, and our poetry grown childish". Only then did he mention women authors, beginning with Burney herself, whom he considered as having kept the "tenor of their way" (HAZZLIT 1815, p. 335). Concerning *The Wanderer*, the critic famously wrote that it was a work written in the old fashion, by "a common observer of manners" and definitely

a woman whose narrative was marked by what he called “a consciousness of her sex” (HAZZLIT 1815, p. 336). This fact, underlined by the differences that Hazlitt identified even in the physical attributes of men and women, made the novel superficial; according to him, the feminine mind – following the same principle as the female body – was more fragile and therefore more impressionable when it came to ordinary events.

As already pointed out by Beatriz Villacañas Palomo, in affirming that Burney wrote conscious of her sex, Hazlitt was ironically correct: placing the issue of gender at the forefront of Burney’s work corresponds to the core of the interpretation given to the novels written by Burney and her contemporaries by scholars and historians of literature at the end of the twentieth century (VILLACAÑAS PALOMO 1996, p. 445). In this perspective, *The Wanderer’s* novelty was that, beyond the common embarrassments and violence suffered by women, there were specific and unprecedented historical events. This is why *The Wanderer* is especially interesting to explore with regards to what extent the issue of genre is also important to understand what François Hartog calls the “breach in time” responsible for the erosion of the *topos* of *historia magistra vitae* between the mid-eighteenth century and the beginning of the nineteenth.

ii.

When it comes to denoting a relationship between the events of the turn of the eighteenth century and the establishment of the novel as a literary form that marked this epoch, the usual practice is to resort to the classic 1937 essay by Hungarian philosopher Georgy Lukács titled *The Historical Novel*. Lukács asserts that the rise of this new and specific subgenre was linked to the rise and fall of Napoleon Bonaparte and culminated in the appearance of Walter Scott’s *Waverley, sixty years since*, only four months after *The Wanderer*. *Waverley* narrates the adventures of its title character, an officer in the English Army,

during the Jacobite Rising of 1745, the last effort on the part of the Stuart dynasty and its allies to revert the results of the Glorious Revolution of 1688. As his name implies, Edward Waverley finds himself involved in a civil partisan conflict and his loyalties swing from one side to the other throughout the narrative. According to Lukács, the main characteristic of Scott's novels was this portrayal of the average, mediocre man, imbedded in civil war (LUKACS 1989, p. 33).

Beyond the building of a conciliatory national narrative – Scott inscribed Scotland into a modern, Hanoverian Great Britain through this novel and subsequent ones –, other topics that marked the nineteenth century novel appear in *Waverley*. For example, the protagonist who takes the place of the reader in a world different to his own; marriage as an allegory for the conciliation of a divided nation; and the maturing of the protagonist throughout the narrative, which in *Waverley* happens through his involvement with “History”. Scott left a considerable number of followers in Europe, like Alessandro Manzoni and Honoré de Balzac, and in the recently turned independent countries in the American Continent, such as James Fenimore Cooper, in the United States, and Brazilian novelist José de Alencar, who would start publishing several decades later.

However, Scott's centrality in the development of the novel as a literary genre has been notably questioned since the end of the last century, in works like Ina Ferris's *The Achievement of Literary Authority* (1991), in which she defends that the *Waverley* novels (so called because they were published as being “by the author of *Waverley*”) were fundamental to the change of status of the genre in the nineteenth century, making it a respectable literary form. As Ian Watt's classic 1957 *The Rise of the Novel* already indicated, the audience that consumed novels in the eighteenth century was made up of mainly middle class women who, liberated of several domestic activities by the Industrial Revolution, suddenly had time to indulge in reading (WATT 2011, p. 43). However, although the

authors normally considered canonical – both at the period and today – were men (e.g., Laurence Sterne, Daniel Defoe, Henry Fielding and Samuel Richardson), a growing number of women also wrote novels, which would culminate in their preponderance in the market for prose fiction at the turn of the century – the context in which Frances Burney herself began writing¹. For Ferris, Scott's works meant the "masculinizing" of the genre and its consequential elevation to a more respectable place. In a similar vein, Katie Trumpener (1997) problematizes Scott's "pioneering" when it comes to the historical novel, as she traces the origins of this genre in what is also called "national tale" to the generation of women novelists of the 1790s.

More recently, Fiona Price (2016) demonstrated that Scott amply appropriated himself of the fiction produced by women before or at the same time as him. The name "Waverley" itself is an example of that, having been employed before by both Charlotte Smith and Jane West with the same goal of denoting ambiguity. Thus, Price defends the idea that the historical novel as a subgenre precedes Scott and would be even more closely linked with the reaction in Britain to the French Revolution. What made Scott's prose so different when compared to these authors, Burney herself among them, was the fact that he calculated the political risk of referring directly to those events and chose to represent partisan conflicts in historically removed settings.

On the other hand, in the dedication to her novel, Frances Burney affirms that she opted to portray the period of the French Revolution precisely because trying to represent any dimension of life at that point without referencing it was an impossible task (BURNEY 1814, p. xii). In contrast to Scott, who wrote initially about Scotland during the Jacobite rebellions as an oblique way of dealing with the present, Burney saw no way around it – one possible explanation is that her personal life was intensely intertwined to the Revolution through her marriage to D'Arblay.

1 For this process, see also: VASCONCELOS (2007).

Carmel Murphy, who is part of the most recent wave of analyses of the historical novel in its beginnings, approached *The Wanderer* from its representation of the French revolutionary process and the possible interpretations of Burney's rendering of such context. In what concerns the contrasting receptions that *The Wanderer* and *Waverley* had when released, the author asserts that, although both novels dialogued each in their own way with the Revolution, these differences were decisive to the elevation of Scott to his position as an author and the rejection of Burney's work by the literary establishment. The novels by the *author of Waverley* had, as mentioned, an important ideological role in Great Britain in the later moments of the Napoleonic wars, presenting coherent and unifying national narratives in a period of uncertainty and political turbulence that, in a way, only came to an end with the Reform Law of 1832, which increased electoral representation in Parliament. On the other hand, *The Wanderer* brought forth debates on social, economic and gender issues that had taken place decades before, besides being a cosmopolitan novel of sorts – its protagonist is English, but grew up in France – and with a plot that denounced and criticized English society (2015, p. 488).

My concern here, however, is to approach *The Wanderer* as a moment of transition in when the novel as a genre was moving from what might be called the picaresque, or the novel of manners, to dealing with specific historical events – generating what we call the historical novel –, and to explore what relationship we can infer from there regarding the changes in the order of time that made emerge what, as discussed by François Hartog, we call the modern regime of historicity.

In both *Regimes of Historicity* (2013) and *Croire en l'Histoire* (2017), the French historian dwells on the experiences of literary men during the revolutionary process and how they can be perceived as what he calls a "rift in time" between the historical *topos* of *historia magistra vitae* and the emergence of History. In *Croire en l'Histoire*, specifically, Hartog dedicates

a chapter to the novel, where he underlines the connection between history and the rising of modern literature, but not only that: the tenuous relationship between this genre and the modern regime of historicity. This relationship is tenuous, according to the author, because, on the one hand, “everything starts with this irrefutable experience of European societies overtaken by a new time”, but on the other, “literature would concentrate itself preferably on the cracks of the modern regime, in capturing its failures, on apprehending the heterogeneity of the temporalities on course, to then extract a dramatic techniques and the occasion to question the world order” (HARTOG 2017, p. 128). However, perhaps due to his choice of authors, Hartog’s study does not touch on a central issue to understand the establishment of the novel and its relationship to 1789’s events: the issue of gender.

Fiona Price went back to this incipient historical fiction in the 1790s to show that History – manifesting itself through the French Revolution – became the main concern of British novelists of both genders to the detriment of only portraying manners and customs. Not that fiction in the preceding decades of that eighteenth century did not busy itself with historical events: for instance, *The History of Tom Jones, a foundling* (1749) by Henry Fielding, which is set in 1745, has its main character find a company of soldiers headed to Scotland in order to suppress the Jacobite rising, which makes the references to it along Scott’s *Waverley* even less gratuitous. Among the novels mentioned by Price is *Marcus Flaminius*, by Ellis Cordelia Knight, published in 1792, and which, in a procedure very similar to François-René de Chateaubriand’s *Essai sur les revolutions* (1797), analyzed by Hartog (2017, p. 134), retreats to Antiquity to try and confer some meaning to the revolutionary experience. On another front, also central to Price’s analysis, is *Charles Dacres; or the voluntary exile. A historical novel, founded on facts*, published anonymously in 1797, which deals directly with the events of the Revolution, already placing them in “history, although its writing always remits to the present” (PRICE 2014, p. 145). This idea of

contemporaneity perceived as historical constitutes one of those contradictions referred by Hartog when discussing the relationship between literature and the modern regime of historicity. Other novels from the same period where this practice also appears are *Desmond* (1792), by Charlotte Turner Smith, and *Lioncel: the adventures of an emigrant* (1803), published anonymously.

For Price, however, what Hartog calls a “rift in time” could be attributed to the perception of the French Revolution as moment of rupture within the historiographical perspective of the Scottish Enlightenment, the idea of *stadial history*, linked to authors such as William Robertson, Adam Ferguson and John Millar. In their estimate, history equaled the progress of humanity through different stages, the last being the era marked by the development of trade. Although some interpreters of the French revolutionary process, such as Edmund Burke and Mary Wollstonecraft, attempted to frame the French Revolution in this scheme, Price asserts that novels like *Charles Dacres*, for example, underlines its limits, for they saw the French Revolution as an event requiring its own historiography (PRICE 2014, p. 145-146).

Writing her dedication in the last moments of the Napoleonic Wars, Burney also inscribed this period in the past, asserting this view of rupture, which included the fact that in the past she wouldn't consider it something of her concern: “I held political topics to be without my sphere, or beyond my skill” (1814, p. xi-xii). Despite the imperative of representing the Revolution, shoving it to the past was a way to try and deal with the impression that her motives would cause controversy:

Anxious, however,—inexpressibly!—to steer clear, alike, of all animadversions that, to my adoptive country, may seem ungrateful, or, to the country of my birth unnatural; I have chosen, with respect to what, in these volumes, has any reference to the French Revolution, a period which, completely past, can excite no rival sentiments, nor awaken any party spirit; yet of which the stupendous iniquity and cruelty, though already historical,

have left traces, that, handed down, even but traditionally, will be sought with curiosity, though reverted to with horror, from generation to generation. (BURNEY 1814, xiii).

Thus, one of the questions lurking behind *The Wanderer* is the fact that it doesn't actually portray the events of the Revolution *per se*, but rather their effect on the protagonist and other characters' lives, something very reminiscent of Burney's own experience of the revolutionary process since she only dealt with it from afar. The scope through which she would touch on these issues was already present in her works, despite steering clear of the radical circles frequented by the likes of Mary Wollstonecraft. The subtitle "*female difficulties*" brings this central aspect of the denouncement that is contained in the novel to the fore, but which had already been at the core of Burney's literary concerns.

In *Equivocal Beings*, Claudia L. Johnson (1995) stresses how the issues of gender and sensibility were at the center of the ideological battles that followed the French Revolution in Britain, starting with *Reflections on the Revolution in France*, by Edmund Burke, who declared the revolutionary process as signifying the end of the age of chivalry (1872, p. 332). Mary Wollstonecraft was one of the first to react strongly to this sentence and to the treatment Burke conferred on Queen Marie Antoinette in her *Vindication of the Rights of Men* (1791), a rebuttal to Burke that preceded by a few months of the one by Thomas Paine with the same title. According to Wollstonecraft, Burke was behaving like the women that she would, a year later, in *Vindication of the Rights of Woman*, characterize as being incapable of thinking and acting rationally; those that justified men's control of women. To the philosopher, in reducing himself to a sentimental behavior typically feminine, Burke was relegating women to the status of children (JOHNSON 1995, p. 8). According to Johnson's interpretation, this overtaking of the realm of sentiment by men in the late eighteenth century is shown, for instance, in this period's fiction, in its heroines rarely expressing their wishes. Burney herself had already

codified this stifling of feelings and desires in her earlier novels through the crises that overcome their protagonists in their *denouement*; Cecilia Beverly temporarily loses her mind and the ability to talk, and Camilla Tyrold is led to physical and mental exhaustion. In *The Wanderer*, however, besides the struggles that were particular to women, these issues will be compounded by “the reign of the terrible Robespierre”, as we will see next.

iii.

The first element that draws attention in *The Wanderer* when compared to Burney’s other novels is that the title does not consist in the protagonist’s name. Beyond replicating what was already common practice in the genre at the time, the issue of names was almost always at the core of Burney’s plots. As already mentioned, the title character of *Evelina* is an illegitimate young woman and the search for her true parentage – and consequently her true name – is what drives most of the narrative; in *Cecilia*, a conflict is established because the will that makes Cecilia Beverly an heiress requires her husband to take her surname, what in turn would deprive him of *his* identity. A name, though, does not limit itself to determine an individual’s identity, but also implies their social standing and what place they occupy in the world. Like Henry Fielding’s Tom Jones, Evelina’s status as someone illegitimate leaves her adrift in the society she must navigate until finding where she belongs, be it as someone’s daughter or someone’s wife. In similar fashion, *The Wanderer*’s main character not having a name also lacks the correct place in the community she encounters after crossing the Channel.

The narrative begins when a group of people attempting to clandestinely leave France receives in their boat a young lady who asks for their assistance. At first, seeing her praying in gratitude, the other characters assume she is a nun. Quickly, however, a gust of wind reveals that the skin under her robes is dark and that she wears bandages, as if wounded.

The mystery of who exactly is this young woman drives most of the novel's plot, until her motives for running away and concealing her identity are slowly revealed. In the second chapter, already in Britain, we learn that contrary to everyone's assumption, she is English, which attenuates her companions' suspicion. In the fifth, being referred by the narrator as "Incognita", the protagonist gets rid of her ragged clothes, of the cosmetics that darkens her skin and the bandages that supposedly covered her wounds. Gradually, the young woman's social standing becomes clearer. Ellis, as she becomes known after receiving a letter addressed to "L. S.", appears to be an English lady belonging to a family of means, not much different from the people under whose protection she places herself after disembarking in British soil.

From the moment she starts living in England, however, she suffers much of the same embarrassments that Burney's previous heroines did: threats of sexual abuse or physical violence, and the danger of losing her social status. Distinctly from them, however, her struggle is also for financial autonomy: Ellis, who, by her manners and education, seems to belong to the gentry, finds herself obligated to offer musical performances in exchange for money – something that was considered improper for a young woman of her status. Debra Silverman notes this aspect of the novel, also in comparison with Burney's other works. Since Ellis has no name and therefore does not clearly belong to a specific social class, she cannot refuse to perform publicly, what would not be demanded of her if the people who protect her knew who she actually was (SILVERMAN 1996, p. 69). The protagonist's frustration underlines Burney's criticism toward society at her time – they encompass the *female difficulties* announced in the novel's title.

Ellis's real name, it turns out, is actually Juliet Granville, and, like Evelina before her, she is the illegitimate daughter of an English earl, raised in France and at the time of the Terror, forced to marry a Jacobin interested in her fortune as a potential heiress. Again, along with the physical threats of the

Revolution, there is once more the issue of women's lack of financial autonomy, since the character is seen as a mere means of acquiring money or property. Ellis/Juliet, however, is not the only one in the novel affected by the French revolutionary process; in the narrative she has an antagonist named Elinor Joddrel, one of the characters in the boat at the beginning of the novel. Elinor is one of the many radical characters that appear in this period's fiction, comparable to Harriet Freke, of Maria Edgeworth's *Belinda* (1800), and to Amelia Opie's title-character in *Adeline Mowbray* (1801).

Elinor is conceived not only to contrast with Ellis/Juliet in behavior, but also to dispute the attentions of Albert Harleigh. Both Harleigh and Joddrel represent, as suggested by Carmel Murphy, rivaling perspectives of the French Revolution, based, respectively, on the interpretations of Edmund Burke and Mary Wollstonecraft of that process (2015, p. 493). Like the author of *Vindication of the Rights of Woman*, Elinor went to revolutionary France to experience it herself and returns to England when her physical integrity becomes threatened because she is an English subject.

Elinor also shares other aspects of Wollstonecraft's personal life, whose details were made public by her own widower in a biography published closely after her death, and which contributed to the decline of her reputation (GODWIN, 1798). One of such details is that facing evidence that Harleigh was falling in love with Ellis, Elinor threatens to kill herself. Wollstonecraft, in her turn, twice attempted suicide, both times in connection with her relationships with men. Although suicide had already appeared in a novel by Burney – when the husband of Cecilia Beverly's best friend kills himself because of his debts in very public fashion –, here it is connected with something problematic in this regime of sentimentality alluded to by Claudia Johnson: the possibility (or impossibility) of women manifesting their wishes and desires. To divest herself of any shame in admitting her feelings is part of Elinor's stance as an adept of the revolutionary ideals of her age.

'How paltry is shame where there can be no disgrace!—I disdain it!—disclaim it!—and am ready to avow to the whole world, that I dare speak and act, as well as think and feel for myself!'

'What amazing, unaccountable fools,' she cried, 'have we all been for these quantities of centuries! Worlds seem to have a longer infancy taken out of the progress of their duration, even than the long imbecility of the childhood of poor mortals. But for the late glorious revolutionary shake given to the universe, I should, at this very moment, from mere cowardly conformity, be the wife of Dennis!—In spite of my repentance of the engagement, in spite of the aversion I have taken to him, and in spite of the contempt I have conceived—with one single exception—for the whole race of mankind, I must have been that poor man's despicable wife!—O despicable indeed! For with what sentiments could I have married him? Where would have been my soul while I had given him my hand? Had I not seen—known—adored—his brother!'

She stopt, and the deepest vermillion overspread her face; her effort was made; she had boasted of her new doctrine, lest she should seem impressed with confusion from the old one which she violated; but the struggle being over, the bravado and exultation subsided; female consciousness and native shame took their place; and abashed, and unable to meet the eyes of Ellis, she ran out of the room. (BURNEY 1814, p. 141).

In this moment, despite her ideological convictions, her own body betrays her, causing her to interrupt herself, flush in embarrassment and run from the room where she had made the speech to Ellis. What comes to attention here is that Elinor, in manifesting her feelings openly, repeats the notion of history associated with the Scottish Enlightenment, according to which humanity progressed by stages, akin to the life of a person, and the French Revolution signified an important step forward in this process. This idea of history can be found in the political writings of Wollstonecraft, especially in her unfinished *A Historical and Moral View of the French Revolution*, published in 1794. Although it seems sometimes contradictory of "feminist" women like Wollstonecraft and Joddrel to expose their feelings for the men they love and even forfeit their lives

for them, they see the possibility of admitting these feelings in public as revolutionary, even if it meant the loss of their reputation.

When she finally declares herself to Harleigh, Elinor again alludes to her revolutionary ideals, but the strength of custom and habit stops her, in an almost physiological reaction.

She arose, and, clasping her hands, with strong, yet tender, emotion, exclaimed. 'That I should love you—' She stopt. Shame crimsoned her skin. She covered her face with both her hands, and sunk again upon her chair.

Harleigh was strongly and painfully affected. 'O Elinor!' he cried, and was going to take her hand; but the fear of misinterpretation made him draw back; and Elinor, almost instantly recovering, raised her head, and said, 'How tenacious a tyrant is custom! How it clings to our practice! How it embarrasses our conduct! How it awes our very nature itself, and bewilders and confounds even our free will! We are slaves to its laws and its follies, till we forget its usurpation. Who should have told me, only five minutes ago, that, at an instant such as this; an instant of liberation from all shackles, of defiance to all forms; its antique prescriptions should still retain their power to confuse and torment me? Who should have told me, that, at an instant such as this, I should blush to pronounce the attachment in which I ought to glory? And hardly know how to articulate.... That I should love you, Harleigh, can surprise no one but yourself!'

Her cheeks were now in flames; and those of Harleigh were tinted with nearly as high a colour. Ellis fixed her eyes stedfastly upon the floor. (BURNEY 1814, p. 160-161)

Ellis, by contrast, is condemned to silence not only because of her specific circumstances, but also because, unlike Elinor, she does not adhere to a rupture as radical with the *status quo*. She configures one of the many characters in the novels of this period that pull back at how far a female character could go, which are more easily found in Jane Austen's novels. When Austen started publishing, she did it more or less in the same vein as Scott, abdicating from explicitly writing

about contemporary events; the moving of army militias or a character gaining wealth through a naval career are the few references that are made to the Napoleonic Wars in her novels, although there are elements in them that escape us readers in the twenty-first century and have to do with the country's political elite².

Like her contemporaries, Austen not only denounced the conditions to which women were submitted and doted her characters with what could be called "revolutionary attitudes", but also in a sense pulled back from how "revolutionary" they could be at the conclusion of her novels; most of her protagonists end up in economically advantageous marriages, although they also made "love matches". The case of Elizabeth Bennet in *Pride and Prejudice* is notorious, in which her father even questions her if she is not only marrying Darcy for his social and economic standing. Burney, before Austen, also used this sort of narrative device; in *Cecilia*, the title-character gives up her fortune so her husband-to-be can keep his name.

Claudia L. Johnson states that it is the dynamic between different female characters that guarantees the protagonists' leeway to act outside what was or is considered conventional. Johnson identifies this pattern in *Pride and Prejudice* itself, whose protagonist has physical and intellectual attributes that could be considered improper, but that are not much of a problem when compared to her younger sister's conduct.

Lydia's offending presence in the novel makes this possible. Even though, as a husband hunter patterned after her doting mother, she has nothing in common with the feminist ideologues of turn-of-the-century fiction, she serves in much the same way they do in the novels of moderate social critics. Instead of standing as living proof that young ladies should be disciplined into shamefacedness' as Fordyce would term it, Lydia is a decoy who attracts the disapproval to which Elizabeth herself could otherwise be subject, and by lamenting Lydia's glaring excesses, Elizabeth is cleared for her less egregious, but still improper rambles, conceit and impertinence without arousing our discomfort or incurring our censure. (JOHNSON 1988, p. 76-77).

2 For Austen's referencing people and places that her readers would instantly recognize see: BAR-CHAS (2013).

One of the fictional feminine ideologues that Johnson mentions is Elinor Joddrel, who appeared in a novel after Lydia Bennet and therefore arrived to the public as an already anachronistic anti-heroine. It is worth mentioning that Walter Scott himself deployed this sort of dynamic in *Waverley*, making his protagonist, Waverley, at first turn his attentions to Flora McIvor, a Jacobite, who, although not presenting herself indecorously, also expressed herself, either politically, sentimentally or religiously, as a character that showed much more agency than her counterpart, Rose Bradwardine.

Following, therefore, the logic evidenced by Johnson, Elinor exists so that whatever problematic elements about Ellis/Juliet's conduct are softened to readers of the period, which include her having travelled alone from France to England and her refusal to reveal her true identity in a society in which this was a necessity to safeguard her reputation and financial autonomy. Carmel Murphy also indicates that, although Ellis/Juliet and Harleigh adhere to a Burkean interpretation of the French Revolution, Elinor's view of these events goes uncontested throughout the novel and both characters continuously show admiration for her (MURPHY 2016, p. 496).

What makes this novel so interesting here, beyond these specific dynamics, is how they denote the relationship of this work with time. The way in which we usually conceive the idea of literature is connected to a history of the arts in general, as part of the development of what is called civilization, which congregates the idea of progress or decadence. This notion appears in the Hazlitt's review of *The Wanderer*, where he contrasts Britain's past literary achievements with the "current state" of the nation's poetry and prose. Usually, as we pointed out at the start of this paper, the period to which Burney is usually circumscribed – if we think in terms of a development of British literature – is normally considered an interlude between the appearance of the first modern novels in the 1740s and the establishment of the genre in the early nineteenth century.

On the one hand, *The Wanderer* does signal a new stage in the development of the form toward what is called the historical and realist novel of that century: it is not limited to the misadventures of a character among English society – as was characteristic of the novel of manners –, but these misadventures are the consequence of a specific historical event, which was not common in the literature written before the French Revolution. However, beyond this – as is also present in Wollstonecraft's works and in the passages from the novel regarding Elinor Joddrel we quoted here –, the issue of women in this context, the denouncement of their situation, points to a future of equality between the sexes that would signify the reaching of another stage of human development. However, this future does not arrive and even these vindications become something of the past, that is, by its inadequacy in timing, *The Wanderer* is a novel pointing toward a future that is already past. In this sense, I believe, Burney's novel could be perceived as one of the "rifts in time" to which François Hartog alludes to when approaching the discontinuities present in the relationship between the modern regime of historicity and the novel as a literary form that manifests it.

IV. Final Considerations

My intent here was to briefly demonstrate how the novel *The Wanderer*, by Frances Burney, published in early 1814, can be useful to understand the emergence of what Reinhart Koselleck called the modern concept of history or more amply what François Hartog dubbed the modern regime of historicity. Both authors signal, in distinct ways, the importance that the development of the modern novel had in this process. However, the choices of material of both historians left aside works, in political theory, historiography or literature, by women, or that dealt with the issues of women and gender. These issues, as evidenced by the writings of female authors at this period, of which Mary Wollstonecraft and Olympe de Gouges are only the most famous examples, made up a significant part of the debates

regarding the French revolutionary process; those concerning the concept of reason, the rights of men and women, and the concept of history itself. In Great Britain, these debates took place mostly in literature, which resulted in the publication of several works that, on one side, denounced and sought to offer solutions to the issue of the subordination of women, and on the other, attempted to justify it.

Frances Burney took part in these debates through her novels and reacted to the French Revolution and how it affected people's lives, more specifically women's, through *The Wanderer*, a long novel about a woman's trajectory, in which she must omit her identity throughout the plot. The French Revolution, for Juliet Granville, did not mean only the threat of physical harm common in a period of violence, but also the loss of her place in society and of who she actually was. While deploying Juliet with a more conservative view of the process, Burney also presented us with a Wollstonecraftian anti-heroine with whom readers could sympathize, if this also didn't make it an anachronistic literary work at the time it was published, as it presented at the same time a denouncement of the present and a view of the future that, in the eyes of the British literary establishment, was ultimately defeated along with Jacobinism and later Napoleon.

What I aimed at here, therefore, is to take a step further in integrating works that deal with the issue of gender and their relationship with the concept of history to the debates surrounding the transformations in the concept of history as it appeared in the nineteenth century.

REFERENCE

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BARCHAS, Janine. **Matters of Fact in Jane Austen: history, location, and celebrity**. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2013.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. Londres: Seeley, Jackson, and Halliday: 1872.

BURNEY, Frances. **The Wanderer; or female difficulties**. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1814.

DOODY, Margaret. **Frances Burney**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.

FERRIS, Ina. **The Achievement of Literary Authority: gender, history, and the Waverley novels**, 1991.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Crer em história**. Tradução de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HAZZLIT, William. Standard Novels and Romances. **Edinburgh Review** or critical journal. v. 24, n. 48, p. 320-338, 1815.

JOHNSON, Claudia L. **Jane Austen: women, politics, and the novel**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

JOHNSON, Claudia L. **Equivocal Beings**: politics, gender, and sentimentality in the 1790s. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LUKACS, Georg. **The Historical Novel**. Translated by Hannah and Stanley Mitchell. London: Merlin Press, 1989.

MURPHY, Carmel. "The Stormy Sea of Politics": the French Revolution and Frances Burney's *The Wanderer*. **Women's Writing**, v. 22, n. 4, p. 485-504, 2015.

PRICE, Fiona. Making History: social unrest, work and post-French Revolution Historical Novel. *In*: DEW, Ben & PRICE, Fiona (ed.). **Historical Writing in Britain, 1688-1830**. Londres: Palgrave MacMillan, 2014.

PRICE, Fiona. **Reinventing Liberty**: nation, commerce and the British historical novel from Walpole to Scott. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

SILVERMAN, Debra. Reading Frances Burney's "The Wanderer; Or Female Difficulties": The Politics of Women's Independence. **Pacific Coast Philology**, v. 26, n. 1/2, p. 68-77, 1996.

TRUMPENER, Katie. **Bardic Nationalism**: the Romantic novel and the British Empire. Princeton: Princeton University Press, 1997.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance inglês**: ensaios teóricos. São Paulo: Hucitec, 2007.

VILLACAÑAS PALOMO, Beatriz. Femae Difficulties: propriety and violence in Frances Burney's world. **Atlantis**. v. 18, n. 1/2, p. 443-452, 1996 .

WATT, Ian. **The Rise of the Novel**. Studies in Defoe, Richardson and Fielding. 2nd Edition. Berkeley, CA: University of California Press, 2011 .

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Men and A Vindication of the Rights of Woman**. Edited by Janet Todd. Londres: Oxford, 2008 .

AUTHOR NOTE

Renata Dal Sasso Freitas

renatadsf@gmail.com
Universidade Federal do Pampa
Jaguarão
Rio Grande do Sul
Brasil

CORRESPONDENCE ADDRESS

Renata Dal Sasso Freitas
Universidade Federal do Pampa, Curso de História.
Rua Conselheiro Diana, 650
Kennedy
90010282
Porto Alegre, RS - Brasil

FUNDING

No funding was declared.

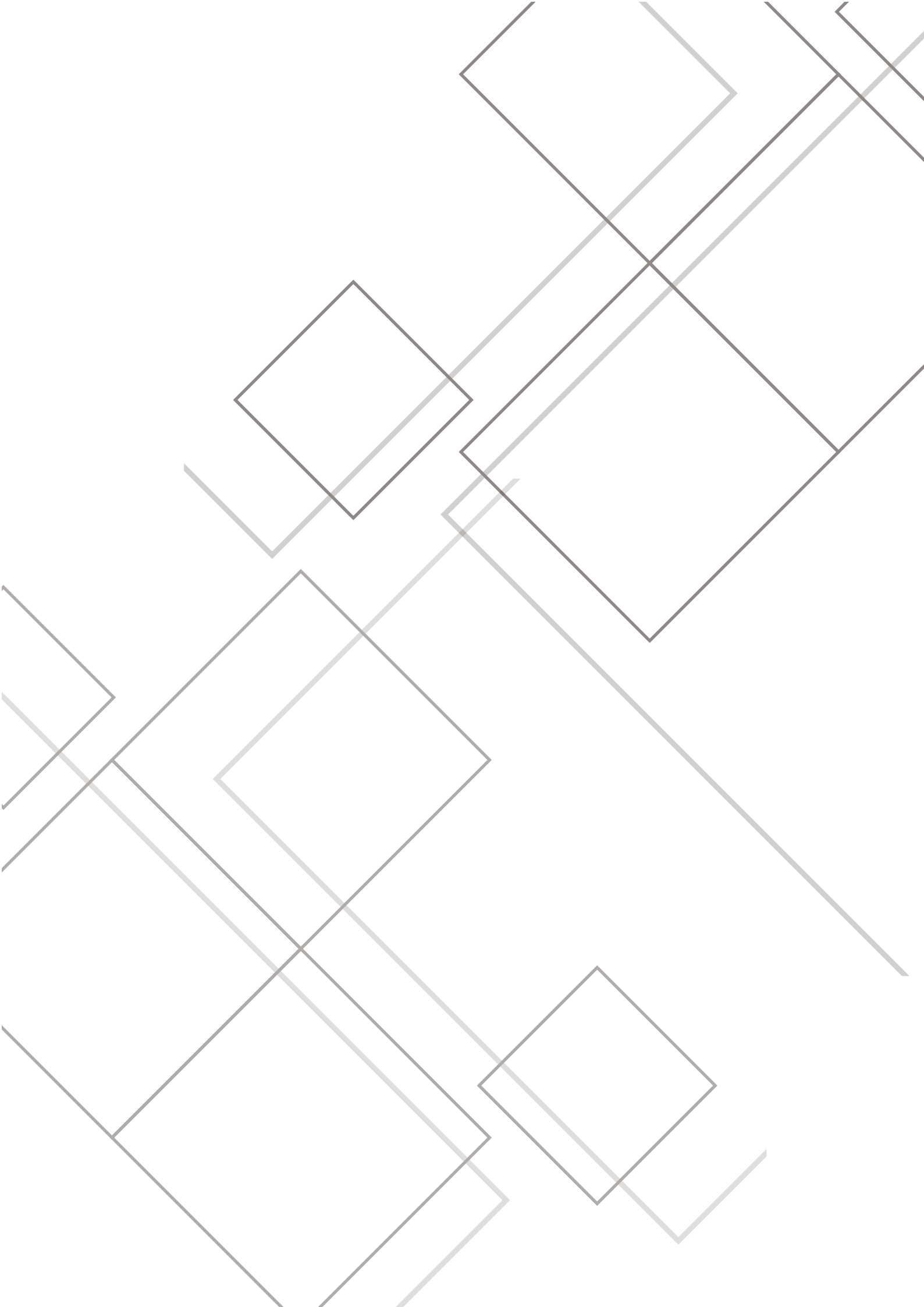
CONFLICT OF INTEREST

No potential competing interest was reported by the authors.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
This is an Open Access
article distributed
under the terms of the
Creative Commons
License Attribution-
NonCommercial-
NoDerivatives 4.0
International License.



RECEIVED IN: 10/JUNE/2020 | APPROVED IN: 22/JULY/2020



¿Hay una objetividad específica para la historia?

Is there a specific objectivity for history?

Rosa E. Belvedresi ^a

E-mail: rosabelvedresi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9769-0700> 

^a Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Filosofía, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

En este artículo nos proponemos realizar un análisis de la objetividad del conocimiento histórico atendiendo a sus especificidades como disciplina científica. Para ello, mostraremos que es insostenible la idea de objetividad absoluta y, en su lugar, propondremos el concepto de una objetividad situada. Esta objetividad tiene que ver con los criterios vigentes en una disciplina científica y con sus prácticas propias. Consideramos que el conocimiento histórico objetivo no niega la influencia de los sujetos en su producción y justificación, sino que procura atender a los efectos que esa interferencia pueda ocasionar. También veremos las conclusiones que pueden extraerse sobre la condición de sujetos que poseen los objetos del conocimiento histórico. Para nuestro análisis vamos a distinguir entre la objetividad que se refiere al comportamiento del sujeto que investiga (la historiadora) y la que se refiere al producto del conocimiento (las interpretaciones históricas). Finalmente, señalaremos que la objetividad es objeto de críticas y revisiones en los debates históricos.

PALABRAS CLAVE

Conocimiento histórico; Objetividad; Sujeto

ABSTRACT

This work focuses on the objectivity of historical knowledge, attending to the specificities of this scientific discipline. For this we will show that the idea of an absolute objectivity is unsustainable and propose a situated objectivity. Such objectivity has to do with the accepted criteria in a given scientific discipline and with its established practices. We will show that objective historical knowledge does not deny the influence of human subjects on its production and justification, but rather tries to attend to the effects that this interference may cause. We will also discuss the condition of human subjects that is characteristic of the objects of historical knowledge. For our analysis, we will distinguish between objectivity that refers to the behavior of the human subject who investigates (the historian) and what refers to the product of knowledge (historical interpretations). Finally, we will point out that objectivity may be subject to criticism and revision in historical debates.

KEYWORDS

Historical knowledge; Objectivity; Subject

Introducción: hablar de objetividad

En este trabajo nos concentraremos en el tema de la objetividad del conocimiento histórico, para lo cual intentaremos mostrar cuál es la forma más adecuada de abordarlo atendiendo a las especificidades de esa disciplina científica. En nuestra caracterización de la objetividad nos detendremos en sus dos modalidades básicas: aquella que se aplica al sujeto que investiga (la historiadora) y la que se refiere al producto del conocimiento resultado de esa investigación (las descripciones históricas).

Analizar la objetividad del conocimiento histórico obliga a revisar una de las grandes cuestiones de la epistemología: qué entendemos por conocimiento objetivo y cómo es posible conseguirlo. En una amplia formulación general, la objetividad puede entenderse como la característica que posee aquel conocimiento que da cuenta de la realidad. Definida de manera *absoluta*, la objetividad supone que no hay ninguna interferencia generada por el sujeto en el conocimiento producido (DASTON; GALISON 2007, p. 17). Así, una descripción objetiva nos diría lo que realmente es, tal y como realmente es, con independencia del sujeto que formule la descripción o de las condiciones en las que la genere. Habría aquí una estrecha vinculación entre objetividad y una noción de representación mimética en la medida en que una descripción objetiva sería aquella que se correspondería punto por punto con lo que ella describe. A ello se agrega también una pretensión realista según la cual el objeto de conocimiento existiría con independencia del sujeto que lo conoce, no siendo, por lo tanto, su creación. De ahí que el conocimiento objetivo versaría sobre un objeto real cuya naturaleza o existencia no se modificaría al ser conocido ni dependería de ello para existir (AGAZZI 2014, p. 54-5; KUUKKANEN 2015, p. 169).

Así formulada la objetividad nos pone frente a un conocimiento "sin sujeto" (POPPER 1974). Los sujetos descubrirían sus objetos (materiales o ideales) de conocimiento

y tratarían de formular descripciones fieles sobre ellos sirviéndose de herramientas lingüísticas y mentales. Pero, ¿podríamos nosotros asumir tal objetividad absoluta? Desde nuestra posición como sujetos, estamos involucrados en la producción de conocimiento y nos resulta imposible asumir una perspectiva como la del "ojo de Dios" (PUTNAM 2006). Hace falta una noción de objetividad algo más sofisticada para dar cuenta del conocimiento como un proceso que es el resultado de ciertos *comportamientos* de los sujetos inmersos en la actividad de conocer.

Un modo alternativo de tratar la objetividad sería ponerla en relación con la intersubjetividad. Antes que considerarlo como una descripción del mundo sin que medie la interferencia de los sujetos, el conocimiento objetivo sería aquel en el que los sujetos podrán estar de acuerdo porque su comprobación es posible para cualquiera que quiera realizarla (AGAZZI 2014, p. 57-8; KLIMOVSKY 1994, p. 50). Así, el dato del diámetro de la tierra es *objetivo* porque está *intersubjetivamente* justificado, puesto que cualquiera puede comprobarlo si dispone del conocimiento previo y el instrumental adecuado. Estas dos condiciones son vitales a la hora de entender la objetividad, dado que sitúan el concepto en el estado del conocimiento en determinado momento y en el uso del instrumental y los procedimientos aceptados por una disciplina científica (AGAZZI 2014, p. 333 y 410-411). Además, el desarrollo de algunas ramas de la ciencia (como la física cuántica) ha obligado a admitir que incluso la actividad misma de conocer puede provocar cambios en el objeto estudiado. Es decir, al intentar conocer, el sujeto interfiere de alguna manera con el objeto bajo estudio.

Lo antedicho nos lleva a pensar que, en lugar de una objetividad absoluta, sólo es posible pensar en términos de una objetividad *situada* y ello por las siguientes razones: en primer lugar, porque el conocimiento objetivo es tal sólo si se ajusta a los criterios vigentes en una disciplina científica determinada y resulta de aquellas prácticas que le son propias;

en segundo lugar, porque el conocimiento objetivo no niega la influencia de los sujetos en su producción y justificación, sino que procura atender a los efectos que esa interferencia pueda ocasionar. Sólo cuando se reconocen estas condiciones, la objetividad puede seguir funcionando como un ideal regulativo del conocimiento científico.

Aproximación preliminar al problema

El planteo general de la objetividad en las ciencias admite ciertas modulaciones particulares cuando abordamos el caso de las ciencias humanas y sociales y, en particular, de la historiografía. Las denominadas *Geisteswissenschaften* han reivindicado para sí la condición de ser “subjetivas”, lo que ha provocado muchas respuestas críticas, pues, ¿cómo podría hablarse de un conocimiento objetivo en este caso? (SCHUTZ 1974; para las críticas clásicas, ver ABEL 1964 y NAGEL 2006). Las “ciencias culturales” o “históricas” tendrían una metodología propia para dar cuenta de los fenómenos que estudian.

En un marco de expansión del positivismo, a comienzos del siglo XX, la historia ofrecía resistencia para adecuarse a un monismo metodológico que suponía la existencia de “hechos históricos” que podían ser explicados bajo la misma estructura lógica de las ciencias naturales. El énfasis en la tesis de que la historia sólo se ocupaba de acontecimientos únicos e irrepetibles o que concentraba su interés en individuos sin buscar las causas de lo sucedido ni pretender explicarlo hizo que se tomara la disciplina como el ejemplo que impugnaba la propuesta del monismo metodológico naturalista. Está claro que esa caracterización de la historia es, por lo menos, limitada. Nada impide que la historiadora formule conceptos generales, compare sucesos históricos en busca de semejanzas o establezca conexiones explicativas que puedan ser útiles para otros casos. Sin embargo, la caracterización de la historia como ciencia de lo individual fue usada para distinguirla de las ciencias naturales

(o de otras ciencias sociales que admitían un tratamiento experimental o estadístico, como la sociología o la psicología del siglo XIX).

Autores como Dilthey defendieron el carácter empírico de la historia y, por lo tanto, la exigencia de que se ajuste a los mismos principios que cualquier otro conocimiento empírico. Pero, advertía Dilthey, los fenómenos que estudiaba la historia no eran comparables a los de las ciencias naturales. El objeto del historiador eran manifestaciones vitales, es decir, productos humanos que poseían la doble característica de ser empíricamente constatables y, también, ser portadores de significados. Una interpretación adecuada de esos objetos requería de parte del historiador el despliegue de habilidades que no le eran requeridas al científico natural y que se derivaban de las formas elementales de la comprensión en la vida cotidiana (DILTHEY 1986). Podría argumentarse que un científico natural también puede estar interesado en el *significado* de los fenómenos que estudia. Por ejemplo, un químico puede preguntarse *qué significa* que suceda *x* (el cambio de color en un pedazo de papel) e intentar vincularlo con *y* (la presencia de determinada sustancia); así como un físico debe interpretar el significado del movimiento de una aguja en un instrumento. Pero no es esa la noción de significado que se pone en juego en la hermenéutica diltheyana, según la cual el significado de una manifestación vital (digamos, una pintura) resulta de la compleja interacción entre elementos psicológicos de la subjetividad del autor (sus intenciones, deseos, etc.) y aquellos que provienen del contexto (cultural y social) en el que la manifestación se produce.

En las ciencias sociales y humanas, científicos y objeto de estudio participan de la comunidad humana. Incluso cuando se trate de personas que pertenezcan a ámbitos culturales completamente distintos o estén separadas por siglos, todas comparten la experiencia de formar parte de un mundo socialmente articulado. Todas poseen la capacidad de producir

y entender significados culturales, de anticipar conductas de otras personas, de asignarles sentido y responder a él, de seguir pautas de comportamiento instituidas, etc.:

[s]i observamos un proceso natural, la cuestión de producir evaluaciones significativas ni siquiera se plantea; si observamos la historia, esto surge de modo compulsivo, no sólo a causa de su tema (seres conscientes que realizan evaluaciones) sino también porque el observador es por su misma naturaleza moral e intelectual, una criatura con esas compulsiones (THOMPSON 1981, p. 347).¹

Esta característica especial de las ciencias sociales y humanas involucra dos elementos adicionales a tener en cuenta para evaluar su objetividad. Primero, los investigadores en estas ciencias pueden involucrarse afectivamente con su objeto en la medida en que éste es otro ser humano (como veremos más adelante, no sólo pueden involucrarse afectivamente, sino que, en ciertos casos, *deben* hacerlo). Segundo, la condición humana del objeto también puede hacer que éste reaccione a la situación de conocimiento

En 1985, el historiador británico Daniel James estaba interesado en estudiar los orígenes del peronismo, para lo cual decidió investigar a quienes habían sido obreros de los frigoríficos de Berisso (una ciudad de la provincia de Buenos Aires, Argentina). Desde esa zona partieron muchos de los trabajadores que formaron parte de la masiva movilización popular del 17 de octubre de 1945 hacia la ciudad de Buenos Aires que pidió la liberación de Perón, preso por el gobierno militar, del cual había formado parte en sus comienzos. En su búsqueda de informantes que le proporcionaran datos y relatos de vivencias de esas circunstancias, James conoció a doña María, una mujer que había sido delegada en el frigorífico Swift. Al relatar su experiencia con ella, dice James: “yo había quedado *impresionado* por su claridad y su aparentemente buena memoria” (JAMES 1992, p. 8, cursivas agregadas). El historiador decide, finalmente, entrevistarla varias veces a lo

1 Mi traducción. En lo que sigue, todas las citas que provienen de obras indicadas en la bibliografía en idioma inglés, han sido vertidas al español por mí.

largo de nueve meses y, con el material que obtuvo en esos encuentros, elaboró su libro (JAMES 2004).

Si ahora vemos esa relación de conocimiento entre el investigador y la investigada desde el lado del objeto, doña María, se hará evidente cómo la situación de entrevista generó un contexto particular que afectó su comportamiento. Dice James: "Doña María me estaba diciendo y relatando la historia de su vida, reconstruyendo su pasado en una forma selectiva que podía, simultáneamente, *ser legítima para mí y tener sentido para ella misma*" (JAMES 1992, p. 9, cursivas agregadas). Es decir, James se da cuenta de que doña María buscaba de alguna manera su aprobación y de que su relato podría estar estructurado en una forma que apuntara más a legitimar su historia que a ser un simple recitado de los sucesos de los que había participado.

Lo que sucedió en las entrevistas que James le realizó a doña María podría decirse que se da en todas las investigaciones sociales que involucren comunidades actualmente existentes o individuos coetáneos con quienes la investigadora social interactúa. En esas condiciones, la situación de investigación genera conductas que no se producirían de otro modo. Las respuestas de un individuo en una entrevista o el comportamiento de quienes se saben filmados no serán espontáneos. Es probable que, incluso sin desearlo, busquen la aprobación de los investigadores, actuando de la manera en que, creen, se espera que lo hagan. Como lo muestra el ejemplo de doña María y su búsqueda de reconocimiento por parte del historiador, el conocimiento histórico, así como la sociología o la antropología cultural, también puede provocar modificaciones en su objeto. Esto habrá de ocurrir en aquellas modalidades del conocimiento histórico que no se concentran únicamente en el pasado lejano, que pueden abordar a partir de documentos o reliquias, sino también en un pasado reciente, del cual aún quedan personas vivas que pueden dar testimonio de lo sucedido. En estos casos, objeto y sujeto de conocimiento son contemporáneos.

Pero el conocimiento histórico también produce alteraciones en quienes consumen sus productos; muy especialmente en aquellas personas y comunidades que se piensan continuadoras o descendientes de otras que habitaron en el pasado objeto de estudio. De esta manera, por medio de la investigación histórica, los individuos actuales pueden llegar a reconocer sus vinculaciones con antecesores que antes ni siquiera reconocían como tales. Así, por ejemplo, al referirse a la denominada “historia desde abajo”, dice Sharpe que ella ofrece “el medio de restituir a ciertos grupos sociales una historia que podría haberse dado por perdida o de cuya existencia no eran conscientes” (SHARPE 1993, p. 55-56).

Un ejemplo

En 1999, una expedición de científicos internacionales descubrió tres momias en perfecto estado de conservación en el volcán del Lullailaco (noroeste de Argentina, cerca de la frontera con Chile). Las momias tienen una antigüedad estimada en 500 años y se preservan actualmente en el Museo de Alta Montaña de la provincia de Salta, en el cual se exponen de manera individual y rotativa bajo estrictas condiciones de conservación. Los investigadores hallaron los cuerpos momificados de un niño, una niña y una joven, bellamente vestidos, rodeados de objetos valiosos, que habían sido entregados como sacrificio en el marco de una ceremonia religiosa organizada por el Imperio Inca (CERUTI 2012, p. 98).

El descubrimiento de esos cuerpos humanos congelados confirma las teorías existentes sobre la práctica conocida como “capacocha”, en la cual se ofrendaban niños y objetos a los dioses en el marco de una compleja interrelación social y política (CERUTI 2003, MIGNONE 2015). Las momias fueron estudiadas de manera empírica con diversas técnicas provenientes de la medicina (estudios microbiológicos, odontológicos, radiológicos, etc.) y, complementariamente, con análisis sobre las telas con las que estaban vestidos y sobre la disposición espacial de los

cuerpos en relación con los otros objetos encontrados. Sin embargo, persisten otros interrogantes sobre las muertes de los niños que no pueden responderse sólo con estos estudios empíricos: ¿qué condiciones las rodearon?, ¿quiénes y cómo las provocaron?, ¿cómo eran las relaciones familiares y sociales que los condujeron a ese desenlace? y, finalmente, ¿cuál es el sentido de sus muertes en la cima de una montaña helada a la que habrían llegado luego de un largo viaje?

Esta práctica sacrificial parecerá cruel e, incluso, absurda a personas de nuestra época. Para salvar ese extrañamiento, los investigadores deben comprender el culto religioso de las culturas precolombinas que constituye el trasfondo de esas muertes y que podría explicarlas. El análisis de los restos y los utensilios encontrados hacen posible que los Incas puedan contar “su propia historia” y se develen aspectos de su vida cotidiana que de otro modo sólo serían abordados a partir de “fuentes escritas por cronistas españoles” (CERUTI 2012, p. 94), es decir, desde la perspectiva del conquistador blanco. Para lograr una interpretación objetiva de la muerte de estos jóvenes (cuyas causas naturales podrán determinarse clínicamente), debe entenderse el ceremonialismo inca, del cual esas muertes eran una parte fundamental. Debemos comprender estas prácticas sacrificiales en sus propios términos, evitando una lectura anacrónica o etnocéntrica. Para ello, es necesario rescatar aquellos aspectos de “la religiosidad precolombina que siguen siendo ignorados o negados sobre la base de prejuicios” (CERUTI 2012, p. 99). Los niños del Lulllaillaco, aunque hayan desaparecido siglos atrás, siguen siendo humanos y, por tanto, seres culturales que poseían creencias religiosas, formaban parte de una estructura social, se vinculaban a través de relaciones familiares. Es decir, eran sujetos activos enmarcados en sus propios contextos socioculturales. Como tales, podrán despertar en quienes los investigan sentimientos de simpatía, pues esos niños fueron considerados “mensajeros a los dioses”, condición que deberá ser “honrada con la verdad y el respeto que ellos merecen” (p. 99).

A diferencia del ejemplo de doña María, quien interactúa directamente con el investigador, en el caso de los niños puede argumentarse que el estudio de sus cuerpos momificados no impactaría en los grupos sociales originales, puesto que quienes realizaron las prácticas religiosas que los tuvieron como protagonistas ya no están vivos. Pero el descubrimiento y su posterior interpretación sí han modificado la comunidad actual, se trate tanto de los sobrevivientes de los grupos originarios como del resto de la población de la región. Acerca del efecto del descubrimiento sobre la comunidad, en opinión de una de las investigadoras que participó de la expedición: “es interesante considerar el sustancial impacto de las investigaciones sobre las momias infantiles del Lullaillaco en la valoración del aporte de las culturas andinas a la identidad salteña”, que, hasta entonces, sólo “se cimentaba en torno al legado hispano” (CERUTI 2012, p. 95-96). Según esta misma investigadora, el estudio de las momias habría jugado una “parte fundamental” en “los procesos de re-construcción de la identidad indígena ocurridos en el noroeste de Argentina durante la última década” (CERUTI 2012, p. 97).

Ahora, si consideramos el estudio de los niños momificados desde la perspectiva de quienes se sienten sucesores de la cultura a la que pertenecían, también puede verificarse que el mismo tiene un efecto en ellos, en quienes ha generado, por ejemplo, reacciones críticas. Las comunidades originarias vinculan el hallazgo y la exhibición de las momias a su inserción marginal en la sociedad actual y consideran que su identidad cultural no es respetada en la medida en que las momias (que reclaman como propias) son expuestas sin contar con su acuerdo. Por este motivo, las comunidades originarias de Salta han exigido la restitución de los niños momificados y demandado la prohibición de su exhibición. Este caso se inserta en el movimiento mayor de pedidos de restitución de los restos que se exhiben como reliquias en museos de Argentina, encabezados por diversas comunidades originarias. Ello ha motivado la devolución de muchos de esos restos, en el marco del respeto a la diversidad cultural, consagrada en la

Constitución Nacional (artículo 75, inciso 17).² Como este caso muestra, el estudio de los niños momificados reverbera en el presente de los investigadores, la sociedad local y nacional y las comunidades originarias sin que la distancia de 500 años parezca ser relevante.

Desde un punto de vista que podemos calificar laxamente como “naturalista” (por cuanto toma como modelo de conocimiento a las ciencias naturales), las momias descubiertas pueden ser estudiadas empíricamente por la biología, la arqueología, la física o la química. Pero si este punto de vista fuera exclusivo, se perdería el *sentido* que pudo revestir la práctica de exponer a estos niños a las extremas condiciones climáticas que provocaron su muerte. La interpretación del hecho requiere el despliegue de técnicas de estudio y de interpretación que son propias de la disciplina histórica. Ahora bien, ¿cuándo podríamos decir que la historia nos ha provisto de una interpretación “objetiva” del suceso que se pretende entender?

La objetividad en la ciencia histórica

Antes de intentar responder a la pregunta que hemos dejado planteada al final del párrafo anterior, debemos explicitar los dos sentidos en que puede entenderse el término “interpretación”. En un sentido *general*, “interpretación” refiere a la búsqueda de significado que vuelva comprensible un elemento empírico, sea éste un texto, una pieza de arcilla, un hueso, o también el resto material de un proceso natural (fósiles), la evidencia empírica de la ocurrencia de un fenómeno determinado (cenizas), una imagen o sonido en un aparato, etc. En un sentido *específico*, “interpretación” designa el producto de la tarea que la historiadora realiza al intentar dar cuenta del pasado. El sentido general será común a las ciencias sociales y a las naturales, pues éstas también tratan de interpretar (por ejemplo, el patrón que muestra una imagen para determinar el comportamiento de la luz). Pero el sentido específico es propio de la historia científica. Por “interpretación” vamos

2 La cuestión de la restitución de restos excede el marco de este trabajo. Para una descripción general del marco legal de este y otros casos en Argentina, véase (COSMAI; FOLGUERA; OUTOMURO 2013).

a entender, en este segundo sentido, la producción de una descripción explicativa que da cuenta de una parte del pasado. Así entendida, la interpretación puede contener, también, una explicación, pues guía la forma en la que algo puede ser explicado. Así, si se interpreta un determinado evento del pasado como una “revolución”, la explicación que se pueda proveer de él dará cuenta del cambio radical de las instituciones políticas, identificará a determinados actores sociales como agentes revolucionarios y establecerá el contexto contra el cual esos agentes reaccionaron.

Como toda forma de conocimiento, la historia tiene pretensión de objetividad. Al comienzo de este trabajo planteamos y fundamentamos que la objetividad sólo podía ser *situada* (por oposición a *absoluta*). Retomando los análisis de Megill, podemos decir que la historia se propone una forma de objetividad “disciplinaria”: “[l]a objetividad disciplinaria pone el énfasis en criterios de juicio que no son universales, sino particulares [...] se refiere a la pretensión que tienen los practicantes de una disciplina en particular sobre la autoridad que poseen en su área de competencia” (MEGILL 2007, p. 117-118). Tamm agrega: “la idea de objetividad disciplinaria es pragmática por naturaleza” (TAMM 2014, p. 280). Según Kuukkanen, la objetividad en la ciencia histórica está asociada al “ideal que las comunidades científicas deben tratar de alcanzar”, ideal que se expresa en “actos de habla racionales y argumentativos” (KUUKKANEN 2015, p. 195 y 192). En todos estos casos, la objetividad de la historia científica está fuertemente asociada a los cánones de argumentación, al trabajo con las pruebas y a la formulación de textos, criterios todos ellos que valen en cuanto son aceptados por la comunidad de expertos. Daston señala que la objetividad comienza a ser un elemento central del método histórico hacia mitad del siglo XIX, momento en que el famoso pasaje I.22 de Tucídides (sobre el tratamiento de los discursos) se transforma en objeto de atención y discusión (DASTON 2007, p. 33-36). Para entender cómo funciona la objetividad en el conocimiento histórico, nos parece

necesario proponer un doble sentido de este concepto según se aplique al conocimiento producido o al comportamiento de la historiadora.

Los *productos* del conocimiento histórico de los cuales puede predicarse su objetividad son aquellas interpretaciones que se expresan en una obra histórica. La obra histórica es un artefacto lingüístico que, en general, se estructura como una narración, es decir, posee comienzo, medio y final. La vinculación entre narración e historiografía se puso de manifiesto en la Modernidad. Como lo señala Koselleck al analizar el surgimiento y expansión del término *Geschichte*, a la historia se le pidió cada vez más una estructura narrativa (KOSELLECK 2006). La tesis generalmente aceptada es la de que el surgimiento de la historia narrativa está estrechamente vinculado con el origen del Estado. Según Hegel, la historia "objetiva" surge en aquellas comunidades que han constituido un Estado, el cual, simultáneamente, se transforma en el tema de las narraciones históricas (HEGEL 1975). Como señala Lorenz: "el discurso de la historia 'objetiva' y el discurso del Estado/nación estuvieron íntimamente conectados desde la segunda mitad del siglo XIX" (LORENZ 2015, p. 215). La idea de que el carácter narrativo es inherente al conocimiento histórico ha sido cuestionada por algunas corrientes que han propuesto modelos alternativos de escritura para la presentación de las interpretaciones. El caso paradigmático lo constituye la Escuela de *Annales*. Para nuestra argumentación, no es una cuestión central si el conocimiento histórico debe necesariamente poseer una estructura narrativa, por lo que no nos ocuparemos de ella.

En lo que sigue, nos resultará útil retomar el concepto que Danto propone de las que denomina "estructuras temporales". Éstas permiten a la historiadora vincular diversos eventos bajo una misma definición ("Renacimiento" sería un buen ejemplo de estructura temporal en cuanto cubre muchos eventos de distinta categoría que ocurrieron durante un período de tiempo). Esas estructuras temporales son el resultado de las decisiones teóricas que toman los historiadores y es a partir

de ellas que se recorta el universo de las explicaciones que podrán ser admisibles (DANTO 1985). Podemos ahora recurrir a un argumento clásico para justificar este papel activo de la historiadora: el pasado *como tal* no es ya un objeto existente, lo que podemos conocer sobre él es el resultado de los restos que hallemos y de los modos en que los interpretemos. No habría forma por medio de la cual la historiadora podría chequear sus interpretaciones contra el “pasado mismo” de manera que le permitiera determinar cuán objetivas son.

Es evidente el impacto que esas afirmaciones tienen sobre la posibilidad de la objetividad en la historia en la medida en que el objeto de la investigación no parece poder postularse de manera independiente de la investigación misma. Podría decirse que la propia investigación lo constituye. Una posición como ésta es la sostenida por Hayden White, para quien las narraciones históricas le adjudican al pasado una estructura que, en verdad, no posee. Antes que mostrar “el pasado tal cual es”, la narración histórica le provee de un orden que, dice White, sólo poseen nuestros sueños (WHITE 1992). En consecuencia, los acontecimientos históricos no serían eventos discretos de la realidad pasada, objeto de las interpretaciones históricas, sino una abstracción del contenido de las oraciones que componen la narración. Tal es la definición que propone Ankersmit de las que denomina “sustancias narrativas”, de modo tal que los textos históricos versarían sobre esas sustancias narrativas que sólo existen en un mundo lingüístico (ANKERSMIT 1983, p. 28).

Para salvar los riesgos de idealismo lingüístico que parecen acechar hace falta recurrir al concepto de “prueba histórica”, mediante el cual podemos referirnos a aquellos elementos empíricos sobre los que trabaja la historiadora. Se trata de los restos materiales del pasado (piedras talladas, textos, partes de una urna funeraria, ropa, huesos, etc.), cuya interpretación se expresa en una descripción explicativa del pasado que dejó esos restos. Retomando el clásico y aún inspirador análisis realizado por R. G. Collingwood diríamos con él que la historia se

ocupa de estudiar eventos “inaccesibles a nuestra observación y estudiarlos inferencialmente, abriéndonos paso hasta ellos a partir de algo accesible a nuestra observación y que el historiador llama ‘prueba histórica’” (COLLINGWOOD 1982, p. 244).³ También dice Ginzburg que los historiadores “nunca toman una aproximación directa a la realidad. Su trabajo es necesariamente inferencial” (GINZBURG 1991, p. 295).

El trabajo de la historiadora es, entonces, interpretar los restos históricos (todo aquel material empírico que le pueda servir de prueba) a través de la propuesta de hipótesis acerca de su finalidad, sentido o propósito. Los transforma, así, en las pruebas históricas sobre las que basa la interpretación que habrá de expresar lingüísticamente. Podríamos decir que la obra histórica constituye una interpretación de doble espesor. Contiene un primer nivel de interpretación, dirigido a los restos históricos que constituye como pruebas; y un segundo nivel que da cuenta del pasado del cual provienen esos restos.

La interpretación de la prueba nunca se da de manera aislada, sino que surge de las posibles relaciones que esa prueba pueda tener con otras. Es, así, un eslabón en un conjunto de interpretaciones con las que establece múltiples relaciones en la búsqueda de dar cuenta del pasado. Una tablilla de arcilla con ciertas marcas sobre ella puede interpretarse como una pieza que contiene una forma de escritura, la que, a su vez, puede interpretarse como la formulación de un problema matemático, el cual hay que entender para volver razonable la solución que se sugiere en la tablilla. Se da una compleja interacción entre información empírica (la antigüedad de la tablilla, los materiales de los que está compuesta) y conocimientos de una escritura antigua, además de un conocimiento específico de matemática y sobre la propia cultura a la que la tablilla pertenece.⁴

Proponemos ahora señalar cuáles son los rasgos de una interpretación para ser considerada *objetiva*. En primer lugar, la interpretación de la prueba histórica disponible debe ajustarse a los siguientes requisitos: incluye la información relevante para el caso en estudio, es coherente con la información ya disponible

3 Hemos modificado la traducción española: Collingwood utiliza el término “evidencia”, que nos parece más adecuado verter como “prueba histórica”.

4 Debo este ejemplo a Sandra Visokolskis.

y aceptada y, en caso de contradecirla, permite formular mejores respuestas que otras interpretaciones posibles. En segundo lugar, como la interpretación de la prueba se incluye en la obra histórica, que es, a la vez, una interpretación de un evento o parte del pasado, la obra histórica será objetiva en cuanto exprese de manera legible y coherente su respuesta a la pregunta que se propone responder acerca de qué fue lo que ocurrió.

Es necesario formular todavía una aclaración: la prueba histórica lo es con relación a una interpretación, por lo que se presenta un vínculo circular entre ambas, pues es la interpretación la que anticipa qué puede servir de prueba. Cierta elemento empírico puede ser considerado como resto histórico a interpretar según alguna idea preliminar de la interpretación que lo volverá significativo. Volviendo a Collingwood: "hasta que se haya planteado una pregunta, no hay prueba histórica para ella" (COLLINGWOOD 1994, p. 486). También: "el único conocimiento que la historiadora reclama es el conocimiento de la respuesta que la prueba histórica en su posesión da a la pregunta que está planteando. Y la pregunta es ella misma relativa a la prueba histórica, como la prueba histórica lo es a la pregunta".⁵

5 Estas citas provienen del manuscrito "Lectures on the Philosophy of History", de 1928, incluido en (COLLINGWOOD 1994).

Como dijimos más arriba, la obra histórica condensa una doble interpretación, la de la prueba histórica y la del pasado del cual es prueba. Se trata de dos niveles de interpretación imbricados, pues uno guía al otro, del mismo modo en que ciertos supuestos teóricos guían la búsqueda y lectura de los datos en las ciencias naturales. Llegados hasta aquí, la objetividad que proponemos supone pensar la dependencia conceptual de la prueba histórica (empírica) respecto de la interpretación (teórica). Por si hace falta, aclaramos que la historiadora no *crea* ni *inventa* sus pruebas históricas. Lo que queremos remarcar es la estrecha dependencia entre un elemento empírico determinado que es tomado como prueba histórica y el marco de interpretación que puede "verlo" como tal. Hacemos hincapié en que la objetividad, antes que una característica

de un contenido del conocimiento tomado aisladamente, es aquella que se puede determinar en comparación con otros conocimientos que constituyen el trasfondo de la disciplina histórica.

Habíamos señalado un segundo sentido de la objetividad para hablar del *comportamiento* de la historiadora. Diremos que su comportamiento es objetivo cuando se ajusta a los siguientes requisitos: exhibe las pruebas históricas en las que basa su interpretación, explicita sus hipótesis, expone la cadena de razonamientos que la llevaron a concluir en su interpretación y está abierta a las críticas que se le pueden proponer. Se trata de un comportamiento pasible de ser considerado científico de acuerdo con las reglas propias de la disciplina histórica con relación al trabajo con la evidencia y a los resultados esperables en el marco de una investigación historiográfica (BEVIR 1994; KUUKKANEN 2015, p. 194). El comportamiento objetivo de una historiadora se mide en el contexto de la práctica de la historia científica aceptada para exponer y justificar los resultados de la investigación. Nos parece adecuado, también, agregar dos criterios adicionales: la disposición de la historiadora a considerar la evidencia disponible como provisoria y la toma de conciencia de que los cánones de la disciplina reproducen en medida importante los modelos de interpretación disponibles en su contexto contemporáneo.

Si consideramos ahora bajo esta nueva luz nuestro ejemplo de las momias del Lullailaco, veremos que es posible interpretar de manera objetiva –según los dos sentidos aquí presentados– qué sucedió con esos niños. En primer lugar, los cuerpos y demás elementos empíricos hallados se vuelven comprensibles si se los considera en el marco de la práctica social de la “capacocha”, propia del contexto histórico en el que ocurrieron las muertes de los niños. En la medida en que esa práctica es conocida por la comunidad de expertos y es aceptable la explicación según la cual esas muertes son una consecuencia de ella, se garantiza una interpretación objetiva de por qué había momias en ese lugar de la montaña; aunque no se trate de la única explicación

ni necesariamente de la última. Desde el punto de vista del comportamiento de la historiadora, podremos considerarlo objetivo en la medida en que se ajuste a los parámetros de la práctica histórica y arqueológica tal como se acepta en la actualidad. La historiadora deberá mostrar que incluye en su explicación toda la prueba histórica relevante (los elementos hallados en las tumbas), que no deja fuera de su explicación otros elementos que son conocidos y aceptados (las pruebas que documentan que la práctica de la “capacocha” involucraba fundamentalmente a niños y jóvenes, los registros que dan cuenta de que se trataba de una práctica social común en el Imperio Inca, asociada a una compleja red de reconocimiento social, etc.). Y, finalmente, puede proveer una explicación que es consistente con el conocimiento aceptado sobre la vida social y religiosa de los pueblos originarios (o bien, si lo contradice, puede proporcionar una mejor explicación).

La objetividad es, así, un logro colectivo de la comunidad de historiadores a partir de prácticas reconocidas y admitidas como constitutivas de esa comunidad en la producción de un conocimiento que se admite como válido según sus condiciones de generación y justificación. El contexto de una práctica científica no es autónomo del marco social mayor en el que se inserta, de ahí que hayamos agregado los dos últimos requisitos.

Esta idea de objetividad es deudora en medida importante de la noción de consenso, puesto que las prácticas —y los conocimientos que ellas producen— son consideradas objetivas en relación con lo aceptado por una comunidad en un momento determinado del desarrollo de una disciplina, lo que Agazzi denomina el “*a priori* histórico de la ciencia” (AGAZZI 2014, p. 313-319). Ahora bien, ese consenso no se mantiene incólume: puede mostrar grietas y ser objeto de críticas. Entonces, ¿qué ocurre cuando se generan rupturas en el consenso y se denuncia la existencia de un sesgo que limita la investigación detrás del ideal de objetividad admitido? Las discusiones acerca de qué prueba aceptar, cómo “leerla”, qué hipótesis se ponen en

juego y, finalmente, cómo se garantiza que una interpretación propuesta sea “objetiva” en los sentidos indicados en este trabajo no son una situación excepcional en la historia. Más bien lo contrario. En lo que sigue, trataremos de mostrar por qué nuestra definición de objetividad (como objetividad situada que se refiere al conocimiento y al comportamiento de los investigadores) permite dar cuenta de los aspectos más propios de la disciplina histórica.

Objetividad: ¿qué objetividad?

Las rupturas que se han producido en la hegemonía de una historiografía narrativa de corte documentalista y enfocada en el estudio de los fenómenos políticos han traído aparejada una discusión acerca de cómo se fundamenta el conocimiento histórico y cuándo puede decirse que se produce un conocimiento de calidad acerca del pasado. Más allá de las críticas que algunas corrientes historiográficas le formularon a la historia tradicional, ellas no están dispuestas a abandonar el ideal de objetividad como una exigencia a la que debe ajustarse tanto el resultado del trabajo histórico —las interpretaciones sobre el pasado— como el comportamiento de los historiadores. Más bien han procurado re-definirlo. Entre las (numerosas) corrientes críticas a la historia tradicional, podemos ubicar a la mencionada Escuela de *Annales* y también a la historia social, a las historiografías feminista y decolonialista, entre otras (BURKE 1993, SPIEGEL 2006).

El énfasis en que la historia se concentra en un estudio desapasionado de sus “fuentes” produce lo que D. LaCapra ha caracterizado como “objetificación”, es decir, un abordaje de los hechos que vacía de elementos subjetivos al objeto de estudio e ignora el compromiso afectivo del historiador con él. Compromiso que será inevitable y necesario cuando se aborden ciertos acontecimientos históricos. A diferencia de la objetividad, esta posición se concentra solo en la contrastación empírica de datos y supone una separación completa entre quien realiza la investigación y su objeto de estudio, que

es otro sujeto. Este abordaje es particularmente ineficaz cuando se propone estudiar los denominados acontecimientos traumáticos y, en el fondo, es pseudo-objetiva, pues pasa por alto un elemento definitorio del objeto del conocimiento histórico: su condición de sujeto (LACAPRA 2005, p. 117). En esa perspectiva objetificante puede identificarse la operación de una metáfora:

tan seductora para la mente académica de un observador extrahistórico que examinara la historia como si fuera un fenómeno no humano, [esa metáfora] es errónea. Podemos orientarnos hacia la objetividad, pero no podemos orientarnos hacia una objetividad inter-estelar, extra-humana, que sería extra-sensorial, extra-moral y extra-racional (THOMPSON 1981, p. 347).

Como también señala LaCapra, esta perspectiva objetificadora está asociada a cierta "insensibilidad" que pasa por alto "las situaciones imposibles" en las que muchas veces los agentes históricos están situados (LACAPRA 2005, p. 117). Una historia de la esclavitud puede escribirse considerándose sólo sus características de fenómeno económico (en un sentido liberal o materialista). Pero, al hacerlo, perderemos de vista las dimensiones subjetivas de la experiencia de la esclavitud y, además, perderemos de vista el carácter de agentes de aquellos sometidos a la esclavitud, es decir, su condición de seres activos, sujetos de padecimientos y también generadores de alternativas.

No estamos defendiendo una historiografía basada exclusivamente en los agentes históricos, que transformaría el pasado en una empresa voluntarista. Lo que intentamos señalar es que la condición de agentes de quienes habitaron el pasado es un elemento central de su reconocimiento como sujetos. Incluso quienes soportaron condiciones de extrema restricción a sus capacidades de actuar podrán seguir siendo agentes históricos que buscaron resistir a las situaciones deshumanizantes en las que se vieron envueltos. Piénsese

en el caso de los prisioneros de un campo de concentración, hasta en esas condiciones, algunos de ellos fueron capaces de llevar adelante algún tipo de acción, como intercambiar objetos, organizar una tarea o compartir una ración. Dice Levi, rememorando su experiencia después de su primera semana en Auschwitz: "sabemos ahora que no es lo mismo recibir un cucharón de sopa de la superficie que del fondo del caldero y ya estamos en condiciones de calcular, basándonos en la capacidad de los distintos calderos, cuál es el sitio más conveniente al que aspirar cuando hay que hacer la cola" (LEVI 2005, p. 55). Y al recordar las enseñanzas de otro prisionero: "porque el *Lager* es una gran máquina para convertirnos en animales, nosotros no debemos convertirnos en animales; que aun en este sitio se debe sobrevivir, para contarlo, para dar testimonio; y que para vivir es importante esforzarse por salvar al menos el esqueleto, la armazón, la forma de la civilización" (p. 64). De esta manera, vemos en Levi, según señala LaCapra, "el arduo proceso" de pasar de "víctima" a "sobreviviente y agente" y no sólo el residuo biológico de una máquina de destrucción (LACAPRA 2006, p.235).⁶

Una interpretación histórica que no recoja esos esfuerzos de los agentes históricos sería claramente limitada y su objetividad, dudosa. Las condiciones humanas de los personajes históricos, sus circunstancias materiales, sus modos de experimentarlas, su condición de género o de clase, sus agencias, entre muchos otros elementos, conforman dimensiones del complejo objeto del conocimiento histórico. La historiadora puede interesarse sólo en una parte del pasado o en algunas de sus dimensiones, pero ese recorte no supone la negación de aquellos otros que no constituyen el foco de su interés. Además, ese recorte debe justificarse en la medida en que es una decisión teórica y, por lo tanto, debe ajustarse a los requisitos que hemos indicado para poder caracterizar el comportamiento de la historiadora como objetivo. Nos parece adecuado repensar aquí el "postulado de adecuación" que planteaba Schutz, retomando a Weber, cuyo cumplimiento habría de garantizar "la compatibilidad de las construcciones del científico social [en nuestro caso, la

6 Como sería el caso en el análisis de Agamben sobre la figura del "musulmán", a cuya crítica se dirige el texto de LaCapra.

historiadora] con las de la experiencia de sentido común de la realidad social” (SCHUTZ 1974, p. 68). Habremos de entender este postulado como una indicación de que las interpretaciones y explicaciones propuestas no sólo satisfagan los requisitos de adecuación a la información empírica disponible, sino que salvaguarden el carácter activo (en la medida adecuada según las circunstancias) de los agentes históricos involucrados.

Conclusión

¿Por qué es valiosa la objetividad en la historia? En relación con la historiadora, porque, si su comportamiento es objetivo, puede garantizar que las conclusiones que presenta no derivan de sus preferencias personales, sino que son el resultado de un método de trabajo que puede ser replicado de manera independiente por otros a partir de la información disponible. Un comportamiento objetivo será, entonces, un comportamiento virtuoso en términos epistémicos, por contraposición a un comportamiento incorrecto, desleal o tramposo (DASTON; GALISON 2007, DASTON 2014). Y en relación con el conocimiento, porque, cuando éste es objetivo, provee información sobre su objeto de análisis que podrá probarse como correcta bajo las condiciones en las que se generó, aunque pueda ser falible considerada en otro momento o desde otra perspectiva teórica.

A modo de cierre, podríamos decir que la historia objetiva es mejor que la que no lo es porque nos permite revisar nuestra propia incidencia como investigadores en el objeto de estudio. Mediante el intercambio permanente con otros, la apertura a revisar nuestras interpretaciones de las pruebas históricas y la aceptación de nuevas pruebas o la reformulación de las antiguas, intentamos que nuestras explicaciones y descripciones del pasado no sean simples reflejos de nuestros condicionamientos sociales y culturales o de nuestras preferencias. A la vez, tenemos claro que la investigación histórica trata con objetos que no están dados de una vez y para siempre, sino que dependen de los puntos de vista con los cuales los abordamos.

Rechazar el conocimiento histórico porque no admite una objetividad *absoluta* (quimérica, pues sería sin sujeto, sin condiciones, atemporal) significaría también el rechazo de lo que hemos logrado saber efectivamente sobre el pasado, que es cada vez más y mejor. Y, como el campesino que aguardaba la autorización del guardián en el cuento kafkiano, envejeceríamos mientras esperamos aquello que nunca vamos a lograr.

REFERENCIAS

AGAZZI, Evandro. **Scientific Objectivity and Its Contexts**. London: Springer, 2014.

ABEL, Theodore. La operación llamada Verstehen. *In*: HOROWITZ, IrvingLouis. (ed.) **Historia y elementos de la sociología del conocimiento**. Traducción de Noemí Rosenblatt. Buenos Aires: Eudeba, 1964. p.185-196.

ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic**. A Semantic Analysis of the Historian's Language. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.

BEVIR, Mark. Objectivity in History. **History and Theory**, v. 33, n. 3, p. 328-344, 1994. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/2505477?origin=JSTOR-pdf&seq=1>. Consultado el: 6 mayo 2019.

CERUTI, María Constanza. Elegidos de los Dioses: identidad y estatus en las víctimas sacrificiales del volcán Lullailaco, **Boletín de Arqueología**, PUCP, n° 7, p.263-275, 2003. Disponible en: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/boletindearqueologia/article/view/1993>. Consultado el: 4 abr. 2020.

CERUTI, María Constanza. Los niños del Lullailaco y otras momias andinas: salud, folclore, identidad. **Scripta Ethnologica**, v. XXXIV, p.89-104, 2012. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14828711005>. Consultado el: 15 ago. 2019.

COLLINGWOOD, Robin. G. **Idea de la historia**. Traducción de Edmundo O'Gorman y Jorge Hernández Campos. México: FCE, 1982.

COLLINGWOOD, Robin. G. Outlines of a Philosophy of History [1928]. *In*: COLLINGWOOD, Robin. **The Idea of History**, edición revisada por Jan Van der Dussen. Oxford, New York: Oxford University Press, 1994. p.437-496.

COSMAI, Natalia P., FOLGUERA, Guillermo y OUTOMURO, Delia. Restitución, repatriación y normativa ética y legal en el manejo de restos humanos aborígenes en Argentina, **Acta Bioethica**. v. 19, n. 1, p. 19-27, 2013. Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2013000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Consultado: 18 mar. 2020.

DANTO, Arthur. **Analytical Philosophy of History**. New York: Columbia University Press, 1985.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. **Objectivity**, New York: Zone Books, 2007.

DASTON, Lorraine. Objectivity and Impartiality: Epistemic Virtues in the Humanities. *In*: BOD, Rens, MAAT, Jaap & WESTSTEIJN, Thijs. (eds.), **The Making of the Humanities**, vol. III, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014. p. 27-42.

DILTHEY, Wilhelm. **Crítica de la razón histórica**. Traducción de Caros Moya Espí, edición de Hans Ulrich Lessing. Barcelona: Península, 1986.

GINZBURG, Carlo. Checking the Evidence: The Judge and the Historian. *In*: GINZBURG, Carlo. **Questions of Evidence**. Proof, Practice and Persuasion across the Disciplines. Chicago & Londres: University of Chicago Press, 1991. p.290-303.

HEGEL, Georg W.F. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Traducción de José Gaos. Madrid: Alianza Universidad, 1975.

JAMES, Daniel. Historias contadas en los márgenes. La vida de Doña María: Historia oral y problemática de géneros, **Entrepasados**. Revista de historia, año II, nº 3, p.7-24, 1992.

JAMES, Daniel. **Doña María**. Historia de vida, memoria e identidad política. Buenos Aires: Manantial, 2004.

KLIMOVSKY, Gregorio. **Las desventuras del conocimiento científico**. Una introducción a la epistemología. Buenos Aires: A-Z editora, 1994.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. **Postnarrativist Philosophy of Historiography**. New York: Palgrave MacMillan, 2015.

KOSELLECK, Reinhardt. **Historia/historia**. Traducido por Antonio Gómez Ramos. Madrid: Trotta, 2006.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Traducción de Elena Marengo. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 2005.

LACAPRA, Dominick. Sobre el acontecimiento límite: una interpelación a Agamben. *In*: LACAPRA, Dominick. **Historia en tránsito**. Traducción de Teresa Arijón. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. p. 195-259.

LEVI, Primo. Si esto es un hombre. *In*: LEVI, Primo. **Trilogía de Auschwitz**. Traducción de Pilar Gómez Bedate. Barcelona: El Aleph, 2005. p. 31-245.

LORENZ, Chris. Despegado del tiempo. O la repentina presencia del pasado. *In*: LORENZ, Chris. **Entre filosofía e historia**, vol. 1. Traducción de Omar Acha. Buenos Aires: Prometeo Editorial, 2015. p. 207-250.

MEGILL, Alan. **Historical Knowledge. Historical Error: A Contemporary Guide to Practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

MIGNONE, Pablo. Illas y Allicac. La Capacocha del Lullaillaco y los mecanismos de ascenso social de los "Inkas de privilegio". **Boletín del Museo Chileno de Arte Precolombino**, v. 20, n. 2, p. 69-87, 2015. Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-68942015000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Consultado el: 15 ago. 2019.

NAGEL, Ernest. Problemas metodológicos de las ciencias sociales. *In*: NAGEL, Ernest. **La estructura de la ciencia**. Problemas de la lógica de la investigación científica. Traducción de Néstor Míguez. Barcelona: Paidós, 2006. p. 581-652.

POPPER, Karl. Epistemología sin sujeto cognoscente. *In*: POPPER, Karl. **Conocimiento objetivo**. Traducción de Carlos Solís Santos. Madrid: Tecnos, 1974. p. 106-146.

PUTNAM, Hilary. **Razón, verdad e historia**. Traducción de José Miguel Esteban Cloquell. Madrid: Tecnos, 2006.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Traducción de Néstor Míguez. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.

SHARPE, Jim. Historia desde abajo. *In*: BURKE, Peter. (ed.) **Formas de hacer historia**. Traducción de José Luis Gil Aristu, Madrid: Alianza Universidad, 1993. p. 38-58.

SPIEGEL, Gabrielle. La historia de la práctica: nuevas tendencias en historia tras el giro lingüístico, **Ayer**, 62, p. 19-50, 2006. Disponible en: http://revistaayer.com/sites/default/files/articulos/62-1-ayer62_MasAllaHistoriaSocial_Cabrera.pdf. Consultado: 18 junio 2019.

TAMM, Marek. Truth, Objectivity and Evidence in History Writing. **Journal of the Philosophy of History**, v. 8, n. 2, p.265-290, 2014. Disponible en: <http://www.culturahistorica.es/tamm/truth.pdf>. Consultado el: 3 oct. 2019.

THOMPSON, Edward P. An Open Letter to Leszek Kolakowski.
In: THOMPSON, Edward P. **The Poverty of Theory and Other Essays**, London: Merlin Press, 1981. p. 303-402.

WHITE, Hayden. El valor de la narrativa en la representación de la realidad. *In*: WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**. Narrativa, discurso y representación histórica. Traducción de Jorge Vigil Rubio. Barcelona: Paidós, 1992. p. 17-39.

NOTA DEL AUTOR

Rosa E. Belvedresi

rosabelvedresi@gmail.com
Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
Universidad Nacional de La Plata
La Plata
Buenos Aires
Argentina

DIRECCIÓN POSTAL

Rosa E. Belvedresi
Universidad Nacional de La Plata
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación
Calle 51 e/ 124 y 125
(1925) Ensenada
Buenos Aires - Argentina

AGRADECIMIENTOS

Una versión muy preliminar de este trabajo fue leída en las XXX Jornadas de Epistemología e historia de la Ciencia (Córdoba, Argentina, 2019). Agradezco las sugerencias que recibí de quienes forman parte de mi equipo de investigación en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata.

FINANCIACIÓN

No se declaró financiación.

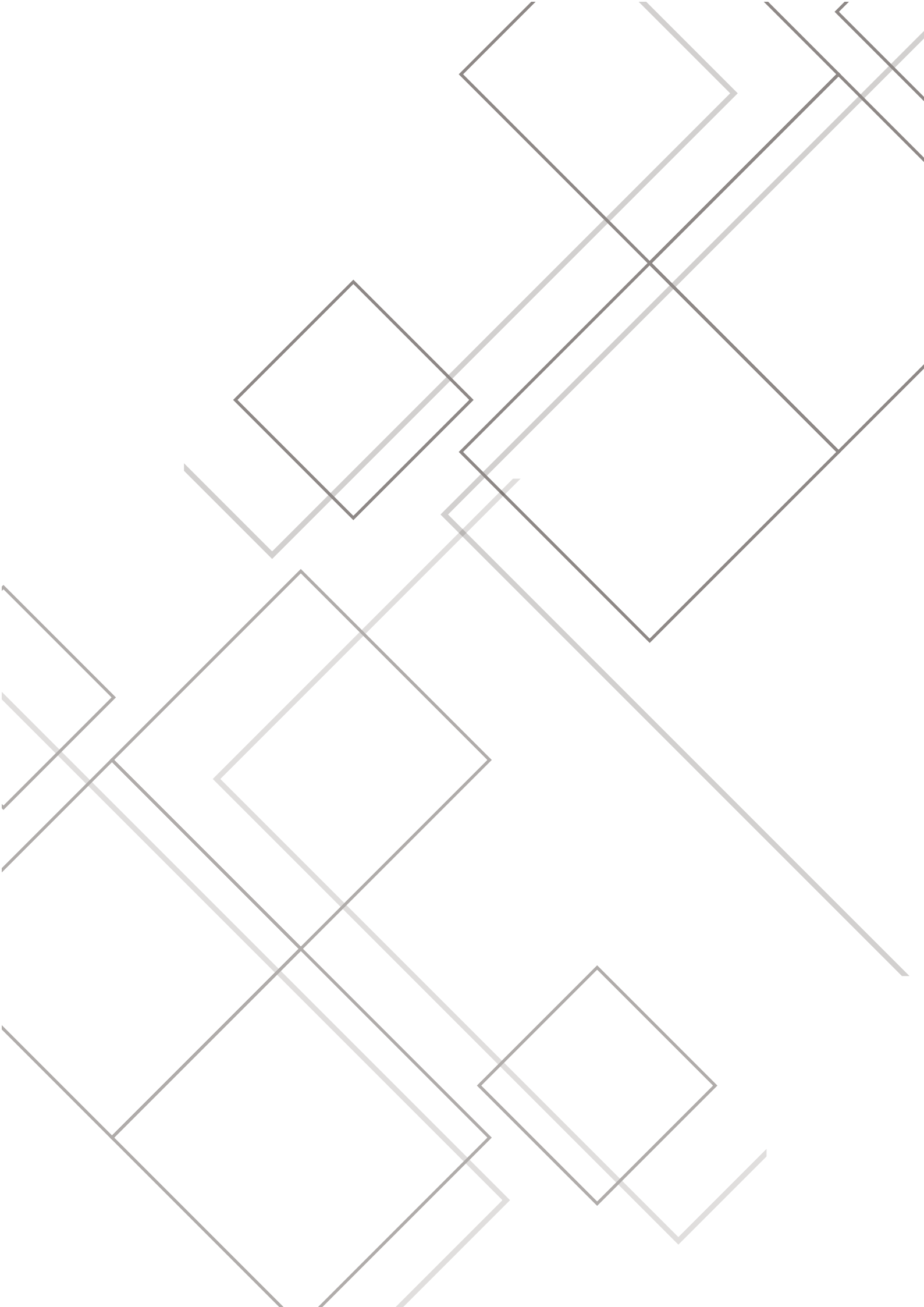
CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este es un artículo
de acceso abierto
distribuido bajo los
términos de la licencia
Creative Commons
Reconocimiento-
No Comercial-
SinObraDerivada 4.0
International.



RECIBIDO EL: 13/JUL./2020 | ACEPTADO EL: 4/NOV./2020



Diante de uma crise? Interrogações da historiografia em tempos hesitantes

Facing a crisis? Questions by historiography in hesitant times

Luiz Alexandre Kosteczka ^a

E-mail: alexkosteczka@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8914-462X> 

^a Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em História, Curitiba, PR, Brasil

RESUMO

O objetivo desta revisão de literatura é apresentar uma seleção das discussões historiográficas a respeito da hipótese de um tempo de crises *da* e *na* história. Os escritos que serão apresentados originam-se de reflexões atuais de pesquisadores brasileiros e de suas relações com outras paisagens intelectuais, ofertando posicionamentos para uma temática cada vez mais pertinente no tempo presente. Objetivando também um balanço dos aspectos globais desta historiografia recente, esta resenha procura indicar as relações com figuras intelectuais de outros países. Assim, o texto se estrutura em quatro eixos fundamentais. Primeiramente, aborda a relação com a crise do tempo e as possibilidades operativas do conceito de *regimes de historicidade*; em seguida, os debates em torno das questões de *digitalidade*; em um terceiro momento, demonstra a qualidade das produções que pensam a intervenção do historiador no *mundo prático*; por fim, demarca as capacidades de intervenção de uma necessária articulação entre *economia* e *política*.

ABSTRACT

This literature review aims to present a historiographic discussion on the hypothesis of a period of crisis *of* and *in* history. The writings to be discussed focus on contemporary observations by Brazilian researchers and their relationship with other intellectual landscapes, offering remarks for an increasingly relevant theme in the present-day. Aspiring a survey of the global aspects in such recent historiography, this review seeks to indicate the relationship with scholars from other countries. This article is structured in four fundamental axes. First, the relationship between the crisis of time and the operational possibilities of the concept of regimes of historicity; then, the debates on issues of *digitality*; in a third moment, we demonstrate the quality of the productions that consider the historian's intervention in the practical world; finally, it delimits the intervention capacities of a necessary articulation between *economics* and *politics*.

PALAVRAS-CHAVE

História; Historiografia; Crise

KEYWORDS

History; Historiography; Crisis

Introdução

Ao interrogar o tema da *crise* dentro da disciplina de história, habitualmente se recorda do famoso editorial da revista *Annales*, intitulado *Economies, sociétés, civilisations*, publicado no ano de 1988. A chamada diagnosticava um ambiente de incerteza e de uma crítica generalizada em relação às ciências sociais, fruto de uma “multiplicação desordenada de objetos de pesquisa” (ANNALES 1988, p. 292, tradução nossa). Esse diagnóstico dos *Annales* é contemporâneo de uma profunda reconfiguração da paisagem geopolítica global, uma passagem de época que certamente abalou os desígnios das filosofias da história. Poucos meses após sua publicação, a tese do *fim da história*, escrita por Francis Fukuyama (1989) em revista estadunidense de expediente conservador, a despeito da recepção por vezes anedótica, apresentou-se também como um impulso de um mal-estar da civilização ocidental ao final do milênio.

Após mais de 30 anos desse editorial e da polêmica tese do assessor de assuntos de Estado dos EUA, o objetivo desta revisão de literatura é apresentar algumas das discussões historiográficas a respeito da hipótese de um tempo de crises *da* e *na* história. Os textos que serão apresentados se originam de reflexões atuais de pesquisadores brasileiros e de suas relações com outras paisagens intelectuais, ofertando posicionamentos para uma temática cada vez mais pertinente no tempo presente. A maioria desses trabalhos é do último decênio e busca compreender esse momento sensível e de desorientação dos pressupostos do conhecimento histórico. Ainda que provisório, este balanço historiográfico procura iluminar essa conjuntura apreensiva para a disciplina de história e, por consequência, das ciências humanas.

Esta breve revisão de literatura ocupa-se em apresentar uma seleção da produção intelectual brasileira que enfrenta, de certa forma, esses temas candentes. Objetivando também um balanço dos aspectos globais dessa historiografia recente, esta resenha procura indicar as relações com figuras intelectuais

de outros países. Assim, o texto se estrutura em quatro eixos fundamentais. Primeiramente, aborda a relação com a crise do tempo e as possibilidades operativas de noção de *regimes de historicidade*; em seguida, os debates em torno das questões de *digitalidade*; em um terceiro momento, demonstra a qualidade das produções que pensam a intervenção do historiador no *mundo prático*; por fim, demarca as capacidades de intervenção de uma necessária articulação entre *economia* e *política*.

Ao fundo desses escritos, encontra-se uma paisagem tétrica, onde discentes e docentes enfrentam um contexto de fortes incertezas no sistema educacional. Leva-se em conta a formação de uma opinião pública controversa à atividade intelectual, ocupando vários lugares de enunciação para transformar os *negacionismos* em espetáculos das novas mídias, nos quais se estrutura um campo discursivo de ataques diretos contra todas as virtudes da academia. Fenômenos sincrônicos às práticas de cortes estruturais, que inviabilizam a manutenção dos pilares básicos das universidades públicas, nomeadamente o ensino, a pesquisa e a extensão. Somando-se à precarização das atividades docentes nas instituições de ensino privado e às dificuldades de inserção no mundo do trabalho, a história e as humanidades enfrentam momentos que poderiam ser vistos como de encerramento das expectativas. Tal situação recrudescer nesse período de exceção, proporcionado por uma pandemia sem precedentes nesta geração, conferindo ainda mais relevância a essa particular historiografia.

Crise do tempo histórico: a tese dos regimes de historicidade

"No future"
(*God Save The Queen* – *The Sex Pistols*)

Esta emblemática frase, presente na composição *God Save the Queen*, da banda britânica *The Sex Pistols*, surge na introdução de *No fio da navalha: historicidade, pós-modernidade*

e fim da História (2015), dissertação de mestrado de Danilo Araújo Marques, defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação de José Carlos Reis. Esses versos que se entremeiam ao refrão da música são uma metáfora recorrente no mundo intelectual. Para Franco Berardi, 1977, ano do lançamento do álbum *Never Mind The Bollocks*, estreia desta controversa banda *punk* londrina, da criação do logotipo da *Apple* ou da onda de suicídios de jovens japoneses, foi também o ano em que “a humanidade começou a duvidar que futuro e progresso são equivalentes” (BERARDI 2019, p. 19).

Investigando o percurso intelectual de Jean-François Lyotard e de Francis Fukuyama, Danilo Araújo Marques procurou iluminar os sinais de uma crise do tempo histórico no interior dos escritos desses dois autores. Podendo se apresentar com um juízo formado em relação às reconhecidas polêmicas dos textos e dos posicionamentos sociais e políticos, que fez desses pensadores referenciais da década de 1970 até o início de década 1990, o objetivo da dissertação de mestrado foi perscrutar as trajetórias intelectuais e suas consonâncias com uma “dita” pós-modernidade. De reconhecida envergadura e posteriormente publicada na forma de livro, a dissertação buscou analisar as manifestações textuais de Jean-François Lyotard e de Francis Fukuyama a partir da problemática dos *regimes de historicidade* e do diagnóstico de *presentismo* do historiador François Hartog.

Em 2003, François Hartog apresentou uma síntese desses dois conceitos em obra posteriormente traduzida para o português e publicada no Brasil como *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo* (2013). Pode-se conceber a categoria de *regimes de historicidade* na forma como as sociedades tratam de seu passado, um modo plenamente histórico e localizado, e que permite a construção de uma imagem de como as culturas engendram as suas dimensões temporais. Nessa hipótese de

reflexão acerca do tempo histórico, os episódios de evolução das crises seriam os momentos próprios para a apreensão dessas espessuras. Esse investimento em recortar as múltiplas temporalidades que sustentam as atitudes sociais em relação à história têm uma íntima relação com os desdobramentos da antropologia no século XX. Nomeadamente, as figuras intelectuais de Claude Lévi-Strauss e Marshall Sahlins foram preponderantes na consecução da tese dos *regimes de historicidade*.

Desse modo de aprender a relação das sociedades com o seu passado, o *presentismo* insurgiria como uma nova ordem do tempo, fruto de uma crise e do esgotamento das utopias que ordenavam a relação entre passado e futuro, o qual era visto como uma ameaça. Possivelmente, o lugar do sintoma seria o mundo do pós-guerra, de onde se estabeleceu uma relação problemática entre a identidade e a memória, *patrimonializada* no presente. Rompendo de vez com o reconhecimento do passado como experiência, recorreu-se à afetividade da memória para se fixar o passado frente a um presente frágil e sem futuro. As tentativas de se reconciliar com o passado, por intermédio da *monumentalização* dos patrimônios materiais e imateriais, sugeriram o esgarçamento do presente sobre o passado. Coube aos historiadores a restituição das espessuras do *agora* em direção à história para enfrentar efetivamente essa premente crise de legitimidade do discurso em relação ao passado.

Em tempos de enfrentamento de discursos beligerantes em direção ao exercício da pesquisa e do ensino não somente da história e das humanidades, mas de todo o sistema universitário, o conceito de *regimes de historicidade*, prestes a completar 20 anos, permanece como um esteio para reflexões em torno do objeto da historicidade das relações sociais com o passado, o presente e o futuro. Inegavelmente, as teses desenvolvidas por François Hartog foram bem recebidas na historiografia brasileira, desde a publicação original em 2003. Dessa maneira, sua obra veio a ser apropriada pelos historiadores

dos campos do tempo presente e pelos estudiosos das teorias e metodologias da história e da historiografia. Sem dúvidas, é um texto recorrente nas bibliografias sugeridas em ementas de disciplinas, nos processos de acesso aos programas de pós-graduação e nos editais de concurso para a docência superior do país.

Tendo em vista as várias traduções e as apropriações dessa obra no ambiente acadêmico brasileiro, muito se tem escrito a respeito das questões que envolvem *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo* (2013). Exemplarmente, Fernando Nicolazzi (2010) procurou situar a recepção da obra no interior das especificidades da cultura histórica brasileira. Para ele, o intelectual francês antecipou um caloroso debate atual acerca da intervenção da história no espaço público e, além do mais, acabou por evidenciar a pertinência dos temas da politização da memória e da possibilidade do esvaziamento da função do historiador diante da demanda das urgências de um mundo social em conflito com o seu tempo (NICOLAZZI 2010).

Estudiosa das relações entre a antropologia estrutural e a escrita de história, Francine Iegelski (2016) reconheceu o impacto de uma sensibilidade europeia na maturação da tese dos regimes de historicidade, levantando a hipótese de que o pronunciado pessimismo do *regime presentista* tenha emergido do exercício de leitura dos textos de François Furet diante da Queda do Muro de Berlim, fruto das experiências subjetivas de um autor também leitor. Para ela, o contexto de reconfiguração política da Europa, inequivocamente, pressionou as ciências humanas. Isso posto, Francine Iegelski considerou necessário ampliar o entendimento do diagnóstico pessimista do *presentismo*, partindo da articulação do modo de regimes da historicidade em seu débito com a antropologia histórica de Claude Lévi-Strauss, principalmente no que tange à percepção dos esforços das sociedades quentes em resfriar a história (IEGELSKI 2016).

Tendo em vista as críticas relativas à ausência de estudos de caso exemplares no texto de *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo* (2013), para Francine Iegelski (2016), sublinhar o diálogo de François Hartog com a antropologia estruturalista poderia reconhecer a potência política do conceito de regimes de historicidade e dos diagnósticos do *presentismo*, além de suprir as possíveis fragilidades de uma obra de qualidades generalizantes. Em um esforço de ampliação conceitual, a pesquisadora promoveu a transferência das potências da categoria de *regimes de historicidade* por meio da comparação com outros lugares de experiência sensível. Comparando a literatura de ficção, em obras de Milton Hatoum e Raduan Nassar, com os escritos de analistas sociais da redemocratização, tais como as reflexões de Florestan Fernandes (2014) acerca da Constituinte, a autora iluminou as diferenças de percepção do tempo histórico na cena pública brasileira.

Anunciando a constância das críticas de formas específicas de historicidade, ligadas ao tema de uma crise do tempo, inevitavelmente, ao menos para os leitores, François Hartog convergiu com algumas das hipóteses levantadas também por Reinhart Koselleck em *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006). Admite-se que ambos são historiadores amplamente apropriados na produção historiográfica brasileira. Ainda que guardem consubstanciais traços distintivos, não é difícil perceber os cruzamentos das categorias de *regimes de historicidade* de François Hartog e da *semântica dos tempos históricos* de Reinhart Koselleck.

Essa aproximação talvez não seja uma peculiaridade da academia brasileira, mas o retrato de um mundo de crise em relação ao passado, presente e futuro. Em *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1999), fruto de sua tese de doutoramento defendida na década de 1950, Reinhart Koselleck compreendeu a emergência de uma teoria da história do estado moderno como fruto de uma dialética

entre a crítica das “luzes” e o mundo em ruínas do absolutismo. Não menos importante foi a percepção de que ocidente havia entrado em uma crise infindável:

De um ponto de vista histórico, a atual crise mundial resulta da história europeia. A história europeia expandiu-se em história mundial e cumpriu-se nela ao fazer com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente (KOSELLECK 1999, p. 9).

Sempre houve atenção ao privilégio que Reinhart Koselleck deu à Revolução Francesa para compreender a dissolução do *topos* da história *magistra vitae*, que ensejou novas atitudes em relação ao passado, muito em função das filosofias da história. Observa-se, porém, que as raízes do advento da modernidade são mais profundas, engendradas, possivelmente, na crítica *hobbesiana* que preparou a transformação dos estados modernos. Como é patente na citação anterior, talvez, este mundo ainda esteja imerso nessa irresolução e *in-decisão*, de certa forma, em sintonia com a melancolia de um intelectual como François Hartog, profundamente inserido no contexto das bruscas rupturas políticas da Europa do final do século XX. Neste mundo contemporâneo que enfrenta uma nova ordem de forças, é difícil se contrapor à ideia da aceleração das percepções, das indefinições do tempo, no qual o presente se arrasta para além de seus limites, cristalizando um passado que se esvazia de sentido e é lançado ao futuro das incertezas.

Dentro deste campo de hipóteses alargado pelas contribuições de François Hartog e Reinhart Koselleck, há também estudiosos que se ocuparam em avaliar os limites do diagnóstico do *presentismo*. Rodrigo Turin (2016) sugeriu que, sendo uma constatação inclinada a pretensões universalistas, a qual se absteve do exame detalhado de casos pontuais, abriu-se com certa facilidade à possibilidade do escrutínio. De acordo com esse pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com o exame do *presentismo*, entraram

em cena a análise do *cronótopo* de um presente lento, de Hans Ulrich Gumbrecht (2015), e a noção de *atualismo*, de Valdei Araujo e Mateus Pereira (TURIN 2019c).

Traduzindo o *updatism* para a paisagem intelectual brasileira, Mateus Pereira e Valdei Araujo pensaram o *atualismo* como uma forma possível de o presente se temporalizar no contemporâneo. Os pesquisadores investigaram a ocorrência desse conceito na cultura escrita, percebendo um movimento de aceleração do seu uso no Brasil a partir da década de 1960. A fortuna da proposta dessa publicação foi a tomada dos *três existenciais* da ontologia heideggeriana como pressupostos para pensar o *atualismo*, a fim de repensar os sintomas de um presente se ampliando como um *único possível*.

Debatendo as teses do *presentismo* e dos *regimes de historicidade*, a leitura dos fenômenos digitais de Mateus Pereira e Valdei Araujo considerou a historicidade das configurações em que o presente, o passado e o futuro se articulariam. Mas progredindo da tese do *presentismo*, colocaram-se a pensar o *agora* como uma forma *inautêntica-imprópria* da espera, submersa em um futuro e em um passado que esgotam a si mesmos. A angústia da expectativa por *up-date* do universo digital – de plataformas como *Facebook, Instagram, Twitter* – seria o território de um mundo de *indecisão*, onde a clausura do *atual* impediria a plena realização do futuro:

A descrição de Hartog do presentismo como um tempo desorientado também não condiz com nossa descrição do atualismo como um tempo em que as pessoas parecem também confiar em uma organização automática da realidade. Assim, nossa situação não emerge simplesmente de um tempo desorientado, sem telos, mas de uma sociedade em que as pessoas sentem não precisar ter de se preocupar com esse tipo de orientação, que a atualização do presente estaria de algum modo garantida, ou fora do alcance de suas agências. (PEREIRA; ARAUJO 2019, posição 1344).

Mateus Pereira e Valdei Araujo tomaram a constante atualização dos aplicativos que invadem nossas vidas como uma metáfora da temporalização acelerada, e talvez ansiosa, de uma expectativa que nunca se realiza plenamente. Trata-se de uma obra que se originou em um artigo publicado em 2017, na *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, com o título *Reconfigurações do tempo histórico*, encaminhando um novo espaço crítico da escrita de história: o das relações entre a virtualidade e a *digitalidade*. O lugar da temporalidade de acúmulo dos rastros nas pesadas nuvens de nosso contemporâneo.

História, digital e as novas demandas do não tão admirável mundo novo

Atualmente, as tecnologias digitais são, com grande probabilidade, as mediadoras de várias atividades no interior das universidades e centros de pesquisa. Desde a comunicação por uma simples troca de *e-mails* às ferramentas de colaboração entre pesquisadores, *crowdsourcing*, passando pela digitalização de acervos e a publicação de *e-books* e editoração de revistas, chega-se também ao ambiente de ensino *on-line*. Mesmo que seja recente o ingresso dos *nativos digitais* no ensino superior e as contradições da distribuição desigual dos aparelhos informáticos, discentes e docentes nascidos antes de 1996 já estão familiarizados com as telas e as redes. Nesses níveis, a incorporação das tecnologias talvez tenha se dado de modo a romper as barreiras do sensível.

Contudo, nesses termos, a "história" é longa. Ainda nos fins da década de 1960, o historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1968) professava que os historiadores do amanhã deveriam ser programadores. Já em *Conversar com Orion* (2007), Carlo Ginzburg refletiu a respeito das *hiperconexões* e sua relação com a pesquisa, que se orientaria por uma mediação entre o *emic* e o *etic*, respectivamente, os contextos dos objetos de pesquisa e os ambientes dos metadados dos pesquisadores, abrindo-se ao acaso de uma

ampla base de dados. Assim, pode-se conceber a mudança em nossas práticas de leitura na era dos textos digitais (CHARTIER 2010). Com o passar dos anos, há uma nova constelação de problemas para a escrita de história. O desenvolvimento disciplinar da história digital, o qual integra um campo ainda mais amplo das humanidades digitais (NOIRET 2015), tem implicações em todas as dimensões daquilo que Michel de Certeau (2008) denominava como a *operação historiográfica*.

Em uma recente iniciativa, Thiago Lima Nicodemo e Oldimar Cardoso (2019) ponderaram a respeito do processo de criação de um algoritmo capaz de sistematizar as informações de documentos digitalizados por um *scanner* óptico. Este estudo transdisciplinar, de um pesquisador da área de história e de um desenvolvedor e detentor da patente do algoritmo, testou a capacidade de uma *máquina* ler os exemplares da revista *The Public Historian* entre os anos de 1978 e 2017. O computador e seu instrumento ótico conseguiram explorar as redes semânticas dos textos que compunham os volumes do periódico por meio da criação de um código. O desenvolvimento, ainda inconcluso, previa possibilidades para além do exercício de leitura: a capacidade de síntese e escrita. O que deixa um inevitável questionamento: poderia a historiografia feita pelas mãos dos homens estar próxima da substituição por máquinas capazes de operações sintéticas e narrativas? Os historiadores deveriam ser programadores?

Publicado em 2019, na *Revista História da Historiografia*, esse resultado de pesquisa indagou a respeito da possibilidade de uma reconceitualização do arquivo a partir dos novos acontecimentos sociais (NICODEMO; CARDOSO 2019, p. 23). Essa meta-história das dimensões digitais e éticas do arquivo responde a um aspecto ainda carente de reflexão na situação brasileira, tendo em vista o caso do Projeto de Lei n. 146, de 22 de março 2007, que *dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica*. Não restrita à disciplina de história, trata-se de pensar essa

nova possibilidade de arquivamento em sua materialidade e nos termos de uma biopolítica ao modo de Michel Foucault (1998) e Giorgio Agamben (1998a; 1998b):

Então os arquivos a serem processados podem ser vistos nos dois sentidos já mencionados: como armazenamento e como poder de consignação, um conjunto de regras e protocolos sociais que se fundem em um sistema de signos e significados. (NICODEMO; CARDOSO 2019, p. 23, tradução nossa).

De certa forma, essa proposição, que interroga os fundamentos de um estudo empírico, alarga as possibilidades de reflexão da escrita de história e do mundo digital. Campo que já se encontra em pleno desenvolvimento, a exemplo das reflexões de Anita Lucchesi, doutoranda brasileira na Universidade de Luxemburgo, que tem se preocupado, desde sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014), com as relações entre a historiografia e as humanidades digitais. Lembrando dos estudos também recentes de Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) e dos trabalhos editados nas famosas coletâneas *Domínios da História* e *Novos Domínios da História*, com textos a respeito das questões da informática na história, escritos respectivamente por Luciano Figueiredo (1997) e Célia Cristina da Silva Tavares (2012).

Para além de uma *hermenêutica* e *heurística* da digitalização dos arquivos, das bibliotecas e das bases de dados, das práticas disciplinares, podem-se somar mais duas dimensões importantes para a relações entre historiografia e *digitalidade* no contemporâneo: a dimensão dos *governos algorítmicos*, na qual o solucionismo das redes e da informática (MOROZOV 2018) intensifica as formas de controle produtivo do universo acadêmico e os desafios das demandas sociais dos historiadores frente aos discursos em relação ao passado nas plataformas digitais (*YouTube, Facebook, Twitter, Wikipedia, Blogs, etc.*).

São problemas que se cruzam às perspectivas anteriores e ampliam ainda mais os debates em torno de uma crise da história

em nosso mundo contemporâneo. A primeira delas envolve a possibilidade do aprofundamento do estado de submissão da vida acadêmica às métricas de produtividade implementadas por plataformas de gestão como *Lattes* e *Sucupira*, e o sistema *Qualis* da *CAPES* e do *CNPq*, além das iniciativas estrangeiras como o *Orcid*, *ISI* e *JCR*, os dois últimos índices já em mãos de empresas privadas.

Os modelos de avaliação cego por pares, *blinded peer review*, e a classificação de revistas por medição de fator de impacto, *journal impact factor*, funcionariam como meios transparentes para conferir autoridade científica, mas acabam por saturar um sistema não tão objetivo quanto se pretende ser. Mesmo que não reflita a respeito das propriedades governativas dos algoritmos desses dados armazenados em *data centers* no Brasil e no mundo, Lidiane Soares Rodrigues tensionou as práticas concorrenciais, a disciplinarização e a *interdisciplinaridade* como estruturantes dos enquadramentos científicos (RODRIGUES 2019, p. 77), por meio da análise dos pareceres negativos em resposta a um artigo de sua autoria submetido para a apreciação de um periódico da área de história. Próximo a esse campo de reflexões, Rafael Faraco Benthien (2019) esmiuçou as lógicas obtusas dos processos quantitativos e qualitativos que regem os sistemas de classificações dos periódicos.

Rodrigo Turin tem avançado para a hipótese de uma intrusão neoliberal autogestada no interior da academia brasileira. Tanto no artigo *Presentismo, neoliberalismo e os fins da história* (TURIN 2019a), como no livro *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal* (TURIN 2019b), ele se debruçou em problemas que antes abrangeram as provocações de Chris Shore (2008) e Chris Lorenz (2012). Nesse sentido, o autor se aproximou de algumas reflexões desenvolvidas recentemente por Wendy Brown a respeito do neoliberalismo. Desde a noção de *cidadania sacrificial* (2018), a pesquisadora estadunidense tem contribuído para o entendimento do fenômeno neoliberal para além do universo econômico. Nessa intrusão das métricas e valores da lógica governativa

de mercado, o objetivo da universidade se transformou da formação de agentes da vida pública em criação de *capital humano* (BROWN 2015, p. 176-177).

Configurando-se, ao modo de Michel Foucault (2008), em uma maneira de racionalizar do mundo, pode-se, talvez, considerar a hipótese de que essa cultura de métricas – aditivada pela possibilidade do *big data* e da *governamentalidade algorítmica* ou da ampla “virada digital” (NOIRET 2015) – seja entendida como esteio da aceleração da crise de legitimidade do discurso historiográfico na cena pública. Os efeitos nefastos da produtividade ganham corpo no aforisma do *publish or perish* (publique ou padeça) ou como Rafael Faraco Benthien chamou a atenção:

Nunca fomos tantos historiadores, com pesquisas de ponta em inúmeros ramos da disciplina. E, ainda assim, nunca estivemos tão isolados. O primeiro passo para reagirmos talvez passe pelo reconhecimento de que temos trabalhado arduamente por esse isolamento (BENTHIEN 2019, p. 146).

Para refletir a respeito das questões da escrita de história na ampla “cultura digital”, faz-se necessário arguir a respeito das dimensões sociais, econômicas e políticas das tecnologias, optando pelo uso das categorias de *sociotécnica* ou de *tecnopolítica*. Pode-se, assim, aprofundar-se na dispersão da autoridade do discurso acadêmico num circuito de comunicação cada vez mais intrincado e complexo. Dentro desse movimento paradoxal do aprofundamento da especialização em vários substratos da disciplina histórica, tem-se a dissolução das funções do historiador, transformando-o em artífice de manuais digitais, captador de videoaulas e apresentador de videoconferências carregadas em diversas plataformas digitais. Nessa profunda transformação da divisão de trabalho, os educadores se tornam editores de conteúdo, *videomakers* e tecnólogos da informação.

Carlos Alvarez Maia (2018) optou por pensar a partir de uma “crise dos historiadores” muito mais que uma “crise *da* e *na* história”. E, caso seja um exagero insistir no postulado

da crise, pode-se falar ao menos de uma reorganização de princípios ou ainda nas diferenças entre a função social do historiador e a função social da história, como chamaram a atenção Caroline Silveira Bauer e Fernando Nicolazzi no artigo *O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea* (2016).

Nesse sentido, as mídias digitais amplificam vários problemas perenes em relação às funções da historiografia no tempo presente. Da mesma forma que a rádio e teledifusão, plataformas como *YouTube, Facebook, Twitter, Wikipedia* se configuram como espaços para divulgação científica, mas, ao mesmo tempo, apresentam-se como lugares onde as fundações das práticas disciplinares são desafiadas por inúmeros atores.

As desventuras de intervir no mundo prático

Em dias atuais, deve-se levar em conta os ataques direcionados à história, às humanidades e outros campos de conhecimento. Muitas dessas hostilidades se relacionam ao questionamento das funções disciplinares nos diversos contextos escolares. Em tempos da míngua e das inseguranças advindas de políticas neoliberais, justificar os rendimentos de pesquisadores e professores da grande área das humanidades é uma tarefa cada vez mais hercúlea. Assim, não é difícil constatar que as estruturas que asseguram as funções sociais dos historiadores estejam cada vez mais fragilizadas.

Subsiste um paradoxo. Enquanto insurgem movimentos organizados para enfrentar e aniquilar a crítica das ciências humanas nas formações iniciais e médias vistas como “politizadas”¹, amplia-se a demanda da participação de profissionais de história e das humanidades para responder aos impasses do mundo em esferas diversas à dimensão educacional. A partir desse problema, em *Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear*, Fernando Nicolazzi (2018) apontou para a necessidade

¹ Pode-se fazer menção a um movimento como o *Escola Sem Partido*, que procurou dar suporte ao Projeto de Lei n. 867, de 2015.

de articulação entre a clássica pergunta da *função social do historiador* com uma nova, versando a respeito da *demanda social do historiador*:

Dito de outro modo, isso significa considerar que as duas perguntas sobre o que historiadores têm para oferecer para a sociedade e sobre o que a sociedade produz de expectativa em relação a eles andam juntas, mesmo que nem sempre sejam coincidentes. (NICOLAZZI 2018, p. 28).

O artigo ocupou-se em tensionar as estratégias retóricas de um historiador conhecido por sua intensa presença em veículos midiáticos. As formas de atuação do professor e palestrante Leandro Karnal, ora ministrante de uma aula inaugural em um programa de pós-graduação, ora apresentador de uma palestra para uma plateia corporativa, permitiram Fernando Nicolazzi considerar os dilemas da inserção de um historiador em um campo exterior à universidade. As duas formas de discursar do docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, transmutado a *coach* motivacional de uma grande empresa de cosméticos, levantam a necessidade de avançar para além das funções do historiador em sociedade, deslocando-se também para reflexões a respeito de quais seriam as expectativas sociais para os profissionais da história.

O fenômeno do digital está ampliando as tarefas do historiador, principalmente nas incertezas de uma pandemia sem precedentes e na iminência da completa transformação da educação sob a vontade de alguns grandes empreendedores. Exemplo disso é o que se deu em uma audiência pública do governador do estado de Nova Iorque Andrew Cuomo, na qual o magnata da *Google LLC* Eric Schmidt declarou o seguinte: “Se quisermos construir um futuro sistema econômico e educacional baseado em *teletudo*, precisamos de uma população totalmente conectada e de uma infraestrutura ultrarrápida” (SCHMIDT *apud* KLEIN 2020, sem página, tradução nossa). Determinados campos, para além da esfera estatal, estão

submetendo os bacharéis e licenciados a novas demandas, além das já conhecidas áreas da memória corporativa e dos arquivos empresariais, fissurando os limites entre aquilo que Hayden White definia como o *passado disciplinar* e o *passado prático* (WHITE 2014).

Rodrigo Turin (2018) observou a urgência da tensão entre a disciplina acadêmica e sua dimensão prática como sintomática a partir de duas questões de nossa cena pública: os debates em torno da *BNCC (Base Nacional Curricular Comum)* e da regulamentação da profissão de historiador. Para tal, o autor examinou e teceu considerações acerca do posicionamento da *ANPUH (Associação Nacional de História)*, instituição que promoveu fóruns e dossiês, chegando a se posicionar em relação à tramitação da *BNCC*. Em certa medida, tal posicionamento esteve presente em muitos momentos da fala do professor e pesquisador Rodrigo de Patto, durante a *Conferência de Abertura do XVIII Congresso da ANPUH*, realizado em 2015 na cidade de Florianópolis, publicada como texto na *Revista História da Historiografia*, em 2017. Tais formações discursivas foram sintomáticas da tomada de uma posição cercada de polêmicas pela insistência na distinção disciplinar entre o historiador profissional e o amador (TURIN 2018, p. 110).

De acordo com o filósofo da ciência Thomas Kuhn, a “ciência normal” era capaz de identificar as crises, contudo, encontraria dificuldades em ofertar críticas que possibilitassem soluções dentro de seus limites (KUHN 2013, p. 140-141). Em contrapartida, um novo paradigma emergiria da pretensão de resolver as crises que levaram o velho paradigma à derrocada (KUHN 2013, p. 140-141). Porém, Kuhn embaralhava ainda mais o quebra-cabeças, chamando atenção para a invisibilidade das revoluções científicas e da clausura dos paradigmas. Tal revés supõe, em si, um problema de ordem epistemológica: a história fechada em seu caráter disciplinar daria conta de perceber e superar os dilemas contingentes de um mundo cada vez mais complexo?

Talvez o momento crítico, que se apresenta como um sintoma, indique a materialidade de um protecionismo disciplinar acompanhado de um tabu, como sustentam os historiadores europeus Berber Bevernage e Chris Lorenz em *Breaking up Time: Negotiating the Borders Between Present, Past and Future* (2013). Para eles, no caso da escrita de história, o fechamento das fronteiras entre o passado, o presente e o futuro poderia rarefazer as qualidades performativas e políticas do tempo histórico. Não há como negar que neste regime *presentista* – ou do *atualismo histórico*, ou de um tempo que ainda não tem uma concepção concreta no contemporâneo – a pressão da cena pública diante das urgências do político se reafirma no questionamento da utilidade de compreensão do passado. Uma nova interpelação, distinta àquela feita por Nietzsche aos finais do século XIX.

Em um momento em que as fronteiras entre o *passado disciplinar* e o *passado prático* se tornam opacas e imprecisas, entra em cena a ideia de *indisciplinarização* das próprias disciplinas históricas. Tendo como lugar embrionário o *Encontro de História (In)Disciplinada*, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no livro *A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico* (2019), ressalta-se o caráter combativo e politizado da proposta de indisciplinar a maneira de se escrever a história. Os organizadores – Arthur Lima de Avila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin – compartilharam o espaço de reflexão com os já mencionados textos de Lidiane Soares Rodrigues e Rafael Faraco Benthien, e também com escritos de Maria da Glória de Oliveira, Mara Cristina de Matos Rodrigues e Valdei Araujo. Trata-se de uma proposta conjunta de pesquisadores inseridos em suas comunidades científicas e conscientes das pressões nas formas disciplinares estabelecidas.

Ou seja, a crise dos processos democráticos, das noções de representação, das relações entre o homem econômico e o homem político, da inserção do homem em um meio ambiente à beira do esgotamento está muito além da simples erosão de

um horizonte disciplinar. Pode-se recordar que os profissionais de história são sempre convidados a suturar o presente ao passado, para, assim, ofertar alguma perspectiva de futuro. Desse modo, a reflexão teórica vai ao encontro dessa demanda social de se falar habitando as urgências do tempo presente. Assim, faz-se imperativo interrogar o instantâneo como uma categoria histórica, considerando o tempo em suas diversas superfícies. O agir na contemporaneidade demanda ciência do avanço em um campo de tensões e incertezas, o qual, comumente, denomina-se como crise.

A crise como uma regra: economia e política do tempo na história

Em um contexto de reformas estruturais da educação, com a BNCC, e no recrudescimento de uma pandemia, inviabilizando as modalidades de ensino presencial, asseverado por um clima de instabilidade de um governo que nega um passado do qual ele se faz como continuidade fantasmática, dificilmente se encontra algum estudante, professor ou pesquisador que não reconheça em alguma medida a concretude de um cenário crítico. A objeção de Carlos Alvarez Maia em relação ao termo “crise da história”, deslocando-se para uma noção de “crise dos historiadores”, dá-se em vista da capacidade adaptativa da disciplina em historiar as aventuras humanas:

A disciplina sofre transformações ao longo da temporalidade e o rumo do seu devir não está condicionado a uma dada direção *a priori*. Não há por que falar em crise se o destino e o ritmo de adaptação disciplinar persiste em sua meta de evidenciar a aventura da sociedade humana, esta, sim, em contínua mudança processual. (MAIA 2018, p. 51).

Em conjunto com *Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear*, de Fernando Nicolazzi, o artigo de Carlos Alvarez Maia compõe o dossiê temático *Crise na e da História: desafio à escrita e à reflexão*

crítica, publicado no início de 2018 pela *Revista Maracanan*, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. No texto de apresentação desse volume, os organizadores convidaram os leitores a compreenderem o contexto de emergência que originou a publicação desse compêndio. Nele, chamava-se atenção para o delicado momento pelo qual aquela universidade passava, o flagelo daquela instituição:

ganha então um sentido de metonímia, ou de um exemplo mais extremo dos dilemas atuais da universidade pública no Brasil. A crise da universidade pública, por sua vez, se articula com um cenário de crise nas ciências humanas. (VIEIRA; FELIPPE; NICODEMO 2018, p. 7).

As angústias que permanecem atuais a respeito das crises *da* e *na* história auxiliam na compreensão do renascimento de problemas candentes às escritas de história. Em 2017, ainda na *Revista Maracanan*, uma publicação conjunta de Francisco Gouvêa de Sousa, Géssica Guimarães e Thiago Lima Nicodemo, intitulada *Uma lágrima sobre a cicatriz: O desmonte da Universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJResiste)*, propôs uma forte retomada do conceito de ideologia para trespassar a naturalização dos dispositivos de imposição de interesses de uma classe minoritária (SOUSA; GUIMARÃES; NICODEMO 2017, p. 80-82). Fundamentados por uma perspectiva *bakhtiniana*, os autores procuraram observar as evidências da escrita da história como fontes de reflexão, perfazendo uma historiografia da historicidade (SOUSA; GUIMARÃES; NICODEMO 2017, p. 74). Partiram, assim, do pressuposto de que somente o engajamento politizado no presente pode ofertar possíveis respostas (SOUSA; GUIMARÃES; NICODEMO 2017, p. 86). Para os pesquisadores, a atividade de pensar a formação do discurso em dialogia com as operações ideológicas poderia abrir as possibilidades de *autorreflexão* diante do desmonte das universidades e o necessário enfrentamento desse fenômeno.

Chamar o tema da Crise *na* e *da* História explicitou dilemas prementes que estão sempre a ocupar os horizontes das escritas de história, principalmente em um contemporâneo inconcluso. Thomas Kuhn observava que os *textbooks* confirmavam a existência de um campo de reflexão na academia e os indícios dos objetos que estruturam a ciência (KUHN 1977). Tal sintoma candente se revela nas obras conjuntas, nas revistas e na organização de livros, pois se tratam de lugares das expressões comunitárias em torno dos objetos científicos. Assim, os dossiês temáticos dos inúmeros periódicos são norteadores das discussões das matrizes disciplinares das várias áreas de conhecimento.

Como demonstrou Rodrigo Turin, não se pode considerar esse “voltar-se a si” disciplinar como uma novidade, tendo em vista que, desde a década de 1980,

a pesquisa sobre as formas de representação do passado e, mais especificamente, sobre a disciplina histórica, caminhava paralelamente a um questionamento constante em relação aos constrangimentos e às possibilidades legadas por essa mesma tradição disciplinar na qual se inseria. (TURIN 2013, p. 79).

Não somente a historiografia brasileira está ao passo das reflexões globais acerca da disciplina, como dela está a emergir um novo conjunto crítico de reflexões em torno das novas pressões do contemporâneo *da* e *na* história. Essa retomada de consciência a respeito dos problemas amplos, para além do horizonte disciplinar, implica não somente a problematização das práticas já consolidadas, mas a forma de os historiadores partilharem de um mundo e agirem para sua transformação.

No volume da *Revista Maracanan* dedicado às crises *da* e *na* história, o artigo *Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira* (2018), de Daniel Pinha Silva, entrevistou no tema dos “recentes” acontecimentos de junho de 2013. Adentrando um imbróglio amplamente

explorado pelos campos da sociologia, antropologia, história e da comunicação social, o pesquisador historiou as origens dos protestos em torno do sistema de transporte público da cidade de São Paulo até a transformação das mobilizações em uma miríade de bandeiras e reivindicações. Fenômeno que se espalhou por várias cidades do país, apresentando-se como um tema urgente para a história do tempo presente em virtude de seus controversos desdobramentos. Pode-se considerar que a escrita desse artigo é uma forma de intervir em uma cisma da cena política brasileira. Em termos metodológicos, Daniel Pinha Silva compreendeu os eventos de 2013 como uma “abertura da crise da democracia representativa”, inspiração que buscou respaldo nas teses de Reinhart Koselleck. O autor aproximou-se também das considerações de Eric J. Hobsbawm acerca das qualidades cíclicas das crises como elemento aglutinador dos diversos processos inerentes ao capital. No esteio desta percepção, insurge paulatinamente a noção da permanência da instabilidade, arrastando-se ao menos desde meados da década de 1970, percepção que antecipa, em muito, o final da URSS e a queda do Muro de Berlim.

Pensar na crise como uma regra do sistema capitalista amplia as questões do materialismo histórico, como demonstrou Maurílio Lima Botelho em *Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo*, no qual aponta:

o encadeamento sistemático de crises de todos os tipos, com catalisadores que surgem em mercados específicos (imóveis, ações, títulos soberanos, *commodities*), mas cuja apreensão integrada permite enxergar um panorama inédito de instabilidade duradoura e progressiva. Esses sucessivos rompimentos críticos não podem ser reduzidos a choques isolados, meros eventos submetidos a lógicas locais. (BOTELHO 2018, p. 160).

O argumento de Maurílio Lima Botelho se desenvolve a partir de cinco crises: do trabalho, do valor, do dinheiro, do capital global e do Estado. Para ele, essas dimensões de um contemporâneo crítico atestam a ruína da produtividade

estruturada no valor e, ao invés de episódios isolados, constituem em um “longo declínio histórico” (BOTELHO 2018, p. 161). Para além das referências do autor, essa perspectiva processual e extensiva da decadência se encontra em teses como a do adiamento da crise do capitalismo democrático pela *compra do tempo*, de Wolfgang Streeck (2018); e da excepcionalidade da social democracia do pós-guerra, em declínio desde início da década de 1970, como propõe Thomas Piketty (2014).

Deve-se considerar em que medida estas dimensões indicadas por Maurílio Lima Botelho implicam no ofício de historiador. Quando se reflete a respeito de uma crise do trabalho, os pilares educacionais também devem ser analisados. Aliada ao processo de mudança das bases curriculares e da profunda redução dos fomentos de pesquisa, coexiste a hipótese das transformações tecnológicas da Terceira e Quarta Revolução Industrial terem um “efeito destrutivo na economia diante do qual não se pode contar com a compensação de empregos” (BOTELHO 2018, p. 164). A intensificação do ensino remoto e a distância e a possibilidade da redução da oferta de trabalho, por meio das capacidades de multiplicadoras de *valor trabalho* das tecnologias, desestabilizaram as já frágeis seguridades sociais dos discentes e docentes das humanidades. Questões ainda mais candentes na anomalia de tempos pandêmicos.

Em *Crise do capital e crise da gestão estatal: a socialdemocracia e o Brasil Potência* (2018), Ana Elisa Cruz Corrêa percebeu que a tarefa de gestão do Estado se conformou na gestão de crise. Nesse sentido, as “esquerdas do possível”, considerando os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016), tornaram-se gestoras de uma crise intempestiva no mundo da globalização da transferência de capitais (CORRÊA 2018, p. 220):

Compreende-se assim o papel do Estado como gestor da crise do capital na realidade brasileira ao longo dos anos 2000, após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003. Lembramos que as décadas de 1980 e 1990 expressaram

o fim da onda desenvolvimentista das décadas anteriores, mergulhadas em um processo de galopante crise social e econômica. (CORRÊA 2018, p. 233).

Amparada pelos instrumentos analíticos do materialismo histórico, a pesquisadora tensionou tabus recentes da política brasileira, inserindo-os em um longo processo de continuidade. Dessa maneira, ela se aproximou das considerações de Maurilio Lima Botelho (2018) a respeito da ficcionalização da economia:

Nesse sentido, os mecanismos de financeirização, e mesmo da ficcionalização do valor expressa na rolagem de dívidas, passam a compor a produção de tal forma de que o valor só se materializa na medida em que adentra ao jogo dos mercados de papéis. Essa não seria uma forma “perversa” do capital, mas sim a forma do capital em si na sociedade capitalista contemporânea. (CORRÊA 2018, p. 231).

Este investimento renovado do materialismo, que aponta para a profundidade histórica das contrações do capital, permite iluminar o candor do enfrentamento da imagem da crise no contemporâneo. A esse debate crítico acerca da economia e política, proposto por Maurilio Lima Botelho e Ana Elisa Cruz Corrêa, podem-se somar as reflexões presentes em *Um museu de grandes novidades: capital fictício, fundo público e a economia política da catástrofe*, de autoria de Javier Blank (2018).

De forma semelhante às reflexões anteriores, Javier Blank aponta que o entendimento das contradições do movimento de financeirização, das trocas de moedas e papéis, que superam em muito o PIB mundial, só é possível partindo do princípio da *ficcionalização da riqueza*:

Uma das novidades produzidas nesse movimento de desenvolvimento e contradição é que a ficcionalização da riqueza, para além de um mecanismo que contribui à

redistribuição (ou pilhagem, rapina) da riqueza social previamente produzida, tornou-se no capitalismo contemporâneo um mecanismo fundamental da *produção* de riqueza capitalista. (BLANK 2018, p. 183).

Deste conjunto, extrai-se a percepção de um contemporâneo em que a gestão dos valores se torna um dispositivo mimético, mas, acima de tudo, autodestrutivo e catastrófico. Com isso, talvez, restaure-se a necessidade de revisitar as teorias da ficção e narratividade e suas relações com os campos da crítica da economia política. A partir delas, poderia ser levantada a possibilidade de a circunscrição entre o que viria a ser o mundo ficcional e o “dito” mundo real ser uma arbitrariedade. Não obstante, a crítica econômica e política da monetarização ficcional do valor permite algumas novas questões ao tempo histórico:

A predominância da produção desse tipo de riqueza abstrata deve nos ajudar a compreender uma novidade fundamental da nossa época, uma nova maneira sistêmica de se estabelecer o vínculo entre o presente e o futuro. Acontece que as expectativas de futuro se tornam fundamentais como base desse tipo de riqueza. Ainda que o futuro possa parecer o novo ponto de referência da acumulação, a rigor parece ser melhor afirmar que a referência dessa acumulação de capital continua sendo o presente (BLANK 2018, p. 187-188).

Também é possível colocar em perspectiva a predileção do capital como um gestor de crises e catástrofes. Como exemplo, a dissolução das classes trabalhadoras pela *uberização* ou precarização do trabalho. Fenômeno não mais exclusivo de setores ligados à indústria e à prestação de serviços, pressionando também os índices de empregabilidade nos vários níveis de docência e pesquisa das instituições de ensino no Brasil.

Esses três últimos escritos, publicados em um periódico da área de história, são de autoria de “não historiadores” advindos de diversas áreas de conhecimento, ou seja, o horizonte

da crítica em relação ao tempo e à história é pertinente para além das fronteiras disciplinares. Talvez isso seja mais um saudável indício da necessidade pronunciada de uma verdadeira abertura disciplinar, a qual possa interrogar com pujança as hipóteses de uma crise histórica no passar do século XXI.

Conclusões: decidir-se criticamente diante das hipóteses de crise

Mesmo percebendo um presente assoreando todas as dimensões do tempo, Eric Hobsbawm tranquilizava os alarmistas e céticos, prevendo a persistência – quase contingente – da história para a compreensão dos homens no mundo (HOBBSAWM 1998, p. 69). É apenas uma das várias respostas do historiador britânico em relação àqueles que, em decorrência da acelerada reconfiguração geopolítica do início da década de 1990, conclamavam a derrocada da história, outrossim, o colapso dos horizontes de futuro.

De igual modo, ao invés de depreciar as controversas teses contidas em *The end of history and the last man* (1992), de Francis Fukuyama, Perry Anderson (1992) considerou seriamente a tese do fim da história, inserindo o antigo assessor dos governos de Reagan e Thatcher, afastado do Departamento de Estado dos EUA, para a feitura de sua pesquisa, em uma tradição de pensamento iniciada por Hegel que perpassou as filosofias de Cournot e Kojève. Perry Anderson posicionou Francis Fukuyama em relação ao surgimento do termo *posthistoire*, como fruto de uma conjuntura política e tradição filosófica dos anos 1950, sendo “menos um sistema teórico do que uma estrutura de sentimento, o impulso de uma certa experiência histórica.” (ANDERSON 1992, p. 8). Portanto, passados vinte anos do século XXI, pode soar desgastada a afirmação de que a história, como disciplina, está em crise. Afinal, não se trataria de uma novidade, e sim, dentro do campo da economia e da política, uma exceção que se apresenta como uma regra contínua.

Como várias expressões culturais indicam, o passado ainda permanece como objeto de interesse de uma boa parcela das sociedades humanas. Mas a demanda por história não necessariamente significa uma demanda por historiadores qualificados. Os novos meios digitais que permitem – guardadas as questões em torno da inequidade do alcance às redes – o acesso um pouco mais amplo a arquivos, bibliotecas e aulas são os mesmos meios de recrudescência dos *negacionismos*. Falar e escrever a respeito da história, transpondo os necessários rigores disciplinares, é cada vez mais desafiador com a intrusão de dispositivos e aparelhos no plano de disputa das formas de se pensar a respeito do homem no tempo e no espaço.

Muitos dos problemas apresentados nesta breve revisão de literatura dizem respeito a aspectos globais da historiografia. Dentre os quatro eixos indicados para enfrentar a hipótese da crise *da e na* história no contemporâneo – *o presentismo e os regimes de historicidade; a digitalidade; a intervenção no mundo prático; e as questões de política e economia para a interpretação da história* – os escritos resultantes de esforços de pesquisa e reflexão apontam para controvérsias da configuração disciplinar, as quais podem ser resolvidas pelas próprias virtudes epistêmicas do ofício de historiador. Dessa forma, o interminável litígio entre as diversas escolas de pensamento, sendo uma qualidade das práticas científicas, não deveria soar como um alarme de crise.

Todavia, para além do horizonte disciplinar, as convulsões sociais no interior daquilo entendido por Dipesh Chakrabarty (2018), a partir da categoria de *tempo do antropoceno*, ressignificam os conceitos em torno das crises históricas. Desde as pressões ônticas, das mais elementares ordens objetivas para a manutenção dos direitos mínimos à vida, ao complexo subjetivo do nível ontológico, a história dos homens, para e pelos homens, encontra-se longe de uma resolução. Portanto, deve-se sempre interrogar o clima da crise – das

pressões do meio ambiente à inteligência artificial – e os olhares diante dessas miragens:

Até agora, o pensamento político tem se centrado no ser humano, mantendo constante o 'mundo' fora das preocupações humanas ou tratando suas erupções no tempo da história humana como intrusões de um 'exterior'. Este 'fora' não existe mais (CHAKRABARTY 2018, p. 29, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. Stanford, California: Stanford University Press, 1998a.

AGAMBEN, Giorgio. **Remnants of Auschwitz: the witness and the archive**. New York: Zone Books, 1998b.

ANNALES. Un tournant critique? **Annales**. Economies, sociétés, civilisations. 43^e année, N. 2, 1988. p. 291-293. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1988_num_43_2_283489. Acesso em: 26 jun. 2020.

ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Tradução de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, dez. 2016. DOI 10.1590/0104-87752016000300009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-877520160003000807&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 jun. 2020.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Qualis periódicos na área de história: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação. *In*: TURIN, Rodrigo; AVILA, Artur; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). **A História (in)Disciplinada** Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 119-148.

BOTELHO, Maurílio Lima. Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 157-180, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31274. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31274>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ebu Editora, 2019.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up Time: Negotiating the Borders Between Present, Past and Future. **Storia Della Storiografia = History of Historiography**. 63 (1), p. 31–50, 2013.

BLANK, Javier. Um museu de grandes novidades: capital fictício, fundo público e a economia política da catástrofe. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 181-197, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31321. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31321>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 146, de 22 de mar. 2007**. Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências. Brasília, DF, mar. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2Y78hrq>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 867, de 26 de mar. 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF, mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ejO2fz>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**. Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. 1. ed. Dansk: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism’s stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**, v. 7, p. 35-53, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25602>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. ANTHROPOCENE TIME. **History and Theory**, 57, 2018, p. 5-32, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hith.12044>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. DOI 10.1590/S0103-40142010000200002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. Crise do capital e crise da gestão estatal: a socialdemocracia e o Brasil Potência. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 218-238, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31511. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31511>. Acesso em: 24 jun. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte**: leituras para a reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

FIGUEIREDO, Luciano R., História e Informática: O uso do computador. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. La vie des hommes infâmes. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits, Tome III**, Texte 1998. Paris: Gallimard, 1972.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). 1. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo Martins Fontes, 2008.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2VknX3Z>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Macmillan, 1992.

GINZBURG, Carlo. Conversar com Orion. **Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 12, n. 14, p. pp. 163-170, nov. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/175>. Acesso em: 06 out. 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. Tradução de Ana Isabel Soares. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e Experiências do Tempo. Tradução de Andréa S. De Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina De A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. A História e previsão do futuro. *In*: HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IEGELSKI, Francine. Resfriamento das sociedades quentes? - crítica da modernidade, história intelectual, história política. **Revista História (São Paulo)**, São Paulo, n. 175, p. 385-414, dez. 2016. DOI 10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.109305. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092016000200385&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2020.

KLEIN, Naomi. How big tech plans to profit from the pandemic. **The Guardian**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hMo8mV>. Acesso em: 13 mai. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KUHN, Thomas. The Essential Tension: Tradition and Innovation in Scientific Research. *In*: KUHN, Thomas. **The Essential Tension**: Selected Studies in Scientific Tradition and Change. Chicago: Univ. Chicago Press, 1977, p. 225–239.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. La fin des érudits. L'historien de demain sera programmeur ou se sera pas. **Nouvel Observateur**, 3 mai 1968. Disponível em: <https://bit.ly/37BVWyc>. Acesso em: 16 jun. 2020.

LORENZ, Chris. If You're So Smart, Why Are You under Surveillance? Universities, Neoliberalism, and New Public Management. **Critical Inquiry**, v. 38, n. 3, p. 599–629, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/664553>. Acesso em: 25 mai. 2020.

LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia Digitale**: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011). Dissertação (Mestrado em História Comparada). Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MAIA, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 50-65, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31057. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31057>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MARQUES, Danilo Araújo. **No fio da navalha**: historicidade, pós-modernidade e fim da História. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2TKjBqQ>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**. A ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.

NICODEMO, Tiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Meta-história para robôs (*bots*): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 12, n. 29, 28 abr. 2019. DOI 10.15848/hh.v12i29.1443. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1443>. Acesso em: 17 jun. 2020.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010. DOI 10.5380/his.v0i53.15808. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15808>. Acesso em: 29 mai. 2020.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 18-34, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31121>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634/3098>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria.; ARAUJO, Valdei Lopes de. Reconfigurações do tempo histórico. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, 5 jun. 2017. DOI 10.35699/2316-770X.2016.2770. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2770>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Atualismo 1.0** - Como a ideia de atualização mudou o século XXI. 2. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2019. *Ebook*.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: TURIN, Rodrigo; AVILA, Artur; NICOLAZZI, Fernando. (Orgs.). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019, p. 73-118.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 9, n. 22, 31 jan. 2017. DOI 10.15848/hh.v0i22.1186. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1186>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SILVA, Daniel Pinha. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 83-110, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31322. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31322>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SHORE, Cris. Audit Culture and Illiberal Governance: Universities and the Politics of Accountability. **Anthropological Theory**, v. 8, n. 3, p. 278–298, Sept. 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499608093815>. Acesso em: 25 mai. 2020.

SOUSA, Francisco Gouvea de; GUIMARÃES, Géssica; NICODEMO, Thiago Lima. Uma lágrima sobre a cicatriz: o desmonte da universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJresiste). **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 17, p. 71-87, jul. 2017. DOI 10.12957/revmar.2017.28598. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/28598>. Acesso em: 28 nov. 2019.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: A crise adiada do capitalismo democrático**. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAVARES, Célia Cristina da Silva Tavares. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 586-601, dez. 2016. DOI [10.1590/2237-101x017033012](https://doi.org/10.1590/2237-101x017033012). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2016000200586&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo [online]**. 2018, v. 24, n. 2, p.186-205. DOI [10.1590/tem-1980-542x2018v240201](https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2018v240201). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042018000200186&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n. 13, p. 78-95, 12 nov. 2013. DOI [10.15848/hh.v0i13.673](https://doi.org/10.15848/hh.v0i13.673). Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/673>. Acesso em: 24 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: TURIN, Rodrigo; AVILA, Artur; NICOLAZZI, Fernando. (Orgs.). **A História (in)Disciplinada**: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019a, p. 245-272;

TURIN, Rodrigo. Tempos de transição: aceleração e dessincronização social. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (Orgs.) **Tempos de transição**. E-book. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/2UBstiN>. Acesso em: 11 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. 1. ed. Dansk: Zazie Edições, 2019b.

VIEIRA, Beatriz; FELIPPE, Eduardo Ferraz; NICODEMO, Thiago Lima. Crise: a exceção que se tornou regra. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 7-12, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.32264. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/32264>. Acesso em: 23 jun. 2020.

WHITE, Hayden. **The practical past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

NOTA SOBRE O AUTOR

Luiz Alexandre Kosteczka

alexkosteczka@gmail.com
Universidade Federal do Paraná
Curitiba
Paraná
Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Luiz Alexandre Kosteczka
Universidade Federal do Paraná
Rua General Carneiro, 460,
Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716
Campus Reitoria - Centro
Curitiba - PR - Brasil

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

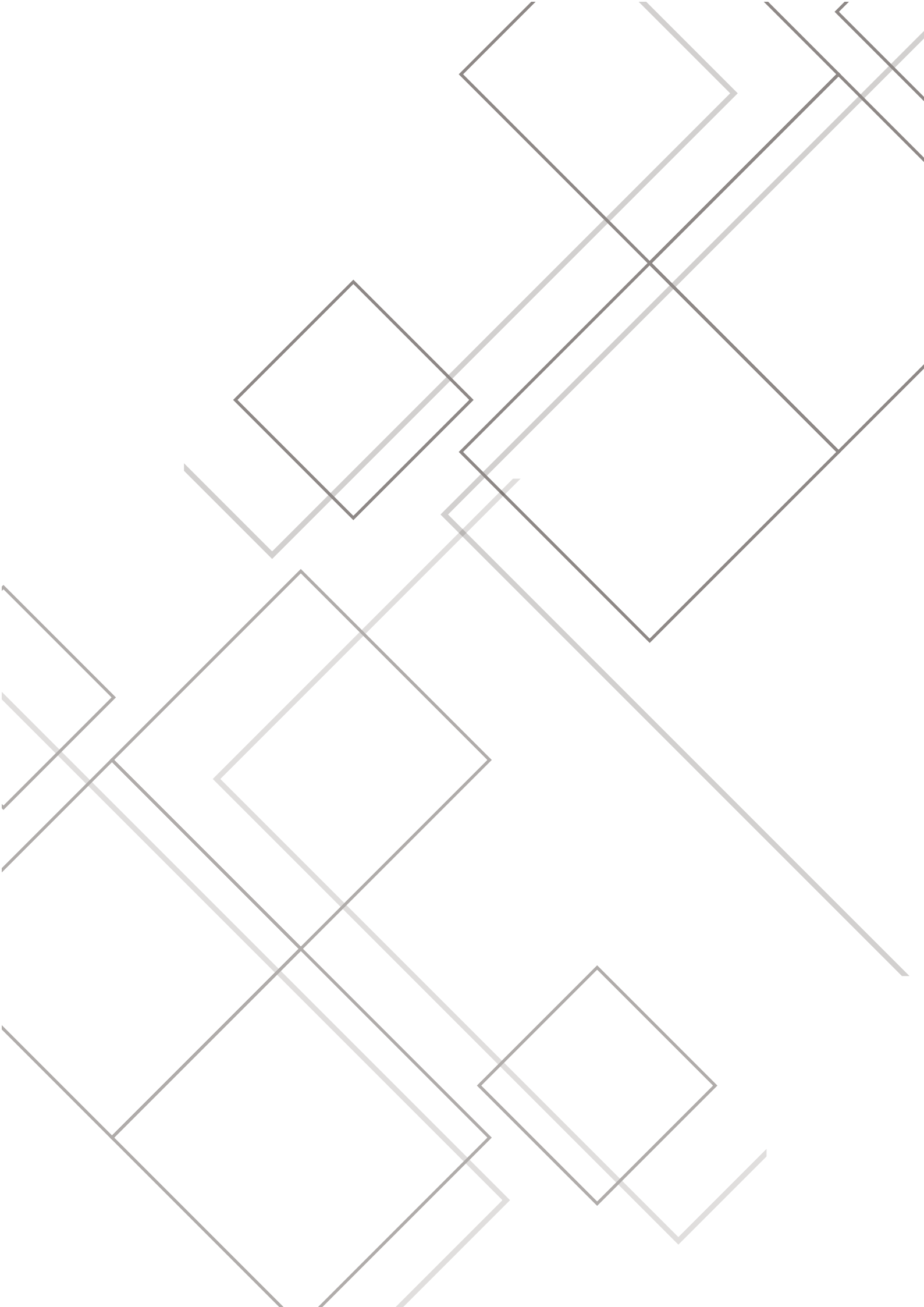
CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
SemDerivações 4.0
International.



RECEBIDO EM: 29/JUL./2020 | APROVADO EM: 08/OUT./2020



Os heróis maçônicos na historiografia da abolição em São Paulo

Masonic heroes in the historiography of abolition in São Paulo

Renata Ribeiro Francisco ^a

E-mail: renataribeirofrancisco@gmail.com

http://orcid.org/0000-0002-9021-6600 

^a Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Nascida como organização de ajuda-mútua, a maçonaria ganharia novos contornos, consolidando-se como importante espaço de sociabilidade na segunda metade do século XVIII e, institucionalizada no Brasil no início do século XIX. A irmandade engrossou suas fileiras incorporando em sua organização importantes personagens de seu tempo, de políticos da alta cúpula a ativistas influentes. O presente artigo apresenta o debate historiográfico acerca da construção das memórias da Abolição da Escravatura, a partir da hipótese de que a maçonaria estrategicamente escolheu evocar a imagem de alguns personagens de sua história, a fim de cimentar positivamente suas experiências e seu suposto protagonismo através das narrativas maçônicas contemporâneas confeccionadas por escritores maçons. Nota-se, nessa longa jornada, que os denominados heróis maçônicos surgiam e desapareciam dessa literatura ao sabor do tempo e das narrativas.

ABSTRACT

Born as a mutual aid organization, Freemasonry would gain new contours, consolidating itself as an important sociability space in the second half of the 18th century and, institutionalized in Brazil at the threshold of the 19th century. The brotherhood has expanded its ranks by incorporating into its organization important characters of its time, from high-ranking politicians to influential activists. This article presents the historiographic debate about the construction of the memories of Abolition based on the hypothesis that Freemasonry strategically chose to evoke the image of some characters in its history, in order to positively cement their experiences and supposed protagonism through contemporary Masonic narratives made by Freemason writers. It is noted in this long journey that the so-called Masonic heroes, emerged and disappeared from this literature in the light of time and narrative.

PALAVRAS-CHAVE

Ciências humanas; Lugares de memória; Narrativa historiográfica

KEYWORDS

Human sciences; Memory places; Historiographical narrative

Introdução

A maçonaria nasceu como organização de ajuda-mútua e, ao longo do tempo, constituiu-se também como espaço de sociabilidade, oferecendo rede de apoio político, social e simbólico a seus membros. É difícil atribuir à organização uma data de origem, uma vez que não há consenso historiográfico. Por convenção, muitos pesquisadores do tema adotaram como marcador histórico maçônico a Constituição de Anderson (GRAINHA 2011).

O documento é um compilado de registros maçônicos que reúne informações relativas aos direitos e deveres dos iniciados. A Constituição de Anderson foi elaborada na segunda metade do século XVIII. Com atuação transnacional, a organização tem atribuído a si mesma protagonismo nos principais eventos históricos ocorridos ao redor do mundo, como a Revolução Francesa (BARATA 2002).

O primeiro registro maçônica em território nacional data do ano de 1801, na cidade do Rio de Janeiro, quando se cria a Loja¹ Maçônica Reunião (AZEVEDO 1996, p. 179). Conforme Marco Morel, a maçonaria constituiu-se com força no Brasil oitocentista, como expressão da expansão do espaço público (MOREL 2005). Ainda segundo o autor, após a Revolução Francesa, as associações do tipo maçônico “começaram, cada vez mais, a pleitear espaço” (MOREL 2005, p. 246). Na prática, isso significava que a organização se faria presente na imprensa, na política, na igreja e nas associações de modo geral.

Na província de São Paulo, a maçonaria desenvolveu-se tardiamente, comparada às demais localidades. A Loja Maçônica Inteligência foi a primeira a ser instalada em São Paulo, na cidade de Porto Feliz, em 1831. A consolidação da maçonaria na província paulista se daria na segunda metade do século XIX, com o crescimento expressivos de lojas (BARATA 1999). Nesse sentido, a presença da Faculdade de Direito na capital

*1 Na terminologia maçônica, loja é o local onde se reúnem os membros para a realização de suas atividades. Ver: CAMINO, da Rizzardo. **Dicionário maçônico.** São Paulo: Madras, 2010, p.251.*

da província foi fundamental para promover a organização (BANDECCHI 1982).

Muitos estudantes foram recrutados para compor o quadro da organização, assim como representantes da imprensa, membros de outras associações e comerciantes (CASTELLANI 2000). O crescimento maçônico suscitaria maior participação maçônica na vida política e social do país.

Na segunda metade do século XIX, havia, por toda parte, maçons republicanos, abolicionistas, monarquistas, escravistas, uns mais atuantes e outros menos. Comprometidos com suas próprias agendas, alguns eram tributários de poderes de decisão, com representação no congresso; enquanto outros estavam envolvidos com o ativismo jurídico, lutando em defesa dos escravizados (RIBEIRO 2011). Como grupo heterogêneo, os maçons não conseguiram construir uma agenda unitária e coesa. A maçonaria ao longo de sua história colecionou cisões, conflitos e disputas, característica que colaboraria para seu declínio nas décadas subsequentes.

A perda de prestígio da maçonaria no século XX (MOREL 2008) seria progressiva e derradeira, após sucessivas perseguições e ameaças sofridas por décadas consecutivas. Diante do novo desenho político, a organização maçônica daria vazão a uma série de iniciativas, tais como a produção de uma historiografia que não apenas aproximava a história da organização aos eventos marcantes do país, mas se confundia com ela (CASTELLANI 2009).

A construção de monumentos-museu, a edificação de acervo com objetos dedicados à memória maçônica da abolição e a elaboração de narrativas maçônicas são partes integrantes do projeto de resgate da memória maçônica. Instrumentos essenciais à concepção da memória, mas incompletos, sem a consagração de seus heróis. Heróis que são tão importantes à construção da memória, quanto os símbolos e as práticas cultuados nos cerimoniais e rituais também o são, como

bandeiras e indumentárias. De acordo com Paulo Miceli, o herói cria a perspectiva de que,

magicamente, só ele pode fundir todas as múltiplas partes que compõem, na realização de um ideal de libertação e emancipação de um país, de uma classe social, de uma etnia, de grupos religiosos e de uma infinidade de instituições e agrupamentos sociais, criados e mantidos por interesses e intenções igualmente múltiplos e quase nunca transparentes (MICELI 1994, p. 12).

Imbuído por esse sentimento, a maçonaria paulista zelava pela evocação de um herói capaz de incutir na memória maçônica da abolição uma representação profícua de si mesma. Nesse sentido, houve larga mobilização com o fito de transformar seus personagens em potenciais candidatos ao papel de herói maçônico. O esforço da promoção desses candidatos, entretanto, não seria tarefa simples, uma vez que poucos Irmãos reuniam as qualidades necessárias ao desempenho do pretendido papel de herói.

Neste artigo, investiga-se o papel do herói na construção da historiografia maçônica da abolição em São Paulo. Na primeira parte, realizou-se uma análise dos caminhos percorridos pela maçonaria paulista na escolha de Luiz Gama como o principal personagem da historiografia maçônica. Na segunda, foram considerados os recursos e esforços adotados pela organização para vincular a imagem do abolicionista à historiografia maçônica. Por fim, na terceira parte, os olhares se voltaram para o cemitério da Consolação, consolidado pela maçonaria como um importante espaço dedicado à construção da historiografia maçônica.

A criação dos heróis maçônicos na história da abolição em São Paulo

O processo de fabricação do herói depende da confluência de diversos fatores, dentre eles as “condições de criação e

recriação” (MICELI 1994, p. 12). Conforme Paulo Miceli, o herói não pode ser criado ou recriado com base em virtudes e qualidades incompatíveis com o tempo e as circunstâncias, tampouco pode distanciar-se do discurso pregado pelo grupo empenhado na validação de sua imagem.

Em meados do século XIX, forjava-se um modelo de herói ajustado às novas transformações sociais e econômicas vigentes no continente europeu. Esse conjunto de mudanças provocaria a emergência de um novo modelo de sociedade, fundado na chamada modernidade, paradigma marcado pela ascensão e difusão das ideias liberais, consagrada no pensamento igualitário e democrático, em oposição à religião, aos costumes, aos privilégios de classe e às monarquias absolutistas.

Todas essas experiências vividas pelas classes subalternas em suas múltiplas dimensões inspirariam a criação de um modelo de herói, então reproduzido nas narrativas literárias modernas. Na concepção de Walter Benjamin, “o herói era o verdadeiro tema da modernidade” (BENJAMIM 1975, p. 24) e, como símbolo dela, deveria refletir o desejo por justiça e igualdade. Desse modo, entrava em cena o herói moderno encarnado na figura do homem comum oriundo das massas, do povo, das multidões.

A virtude desse herói residia em sua coragem, em seu sacrifício. O herói moderno não se alienava diante dos problemas sociais, sacrificava a própria vida em nome de uma causa social, lutava pela sobrevivência e pela destruição de um modelo social opressivo.

Sob o signo do herói moderno, forjado no final do século XIX, a maçonaria destacaria de suas fileiras figuras que pudessem encarná-lo em suas narrativas. Nomes como os de José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Rui Barbosa e Antonio Bento surgiram como candidatos ao posto.

Joaquim Nabuco era um forte candidato ao papel de herói, uma vez que, nas últimas décadas de vigência da escravidão, havia se tornado uma voz importante no Parlamento e um respeitável articulador de ações abolicionistas. Ao lado de seus correligionários André Rebouças e José do Patrocínio, Nabuco arquitetou a criação da Fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, em 1880, uma organização projetada para funcionar como uma “versão brasileira da The British and Foreign Anti-Slavery Society” (ALONSO 2007, p. 189).

As múltiplas memórias construídas em torno da imagem do abolicionista limitavam-se, contudo, às perspectivas de elevá-lo ao posto de herói da abolição maçônica de São Paulo. Sua imagem havia se fragmentado. Conforme Ângela Alonso, (2007 p. 160), nas celebrações fúnebres realizadas em memória de Joaquim Nabuco, sua figura nem sempre esteve vinculada ao abolicionismo. Em Washington, cidade onde faleceu, exaltou-se a imagem de diplomata, legítimo representante da aristocracia.

Na cidade do Rio de Janeiro, a cerimônia fúnebre voltou-se para a construção de sua figura como político monarquista liberal. Só no Recife, sua cidade natal, onde foram depositados seus restos mortais, sua memória esteve atrelada profundamente à abolição e forjou-se uma imagem de líder popular de Nabuco. Lá, fora recebido por “marinheiros descendentes de escravos” (ALONSO 2007 p. 15) receberam o corpo do falecido que seguiu em cortejo pelas ruas da cidade, acompanhado por populares. A imagem de líder popular do abolicionismo construída em Recife não se transferiria para outras partes do país (ALONSO 2007 p. 15).

A maçonaria teria grandes dificuldades em colar a imagem de Nabuco à memória da abolição maçônica paulista. Afinal, em São Paulo, Joaquim Nabuco seria lembrado apenas como estudante da Faculdade de Direito, de origem aristocrática, com breve passagem pela maçonaria. Essa imagem o qualificava para ocupar um lugar na historiografia da abolição, mas não

para assumir a posição de herói supremo da organização, ainda que em sua lápide houvesse clara alusão a sua participação no processo abolicionista.

Pouco mais identificado com as massas que Joaquim Nabuco, a imagem do paulista Antonio Bento conteria as qualidades indispensáveis para ocupar o lugar de herói da memória maçônica da abolição paulista, uma vez que era visto como sucessor de Luiz Gama na causa abolicionista. Na historiografia da abolição, seu nome esteve associado às ações ilegais, então desenroladas na fase final da luta contra a escravidão, ainda que tivesse se dedicado também às ações de manumissão à maneira de Luiz Gama (AZEVEDO 2010).

Segundo Alexandre Ferro Otsuka (2015), a historiografia da abolição construiu uma imagem ortodoxa de Antonio Bento, assentada excepcionalmente nas práticas ilegais, ou seja, na fuga de escravizados. Essa dimensão subversiva de suas ações teria se sobressaído em relação às outras atividades perpetradas pelo abolicionista, tais como a de jornalista e advogado. Otsuka enumera dois motivos que teriam determinado a construção de uma única imagem de Antonio Bento. A primeira delas resultava da falta de documentação imprescindível que permitisse uma análise mais abrangente a respeito desse personagem, e a segunda decorria da vigência de uma historiografia que havia se debruçado sobre um mesmo conjunto documental, predominantemente, fabricado por testemunhos e relatos de memorialistas abolicionistas² (OTSUKA 2015).

A visão romantizada dos estudos memorialistas sobre a abolição em São Paulo e o papel desempenhado por Antonio Bento no processo abolicionista, produzidas algumas décadas depois da abolição, de acordo com Otsuka, ofuscaram outras perspectivas analíticas que se voltassem para a sua vida profissional depois de seu retorno para a cidade de São Paulo em 1877.

Essas interpretações consolidadas na historiografia da abolição, na perspectiva de Otsuka, demonstravam que Antonio

2 Grupo que afirmava ter participado ativamente das ações lideradas por Antonio Bento e sobrevalorizado a atuação do maçom e dos caifazes. O Movimento dos Caifazes foi organizado por Antônio Bento de Souza e Castro. Os membros desse grupo organizavam fugas coletivas no final do século XIX, ou "roubavam os escravos de seus senhores" para enviá-los ao quilombo do Jabaquara na cidade de Santos.

Bento era uma figura subversiva e radical, tal concepção historiográfica, construída em torno do maçom, provavelmente não era bem vista pelos pesquisadores maçons.

Vale ressaltar que nos primeiros estudos produzidos pela literatura celebrativa na década de 1970, Antonio Bento sequer foi mencionado. A presença do abolicionista nas narrativas maçônicas foi incorporada somente em 1981 (CASTELLANI 1981, p. 56), no texto produzido por José Castellani apresentado no Congresso Maçônico Internacional da História e Geografia dedicado à celebração do centenário da abolição. Na ocasião, o escritor José Castellani apresentou o artigo intitulado *Antonio Bento: um nome esquecido no movimento abolicionista* (CASTELLANI 1981, p. 12). Tempos depois, o autor lançaria o livro *Os maçons e a abolição da escravidão*, no qual daria relevo à trajetória do abolicionista (CASTELLANI 2000, p. 257).

A ausência temporária de Antonio Bento na historiografia maçônica deveu-se, provavelmente, ao próprio contexto de produção dessa literatura celebrativa. Entre as décadas de 1970 e 1980, auge de produção das narrativas maçônicas, o país vivia os anos mais difíceis do regime de exceção e a maçonaria como organização civil não ficaria imune à intervenção e vigilância do governo³ (CARVALHO; CASTELLANI 2009, p. 257).

A perseguição a maçonaria, vista como órgão de infiltração comunista, imprimia um sentido de reserva sobre os personagens que poderiam ou não ser cultuados naquele contexto. A imagem de subversivo construída pela historiografia da abolição em torno de Antonio Bento poderia facilmente ser associada a ideologias e lideranças de esquerda, motivando, portanto, censuras e novas intervenções do governo. Esse elemento sozinho evidentemente não seria suficiente para explicar completamente o ostracismo temporário de Antonio Bento dos escritos maçônicos.

Outro aspecto de rejeição da figura de Antonio Bento associava-se ao próprio interesse da organização em construir uma memória maçônica da abolição assentada na concepção

3 Em 1971, o governo indiciou o grão-mestre do Grande Oriente de São Paulo, Danylo José Fernandes Grande, por suspeita de "infiltração comunista". Embora nada tivesse sido provado contra o grão-mestre e a obediência, no entanto, a experiência de intervenção na organização, de certo modo, deixaria os escritores maçons em alerta.

de que a extinção da escravidão deveria ter sido encaminhada de forma lenta e gradual, e a imagem de Antonio Bento, em contrapartida, estava atrelada às ações ilegais, ao caos e à desordem, perpetradas pelo maçom na companhia de seus companheiros caifazes, apoiada na “rede de fugas assistidas” (OTSUKA 2015, p. 99).

Escolher Antonio Bento como herói da memória da abolição paulista, neste momento, significava atribuir à instituição maçônica características obscuras, subversivas e ilegais. Tais predicados imputados a ele, como sublinhou Alexandre Ferro Otsuka, permearam toda a historiografia da abolição, ocultando outras importantes dimensões da atuação legal do abolicionista (OTSUKA 2015).

Enquanto a imagem de Joaquim Nabuco estava associada à aristocracia e à monarquia, a figura de Antonio Bento era sinônimo de caos, desordem e subversão. Portanto, nem Joaquim Nabuco nem Antonio Bento poderia ser alçado como símbolo supremo da historiografia maçônica em São Paulo.

Nessa disputa, o candidato com maior potencial para desempenhar o papel de herói da historiografia maçônica da abolição seria, portanto, o baiano Luiz Gama. O abolicionista reunia todos os atributos necessários à construção da figura do herói. Sobressaiu-se entre os demais candidatos por ser o único maçom a experimentar a escravidão na pele. Como “homem de cor”, sua presença no quadro maçônico imprimia um sentido genuinamente fraternal e igualitário à organização, isentando-a, ao mesmo tempo, de ser portadora de práticas discriminatórias de natureza racial e/ou social contra “Irmãos de cor” (AZEVEDO 2010).

Membro histórico da Loja América, Gama demonstrou talento no campo jurídico, defendendo a liberdade de africanos ilegalmente escravizados, resguardando os cativos do abuso praticado por seus senhores. Ainda que tenha fracassado em algumas ações de manumissão, tais práticas lhe deram a devida visibilidade para além das fronteiras da cidade. Advogados de

outras cidades buscaram por sua orientação jurídica (PINTO 2014, p. 70), ao passo que africanos ilegalmente escravizados de outros municípios da província paulista seguiam com destino a São Paulo, depositando suas esperanças de liberdade nas mãos do advogado provisionado⁴.

Essa era apenas uma das facetas do abolicionista que também dedicou parte de seu tempo em colaboração com a imprensa paulista e carioca (*Correio Paulistano, O Ipiranga, Radical Paulistano, Gazeta do Povo, O abolicionista, Gazeta da Tarde*), manifestando-se contra a escravidão, o poder da Igreja católica, o poder moderador e a monarquia. Luiz Gama reservaria ainda tempo para dedicar-se a sua própria folha, o domingueiro *Diabo Coxo* (1864-1865), considerado o primeiro jornal ilustrado de caricatura de São Paulo (FERREIRA 2011). Gama demonstrou gosto e afinidade pela escrita ainda em 1859, quando publicou seu primeiro e único livro de poemas, *Primeiras Trovas Burlescas*, em São Paulo.

A trajetória do maçom abolicionista escravizado pelo pai na Bahia e que morreria como um líder abolicionista popular na província de São Paulo, aclamado por toda a sociedade paulista, não poderia ser ignorada pela maçonaria paulista interessada em fabricar um herói maçônico capaz de assegurar a recuperação da imagem da organização.

Como se observa em diferentes registros, a morte de Luiz Gama gerou forte comoção na cidade de São Paulo. As homenagens ao maçom não pararam de acontecer nos meses e anos seguidos a sua morte. A mobilização coletiva atingia diferentes setores sociais:

Tendo resolvido solenizar o primeiro aniversário do passamento do Grande cidadão Luiz Gama, por meio de um sarau literário que terá lugar na noite do 24 do corrente mês, no teatro São José e de uma procissão cívica que se deve realizar no domingo após 26 do corrente vem convidar a distinta loja Piratininga, a comparecer na corporação, com o seu estandarte, para tomar parte, não só na dita sessão como igualmente no respectivo

4 Luiz Gama defendeu muitos africanos oriundos de outras cidades como o escravo Jacinto, fugido de seu suposto senhor (Antonio Gonçalves), alegando ser submetido à escravidão ilegal.

cortejo. Luiz Gama representa o desejo popular de São Paulo, é uma glória nacional como exemplo venerando do civismo, e é um benemérito da humanidade, combatente heroico de uma das campanhas formidáveis do século. Cantamos com brilhante concurso das corporações populares de São Paulo. No aniversário de passamento de Luiz Gama, não o solenizamos como uma data de luto. A nossa festa significa a homenagem justa a um grande nome. (Ata da Loja Piratininga 19 de agosto de 1883).

Uma série de homenagens, amplamente registradas em documentos maçônicos, relatos e testemunhos garantiriam as condições necessárias para a construção da memória maçônica da abolição. Em 24 de agosto de 1894, data de aniversário do passamento de Luiz Gama, membros da Loja Sete de Setembro, entres eles, Antonio Góes Nobre, em homenagem ao Irmão, articularam a criação de uma loja maçônica que recebeu o seu nome:

Decorrido algum tempo, como homenagem aos relevantes serviços prestados em vida para a emancipação dos escravos, lembrei-me de fundar uma Loja com seu nome, com o concurso dos obreiros das lojas (...), porém composta somente de homens pretos e já livres pela lei da alforria (...) assinada ela Princesa Imperial, na ausência do Imperador que havia seguido viagem para a Europa. Para a formação da Loja, iniciei 25 pretos, me afastei da mesma só aparecendo 2 anos [depois] (...) (FERREIRA 2001, p. 551).

Particularmente, os relatos e os testemunhos produzidos por contemporâneos de Luiz Gama ofereceriam os subsídios necessários à fabricação da figura do abolicionista como herói. A longa e romantizada cena de seu enterro, narrada pelo amigo Raul Pompéia repercutiria para além daqueles tempos. Publicado no jornal *Gazeta de Notícias* - "Última página da vida de um grande homem" -, o relato traduzia a dimensão que a morte de Luiz Gama havia alcançado na cidade: "Nunca houve coisa igual em São Paulo, dizia-se pelas esquinas"; "E o nome de Luiz Gama, coberto de bênçãos, corria de boca em

boca. No posto de honra das alças do esquife sucedia-se toda a população de São Paulo” (*Gazeta de Notícias* 10 de setembro de 1882).

Raul Pompéia não foi o único a romancear o funeral de Gama, outros de seus contemporâneos seguiram na mesma direção, publicando cartas, poemas e artigos em homenagem ao abolicionista, como Rangel Pestana, “A morte de Luiz Gama”; Alfredo Cardoso de Abreu Peroba “A Luiz Gama”; Belarmino Indalécio de Sousa, “A memória de Luiz Gama”; Raimundo Correia, “Luiz Gama”. Essas narrativas seriam usadas posteriormente como fonte histórica (FERREIRA 2011).

O artigo produzido por Rangel Pestana em homenagem a Luiz Gama, em 1882, seria reproduzido em 1930, cinquenta anos depois em outro jornal, reavivando a importância do maçom no processo abolicionista:

Luiz Gama, um grande talento, uma grande abnegação, saíra de condições inferiores e chegara a merecer consideração e estima não só em São Paulo como em todo o país. Seu nome alargava sempre o espaço que a popularidade enchia com a fama de seus atos de destemido e benemérito abolicionista e democrata. Junto do corpo inânime daquele negro ilustre por seus próprios feitos, que traduziam a energia de uma vontade inabalável, o esplendor de uma inteligência vigorosa, os contemporâneos, amigos de admiração e respeito. (...) Luiz Gama não era, pois um “vulto negro” que arvorando a bandeira do abolicionismo ameaçava cobrir de horrores a sociedade; era antes de tudo a imagem viva da caridade que não têm cores nem privilégios de nobreza. Tipo de heroísmo nas sociedades modernas, ele aparecia entre nós como o pai dos pobres, dos desprovidos dos favores da fortuna e das graças do poder. (*A Província de São Paulo* 21 de junho de 1930).

Reproduzido no jornal *A Província de São Paulo* na ocasião da celebração do centenário de nascimento de Luiz Gama, em 21 de junho de 1930, o artigo continha valores heroicos atribuídos à figura de Luiz Gama que não mudaram com o tempo. As virtudes imputadas por Rangel Pestana ao abolicionista

(“caridade”, “popularidade”, “pai dos pobres”, “vulto negro”, “negro ilustre”, “destemido”, “inteligência vigorosa”) definiam uma concepção de herói moderno então forjado em meados no século XIX, que encontrou terreno fértil à sua manutenção e expansão no século XX.

Na concepção do herói moderno, Luiz Gama representava o homem real, era figura popular egressa das camadas desprivilegiadas, negro (como a maior parte da população), sem grandes ambições, movido pelo sacrifício, pela caridade, pela generosidade, pelo altruísmo, que lutou até o último instante de sua vida contra a opressão escravista. Essa era a imagem de Luiz Gama construída com base em relatos e narrativas de seus contemporâneos.

A biografia do abolicionista publicada pela primeira vez em 1881 por Lúcio de Mendonça no *Almanaque Literário de São Paulo* seria igualmente recuperada em inúmeras outras ocasiões no século XX. Em 1895, a história de Luiz Gama foi resgatada no livro de Tancredo Amaral, *A história de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos*. Em 13 de maio de 1920 (data de celebração da abolição) o documento foi reproduzido pela primeira vez no jornal *A Província de São Paulo*; a segunda, na data do centenário de nascimento de Luiz Gama (21 de junho de 1930); depois replicado na *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, em 1930; na *Revista da Academia de Letras*, em 1933; servindo ainda como principal fonte documental à elaboração do primeiro livro biográfico publicado por Sud Menucci sobre o abolicionista em 1938 (FERREIRA 2011, p. 256).

Alguns valores e virtudes atribuídos a Luiz Gama no passado sofreriam alterações de sentido e importância. A cor de sua pele provavelmente teve um peso maior na manutenção de sua imagem como herói no século XX do que no século XIX, já que no novo cenário social pós-abolição a ideia de construção da cidadania e da identidade nacional passava necessariamente pela temática racial nas décadas de 1920 e 1930.

A negritude não foi um assunto diluído em sua biografia, pelo contrário, sua imagem não sofreu retoques, não esteve sujeita ao processo de branqueamento como sucedera com outros “homens de cor”, como Machado de Assis (PINTO 2014, p. 154). Luiz Gama permaneceria imune ao branqueamento, posto que o abolicionista nunca negou sua negritude, pelo contrário, exaltou-a oportunamente, evocando sua ancestralidade africana em textos, cartas, artigos e poemas. Alguns deles publicados em seu livro, *Primeiras Trovas Burlescas*, de 1859, no qual o abolicionista inflava a sua negritude (“Negro sou” e “Quem sou eu”) (FERREIRA 2011).

Os jornais e as revistas da época registraram a figura do abolicionista, conservando sua fisionomia de “homem de cor”. Sua imagem foi reproduzida sem grandes alterações, provavelmente por ter sido largamente registrada ao longo de toda a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Seu rosto havia estampado as páginas dos principais jornais do período. Reproduzido, ainda, no pincel do cartunista italiano Ângelo Agostini (1867 e 1882) e fotografado por Militão Augusto de Azevedo, um dos principais retratistas da época.

Luiz Gama enquadrava-se perfeitamente no protótipo de herói porque sua imagem comportava um “modelo coletivamente valorizado” (CARVALHO 1990, p.55). “Homem de cor” que erigiu bandeiras políticas importantes – a luta pela abolição e pela república (AZEVEDO 1999). Figura popular que transitava com tranquilidade entre as distintas camadas sociais, desde os grupos remediados, pobres e marginalizados (livres pobres, forros e escravizados) até os mais elitizados da sociedade paulista.

Na disputa pelo lugar de herói na historiografia maçônica da abolição, certamente lançar a figura de Luiz Gama ao panteão dos heróis não demandaria grande esforço à organização, afinal a trajetória do morto fornecia o aporte necessário para a construção da imagem do herói moderno.

Todos esses elementos associados à figura de Luiz Gama acabariam se sobrepondo à imagem de Joaquim Nabuco e de Antonio Bento. Conforme Paulo Miceli, “ao saltar de seu tempo, além da consagração póstuma, os heróis são condenados a trabalhar sempre e a dedicar sua vida (ou sua morte) para que “os homens” (possam ser) salvos de alguma coisa” (MICELI 1994, p. 25).

Nesse sentido, a imagem de Luiz Gama se prestaria ao “salvamento” da memória maçônica da abolição. Por essa razão, o Grande Oriente de São Paulo erigiu um busto em bronze em homenagem ao seu herói da abolição. O busto dedicado a Luiz Gama está exposto no *hall* de entrada do museu maçônico paulista.

Usos do passado e a apropriação da memória maçônica de Luiz Gama e de Antonio Bento.

Na disputa pelo posto de herói da memória maçônica da abolição vê-se a figura do baiano Luiz Gama imperar sobremaneira em relação às imagens do paulista Antonio Bento e do recifense Joaquim Nabuco. A imagem de Luiz Gama não havia esvaído completamente com o tempo e, para os propósitos maçônicos de construção de uma historiografia que valorizasse a memória da organização, convinha consagrar Luiz Gama como herói. A figura do abolicionista imputava um sentido democrático, fraternal e igualitário à maçonaria paulista.

A comoção gerada com a morte de Luiz Gama seria o ponto de partida para a construção de uma literatura maçônica pautada na memória do abolicionista. De acordo com Carmen Mc Evoy, a orquestração dos grandes funerais fornece os subsídios essenciais à cristalização da imagem coletiva do morto, seguindo três etapas: primeiro, a morte inesperada; segundo, o abalo coletivo; e, por fim, a realização de um grande funeral. Essas fases estiveram presentes no processo de mitificação de Luiz Gama, morto em 1882.

Conforme Mc Evoy “a morte de uma pessoa importante é um espetáculo com rasgos teatrais em si, manifestação evidente do poder simbólico que se intenta projetar sobre uma determinada comunidade” (EVOY 2006, p. 150).

O passamento de Luiz Gama representaria um divisor de águas no movimento abolicionista paulista. Após a sua morte, emergiria uma nova liderança, Antonio Bento, que embora tivesse preenchido em tese o vazio deixado por seu antecessor, não foi capaz de enterrar o espírito de Luiz Gama. A memória de Gama foi evocada em diferentes momentos como liderança simbólica à frente do movimento abolicionista. A sua imagem era vivificada por toda parte: nas conferências públicas abolicionistas, proferidas pelo amigo José do Patrocínio, na cidade do Rio de Janeiro, bem como nos discursos de seus correligionários Joaquim Nabuco, André Rebouças, José Mariano e João Clapp (ALONSO 2007, p. 180).

Nesse período, desenhava-se a mitificação da figura de Luiz Gama por meio das constantes celebrações realizadas pelo seu passamento. Associações como Club dos Girondinos, Centro Abolicionista de São Paulo e Caixa Emancipadora Luiz Gama organizaram uma maratona de homenagens ao finado com saraus, festas, cortejos e missas. Em sua homenagem, a Loja América instalou uma placa cravejada com o símbolo da organização no túmulo do falecido em 1883 (BANDECCHI 1982, p. 83).

Os recursos à evocação de sua memória pareciam inesgotáveis. Os cortejos, com destino ao Cemitério da Consolação, entre os anos de 1883 e 1884, transformariam o espaço em um verdadeiro santuário. Nesses dois anos, consecutivamente, as celebrações foram encerradas ao pé do túmulo do abolicionista (FERREIRA 2001. p. 520-521).

Conforme Cecília Helena de Salles Oliveira, os túmulos, assim como os monumentos e os rituais celebrativos colaboravam para “gerir a memória e impedir que o “esquecimento” semeasse a “morte dos imortais” (OLIVEIRA 2011, p. 198). O

ritual de visitação criado em torno da lápide do abolicionista se convertia em tradição que tinha o objetivo de “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBBSAWM; RANGER 2012, p. 9).

A tradição de visitação ao túmulo de Luiz Gama nos aniversários de seu passamento representava não apenas uma forma de celebração da memória do morto, mas, sobretudo, uma tentativa de demarcar um lugar à prática do protesto silencioso e simbólico contra a escravidão, num contexto marcado pela desconstrução do sistema escravista, caracterizado por fugas em massa de cativos (FERREIRA 2001).

Luiz Gama havia morrido no auge da luta abolicionista situação que colaborou com a mitificação de sua figura. Até 1888, a imagem do maçom se tornou importante no debate antiescravista, servindo como fonte de inspiração aos seus correligionários, mas pouco tempo depois de sancionada a Lei Áurea, a figura do abolicionista disputaria atenção com a imagem da Princesa Isabel.

Conforme Flávio Gomes, a simpatia dos populares, particularmente dos libertos, pela monarquia e pela família real, se deveu ao fato de uma parcela significativa dos republicanos serem em sua maioria formada por ex-senhores e fazendeiros escravocratas “insatisfeitos com a libertação imediata dos escravos” (GOMES 2005, p. 20). Muitos libertos temiam que a mudança do regime representasse a sua reescravização.

No contexto da abolição, as ações populares antiescravistas em São Paulo, elaboradas pelas forças populares manifestavam-se em todas as partes, como salientou Maria Helena Machado,

a atuação abolicionista não se limitava às lutas forenses – nos anos mais adiantados da década, a disciplina do populacho abolicionista e a turbulência das ruas, onde, muitas vezes, a participação dos negros se mostrava majoritária, povoavam as ruas da cidade de São Paulo. (MACHADO 1994, p. 156).

A articulação política negra, segundo Flávio Gomes, vinha se desenhando nos anos finais da escravidão, através de ações individuais (fugas de escravos) e por meio de mobilizações coletivas, identificadas na formação da Guarda Negra, em associações, nos clubes recreativos, na constituição da imprensa negra (GOMES 2005, p. 29), bem como demonstrada pela atuação das irmandades negras, no final do século XIX e início do XX (QUINTÃO 2002), redutos onde a memória de Luiz Gama ressurgiu com força.

Inspirados em associações e clubes criados por imigrantes, os ativistas negros se organizavam não apenas com a intenção de celebrar o 13 de maio, mas também com o intuito de denunciar e combater a exclusão social e racial vivida pela população, na luta por terra, autonomia, moradia e salário, em fins do XIX e princípio do século XX (GOMES 2005, p. 12).

Os jornais *Á Pátria* (1889) e *O progresso* (1899) expressavam as expectativas dos libertos em relação ao seu lugar na sociedade. Considerados os periódicos mais antigos a circularem em São Paulo, teriam inaugurado o debate por direitos e cidadania na imprensa negra (PINTO 2010). Traziam em suas páginas formatos e estéticas distintas, mas detinham pautas de reivindicações semelhantes, dedicadas a um público específico, eram “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras” (PINTO 2010, p. 19-20), também preocupados em assegurar em suas folhas espaço para dedicar-se a memória da abolição, trazendo a luz recorrentemente a figura de Luiz Gama.

Na década de 1920, o jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932), seguindo na esteira da imprensa negra produzida no final do século XIX e início do XX, esforçava-se, com seus poucos recursos, na luta para a constituição de uma memória positiva do negro na sociedade, visando incorporá-lo como parte integrante da identidade nacional em construção (FRANCISCO 2013, p. 50).

A desejada “segunda abolição” teria como ponto de partida o apelo ao resgate simbólico da memória dos abolicionistas negros, Luiz Gama e José do Patrocínio. Ambos vistos como “redentores da raça” (FRANCISCO 2013, p. 84) e que, por isso, deveriam ser evocados e celebrados como personagens caros à construção da história dos negros. As edições do jornal *O Clarim da Alvorada*, referentes aos meses de maio e setembro, foram dedicadas à celebração da abolição. No mês de maio, os artigos homenagearam os abolicionistas e a Princesa Isabel e, no mês de setembro, festejariam a Lei do Ventre Livre. Conforme Flávio Thales Ribeiro Francisco, “o abolicionismo retratado pelo periódico negro não era compreendido somente como um movimento que lutou pela libertação dos escravos, mas como aquele que abriu as portas para a integração do negro à sociedade brasileira” (FRANCISCO 2013, p. 87).

O Clarim da Alvorada, uma das folhas que mais tempo circulou na imprensa negra paulista, lançou luz à figura de Luiz Gama, ao promover a recuperação da tradicional visita ao túmulo do abolicionista, iniciada em 1883 (FERREIRA 2011, p. 120). Na celebração do dia 13 de maio de 1929, os articulistas do jornal *O Clarim da Alvorada* realizaram uma procissão – cujo percurso incluía uma breve parada na Praça João Mendes. No local, realizaram debates sobre os problemas sociais enfrentados pela população negra, para, na sequência, seguirem com destino final ao Cemitério da Consolação – com o intuito de celebrar a data da abolição sob os túmulos dos abolicionistas Luiz Gama e Antonio Bento (FRANCISCO 2013, p. 89).

O ato simbolizava a apropriação da representação de Luiz Gama pelas organizações negras. As visitas a seu túmulo ganhavam um novo significado: se antes representavam a luta contra a escravidão, no período pós-abolição, a visita ao túmulo significaria a luta dos negros pela integração social e a luta simbólica por uma “segunda abolição”.

Conforme Carmen Mc Evoy, o impacto dos rituais fúnebres sobre o imaginário coletivo no século XX emergiu com força devido à concepção do binômio “corpo-memória” (EVOY 2006, p. 35), termo que, segundo a autora, era capaz de mobilizar o imaginário coletivo no incremento da consagração da memória de personagens importantes. Segundo Ana María Stiven, o ritual fúnebre cumpria a função não apenas de vivificar a memória do morto, mas servia também como manobra de grupos interessados em mobilizar a imagem do falecido com objetivos políticos, assim como ocorreu com a imagem de Luiz Gama e, em menor proporção, com a de Antonio Bento.

Para as organizações negras, emergentes na década de 1920, a procissão ao túmulo na data de celebração do 13 de maio não bastava. Os ativistas negros desejavam criar outros espaços de resistência. Daí nasceu um movimento civil, composto pelo mesmo grupo de ativistas negros da folha *O Clarim da Alvorada*, com o intuito de edificar o busto em homenagem a uma personalidade negra (SIEGEL 2007, p. 315-347). O abolicionista se transformaria na imagem do herói negro, símbolo da luta pela abolição, e fonte de inspiração a todos os seus Irmãos de “cor” em sua luta por cidadania.

A construção do busto de Luiz Gama abolicionista edificado em bronze, no largo do Arouche, em 1931, cumpria o papel de impor a presença do abolicionista no espaço público. Vale lembrar que a consagração do abolicionista não romperia com a tradição das visitas ao túmulo.

A edificação do rosto de Gama à apreciação pública também tinha o propósito de apropriação da imagem do morto pelas organizações negras, como exprimia a própria inscrição cunhada no busto “A Luiz Gama por iniciativa do progresso, homenagem dos pretos do Brasil” (FERREIRA 2001, p. 534). A presença de membros das Lojas maçônicas Piratininga e Luiz Gama na inauguração do busto de Luiz Gama representava a primeira tentativa pública de apropriação maçônica perpetrada pela organização em parceria com os ativistas negros.

“Em 12 de agosto de 1930” havendo a nossa augusta loja resolvido em sessão de ontem comemorar o aniversário do falecimento do nosso inesquecível patrono e grande abolicionista “Luiz Gama” com uma sessão solene, na qual deve ser também inaugurado seu busto, no dia 25 do corrente mês, é, como o templo ordinário não mesmo para maior brilho da referida solenidade, vimos pela presente, solicitar dessa loja coirmã, a fineza de conceder-nos permissão para realizar a referida sessão no templo grande. Certos de que essa Benemérita coirmã nos dispensará mais esta atenção, apresentamos a todos os distintos obreiros que abrilhantam as suas coleções os nossos agradecimentos. Por ordem da loja Luiz Gama (Solicitação urgente). (Arquivo Loja maçônica América).

A mobilização dos ativistas negros em torno do resgate da memória de Luiz Gama, colaboraria para reavivar a imagem do abolicionista na historiografia maçônica tempos depois. O mesmo não aconteceria com a figura de Antonio Bento, que, embora tivesse sido lembrado no pós-abolição como personagem central na luta abolicionista, não estaria respaldado por um grupo social.

Enquanto a imagem de Gama ressurgia como referência na historiografia da abolição, a representação da redentora dos escravos, Princesa Isabel, declinava lentamente (DAIBERT 2004, p. 227), abrindo caminho para a emergência de novos e antigos símbolos da memória da abolição. Desde o início do século XX, as organizações negras se mobilizaram em busca de novas representações que pudessem ser vinculadas à historiografia da abolição, e ao mesmo tempo, ser referência positiva na luta por cidadania da população negra, ex-escrava e descendente de escravizados. Assim, ao lado de Luiz Gama, emergiu a representação da Mãe Preta, símbolo da escrava ama de leite “frequentemente citada na imprensa negra como um símbolo, não apenas dos sacrifícios que os negros haviam feito pelo Brasil, mas também dos fortes laços que uniam europeus e afro-brasileiros em um destino comum” (ANDREWS 1998, p. 336).

A edificação do monumento em homenagem à Mãe Preta resultou de uma ampla mobilização iniciada ainda em 1926, quando o jornalista Cândido de Campos, redator do jornal carioca *A Notícia*, encetou a campanha que receberia o largo apoio de ativistas negros, congregando “desde pessoas mais abastadas às mais humildes” (SIEGEL 2007, p. 316), como jornalistas, religiosos, estudantes, militares e artistas.

Na cidade de São Paulo, a luta pela edificação do monumento à Mãe Preta seria encampada pelo jornal *O Clarim da Alvorada*. Para o editor do jornal, José Correia Leite, a Mãe Preta era uma espécie de “mãe carnal das mães negras” e para as elites brancas “símbolo de nostalgia” (SIEGEL 2007, p. 322). Independentemente das interpretações e dos sentidos dados ao monumento, o fato era que todos eles convergiam na mesma ideia de “adotar uma retórica da harmonia racial” (SIEGEL 2007, p. 329), ou seja, na direção de um significado de pacificação.

Essa larga mobilização, com o intuito de edificação do monumento em homenagem à Mãe Preta, todavia, se concretizaria muito tempo depois, em 1955. Até 1960, o monumento foi celebrado na data de sanção da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro. Mas, a partir da década de 1960, com a articulação de novos grupos, ligados ao culto do candomblé, em São Paulo, a representação passaria a ser celebrada na data do 13 de maio (ANDREWS 1998, p. 331).

Ao lado de Luiz Gama e da Mãe Preta (ver Figura 5.5) surgiria a figura de Zumbi dos Palmares, fruto da emergência das correntes marxistas da década de 1960. Zumbi foi trazido à cena por historiadores marxistas como Clovis Moura, Edson Carneiro e Décio Freitas, ligados à militância negra (REIS 2004, p. 3).

Eles foram os responsáveis pela valorização da figura do herói de Palmares, até então adormecida. Conforme Andressa Mercedes Barbosa dos Reis, em 1859, o termo Zumbi era considerado apenas um título, sinônimo de rei do Quilombo

(REIS 2004, p. 33), somente nas primeiras décadas do século XX seriam “moldadas às bases para que a historiografia de Palmares e de Zumbi pudessem ser desenvolvidas e apropriadas pelos autores marxistas” e cristalizadas nas décadas de 1980 e 1990 (REIS 2004, p. 72).

De acordo com Andrews, a emergência da figura de Zumbi dos Palmares como guerreiro, líder e herói negro incidiu num contexto em que as organizações negras no fim da década de 1960 procuravam novas representações para a celebração do 13 de maio, haja vista que a figura da Mãe Preta passou a ser questionada como representação ideal, passando a ser vista como um símbolo da submissão e da acomodação dos negros à escravidão (ANDREWS 1998, p. 336).

A partir da década de 1970, os descontentamentos das organizações negras se intensificaram não mais apenas no desejo de encontrar novas representações, mas também de encontrar uma data alternativa ao 13 de maio, uma vez que os ativistas negros não se identificavam mais com ela (RIOS 2014, p. 12). Na concepção das organizações negras, o 13 de maio estava fortemente atrelado à imagem da Princesa Isabel, remetendo à ideia de salvação negra pelas mãos de uma mulher branca, imprimindo um sentido de caridade e não de conquista e luta. A data deixava transparecer a passividade do povo negro na luta pela abolição. Desse modo, como alternativa à superação dessa ideia, emergiu a figura de um novo herói: Zumbi dos Palmares, personagem capaz, na compreensão das organizações negras, de representar o protagonismo negro na escravidão.

No centenário da abolição da escravidão em 1988, as disputas pelas representações se acirraram. De um lado, setores conservadores e membros da elite ligados aos descendentes da família Imperial lutavam pela manutenção da data do 13 de maio e, do outro, os movimentos negros, apoiados por segmentos educacionais, reivindicavam a data de 20 de novembro como legítima para celebrar a abolição (DAIBERT 2004, p. 251), a data que celebrava a morte do Zumbi dos Palmares.

O movimento em favor da mudança da data ganhou corpo e explodiu em manifestações, com destaque, a organizada pela Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O manifesto contaria com a adesão de estudantes de escolas públicas que marcharam pelas ruas da cidade e compareceram ao memorial dedicado a Zumbi “ao som de música “funk”, alternada pelo samba-enredo da Mangueira de 1988, “Cem anos de Liberdade: Realidade ou ilusão?” (DAIBERT 2004, p. 251).

Desde 1978, o movimento negro, que vinha se reconstruindo nos anos finais do regime militar (RIOS 2014, p. 15), passou a celebrar o fim da escravidão na data do 20 de novembro e não mais no 13 de maio (ARAÚJO 2015, p. 470). Na cidade de São Paulo, por exemplo, a nova data teria sido incorporada oficialmente ao calendário somente em 2003, após a sanção da Lei Municipal paulista nº13.707/04. A oficialização da nova data para a celebração da abolição e luta contra a opressão da população negra não excluiria dos festejos a figura de Luiz Gama, cujas celebrações no túmulo, antes realizadas no 13 maio, passariam a ocorrer em 20 de novembro.

O projeto de recuperação maçônico comportava iniciativas diversas que iam desde a produção historiográfica até a edificação de espaços onde a organização pudesse ser vista e valorizada em diferentes contextos. Em todos esses empreendimentos, a imagem de Luiz Gama teve papel central.

Considerações Finais

Na segunda metade do século XIX, a maçonaria constituiu-se como interlocutora privilegiada dos principais debates da cena político-social do Brasil Império. Contudo, no que se refere ao tema da abolição, manteve-se dividida. Enquanto uma parcela dos irmãos aderiu ativamente às ações abolicionista; a outra parte manteve-se fiel à manutenção do sistema escravista.

Com o fim da escravidão e a sucessiva perseguição sofrida pela maçonaria durante os governos de Getúlio Vargas e dos militares, a organização entendeu que o caminho mais acertado à recuperação de sua história se daria por meio da produção robusta de narrativas e pela construção e conservação de símbolos. A maçonaria precisou atualizar suas narrativas em diferentes tempos, evocando alguns personagens, ocultando outros, conforme as circunstâncias históricas necessárias a sua representação ou ressignificação.

Quando a maçonaria lançou luz sobre personagens centrais do debate abolicionista com passagem pela organização pretendeu, com isso, dar sentido de unidade às experiências passadas, sobretudo em relação à abolição da escravidão, tema para o qual a organização foi incapaz de construir uma agenda unificada, haja vista que parte de seus membros era proprietária de escravos e o debate abolicionista teria suscitado apenas divisões e disputas internas.

Ao eleger seus heróis abolicionistas, a historiografia maçônica revisionista construiu novas narrativas sobre seu passado com o intuito de deixar à penumbra os irmãos declaradamente escravistas. A literatura maçônica recente não poderia incorporar em sua historiografia personagens que haviam pactuado com a escravidão.

A historiografia maçônica estava comprometida em construir narrativas que transformassem a organização em agente protagonista do movimento abolicionista. Para isso, precisou, por um lado, negar a presença de escravistas em seus templos e, do outro, convocar os membros abolicionistas capazes de legitimar a existência de uma suposta agenda antiescravista que lhe atribuísse protagonismo no movimento. Nesse sentido, eleger heróis entre os maçons se tornaria um empreendimento cirúrgico.

Luiz Gama foi peça fundamental das narrativas maçônicas, pois representava a face mais popular e ativa do movimento abolicionista, ativista, negro e maçom, foi um dos personagens

centrais da historiografia da abolição. Sua importância na historiografia, no entanto, não se encerrou na cena abolicionista ecoou para além do tempo, sua imagem foi incorporada pelas lideranças negras em diferentes tempos e contextos.

Atualizada, a figura de Luiz Gama ganhou novos contornos e foi ressignificada também nas narrativas maçônicas, dando a ela ares populares, consolidando-a como espaço de sociabilidade, essencialmente democrático, coesa e garantidora da participação de “homens de cor”.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**: os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo, Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Ana Lucia. Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e princesa Isabel. *In*: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). **Tornando-se Livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 451-473.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Maçonaria: história e historiografia. **Revista USP**, dez/fev. n. 32, p. 178-189, 1996/97.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos**: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

BANDECCHI, Brasil. **A bucha, a maçonaria e o espírito liberal**. São Paulo: Editora Parma, 1982.

BARATA, Alexandre M. **Luzes e sombras**: a ação da Maçonaria Brasileira (1870-1920). Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, Centro de Memória Unicamp. (Coleção Tempo e Memória), 1999.

BARATA, Alexandre M. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, São Paulo, 2002.

BENJAMIM, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Tradução Heindrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito e Tânia Jatobá, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLANI, José. **Os maçons que fizeram a história do Brasil**. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica, 1973.

CASTELLANI, José. **Antonio Bento**: um nome esquecido no movimento abolicionista. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1981.

CASTELLANI, José. **Os maçons e abolição da escravidão**. 2ª Edição. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: A Trolha, 2000.

CASTELLANI, José. **Piratininga**: história da loja maçônica tradição de São Paulo. Edição comemorativa do ano do Sesquicentenário. São Paulo: OESP, 2000.

CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida. **História do Grande Oriente do Brasil**: a maçonaria na história do Brasil. São Paulo: Madras, 2009.

DAIBERT, Robert Júnior. **Isabel, a redentora dos escravos**: uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

EVOY, Carmem Mc. El regreso del héroe: Bernardo O' Higgins y su contribución em La construcción del imaginário nacional chileno, 1868-1869. *In*: EVOY, Carmem Mc. **Funerales Republicanos em América del Sur: Tradición, ritual y nación (1832-1896)**. Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l' oeuvre d'um noir citoyen, poete et militant de La cause antiesclavagiste au Brésil**. Paris: Université Paris III, Sorbonne, 2001.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Com a palavra, Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)**. São Paulo: Alameda, 2013.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. São Paulo: Zahar, 2005.

GRAINHA, Manuel Borges. **História da Franco-maçonaria em Portugal (1733-1912)**. 6ª Edição. Tradução: Antônio Carlos de Carvalho. Coleção Janus. Lisboa: Veja, 2011.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcanti. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: UFRJ/Edusp, 1994.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. (Coleção repensando a história). 4ª Edição. São Paulo: Contexto, 1994.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de O. **O poder da Maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Musei Paulista: um espaço celebrativo e memória da Independência. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2ª Edição. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2011. p.195-219.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antonio Bento**: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação História Social. São Paulo, 2015.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas**: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2014.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmadades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume, 2002.

REIS, Andressa M. B. **Zumbi**: historiografia e imagens. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço. Franca, 2004.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo**: a Maçonaria e o Partido Republicano. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

RIOS, Flávia Matheus. **Elite política negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. *In*: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Faculdade de Getúlio Vargas, 2007. p. 315-347.

NOTA SOBRE A AUTORA

Renata Ribeiro Francisco

renataribeirofrancisco@gmail.com
Universidade de São Paulo
São Paulo
São Paulo
Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Renata Ribeiro Francisco
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Avenida Professor Lineu Prestes, 338
05508-000
São Paulo - SP - Brasil

FINANCIAMENTO

O presente artigo é desdobramento da pesquisa de doutorado, financiada pelo CNPq.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)
2020 *História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.*
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
Sem Derivações 4.0
International.



RECEBIDO EM: 12/ABR./2020 | APROVADO EM: 26/JUN./2020



DIRETRIZES PARA AUTORES

GUIDELINES
FOR AUTHORS

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações recentes pertinentes aos temas relacionados com as áreas de conhecimento que configuram o escopo da publicação. (entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas). Os artigos de debates devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra.

1.3. Resenhas de livros devem ser enviadas para a HH Magazine - <http://hhmagazine.com.br>.

2) Informações sobre a submissão

2.1. A **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography** não cobra taxa de submissão, assim como também não cobra taxa de processamento de artigo (APC).

2.2. Os arquivos enviados deverão estar em formato *.doc ou *.docx, ou seja, compatíveis com Word.

2.3. Todos os trabalhos submetidos à revista são analisados por software anti-plágio - [Política contra o plágio](#).

3) Normas de apresentação dos textos

3.1 Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa. Caso o texto original

seja em inglês, o artigo deverá ter um resumo em português ou espanhol.

3.2. Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

3.3. Serão aceitos artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

3.4. A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Caso o texto da submissão seja derivado de tese e/ou dissertação, o autor deverá indicar essa informação no campo 'Comentários ao Editor'. Além disto, espera-se que o trabalho traga um avanço substancial com relação ao que já foi apresentado na tese ou dissertação, especial, mas não unicamente, em suas conclusões. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

3.5. Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora. E no campo específico no momento da submissão.

3.6. Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

3.7. Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a

publicação ou sugerir modificações. Além disso, informamos que poderão ocorrer mais de uma rodada de avaliação. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

3.8. As palavras-chave devem ser retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista – [Banco de palavras-chave](#).

3.9. As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.

3.10. Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.

3.11. Desde o seu terceiro número a revista História da Historiografia adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

3.12. As notas de rodapé devem ser apenas de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço. No geral, recomenda-se a não utilização de notas e incorporação da informação, da melhor maneira possível, no corpo do texto.

3.13. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36). Os links vinculados às notas devem ser reduzidos com “encurtadores de links”.

3.14. A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas

citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

3.15. Somente devem ser listadas referências utilizadas no texto. E a partir de maio de 2019, as submissões deverão ser apresentadas utilizando a ABNT NBR 6023:2018.

4) Informações sobre a submissão

4.1. Livro

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplos:

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

RIGNEY, Ann. **The Rhetoric of Historical Representation:** three narrative histories of the French Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. DOI 10.1017/CBO9780511549946. Disponível em: <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511549946>. Acesso em: 19 jul. 2012.

4.2. Livro eletrônico (tipo e-book)

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. *E-book*. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo:

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

4.3. Capítulo de livro

Estrutura:

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME2, Nome2 (orgs.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

Exemplos:

LÖWY, Michael. Carga explosiva: o surrealismo como movimento romântico revolucionário. *In*: GUINSBURG, J; LEIRNER, Sheila (orgs.). **O surrealismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. *In*: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.

4.4. Coletânea

Estrutura:

SOBRENOME, Nome (orgs.). **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo:

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.).
Representações: contribuições a um debate transdisciplinar.
Campinas: Papyrus, 2000.

4.5. Artigo de periódico

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano.

Exemplo:

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity.
Journal of the History of Ideas, v. 59, n. 4, p. 557-563,
1998.

4.6. Artigo de periódico on-line

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo:

ASDAL, Kristin; JORDHEIM, Helge. Texts on the Move: Textuality and Historicity Revisited. **History and Theory**, v. 57, n. 1, p. 56-74, 2018. DOI 10.1111/hith.12046. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hith.12046>. Acesso em: 9 abr. 2019.

4.7. Texto disponível na internet

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo:

BENTIVOGLIO, Julio. "Precisamos falar sobre o currículo de História". **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

4.8. Artigo publicado em anais eletrônico

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo:

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). *In*: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO,

IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

4.9. Tese acadêmica

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo:

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

4.10. Artigo de Jornal

Estrutura:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplos:

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

RODRIGUES, Artur. Obra de ficção cria "liminar" e vira alvo de investigação da PF. **Folha.com.br**, São Paulo, 11

set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1680327-obra-de-ficcao-cria-liminar-e-vira-alvo-de-investigacao-da-pf.shtml>. Acesso em: 11 set. 2015.

4.11. Observações sobre a apresentação das referências:

4.11.1. O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;

4.11.2. Sempre que utilizar uma referência consultada online, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;

4.11.3. URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;

4.11.4. A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "_____" e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.

4.11.5. Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.

4.11.6. Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista historiadahistoriografia@hotmail.com.



PARCERISTAS
DE 2020

REFEREES OF 2020

Pareceristas de 2020

Alexandre Dupont

(Université de Strasbourg . França)

Alexandre Avelar

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Alfredo Carlos Storck

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Amon Santos Pinho

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Ana Flávia Cernic Ramos

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Ana Paula Palamartchuk

(Universidade Federal de Alagoas . Alagoas . Brasil)

Ana Paula Sampaio Caldeira

(Universidade Federal de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)

Anderson Zalewski Vargas

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

André da Silva Ramos

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Andre de Lemos Freixo

(Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)

André Fabiano Voigt

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

André Luis Pereira Miatello

(Universidade Federal de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Angelica Muller

(Universidade Federal Fluminense . Rio de Janeiro . Brasil)

Antonio da Silveira Brasil) Junior

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Arthur Alfaix Assis

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Arthur Lima de Avila

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Artur Henrique Franco Barcelos

(Universidade Federal do Rio Grande . Rio Grande do Sul . Brasil)

Aryana Lima Costa

(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte . Rio Grande do Norte . Brasil)

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite

(Universidade Federal do Espírito Santo . Espírito Santo . Brasil)

Beatriz Juana Isabel Bissio Staricco Neiva Moreira

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Benito Bisso Schmidt

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Berber Bevernage

(Ghent University . Bélgica)

Bruno Balbino Balbino Aires da Costa

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte .
Rio Grande do Norte . Brasil)

Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Carlos Henrique Armani

(Universidade Federal de Santa Maria . Rio Grande do Sul . Brasil)

Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik

(Pontifícia Universidade Católica do Paraná . Paraná . Brasil)

Cássio da Silva Fernandes

(Universidade Federal de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Catalina Balmaceda

(Pontificia Universidad Catolica de Chile . Chile)

Claudia Beltrão da Rosa

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Cláudia Bovo

(Universidade Federal do Triângulo Mineiro . Minas Gerais . Brasil)

Cláudia Alvarenga Marconi

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Daiane Vaiz Machado

(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . São Paulo . Brasil)

Daniel Scheck

(Universidad Nacional del Comahue . Argentina)

Daniel Faria

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Daniel Sazbon

(Universidad de Buenos Aires . Argentina)

Daniel Estudante Protásio

(Universidade de Lisboa . Portugal)

Daniel Pinha Silva

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Deivy Ferreira Carneiro

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Diego Sebastian Crescentino

(Universidad Autónoma de Madrid . Espanha)

Douglas Attila Marcelino

(Universidade Federal de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)

Durval Muniz de Albuquerque Jr

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte . Rio Grande do Norte . Brasil)

Edson Farias

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Eduardo Estevam Santos

(Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira .
Ceará . Brasil)

Eduardo Santos Neumann

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Eduardo Wright Cardoso

(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Eduardo Alberto Escudero

(Universidad Nacional de Córdoba . Argentina)

Edwar de Alencar Castelo Branco

(Universidade Federal do Piauí . Piauí . Brasil)

Eliane Veríssimo

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Elizabeth Cancelli

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Émile Cardoso Andrade

(Universidade Estadual de Goiás . Goiás . Brasil)

Esteban Lythgoe

(Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas . Argentina)

Estevão Chaves de Rezende Martins

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Evandro dos Santos

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte . Rio Grande do Norte . Brasil)

Fabio Luis Barbosa dos Santos

(Universidade Federal de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Fabio Wasserman

(Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas . Argentina)

Fábio Franzini

(Universidade Federal de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Fábio Alexandre Faria

(Instituto Universitário de Lisboa . Portugal)

Fabio Duarte Joly

(Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)

Fabrina Magalhães Pinto

(Universidade Federal Fluminense . Rio de Janeiro . Brasil)

Fátima Regina Fernandes

(Universidade Federal do Paraná . Paraná . Brasil)

Felipe Charbel

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Fernando Felizardo Nicolazzi

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Francine Iegelski

(Adam Mickiewicz University . Polônia)

Francisco Marshall

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Francisco Barbosa de Macedo

(Universidade Federal da Bahia . Bahia . Brasil)

Francisco Gouvea de Sousa

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Francisco Roque de Oliveira

(Universidade de Lisboa . Portugal)

Gabriel de Carvalho Godoy Castanho

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Gabriela Alexandra Mitidieri Malta Cals Theophilo

(Universidade Federal de Juiz de Fora . Minas Gerais . Brasil)

Géssica Góes Guimarães Gaio

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Giovanna Aparecida Schittini dos Santos

(Universidade Federal de Goiás . Goiás . Brasil)

Gisele Iecker de Almeida

(Ghent University . Bélgica)

Giselle Martins Venancio

(Universidade Federal Fluminense . Rio de Janeiro . Brasil)

Guilherme Amaral Luz

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte . Rio Grande do Norte . Brasil)

Heloísa Paulo

(Universidade de Coimbra . Portugal)

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

(Universidade Federal de Santa Catarina . Santa Catarina . Brasil)

Igor Salomão Teixeira

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Ildney de Fátima Souza Cavalcanti

(Universidade Federal de Alagoas . Alagoas . Brasil)

Itamar Freitas de Oliveira

(Universidade Federal de Sergipe . Sergipe . Brasil)

Ivaldo Marciano França Lima

(Universidade do Estado da Bahia . Bahia . Brasil)

Jaqueline Ap. Martins Zarbato

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul . Mato Grosso do Sul . Brasil)

Jaume Aurell

(Universidad de Navarra . Espanha)

João Carlos Escosteguy Filho

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

João de Azevedo e Dias Duarte

(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

João Ernani Furtado Filho

(Universidade Federal do Ceará . Ceará . Brasil)

João Rodolfo Munhoz Ohara

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

José Cal

(Universidade de San Carlos de Guatemala . Guatemala)

José Newton Coelho Meneses

(Universidade Federal de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)

José Antonio Vasconcelos

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

José Damião Rodrigues

(Universidade de Lisboa . Portugal)

José Rivair Macedo

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Josias José Freire

(Instituto Federal de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Josué Villa Prieto

(Universidad de Oviedo . Espanha)

Juan Luis Simal Durán

(Universidad Autónoma de Madrid . Espanha)

Julio Cesar Bentivoglio

(Universidade Federal do Espírito Santo . Espírito Santo . Brasil)

Julio Pimentel Pinto

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Kaori Kodama

(Fundação Oswaldo Cruz . Rio de Janeiro . Brasil)

Karina Anhezini de Araujo

(Universidade Estadual Paulista . São Paulo . Brasil)

Keila Grinberg

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Keith Valéria de Oliveira Barbosa

(Universidade Federal do Amazonas . Amazonas . Brasil)

Kelvin dos Santos Falcão Klein

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Kim Bergqvist

(Stockholm University . Suécia)

Leandro Duarte Rust

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Leon Frederico Kaminski

(Universidade do Estado de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)

Leonardo Ayres Padilha

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Livia Maria Tiede

(Universidade de Rice . Estados Unidos)

Lucia Maria Paschoal Guimarães

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Luciana Murari

(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Luiz Alberto Grijó

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Luiz Carlos Bento

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul . Mato Grosso do Sul . Brasil)

Luiz César de Sá Júnior

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Mamede Mustafa Jarouche

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Mara Burkart

(Universidad de Buenos Aires . Argentina)

Mara Cristina de Matos Rodrigues

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)

Marcelo Balaban

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Marcelo Pereira Lima

(Universidade Federal da Bahia . Bahia . Brasil)

Marcelo Brice Assis Noronha

(Universidade Federal do Tocantins . Tocantins . Brasil)

Marcelo Aparecido Rede

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Marcelo Candido da Silva

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Marcelo de Mello Rangel

(Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)

Marcelo de Souza Magalhães

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha

(Instituto Federal do Espírito . Espírito Santo . Brasil)

Marcelo Santiago Berriel

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Marco Aurelio Vannucchi

(Fundação Getúlio Vargas . Rio de Janeiro . Brasil)

Marcos Francisco Napolitano de Eugenio

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Marcus Vinícius de Moura Telles

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Maria Auxiliadora Schmidt

(Universidade Federal do Paraná . Paraná . Brasil)

Maria Conceição Francisca Pires

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Maria da Gloria de Oliveira

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

María de los Ángeles Martini

(Universidad Nacional de La Plata . Argentina)

Maria Emília Granduque José

(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . São Paulo . Brasil)

Maria Eugenia Gay

(Universidad de Buenos Aires . Argentina)

Maria Gabriela Evangelista Soares da Silva

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

María Inés Mudrovcic

(Universidad Nacional del Comahue . Argentina)

Mariana de Moraes Silveira

(Universidade Federal de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)

Marieta de Moraes Ferreira

(Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Marília Gago

(Universidade do Minho . Portugal . Portugal)

Marlon Jeison Salomon

(Universidade Federal de Goiás . Goiás . Brasil)

Mateus Henrique Faria Pereira

(Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)

Meize Regina de Lucena Lucas

(Universidade Federal do Ceará . Ceará . Brasil)

Miguel Soares Palmeira

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Nara Rúbia de Carvalho Cunha

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Nicolás Alabarces

(Universidad Nacional de Córdoba . Argentina)

Nicolás Dip

(Universidad Nacional de La Plata . Argentina)

Nicolás Lavagnino

(Universidad de Buenos Aires . Argentina)

Olga Pisnitchenko

(Universidade Estadual de Campinas . São Paulo . Brasil)

Omar Murad

(Universidad Nacional de Mar del Plata . Argentina . Brasil)

Otávio Erbereli Júnior

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Pablo Antonio Iglesias Magalhães

(Universidade Federal do Oeste da Bahia . Bahia . Brasil)

Patricia Tavares Raffaini

(Universidade Federal de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Pedro Fernandes Galé

(Universidade Federal de São Carlos . São Paulo . Brasil)

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

(Universidade Federal da Integração Latino-Americana . Paraná . Brasil)

Pedro Spinola Pereira Caldas

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Pedro Telles da Silveira

(Universidade Estadual de Campinas . São Paulo . Brasil)

Priscila Maria Weber

(Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Rafael Nascimento Gomes

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Rafael Faraco Benthien

(Universidade Federal do Paraná . Paraná . Brasil)

Raphael Guilherme de Carvalho

(Universidade Federal do Paraná . Paraná . Brasil)

Raquel Machado Gonçalves Campos

(Universidade Federal de Goiás . Goiás . Brasil)

Rebeca Gontijo

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Reinaldo Lindolfo Lohn

(Universidade do Estado de Santa Catarina . Santa Catarina . Brasil)

Renan Friguetto

(Universidade Federal do Paraná . Paraná . Brasil)

Renata Sammer

Pontifícia (Universidade Católica do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Renata Dal Sasso Freitas

(Universidade Federal do Pampa . Rio Grande do Sul . Brasil)

Renato Amado Peixoto

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte . Rio Grande do Norte . Brasil)

Rodrigo Turin

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)

Rodrigo da Silva

(Universidade de São Paulo. São Paulo . Brasil)

Rodrigo Bragio Bonaldo

(Universidade Federal de Santa Catarina . Santa Catarina . Brasil)

Rodrigo Perez Oliveira

(Universidade Federal da Bahia . Bahia . Brasil)

Roy Liuzza

(University of Tennessee Knoxville . Estados Unidos)

Sabrina Magalhães Rocha

(Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)

Sérgio Ricardo da Mata

(Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)

Serzenando Alves Vieira Neto

(Universidade Federal de Juiz de Fora . Minas Gerais . Brasil)

Shahzad Bashir

(Brown University . Estados Unidos)

Silvina Paula Vidal

(Universidad de Buenos Aires . Buenos Aires . Argentina)

Sônia Maria de Meneses Silva

(Universidade Regional do Cariri . Ceará . Brasil)

Souleymane Bachir Diagne

(Columbia University . Estados Unidos)

Stefan Tanaka

(University of California . Estados Unidos)

Tania Regina de Luca

(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . São Paulo . Brasil)

Thamara de Oliveira Rodrigues

(Universidade do Estado de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)

Theo Jung

(Albert-Ludwigs-Universität Freiburg . Alemanha)

Thiago Lenine Tito Tolentino

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Thiago Lima Nicodemo

(Universidade Estadual de Campinas . São Paulo . Brasil)

Tiago Kramer de Oliveira

(Universidade Federal de Santa Catarina . Santa Catarina . Brasil)

Tiago da Costa Guterres

(Universidade Federal do Maranhão . Maranhão . Brasil)

Uiran Gebara da Silva

(Universidade Federal Rural de Pernambuco . Pernambuco . Brasil)

Vicente Carlos Rodrigues Alvarez Dobroruka

(Universidade de Brasília . Distrito Federal . Brasil)

Vicente Azevedo de Arruda Sampaio

Faculdade de São Bento de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Wagner Geminiano dos Santos

(Universidade Federal de Pernambuco . Pernambuco . Brasil)

Walderez Simões Costa Ramalho

(Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)

Walkiria Oliveira Silva

(Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)

Wesley Makoto Sasaki-Uemura

(Universidade de Utah . Estados Unidos . Estados Unidos)

Wilma Peres Costa

(Universidade Federal de São Paulo . São Paulo . Brasil)

Wilton Carlos Lima da Silva

(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . São Paulo . Brasil)